



SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol 05, No. 09 | Jan./Abr./2017

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2015-2017)

Presidente

Carlos Benedito Martins, UnB

1º Vice Presidente

Maria Ligia Barbosa, UFRJ

2º Vice Presidente

Jacob Lima, UFSCar

Secretário Geral

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

Tesoureiro

Jordão Horta Nunes, UFGO

1º Secretário

Márcia Lima, USP

2º Secretário

Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Diretores

Adriano Premebida, FADB

Eliane Veras Soares, UFPE

Claudio Santiago Dias Junior, UFMG

Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp

Alex Niche Teixeira, UFRGS

Conselho Fiscal

Danyelle Nilin Gonçalves, UFC

Carlos Eduardo Sell, UFSC

Simone Meucci, UFPR

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial

Carlos Benedito Martins, UnB

Editores

Rogério Proença Leite, UFS

Sergio B. F. Tavoraro, UnB

Comissão Editorial

Irllys Barreira, UFC

Celi Scalon, UFRJ

Emil Sobottka, PUC-RS

Renato Sérgio de Lima, FBSP

Tom Dwyer, UNICAMP

Conselho Editorial

Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille

Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná

André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Arturo Morato, Universidad de Barcelona

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará

Charles C. Lemert, Yale University

Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo

Jacob Lima, Universidade Federal de São Carlos

Jorge Ventura, Universidade Federal de Pernambuco

José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da

Universidade de Lisboa

José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México

Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo

Margaret Archer, University of Warwick

Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília

Michel Burawoy, Berkeley University

Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe

Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Secretária de Editoria: Deborah Dorenski

Revisão: Thiago Panica

Diagramação: Adilma Menezes

Capa e web: Allan Veiga Rafael

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. –
Vol. 05, n. 09 (jan./abr. 2017)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Quadrimestral

ISSN 2317-8507 (impresso)

ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

- 05** | **Apresentação**
Presentation
Rogerio Proença Leite
Sergio B. F. Tavolaro
- 09** | **Ser trabalhador e ser assistido: fronteiras permeáveis na questão social**
Worker and attended: permeable borders in the social problem
Cristina Almeida Cunha Filgueiras
- 33** | **As ciências sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”**
The social sciences in brazil and the “public security field” formation
Francisco Thiago Rocha Vasconcelos
- 59** | **Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense**
Indigenous social movements in transformation: the political structuring of ethnic struggles and their organizations in the Maranhão Amazon
Zulene Muniz Barbosa
Uslan Junior de Sousa Mesquita
- 87** | **A construção social do tempo no cotidiano de bebês na família e na creche**
The social construction of time in children’s daily routine in the family and in the daycare center
Lucélia de Almeida Silva
Fernanda Müller
- 113** | **Processo decisório e conflitos: questões e reflexões a partir dos megaprojetos**
Decision-making and conflicts: questions and reflections from megaprojects
Alexandra Martins Silva
- 141** | **Efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho da região metropolitana de Natal**
Effects of the PAC on the economy and the job market of the metropolitan Natal region
Marcelo Henrique Neves Pereira
- 165** | **Pop com gentílico**
Pop with demonyms
Luã Ferreira Leal
- 195** | **A racionalização das práticas musicais: a regência de orquestra**
The rationalization of the musical practices: the orchestral conducting
Neylson J. B. F. Crepalde
- 221** | **Diretrizes para submissão de artigos**
Guidelines for submission of articles

Apresentação

Rogério Proença Leite

Sergio B. F. Tavoraro

EDITORES

Este número da *Revista Brasileira de Sociologia* traz ao público leitor oito artigos que abordam um conjunto a um só tempo variado e extremamente relevante de temas. Para começar, em *Ser trabalhador e ser assistido: fronteiras permeáveis na questão social*, Cristina Almeida Cunha Filgueiras (PUC-Minas) propõe-se analisar, em um estudo comparativo entre Brasil e França, algumas das mais recentes transformações observadas nas políticas de proteção social associadas ao mundo do trabalho. Conforme as/os leitoras/es da *RBS* terão oportunidade de constatar, no entendimento da autora, computadas as especificidades desses dois países, em ambos os casos, tem-se observado um aumento expressivo de demandas aos sistemas de proteção social com vistas ao atendimento de um universo cada vez maior de trabalhadores/as que se encontram em condições vulneráveis; trata-se, como mostra Cristina Filgueiras, de indivíduos que, a despeito de sua inserção em atividades produtivas, continuam a necessitar de assistência e amparo, justamente em um momento marcado por maior diversificação das modalidades de vínculo laboral bem como pela precarização das condições de trabalho.

No segundo artigo, *As ciências sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”*, Francisco Thiago Rocha

Vasconcelos (UNILAB) debruça-se sobre o que denomina de “campo da segurança pública” com o objetivo de compreender as intersecções acadêmicas (intelectuais) e extra-acadêmicas (políticas públicas), no contexto brasileiro, que desaguaram na constituição e consolidação desse campo. Conforme parece sugerir o autor, considerando-se os inúmeros esforços em torno da definição e tratamento dessa problemática, pode-se identificar a existência de laços entre distintos segmentos e agentes (gestores e formuladores de políticas de segurança e de justiça criminal, bem como pesquisadores, intelectuais, consultores e especialistas) que se aliaram na busca de legitimidade científica para suas atuações e produtos.

Em *Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense*, Zulene Muniz Barbosa (UEMA) e Uslan Junior de Sousa Mesquita (Rede Pública DF), por sua vez, apresentam-nos um estudo focado no Estado do Maranhão a respeito do contexto sociopolítico e histórico que testemunhou a emergência e ascensão de movimentos sociais indígenas como protagonistas políticos de primeira ordem. Dedicar-se atenção às décadas de 1970 e 1980, em especial aos projetos desenvolvimentistas – dentre os quais o Projeto Grande Carajás - que, de acordo com os autores, ao ameaçarem a existência e perpetuação dessas comunidades e de suas lideranças, acabaram por incentivar o amadurecimento de sua percepção acerca da “causa indígena”.

Já em *A construção social do tempo no cotidiano de bebês na família e na creche*, informadas pelos valiosos insights de Erving Goffman, Lucélia de Almeida Silva (Secretaria de Educação - DF) e Fernanda Müller (UnB) realizam uma análise comparativa dos diferentes usos do tempo em situações cotidianas relacionadas ao sono de dois bebês (de 11 e 18 meses, respectivamente), em ambientes distintos (a saber, uma creche pública e o âmbito doméstico-familiar). Os resultados obtidos no estudo incentivam as autoras a reafirmarem a necessidade de se incluir em investigações dessa natureza aspectos e variáveis tão diversas quanto os predicados específicos dos contextos em que o sono ocorre, os tipos de interação e de situação social envolvidos, as incontáveis negociações observadas nessas modalidades de atividade, assim como os inúmeros sujeitos engaja-

dos nessas relações. Ao fim e ao cabo, conclui-se que mesmo atividades com muito maior frequência associadas aos ritmos orgânicos e biológicos revelam-se fortemente sujeitas às regras, dinâmicas e contingências do convívio social.

Alexandra Martins Silva (IPPUR/UFRJ), por sua vez, no artigo *Processo decisório e conflitos: questões e reflexões a partir dos megaprojetos* propõe-se investigar o amplo conjunto de aspectos que constituem os processos decisórios dos assim chamados “megaprojetos”. Com essa preocupação norteadora, por meio de uma abordagem crítica do problema em tela, a autora almeja identificar os agentes fundamentais desse fenômeno, suas mais importantes alavancas e motivações, seus mais evidentes beneficiários, sem deixar também de tratar das principais razões das contestações públicas que cercam sua realização.

Não menos interessante, no artigo de Marcelo Henrique Neves Pereira (UFRN), o público da *RBS* é apresentado/a à problemática dos *Efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho da região metropolitana de Natal*. O autor identifica significativas conexões entre, de um lado, o desempenho econômico e o mercado de trabalho dos contextos locais analisados e, de outro, os investimentos realizados no bojo das fases 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento. Vale salientar que, conforme Marcelo Pereira almeja revelar, tais investimentos, aliados aos então já existentes Programa de Apoio à Industrialização e Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, acabaram por minimizar os impactos da crise global de 2008 sobre a região metropolitana de Natal.

Em *Pop com gentílico*, é a vez de Luã Ferreira Leal (UNICAMP) conduzir-nos a transformações observadas na Coreia do Sul e no Japão que se dobraram no entrelaçamento do mercado da produção musical com outras atividades de entretenimento daqueles países. Ao resgatar mudanças processadas desde os anos 1990, e analisando de perto os casos de empresas tais quais *Avex* e *AKS* (Japão) e *YG*, *S.M.* e *Chrome* (Coreia), o autor parece querer nos alertar para o fato de que processos de “tradução, transliteração e ressignificação” perpassam a *pop music* tão logo essa “categoria mercadológica” transcende fronteiras nacionais e, de maneira mais específica, os limites do mundo anglófono.

Por fim, Neylson J. B. F. Crepalde (UFMG), no trabalho *A racionalização das práticas musicais: a regência de orquestra*, revisita um tema clássico na sociologia. Apoiando-se inicialmente nas conhecidas reflexões de Max Weber, o autor ambiciona abordar a técnica moderna de orquestra, preocupado em identificar as implicações de seus desenvolvimentos recentes bem como alguns dos mais importantes aspectos e elementos que marcam essa prática musical. Sua investigação serve-se das performances de três intérpretes do primeiro movimento da Sinfonia n. 5 de Ludwig van Bethoven para avançar uma análise que se propõe dialogar criticamente com os insights de Weber.

Com este número, reafirmamos o compromisso institucional com a qualidade da *Revista Brasileira de Sociologia* e com a ampliação de seu alcance no cenário acadêmico nacional a internacional. Temos, nesse exato sentido, envidado inúmeros esforços para aumentar e diversificar as indexações da *Revista*, de modo a torná-la acessível a um público cada vez maior. Por fim, aproveitando a ocasião para agradecer as/os pareceristas que gentilmente atenderam nossas solicitações, informamos que, a partir de agora, a periodicidade da *RBS* passa a ser quadrimestral.

Ser trabalhador e ser assistido: fronteiras permeáveis na questão social

Cristina Almeida Cunha Filgueiras*

RESUMO

O artigo examina um aspecto da relação atual entre trabalho e proteção social para o qual a literatura nas Ciências Sociais – principalmente a brasileira – não tem estado atenta. São analisadas mudanças ocorridas nas duas últimas décadas na França e no Brasil, considerando que, apesar de existirem muitas diferenças entre esses países, há evidências de convergência entre eles no que diz respeito às tendências de tratamento da questão do trabalho e da proteção de setores desfavorecidos. Em primeiro lugar, abordaremos elementos atuais da questão social, o que nos leva a assinalar um primeiro tipo de convergência entre os dois países, relacionado às mutações no mundo do trabalho e suas conexões com a precariedade e a pobreza. Em segundo lugar, falaremos sobre a maior importância dada atualmente à assistência como política pública e os processos de ‘ativação’ dos beneficiários de programas públicos. Em terceiro lugar, discutiremos como as fronteiras entre trabalhadores e assistidos se tornaram permeáveis. Na última parte do artigo concluimos que, apesar de relevantes diferenças entre França e Brasil, suas políticas de proteção social estão confrontadas a tensões semelhantes, dentre elas o surgimento do ‘trabalhador assistido’ e a aproximação entre a esfera do trabalho e o direito à assistência. Palavras-chave: trabalho; proteção social; pobreza

* Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS (Paris, França). Pós-doutoramento no Centre Max Weber/Université Lyon Lumière II (Lyon, França). Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Educação: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); docente do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Pucminas)

ABSTRACT

WORKER AND ATTENDED: PERMEABLE BORDERS IN THE SOCIAL PROBLEM

This article analyses changes in the relationship between work and social protection that happened in the last two decades in France and Brazil. Despite differences among those countries, both seem to have a similar approach in the treatment of the problem of work and protection concerning the poor. First, the article examines current elements of the social problem, mutations at labour sphere and their connections with poverty. Second, the attendance as public politics and the processes of activation of public programs beneficiaries are examined. Third, it is discussed the permeability between workers and attended. In conclusion, the protection politics in these countries are confronted with similar tensions in reason of the emergence of attended-workers and the approach between the labour sphere and the assistance rights.

Keywords: work; social protection; poverty

O trabalho permanece no centro da questão social

Antes da era industrial, a pobreza e a mendicância já se encontravam no coração dos problemas sociais. Com o nascimento da sociedade industrial, a questão social se ligou estreitamente ao mundo do trabalho, apesar da pobreza não ter desaparecido. Na sociedade capitalista a integração dos trabalhadores tornou-se desafio econômico, social e político central. A pobreza associada ao trabalho assalariado era evidente, as condições de vida das massas operárias era uma das suas maiores expressões. Até chegar ao Welfare State¹, em meados do século XX, as nações europeias, dentre elas a França, empregaram muito tempo e esforço para tratar conflitos distributivos, estabelecer princípios de justiça social e criar um círculo virtuoso entre o social e a economia. Outros países do mundo, porém, não avançaram muito nessa direção pois neles o mercado de trabalho mantém grande parte

1 O termo Welfare State é amplamente utilizado para permitir comparações internacionais, como o fizeram Esping-Andersen (1991), Paz-Fuchs (2008), Draibe e Riesco (2006), autores mencionados no artigo. Destacamos, porém, que na França emprega-se o termo Estado providência (État-providence) (ROSANVALLON, 1995).

da população ativa em empregos sem proteção e as políticas sociais são com frequência excludentes. O que se observa atualmente é que as conquistas sociais vêm sendo ameaças em grande parte dos países onde foi constituído um sistema de proteção social.

Segundo R. Castel (1995), a tensão entre direito à assistência e participação no trabalho ocupa lugar central desde a criação dos primeiros dispositivos do Estado social. Foi fundamental adotar na Europa, há muitos séculos, medidas para distinguir entre os indivíduos segundo sua condição para o trabalho e estabelecer que somente os não válidos poderiam receber socorro e assistência. É também antiga a preocupação de não permitir que a ajuda social represente um desestímulo para o trabalho.

Na França, através de um longo processo, o Estado assumiu o papel de redutor dos riscos sociais, com a criação de direitos e de dispositivos sociais que inscreveram os indivíduos em coletivos protetores. Segundo Castel (2009), para os indivíduos não proprietários e que vivem do trabalho isto representou uma espécie de propriedade social associada à condição de trabalho e lhes deu possibilidade de enfrentar as incertezas e adversidades. No Estado social moderno, a socialização dos riscos supõe a existência de solidariedade como expressão de engajamento comum. Um exemplo de que as respostas às incertezas se tornaram coletivas é a criação do seguro desemprego. Com ele, a falta involuntária de trabalho, seria desde então atenuada pelo apoio financeiro concedido ao desempregado pela sociedade durante um certo tempo.

A abrangência e o conteúdo que cada sociedade dá à proteção define o padrão de bem-estar possível aos seus membros. Lembremos que a criação de uma esfera de proteção dos indivíduos que seja autônoma tanto às relações mercantis quanto às dinâmicas familiares constitui um critério essencial do acesso aos bens e serviços nos diferentes modelos de Welfare State (ESPING-ANDERSEN, 1991) e que esses modelos são influenciados por fatores culturais e simbólicos tais como as noções dominantes de família e papel da mulher (DRAIBE E RIESCO, 2006).

O mundo do trabalho está estreitamente conectado ao edifício da proteção e do bem-estar social. O assalariamento não é a única forma de participação na economia, porém em grande parte dos países essa forma de organização da produção se generalizou. Contudo, nas últimas décadas do século XX o capitalismo mudou em diversos aspectos e perdeu força a formalização das relações de trabalho que era acompanhada de regulação e direitos. No contexto da economia globalizada, os países estão confrontados aos problemas de redução dos postos, diversificação dos tipos de emprego e liberalização das relações contratuais, frequentemente acompanhada de redução dos direitos sociais. Diante disso, Castel (2009) afirma que a questão social adquiriu a forma de risco de extensão do *precarizado*. A reindividualização das trajetórias laborais e das incertezas, influenciadas pela fragilização das famílias e das respostas institucionais, são outros componentes do núcleo da questão social atual.

Precariedade e segmentação

A noção de precariedade estendeu-se rapidamente desde os anos 1980 e desencadeou debates acadêmicos e políticos. Segundo Bresson, “a precariedade é precisamente uma categoria ordinária de compreensão que se impôs por expressar um aspecto importante das transformações sociais contemporâneas, a saber o aumento das incertezas relativas simultaneamente ao futuro das sociedades, aos percursos de vida e à situação dos indivíduos, dos grupos, assim como à maneira como essa incerteza é vivida, por alguns mais do que por outros, como uma degradação de suas condições de emprego, de trabalho e de vida” (BRESSION, 2011, p. 2, tradução livre).

A palavra ‘precário’ é cada vez mais utilizada para situações de fragilidade social cujos contornos são imprecisos. No entanto, um elemento comum nas diferentes situações é a precariedade do emprego, devido à instabilidade caracterizada pelo contrato temporário, o trabalho de tempo parcial ou o trabalho sem proteção legal. Esses formatos são precários comparativamente à condição de trabalhado-

res que têm um contrato estável como principal ligação ao mundo econômico e expressão de sua integração social.

A transformação das condições de produção e a diminuição do emprego no setor industrial mais clássico, provocadas por múltiplos fatores dentre os quais as inovações tecnológicas e a desregulamentação da economia, repercutiram nos sistemas de bem-estar social nos países desenvolvidos. A redução da proteção associada a um posto de trabalho estável foi fortemente sentida nos países com sistema de bem-estar do tipo corporativista, onde os assalariados possuíam garantias sociais que nem sempre foram estendidas aos demais trabalhadores. Em razão das mudanças assinaladas, foi desencadeado um processo de dualização das condições de exploração da força de trabalho e segmentação do mercado de trabalho

O fim do pleno emprego, o aumento da pobreza e do desemprego de longa duração, assim como o surgimento de novas formas de trabalho impuseram tensões à proteção social. Como parte da estratégia Europa 20-20, em 2010 a União Europeia fixou o objetivo de reduzir em 20 milhões o número de cidadãos que viviam na pobreza monetária e em risco de exclusão social. Entretanto, com a crise econômica o número de pobres aumentou. A França é um dos países onde a meta estabelecida pela União Europeia não está sendo cumprida. Além disso, as desigualdades de renda e de patrimônio se ampliaram. Em 2014, mais de 8,7 milhões de pessoas (14,1% da população do país) viviam em situação de pobreza² (INSEE 2014). Milhões de pessoas em idade ativa (2,8 milhões segundo dados de 2012) recebiam ajuda social monetária (OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETÉ ET DE L'EXCLUSION SOCIALE 2014, p.7).

Em razão da amplitude da crise econômica, as empresas francesas adotaram diferentes tipos de medidas, tais como a redução do núme-

2 Taxa mensurada pela linha de 60% do nível de vida médio. A pobreza monetária na França é medida de maneira relativa e a linha de pobreza determinada considerando a distribuição dos níveis de vida do conjunto da população. Em 2011 a renda correspondente à mediana do nível de vida no país era de 1.630 euros mensais e a linha de pobreza de 60% da mediana era de 977 euros (OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETÉ ET DE L'EXCLUSION SOCIALE, 2013).

ro, da duração e da frequência dos contratos de trabalho temporários e dos contratos com jornada parcial, além de aumentar a subcontratação. Tais mudanças contribuíram para a degradação da situação dos trabalhadores. Tornaram-se mais numerosos os empregos considerados atípicos - isto é, que não correspondem à norma fordista de jornada completa com contratos de duração indeterminada e que permite aos indivíduos ter rendas estáveis e uma situação social garantida pelos direitos do trabalho e de proteção social (BRESSON, 2011)³. Apesar dos contratos de duração indeterminada continuarem abrangendo, em 2015, 75,7% dos franceses que trabalham, chama a atenção o aumento do trabalho precário e a conseqüente pressão sobre as políticas sociais. Os trabalhadores em empregos precários somavam 3,3 milhões em 2015, representando 12,8% do total de trabalhadores (INSEE, 2016). Em 1990 eram 1.7 milhões de precários (7,6% do total de trabalhadores)⁴ (OBSERVATOIRE DES INÉGALITÉS, 2015).

A precariedade do trabalho não atingiu ainda a todos os trabalhadores, pois há setores que continuam protegidos por manterem os antigos estatutos. Existe, no entanto, um modelo segmentado onde empregos estáveis e instáveis formam dois mundos separados (OBSERVATOIRE DES INÉGALITÉS, 2015). A precariedade tornou-se a realidade incontornável para uma parte da população ativa. Porém, se ter um trabalho é essencial para sair da condição de pobreza, com frequência ele já não é suficiente. No país, 6,7% das pessoas que trabalham - ou seja, uma em cada grupo de 15 trabalhadores - estava

3 Os fatores que permitem caracterizar um trabalho como atípico são: a) não haver um contrato com duração indeterminada; b) não ser um trabalho de jornada completa; c) não ser um trabalho exercido nos locais de funcionamento do empregador (por exemplo, o caso de dissociação na subcontratação que acompanha a dissociação entre as relações de emprego e de trabalho (EVERAERE, 2014)). O trabalho atípico não é, entretanto, sempre imposto ao trabalhador ou sinônimo de precário. Pode ser uma escolha para certos tipos de trabalhadores. Por exemplo, o trabalho de tempo parcial voluntariamente escolhido por jovens em certos momentos, ou de profissionais altamente especializados a quem não interessa estar ligado a um único empregador. As diferenças essenciais estão no fato de ser obrigado ou escolhido e na qualidade do emprego.

4 O grupo de 'precário' reúne temporários, aprendizes, contratos de duração determinada, estagiários e contratos com apoio do poder público (*contrats aidés*).

classificada como pobre, o que ocorre com mais frequência entre mulheres sozinhas, chefes de família, e, quanto aos setores econômicos, entre os trabalhadores de hotelaria e restaurantes, serviços pessoais e agricultura (OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETÉ ET DE L'EXCLUSION SOCIALE, 2012, p.41-42).

A transformação das estruturas econômicas e a reorganização da dominação pelo trabalho ocorreram também nos países em desenvolvimento. Esses países têm uma grande parte dos seus trabalhadores subempregada, mercados de trabalho segmentados quanto à formalização, sistemas de proteção social incompletos e com cobertura insuficiente e, em consequência, um grau mais frágil de resposta às necessidades sociais.

No Brasil, por exemplo, existe grande quantidade de pessoas pobres ou extremamente pobres. Porém, as estatísticas estabelecidas por diferentes organismos e métodos não coincidem quanto à dimensão do fenômeno. Segundo o governo brasileiro, em análise baseada no nível de renda de US\$ 1,25 dolar/dia e US \$ 2 dólares/dia, convertidos pela paridade do poder de compra, em 2012 eram pobres 15,7 milhões de brasileiros (8,5% da população) e, nesse grupo, 6,5 milhões viviam na extrema pobreza (3,6% do total)⁵ (IPEA, 2013, p. 18). No entanto, estadísticas elaboradas pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe, tomando como medida a canasta de bens para cobrir as necessidades básicas por domicílio, apontam que em 2014 4,6% dos brasileiros estavam em condição de indigência (extrema pobreza) e 16,5% em condição de pobreza (CEPAL, 2017)⁶.

5 Note-se que a taxa de pobreza no Brasil não é a da pobreza relativa como foi apresentado para a França. Por essa razão não é adequado compará-las. No Brasil não existe uma linha de pobreza oficial. As estatísticas públicas utilizam uma linha de pobreza absoluta mensurada por um padrão determinado de renda monetária. Quanto mais baixo o valor da renda adotada para medição, mais baixo será o índice de pobreza auferido.

6 A estimativa da Cepal é realizada mediante o método de nível de renda que permite a cada domicílio satisfazer as necessidades básicas de seus membros. É construída uma canastra de bens utilizando informação de estatísticas nacionais sobre a estrutura de consumo das famílias em alimento e outros bens e serviços. (CEPAL, 2016, p.76)

Diferentemente do grupo dos extremamente pobres, composto em grande proporção por pessoas fora do mercado de trabalho, no grupo dos pobres essa condição deve-se mais à baixa renda obtida pelo trabalho do que ao fato de estar sem atividade. Cerca de um terço dos pobres em idade ativa estavam inativos naquele ano. Os ativos, por sua vez, somam quase dois terços do total de pobres e são representados pelos trabalhadores nos setores informal e formal, trabalhadores sem remuneração e desempregados (IPEA, 2014, p. 123).

Diante do quadro apresentado, para reduzir a pobreza dos trabalhadores brasileiros é necessário aumentar a renda da atividade ligada ao trabalho e melhorar as condições de formalização e a proteção. A política de aumento do salário mínimo adotada desde 2003 pelo governo Lula e mantida nos governos Dilma teve efeitos positivos na redução da pobreza (aquela medida pela renda exclusivamente). Além disso, as condições macroeconômicas de crescimento durante o mesmo período ampliaram a oferta de postos de trabalho. No entanto, permanece havendo no país milhões de pessoas que, estando no mercado de trabalho, permanecem abaixo da linha de pobreza. Estas se encontram com maior frequência no setor agrícola (pequenos produtores e trabalhadores sem contrato) e no setor informal urbano (conta própria ou sem contrato). A construção civil e o comércio também concentram trabalhadores pobres, assim como o trabalho doméstico sem contrato (IPEA, 2014).

Na primeira parte deste artigo afirmamos que o trabalho é fonte de solidariedade, proteção e bem-estar social. Isto pode ocorrer, evidentemente apenas caso o seu enquadramento esteja associado a tais elementos. Porém, para grande quantidade de trabalhadores, esta relação trabalho-proteção não ocorre, ou não é garantida. A constatação de que o trabalho e seu enquadramento podem estar na origem da precariedade de vida exige mencionar o tema da informalidade. Até há pouco tempo a noção de trabalho informal e precário estava identificada à periferia do capitalismo, ao subdesenvolvimento e à pobreza. A categoria foi proposta nos anos 1970 para analisar os problemas estruturais da economia, as dificuldades e as distorções na incorpo-

ração da mão de obra no processo produtivo onde o assalariamento não se generalizou (SILVA, 2002, p.87). Porém, mais tarde, quando o problema da redução dos postos de trabalho se acelerou, o assalariamento não sendo mais a norma geral, ela passou a ser empregada também no contexto dos países desenvolvidos.

Assistir aos que não estão protegidos pelo trabalho

A assistência é um dos recursos utilizados para atenuar parcialmente os problemas gerados pela precariedade do trabalho. A expansão da assistência dentro do conjunto de políticas sociais é um elemento de convergência entre países com diferentes níveis de desenvolvimento, conforme mostraremos a seguir para os casos do Brasil (onde ela se tornou política pública) e da França (onde voltou a ganhar relevância).

Em muitos países desenvolvidos, onde há décadas esse recurso havia sido reduzido a uma parcela muito pequena da população, nos últimos vinte anos a ajuda social se estendeu consideravelmente devido ao aumento da população em situação de riscos sociais, dos pobres e dos desempregados e aos ataques de políticas neoliberais ao sistema de bem-estar. Foi o que ocorreu na França, onde a construção da proteção social, composta pela seguridade e ligada ao estatuto de emprego, esteve historicamente relacionada ao deslocamento da questão da pobreza para a questão do trabalho, como mencionamos no início do artigo. A assistência clássica foi mantida para aqueles que não podiam trabalhar e se modernizou com as políticas para os descapacitados, a terceira idade, a proteção à infância e a ajuda à moradia. Porém, para a maior parte da sociedade, “o vínculo com as instituições coletivas do trabalho (direito do trabalho, estruturação pública do salário e da proteção social fundada sobre o salário) garantia ao mesmo tempo um padrão de vida e uma proteção mínima contra as incertezas decorrentes fundamentalmente da perda da renda do trabalho” (LAFORE, 2012, p. 127, tradução livre).

A fronteira estabelecida após 1945 entre, de um lado, os franceses que podem trabalhar e aposentados (vinculados à seguridade

social) e, de outro, aqueles que recorrem à assistência foi alterada. Uma zona intermediária se formou e continua a estender-se, constituída por pessoas que são parte da população potencialmente ativa, mas, pelo fato de não encontrar lugar no mercado de trabalho, permanecem “não empregáveis” e são ajudadas pelos dispositivos da assistência. Cada vez mais esses dispositivos, além de garantir recursos mínimos, perseguem o objetivo de inserir no mundo do trabalho (LAFORE, 2012).

Assim, a assistência, no passado reservada aos franceses que não podiam trabalhar, tornou-se um instrumento de regulação complementar do seguro desemprego para aqueles setores com maiores dificuldades em se manter no mercado de trabalho. Ela se conecta também como um dispositivo de regulação dos direitos aos benefícios de moradia e de saúde.

A constatação de uma aproximação entre seguro social e assistência provocou no país um intenso debate acadêmico sobre a situação da proteção social. Não pretendemos aqui assinalar todas as posições deste debate, mas destacar duas delas. De acordo com a primeira, existiria atualmente um híbrido, que não seria visto como inesperado nem problemático, conformando um “seguro social assistencial” (MESSU, 2010). A segunda posição denuncia o declínio da proteção social associada ao princípio do seguro e seu desvirtuamento para o lado da assistência (VRANCKEN, 2010).

De acordo com essa segunda perspectiva apontada, ocorreu a dualização do sistema de proteção, pois os trabalhadores receberiam diferentes tipos de proteção social de acordo com seus diferentes modos de inserção laboral. Em um grupo estão os trabalhadores que têm um nível elevado de estudos, com empregos estáveis e bem remunerados, beneficiados pelo eixo do seguro social. Em outro, os trabalhadores de condição precária, que não conseguiram obter um emprego contínuo e passam por diferentes atividades de curta duração no mercado de trabalho, permanecem no âmbito da assistência social e, para receber os benefícios, devem estabelecer projetos de inserção laboral e social acompanhados pelos técnicos das políticas sociais.

Constatou-se que as fronteiras entre seguro social e assistência se tornaram permeáveis e imprecisas pelo menos para uma parcela da população. Ficou no passado a época em que, na França, “se era ou assistido ou integrado no mundo do trabalho, porém jamais as duas coisas simultaneamente” (VRANCKEN, 2010, p. 3, Tradução livre). Vale ainda mencionar a afirmação de Duvoux (2013) de que a atual assistência social nesse país é o resultado, em grande medida, da decomposição das proteções coletivas do Estado social e de seu caráter universalista, que deu lugar a políticas focalizadas. A assistência se desenvolveu nas fissuras do sistema de proteção fundado em seguros sociais. Desse modo, “a França evolui em direção a uma proteção social em duas velocidades, cindida entre a proteção pelo trabalho e o segundo mundo da assistência”. (DUVOUX, 2013, p. 10, tradução livre)

Vejamos o caso do Brasil. No país a seguridade social foi organizada com base no princípio contributivo. Os critérios de acesso privilegiam os trabalhadores do setor formal, que recebem os benefícios em decorrência das contribuições descontadas de seus salários. Nas palavras de Cardoso Jr (2014, p.614): “o assalariamento formal-legal, sancionado pelo Estado, foi – e em grande medida continua sendo – a porta de entrada (bem como a principal barreira à entrada) das pessoas na proteção social, tanto no que se refere à cobertura de riscos sociais derivados das atividades laborais (seguro contra acidentes de trabalho, seguro-desemprego, auxílio-maternidade etc.), como no que diz respeito a situações de inatividade”.

Apesar dos impactos positivos da Constituição brasileira de 1988 com relação aos direitos em matéria de saúde e de assistência social – dois dos eixos que conformam o tripé da seguridade social, sendo o terceiro a previdência –, para grande parte da população o panorama de desproteção social não se alterou suficientemente. Devem ser reconhecidas, porém, iniciativas que serviram para reduzir o problema ao ampliar a cobertura da proteção social para as situações de trabalho além do assalariamento e do contrato formal. Pese a isto, aproximadamente 36% da população que trabalha – ou seja, cerca de 25 milhões de pessoas se considerarmos a faixa de idade 16-59 anos – está

excluída do sistema previdenciário (IPEA 2015, p. 41). São milhões de pessoas no setor agrícola e trabalhadores urbanos informais, de autônomos e pequenos empregadores que não são assegurados porque não contribuem financeiramente para o sistema. Para esses brasileiros não existe lei que os proteja quando enfrentam situações que lhes impedem de trabalhar, definitiva ou temporariamente.

É evidente que a expansão recente do sistema brasileiro de proteção social se explica em larga medida pelas políticas de assistência social e de transferência de renda aos mais pobres, tal como ocorreu em outros países da América Latina onde a luta contra a pobreza é central na agenda política (BARRIENTOS, 2012). No Brasil um dos mais importantes desafios das últimas décadas foi a institucionalização da assistência social como política pública, pois antes de 1988 ela não possuía esse estatuto (VAITSMAN *et al.*, 2008; FILGUEIRAS, 2014).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado em 1994, porém se desenvolveu efetivamente após 2004, em gestão compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais no financiamento e na execução. Ele organiza em todo o território nacional a distribuição de benefícios sociais, bem como a oferta dos serviços por meio de uma rede onde participam equipamentos públicos e organizações não governamentais. Vale mencionar algumas de suas características.

As equipes da política de assistência social que trabalham nos equipamentos do SUAS são responsáveis, entre outras ações, da implementação dos benefícios de renda não contributiva, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. O primeiro, um benefício monetário equivalente a um salário mínimo, destinado a pessoas de mais de 65 anos em condição de pobreza e pobres em condição de incapacidade, foi entregue em 2013, a 3,9 milhões de pessoas. Esse benefício favoreceu para que uma grande quantidade de famílias saísse da extrema pobreza. O segundo, um programa de transferência de renda com contrapartidas, beneficiou em 2013 a 13,8 milhões de famílias, que receberam em média 176 reais mensais (IPEA, 2015).

É necessário chamar a atenção para o fato de que uma parte significativa das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família tem pelo menos uma pessoa ativa no mercado de trabalho, a maioria trabalhadores com baixa escolaridade, em ocupações precárias e mal remuneradas. Portanto, o vínculo com a assistência não ocorreu por falta de vínculo com o trabalho. As características do trabalho são em certa medida geradoras de desproteção social. Por fim, é pertinente assinalar ainda que no Brasil a proteção aos indivíduos continua sendo assegurada em grande medida pelas famílias. As redes de solidariedade familiar suprem, com frequência e na medida do possível, a ausência de serviços públicos em matéria de transportes, saúde, educação infantil e habitação.

Na fronteira ou no meio do caminho?

Os aspectos do trabalho e da proteção social aqui apresentados permitem identificar diferenças e apontar aproximações entre Brasil e França. Dentre essas últimas, destacamos a expansão da assistência no contexto geral da política social e a existência de dualismos. Em ambos os países os sistemas de proteção têm sido cada vez mais solicitados a dar respostas para a situação das pessoas que estão em um lugar intermédio ou no meio do caminho (*entre-deux*, segundo BRESSON 2011), isto é, que trabalham mas continuam em situação de vulnerabilidade de renda e social. Muitas delas estão ao mesmo tempo entre trabalho e desemprego, visto que têm uma atividade formal e regulamentada, porém temporária, de tempo parcial e/ou a remuneração muito baixa que não lhes permite manter-se.

A constatação dessa realidade tem provocado o questionamento à linha demarcatória entre as categorias de emprego e desemprego. Na França, além disso, questiona-se abertamente a contaminação das políticas de emprego pelos dispositivos de inserção social que, ao intervir junto às pessoas, instalam modos de regulação com capilaridade no tecido social. Isso contribuiu para que nesse país o tratamento da questão do trabalho entrasse na esfera da ajuda e da assistência às

peessoas, tendo como primeiros alvos os desempregados crônicos e os jovens das camadas populares com baixa escolaridade. Em consequência, surgiu um novo estatuto, o de trabalhador assistido. Trata-se de uma pessoa que acumula um benefício de assistência com uma atividade de trabalho (desqualificado e de baixa remuneração, que não lhe permite prescindir da ajuda pública). Paugam; Duvoux (2008) apontam a criação de uma nova forma de inserção dos mais pobres nos segmentos mais degradados do mercado de trabalho. São os empregos “com ajuda do Estado”, precários, mal remunerados e geradores de estigma. Os autores consideram que “os trabalhadores serão a partir de agora divididos: ao lado de assalariados protegidos pelo regime de cotizações sociais estará um número crescente de trabalhadores assistidos pela solidariedade nacional. Em lugar de manter um regime de assalariamento universal, o mercado de trabalho se torna dual. É provável inclusive que esta dualidade introduza pouco a pouco uma banalização dos empregos degradados e pouco qualificados” (PAUGAM; DUVOUX, 2008, p. 102, tradução livre). Na visão dos autores existe o risco de institucionalização do subemprego promovido com a ajuda das políticas públicas, de certa forma um segundo mercado de trabalho sem regulamentação e menos protetor.

Parece-nos útil para os objetivos do artigo trazer a proposta feita por Vrancken (2010) de utilizar, para a interpretação das mudanças atuais das políticas sociais, a contribuição do sociólogo belga Jean-Louis Genard sobre a transição de uma antropologia disjuntiva a uma antropologia conjuntiva. Referindo-se ao campo da saúde mental, Genard (2009) constatou ter ocorrido progressivamente, desde o século XVIII, a passagem de uma visão que dividia os seres entre dois grupos claramente distintos, os responsáveis e os irresponsáveis (“não se podia ser os dois”). As categorias eram reciprocamente excludentes. Em outras palavras, ou as pessoas estavam dotadas de capacidades de autonomia ou elas eram consideradas incapazes, sem uso da razão ou loucas. Essa antropologia *disjuntiva* foi pouco a pouco dando lugar a uma antropologia *conjuntiva* (“pode-se ser, simultaneamente, um e outro”). Vejamos a analogia feita por Vrancken entre essa abordagem

e a situação das políticas sociais recentes onde a separação radical entre as categorias de integração pelo trabalho e de recebedores de ajuda não é mais tão óbvia como antes:

“Na mesma ordem de ideias, estendendo esta dinâmica de produção normativa do sujeito aos dispositivos de ajuda e de intervenção sociais, podemos postular que **passamos de uma visão que consagrava uma separação clara entre pessoas integradas e pessoas assistidas** (podia-se ser, por pertencimento categorial, trabalhador ou pobre, mas não os dois) **a uma visão conjuntiva que confunde os pobres e os trabalhadores**, chegando inclusive às vezes a assimilá-los total ou parcialmente (os working poors). (...) Nas políticas sociais, integrar-se era sinônimo de passagem de um estado de dependência ou de assistência ao estatuto de trabalhador que passava a navegar nas águas da seguridade e da proteção social graças ao acesso ao emprego ou às rendas de substituição (...) A hipótese proposta por Jean-Louis Genard sustentaria que o **contexto atual nos levará a uma antropologia conjuntiva autorizando a relativização, o intermédio, os estados limites, os estados de border line**” (VRANCKEN, 2010, p. 3-4. Tradução livre e destaques da autora).

Guardando em mente a perspectiva de interferências entre as fronteiras, observa-se a existência de uma zona social onde não é possível a distinção clara entre trabalhador e assistido.

No Brasil, a distinção inequívoca entre os dois grupos foi sempre problemática, deixando na invisibilidade e sem proteção uma grande parte dos trabalhadores pobres. As lacunas existentes no sistema de proteção no país fazem com que uma parcela dos trabalhadores pobres não possa recorrer à seguridade social, nem ao sistema de assistência ou aos programas de transferências de renda. Esses pobres não estão sequer em um lugar intermediário, do ponto de vista da política social; eles estão em um vazio e são deixados por sua própria conta. Existem também os trabalhadores formais que se encontram

em condição de extrema pobreza porque a remuneração que recebem não lhes permitem sair dessa condição. Desde alguns anos, contudo, como já apontamos, trabalhadores com renda extremamente precária podem recorrer à ajuda monetária do poder público e, assim, ficam com o duplo estatuto de trabalhadores e de assistidos.

Ativação dos assistidos para o trabalho

As ideias de «intermédio» (estar entre) e de justaposição são pertinentes para abordar a ativação, uma estratégia que vem adquirindo importância nas políticas sociais no mundo e estão presentes tanto na França quanto no Brasil ainda que em formatos distintos. São exigidas contrapartidas aos beneficiários, sobretudo em termos de busca de trabalho e de aceitação das atividades que lhes são oferecidas pelos responsáveis pelo acompanhamento social. Tais dispositivos começaram a instalar-se nos países desenvolvidos há algumas décadas como componentes das reformas dos sistemas sociais, tomando formas diversas. O seguro desemprego, as políticas de emprego, os benefícios sociais e de renda mínima foram os primeiros setores submetidos à reforma (BARBIER, 2010; BARBIER, 2011; PAZ-FUCHS, 2008). Alguns países adotaram a estratégia de encorajar financeiramente os beneficiários para que deixem o mais rapidamente possível o sistema de assistência e retornem ao mundo do trabalho (NEUBOURG, CASTONGUAY, ROELEN, 2005).

A intenção de promover a autonomia e a responsabilização das pessoas com relação à sua situação presente e ao seu futuro acompanha, com frequência, a redução do valor e/ou da duração dos benefícios entregue pelo poder público. O propósito anunciado é estimular os indivíduos para que desenvolvam capacidades de busca de soluções e enfrentamento de riscos. As reformas têm, além disso, objetivos financeiros claros de reduzir o custo total com os benefícios pagos e o custo de operação dos programas sociais. A pressão administrativa e moral sobre os beneficiários, a redução de barreiras para entrada no mercado de trabalho e a ajuda aos empregadores para empregar pessoas que recebem benefícios públicos são outros aspectos importantes.

Se, onde foram adotadas, essas reformas não modificaram radicalmente os sistemas de proteção pelo menos introduziram, pela via da condicionalidade, um importante elemento de dualidade na lógica dos direitos.

Vejamos o caso da França, onde a adoção de contratos de inserção, associando a solidariedade nacional à participação no mercado de trabalho e a outras contrapartidas pelo indivíduo, é hoje parte do leque de medidas de ativação. O país criou em 1988 a Renda Mínima de Inserção (RMI) anunciada como um contrato entre o Estado e o beneficiário. Surgiu então a figura social do “RMiste” como uma pessoa que tem direito a receber uma ajuda monetária e que, em contrapartida, deve realizar esforços em um projeto pessoal de inserção laboral e social e ser acompanhado por técnicos dos programas sociais. A obrigação de procura de emprego, exigida de forma limitada no RMI, foi plenamente adotada pela Renda de Solidariedade Ativa (RSA), programa criado em 2008 em um contexto de nova crise econômica, elevação do desemprego, presença da direita política no poder e crescente suspeita na sociedade com relação a supostos efeitos de dependência das ajudas sociais.

A política francesa de inserção através da renda mínima e de solidariedade foi acompanhada de dispositivos de emprego, tais como os contratos de formação para públicos focalizados, e da ação do Estado sobre o custo do trabalho, diminuindo as contribuições sociais dos empregadores. O beneficiário é percebido ao mesmo tempo como sendo capaz de tornar-se autônomo (no mercado de trabalho e face aos riscos na sua trajetória de vida) e como uma pessoa que deve ser acompanhada, talvez inclusive controlada e estimulada no seu esforço de inserção laboral e social. A conjunção de autonomia e de controle revela uma tensão com relação ao modo como a política social considera o indivíduo em situação de precariedade e, acreditamos, tem analogia com a justaposição assinalada por Genard e por Vrancken, ou seja, o pertencimento a duas categorias que até então se excluía uma à outra.

Segundo alguns analistas, o estabelecimento de obrigações recíprocas entre o indivíduo e o poder público permitiria sair do Estado social

passivo pois define obrigações positivas para o indivíduo participar ativamente na melhora de sua condição. Isso foi visto como favorável também porque os contratos permitiriam ao Estado tomar em consideração situações personalizadas, contrariamente ao que ocorre com intervenções padronizadas (ROSANVALLON, 1998). Já em perspectiva crítica a esse formato de intervenção, Castel (2009) considerou o contrato de inserção como um meio de regulação individualizada. Na sua visão, esses dispositivos, envoltos pelo discurso da solidariedade, na realidade não se opõem à crescente individualização dos riscos e da incerteza.

A ativação está presente também nos países em desenvolvimento, onde se trata igualmente de induzir os indivíduos que recebem ajuda social a empenhar-se para sair da pobreza. Preparar para a busca de trabalho autônomo ou de auto emprego é o objetivo declarado de um grande número de programas sociais latino-americanos (OEA/CEPAL/OIT, 2010). No Brasil, em razão do mercado que oferece menos oportunidades de trabalho formal, as iniciativas para ‘ativar’ as pessoas em situação de vulnerabilidade se orientam principalmente à melhora da empregabilidade. Em vista do baixo nível escolar da população pobre, completar os estudos e seguir uma formação profissional são exigências para que os beneficiários conservem as ajudas recebidas nos programas sociais atuais. Isso se dirige sobretudo às famílias com crianças e aos jovens. O propósito é contribuir para colocá-los futuramente no mercado de trabalho possuindo maior capital educativo e com chances para se inserirem em atividades menos precárias e com remuneração melhor. Contudo, é preciso destacar que parcela relevante dos jovens que frequentam tais atividades de formação já estão ocupados trabalhando para ajudar financeiramente suas famílias.

Como última consideração sobre os programas sociais que incluem a ativação dos beneficiários, é necessário mencionar que no Brasil, comparativamente à França, a capacidade de acompanhamento de indivíduos e famílias assistidas é muito limitada, devido ao grande número de beneficiários, à recente institucionalização da assistência como política pública e à insuficiência de pessoal nas equipes sociais em muitas localidades.

Distâncias e proximidades

A intenção deste artigo foi reexaminar, à luz do contexto atual e com evidências proporcionadas pelos casos de dois países, um tema fundamental na sociedade: a relação entre trabalho e proteção social. As sociedades atuais, marcadas pela entrada da economia capitalista na desregulamentação do emprego, enfrentam o desafio de manter-se integradas apesar da exclusão de uma parte considerável da população do mundo produtivo. Nesse contexto, continua atual a pergunta recorrentemente formulada pelos estudiosos do tema: a política social estaria condenada a recomeçar continuamente o esforço de obter resultados que serão posteriormente desfeitos pelos imperativos econômicos e pela lógica do mercado? Ou seja, os avanços em direitos alcançados não se transformam em aquisições definitivas para as gerações futuras.

As diferenças entre a França e o Brasil exigem prudência no momento de examinar em conjunto os dois países. Destacamos como principais diferenças relacionadas ao tema abordado: as estruturas produtivas e do mercado de trabalho, a história da construção e das mutações do sistema de proteção social, a institucionalização da assistência pública, o conteúdo e a extensão das políticas de educação, formação para o trabalho, habitação, seguro desemprego e muitas outras. Na França, a oferta de serviços e bens pelo poder público é muito mais significativa, apesar de apresentar limites e contradições que têm sido objeto de críticas políticas e acadêmicas.

Na análise realizada não abordamos outros importantes elementos da política social, tais como as mudanças nos sistemas de aposentadorias e pensões, de saúde e na política de emprego. Nossa opção foi mostrar que, apesar das múltiplas situações que diferenciam os dois países, existem convergências entre eles com relação à expansão da assistência no contexto das políticas sociais e à existência de um segmento de trabalhadores assistidos que está em uma situação ambígua do ponto de vista dos direitos sociais. Esse segmento faz parte dos assistidos porque sua condição como trabalhador é precária, havendo o risco de que essa precariedade se estenda a mais trabalhadores.

Existem ainda pontos de aproximação entre França e Brasil no que diz respeito ao núcleo da questão social atual – o desemprego, as mutações nos tipos de emprego, a precarização. O mercado de trabalho dual e a lógica dual da proteção social, antigas no Brasil, são cada vez mais observados no cenário francês. Com relação à assistência, a convergência ocorre devido a dois movimentos principais. Do lado do Brasil, a recente institucionalização do sistema de assistência como política pública. Nesse caso, apesar da evolução ocorrida desde a Constituição Federal de 1988, existe, todavia, muito a ser percorrido para a consolidação. Do lado da França, o papel da assistência foi retomado e reforçado em vista da perda de capacidade da proteção social de alguns setores da população pela via da seguridade vinculada ao sistema de emprego.

Em nome da austeridade econômica, do equilíbrio das contas públicas (onde o sistema de seguridade social é sempre visto como problema) e da autonomia das pessoas que se beneficiam de ajudas sociais e seguro desemprego, os poderes públicos nos países analisados adotaram diversas formas de incitação ao trabalho, mesmo quando o trabalho disponível for precário, desprotegido e mal remunerado. Nesse artigo fizemos referência principalmente ao trabalho precário e aos empregos atípicos e nos interessamos em saber se eles fazem ou não parte da proteção social. Como mostramos, apesar de significativa, a precariedade não é generalizada na França, onde a maioria dos trabalhadores ainda está ao abrigo desse problema (três quartos dos contratos são de duração indeterminada) e nem no Brasil, onde para uma fatia da população economicamente ativa (bem mais reduzida do que no caso francês), as condições de proteção social continuam favoráveis. De todo modo, a desigualdade se mantém e está bem instalada em ambos os países.

Para terminar, tomamos emprestadas as palavras do uruguaio Eduardo Galeano, que consideramos diretamente relacionadas à análise aqui apresentada. Utilizando sua pluma de escritor e sua voz de ativista, ele expressou perguntas incisivas a uma audiência de profissionais das ciências sociais:

“Os direitos dos trabalhadores são agora um tema para arqueólogos? Somente para arqueólogos? Uma memória perdida de tempos passados?” (...) “nestes tempos de crise, quando mais do que nunca os direitos são despedaçados pelo furacão feroz que leva tudo o que está na frente, que castiga o trabalho e em troca recompensa a especulação e está jogando na lata de lixo mais de dois séculos de conquistas operárias” (...)

(...) “nove de cada dez novos empregos em toda a América Latina correspondem ao chamado ‘setor informal’, um eufemismo para dizer que os trabalhadores estão deixados à boa [vontade] de Deus. A estabilidade laboral e os demais direitos dos trabalhadores serão daqui a pouco um tema para arqueólogos? Não mais que recordações de uma espécie extinta?” (EDUARDO GALEANO, 2012. Texto lido pelo autor na sessão de encerramento da VI Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales, realizada em 9 de novembro de 2012 na Cidade do México. Tradução livre).

Acompanhando Galeano, podemos nos inquietar de que, em razão da desregulamentação exigida pelo capitalismo, em um futuro próximo a vontade de fazer do trabalho um instrumento de realização pessoal e coletiva, de solidariedade, proteção frente aos riscos da vida e pertencimento em igualdade na sociedade se tornará, também ela, uma lembrança de tempos passados e um objeto de pesquisa para arqueólogos. Como foi evidenciado no artigo, tal inquietação não está presente apenas na América Latina pois também existe em países desenvolvidos que chegaram a níveis mais elevados de estruturação da proteção social.

Referências

- BARBIER, Jean-Claude. (2010), “Of similarities and divergences: why there is no continental ideal-type of ‘activation reforms’?”. *CES Working Papers* 75.
- _____. (2011), “Activer les pauvres et les chômeurs par l’emploi? Leçons d’une stratégie de réforme”. *Politiques sociales et familiales*, n.104, pp. 47-58.

BARRIENTOS, Armando. (2012), “Dilemas de las políticas sociales latinoamericanas ¿Hacia una protección social fragmentada?” *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 239, pp. 65-78.

BRESSON, Maryse. (2011), “La précarité: une catégorie d’analyse pertinente des enjeux de la norme d’emploi et des situations sociales ‘d’entre-deux’”, *Sociologies*. Disponível em: <https://sociologies.revues.org/3421>. Acesso em: 10/06/2016.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. (2014), “Trabalho e civilização”. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 22, pp. 613-632. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22_especial.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

CASTEL, Robert. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat*. Paris: Éditions Fayard.

_____. (2009), *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l’individu*. Paris: Éditions du Seuil.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2017), *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2016*. Santiago de Chile. Disponível em <http://www.cepal.org/es/publicaciones/40972-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2016-statistical-yearbook-latin>. Acesso em: 28/02/2017

DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. (2006), “Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea”. CEPAL. *Série Estudios y perspectivas*, Santiago de Chile, n.55.

DUVOUX, Nicolas. (2013), “Comment l’assistance chasse l’État social”. *Idées économiques et sociales*, n. 171, pp. 10-17.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991), “As três economias políticas do welfare state”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, pp. 85-116.

EVERAERE, Christophe. (2014), *Les emplois atypiques : quelles réponses au besoin de flexisécurité?* Rueil-Malmaison: Éditions Liaisons.

FILGUEIRAS, Cristina. (2014), “Os territórios do SUAS”. In: ROMAGNOLI, Roberta; MOREIRA, Maria Ignez (org.). *O Sistema Único de Assistência Social, SUAS: a articulação entre psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas*. Curitiba, CRV, pp.81-94.

GALEANO, Eduardo. (2012), “El trabajo y la dignidad humana”. CLACSO. *VI Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales*. Ciudad de Mexico. Disponível em: http://www.clacso.org.ar/difusion/galeano_2015/1940_2015_completo.html Acesso em: 10/06/2016.

GENARD, Jean.-Louis. (2009), “Une réflexion sur l’anthropologie de la fragilité, de la vulnérabilité et de la souffrance”. In: PERILLEUX, T.; CULTIAUX,

J. (dir.). *Destins politiques de la souffrance : intervention sociale, justice, travail*. Toulouse: Éditions Erès.

IPEA. (2015), *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 23. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25812&Itemid=9 Acesso em: 22/02/2017.

_____. (2014), “Assistência Social”. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 22, pp. 47-142. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22_cap2.pdf Acesso em: 10/06/2016.

_____. (2013), “Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/Ibge”. *Comunicados IPEA*, Brasília, n. 159. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

INSEE. (2014), Les niveaux de vie em 2014. *Insee Première*, n.1614. Disponível em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2121597>. Acesso em 22/02/2017.

_____. (2016), *Une photographie du marché du travail*. Disponível em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2121578>. Acesso em 22/02/2017.

LAFORE, Robert. (2012), “Conclusion du séminaire”. In: GELOT, Didier (sous la direction de) *Penser l'assistance pour en sortir : l'assistance dans le cadre de la solidarité nationale*. Observatoire National de la Pauvreté et de l'Exclusion. Disponível em: http://www.onpes.gouv.fr/IMG/pdf/Actes_du_seminaire_de_l_ONPES_2012_WEB-2.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

MESSU, Michel. (2010), “Aide toi, le ciel t'aidera!” *SociologieS, Débats, Figures contemporaines de l'État social*. Disponível em: <https://sociologies.revues.org/3391>. Acesso em: 10/06/2016.

NEUBOURG, Chris de; CASTONGUAY, Julie; ROELEN, Keelie. (2005), *Redes de seguridad social y asistencia social dirigida: lecciones de la experiencia europea*. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1123255153992/1525234-1123255179743/deNeubourg_SSN_EULessons_Sp.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

OBSERVATOIRE DES INEGALITES. (2015), *3,2 millions de salariés précaires en France*. Disponível em: http://www.inegalites.fr/spip.php?page=article&id_article=957&id_groupe=11&id_mot=89&id_rubrique=3 Acesso em: 10/06/2016.

OBSERVATOIRE DES INEGALITES. (2015), *Précarité: un marché du travail à deux vitesses*. Disponível em: http://www.inegalites.fr/spip.php?page=analyse&id_article=2025&id_groupe=11&id_rubrique=28&id_mot=40. Acesso em: 10/06/2016.

OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETE ET DE L'EXCLUSION SOCIALE. (2012), *Crise économique, marché du travail et pauvreté : rapport*

2011-2012. Disponível em: http://www.onpes.gouv.fr/IMG/pdf/Rapport_ONPES_2011-2012_chap_1_.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETE ET DE L'EXCLUSION SOCIALE. (2013), *Penser l'assistance: rapport thématique*. Disponível em: https://www.onpes.gouv.fr/IMG/pdf/Penser_1_assistance_web.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETE ET DE L'EXCLUSION SOCIALE. (2014), *Les effets d'une crise économique de longue durée : rapport 2013-2014*. Disponível em: http://www.onpes.gouv.fr/IMG/pdf/Rapport_ONPES_2013_2014_BD.pdf. Acesso em: 10/06/2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2010), *Proteção social e geração de emprego: análise de experiências derivadas de programas de transferências com co-responsabilidade*. Washington DC: OEA. CEPAL. OIT.

PAUGAM, Serge; DUVOUX, Nicolas. (2008), *La régulation des pauvres*. Paris: Puf.

PAZ-FUCHS, Amir. (2008). *Welfare to work: conditional rights in social policy*. New York: Oxford University Press.

ROSANVALLON, Pierre. (1995), *La nouvelle question sociale : repenser l'État-providence*, Paris, Seuil.

SILVA, Luiz. Antônio M. (2002), "Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)". *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela; FARIAS, Luiz Otávio. (2008), "Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988". *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14 (3), pp. 731-741.

VRANCKEN, Didier. (2010), "Assister n'est pas assurer". *SociologieS, Débats, Figures contemporaines de l'État social*. Disponível em: <https://sociologies.revues.org/3395>. Acesso em: 10/06/2016.

As ciências sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos*

RESUMO

Neste trabalho abordamos a formação do “campo da segurança pública”, entendido como convergência nacional entre espaços acadêmicos e arenas de políticas públicas nos anos 2000. Procuramos demonstrar sua formação através da intersecção das trajetórias intelectuais e políticas de uma fração hegemônica de cientistas sociais comprometidos com a institucionalização das ciências sociais e com as mobilizações que constituíram a “violência urbana” como *problema público* desde os anos 1970, quando emergem diferentes agendas políticas presentes nas disputas pela reforma do sistema de justiça criminal. Em consequência, constata-se que há uma relação de mútua influência entre as coalizões de reforma dos campos político-burocráticos em direitos humanos e segurança pública e as agendas de pesquisa sobre a “questão criminal” no Brasil.

Palavras-Chave: “violência urbana”; “campo da segurança pública”; sociologia da sociologia.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção-CE.

ABSTRACT

THE SOCIAL SCIENCES IN BRAZIL AND THE “PUBLIC SECURITY FIELD” FORMATION

In this article, we investigate the formation of the “public security field”, understood as an expression of the national convergence between academic and public policy spaces in the 2000s. The present study aimed at describing the formation of this field through the intersections between intellectual and political trajectories of a hegemonic segment of scholars in Brazil. Such scholars were committed both to the institutionalization of the social sciences, and to mobilizations that helped to constitute urban violence as a public issue since the 1970s, when different public agendas were in dispute. As a consequence, there is a relation based on mutual influence between the coalitions to reform the bureaucratic and political fields grounded on human rights and public security and the research agendas on “criminal issue” in Brazil.

Keywords: urban violence; public security field; sociology of science.

Apresentação

Em pesquisa recente (VASCONCELOS, 2014), abordamos a formação de uma área de estudos sobre crime, violência e punição nas ciências sociais brasileiras (1968-2010). Procuramos demonstrar que as disputas pelo monopólio de posições no campo político não seriam expressão exclusiva de interesses materiais ou ideologias, mas também de forças internas ao *campo intelectual* (BOURDIEU, 1979). Identificamos a criação de vínculos entre a eleição de temáticas, o reconhecimento científico e a legitimação política de pesquisadores como especialistas, consultores, formuladores e/ou gestores em segurança pública e justiça criminal a partir das mobilizações relacionadas à construção da “violência urbana” como *problema público* (GUSFIELD, 1981; LENOIR, 1996)¹.

Nosso ponto de partida foi a “reemergência da ‘violência urbana’” como preocupação da sociedade e do Estado no Brasil a partir dos

1 Trata-se de entender como grupos sociais se organizam no espaço público para chamar atenção do que consideram problema, definindo os seus contornos e os atores autorizados para intervir.

anos 1970². Nesse período se iniciam novas imagens e esquemas de expressão pública relacionados à questão central do paradoxo entre democracia e violência: no contexto de transição democrática, os avanços no campo político convivem com a continuidade de práticas sociais e estatais autoritárias e com o alarde em torno do crime violento, opondo defensores dos direitos humanos e do regime militar (ADORNO, 1996; PERALVA, 2000). O estudo desse contexto exigiu reconstituir o processo no qual a criminologia etiológica e positivista, vigente desde o fim do século XIX, perde parte de seu terreno a partir de novas correntes que passam a afirmar a normalidade sociológica do crime e do desvio, a desigualdade de classe na seleção do comportamento criminalizado, a criticar a prisão e suas finalidades, assim como a violência policial e o atraso na reforma da segurança pública³.

Observa-se então o desenvolvimento de uma área de estudos que atravessou diferentes momentos: 1) surgimento de estudos considerados precursores e a criação dos primeiros fóruns de debate [1970-1980]; 2) consolidação dos principais grupos e linhas de investigação [1990]; e 3) expansão, como atesta a diversificação regional e o expressivo aumento de produção de teses e dissertações [2000] (LIMA, 2011).

No presente texto não vamos desconsiderar a análise do conteúdo destas diferentes proposições, mas iluminaremos sobretudo as relações entre intelectuais e política. Abordaremos os grupos de pesquisadores como *comunidades epistêmicas* (HAAS, 1992), ou seja, como redes de profissionais que reivindicam autoridade política a partir de uma competência reconhecida em um domínio particular, caracterizadas por partilhar uma mesma crença a respeito das normas e princípios de ação social, das causas dos problemas observados e das noções de validade do conhecimento no seu domínio de competên-

2 Não se afirma o ineditismo da “violência urbana” como preocupação pública, mas o início de um novo contexto de sua expressão.

3 Há uma série considerável de revisões e trabalhos acadêmicos sobre a evolução das discussões neste setor de estudos (ADORNO, 1993; ZALUAR, 1999; CARVALHO, 1999; KANT DE LIMA et al, 2000; MISSE, 2006; LIMA, 2009; ADORNO & BARREIRA, 2010). A análise deste material exige um trabalho à parte.

cia. Nosso ângulo será o da relação das áreas de saber com a estruturação de subcampos políticos ou domínios de políticas públicas em direitos humanos, segurança pública, política penitenciária e penal. Através da análise do esforço de inserção das redes de pesquisa em pontos estratégicos do sistema de condução política e governança do sistema de justiça criminal será possível requalificar o entendimento dos impactos das coalizões políticas no seio do campo acadêmico.

Para tanto, partimos dos primeiros governos estaduais eleitos pela via democrática em 1982, experiências que demonstram as clivagens do debate público e acadêmico sobre a “violência urbana” e sua relação com a democracia. Concentramo-nos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, relacionando pesquisadores de outras regiões na medida em que se relacionam com a expansão de redes de pesquisa e de atuação política que resultaram na constituição do “campo da segurança pública” nos anos 2000 - convergência nacional entre espaços acadêmicos e *arenas de políticas públicas* (FUKS, 2000), alinhando profissionais da segurança pública e da justiça criminal, pesquisadores e ativistas em *redes de políticas públicas* (JOSSELIN, 1995) e *comunidades epistêmicas* (HAAS, 1992).

Cabe afirmar de antemão que o “campo da segurança pública” não se confunde com o *campo científico*. Ele é o *locus* do cruzamento entre campo intelectual e científico das ciências sociais e do direito e o campo burocrático-político que envolve operadores da segurança pública e da justiça criminal. Nele, como pressão por um novo *regime de verdade* (FOUCAULT, 2000), são propostas mudanças na racionalidade governamental a partir da criação de arranjos institucionais e elaboração de novos princípios e rotinas.

Centros de pesquisa e crises de segurança pública em três contextos

No **Rio de Janeiro**, abordamos inicialmente a criação do *Sociedade de Pesquisadores Associados em Ciências Sociais*, nos anos 1970, onde fora organizada uma série de seminários, encontros e livros a respeito

de temas como crime, violência e poder. Malgrado as diferenças de objeto, método e alcance, estes atores irão dialogar com a tradição marxista de pensamento, participando da interface entre Direito e Sociedade no Rio de Janeiro, e dialogando criticamente com a produção da ciência política do IUPERJ⁴. O problema diria respeito a como erigir um programa de pesquisas que servisse de apoio à superação da polarização entre o crime como epifenômeno de questões estruturais e o crime como questão de lei e ordem. Esta disputa se traduzia, por sua vez, na interpretação sobre a realidade do fenômeno da violência criminal (afirmação sensacionalista do seu aumento x negação por falta de instrumentos de mensuração) e também nos termos empregados para a solução do problema (investimento em políticas econômicas e sociais x investimento em reforço a estruturação das organizações de segurança pública).

Esta disputa teria se formado em meio aos embates sobre o “problema da favela” que, como representação das classes perigosas, atravessa a história da cidade do Rio de Janeiro, entre políticas de remoção, urbanização e manutenção da ordem pública (VALLADARES, 2005). Nos governos Brizola (1983-1986/1991-1994), novas interlocuções são estabelecidas por parte de intelectuais, quadros políticos e movimentos sociais que formam a base de novas propostas para a questão, marcada pela introdução dos direitos humanos como princípio de política pública relativa à atuação policial, ao sistema penitenciário e aos setores marginalizados da sociedade. A partir deste governo ganha corpo a polarização entre correntes intelectuais, que reverbera na tomada de posição sobre as demandas suscitadas por eventos de violência e crises de segurança pública. Concentramos o foco sobretudo nas tensões entre os grupos vinculados à defesa do projeto governamental brizolista e novos centros de ativismo e pesquisa em segurança pública.

O grupo ligado ao programa para a segurança pública dos governos Brizola favoreceu pela primeira vez uma interlocução entre universi-

4 Cf. COELHO (1978); MISSE & MOTTA (1979).

dades e ensino em segurança pública através do desenvolvimento e divulgação de estudos sobre a polícia no interior da própria corporação, e de novas disciplinas nas escolas de formação policial. O conjunto destas iniciativas congregava-se em torno de uma reforma mais ampla da educação policial no estado, a partir do *Centro Unificado de Educação e Pesquisa* (CEUEP), na UERJ. A criação do *Instituto Carioca de Criminologia* (ICC), em 1996, e da Revista *Discursos Sediciosos*, é um marco importante na transição que o grupo faz da experiência de governo para a atuação na vida acadêmica (BATISTA, 2010, p. 40).

Por sua vez, as articulações entre o ISER, criado em 1991, e a ONG *Viva Rio*, criada em 1993, emergem do engajamento de cientistas sociais na disputa por hegemonia em correntes de opinião suscitadas por eventos de violência que instituíram crises de segurança pública e sua organização na forma de agendas públicas e governamentais durante os anos 1990⁵. Estas articulações originam a plataforma política de segurança pública adotada no governo de Anthony Garotinho (PDT), em 1999, no qual um conjunto de cientistas sociais ocupa cargos de governo. Uma experiência polêmica, mas que projetou alguns dos seus personagens a espaços em nível federal.

Esta frente de atuação favoreceu também o surgimento de novos centros de pesquisa. É o caso do *Centro de Estudos em Segurança e Cidadania* (CESeC/UCAM) e do *Laboratório de Análises da Violência* (LAV/UERJ). Outra resultante foi o *Instituto de Segurança Pública* (ISP), criado para ser o principal instrumento para a reforma policial em seus aspectos educacionais e profissionais. Articulação onde ganhou terreno o *Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas* (NUFEP/UFF) e seu papel na assessoria em políticas públicas de segurança municipais e na fundação do primeiro curso de graduação em segurança pública no Brasil, através do qual se realiza a institucionalização da *criminology* como antropologia do direito e ciência social aplicada à gestão (UFF, 2008).

5 Eventos como as chacinas de Acari, da Igreja da Candelária e de Vigário Geral.

De um lado, argumenta-se que haveria a alternância entre diferentes agendas políticas, a enfatizar seja a operacionalidade no controle do crime, a reação corporativa frente a ensaios de mudança ou à reestruturação democrática das polícias, em uma oscilação entre governos “leves” e “duros”, a suscitar a elaboração de uma “terceira via” (SOARES & SENTO-SÉ, 1999; CARNEIRO, 2010). De outro, relativiza-se a tese de um movimento pendular e afirma-se uma continuidade do tratamento penal às classes populares, em crítica da adesão das esquerdas às práticas punitivas, agora sob a legitimação da universidade e seus centros de pesquisa (KARAM, 1996; BATISTA, 2009). Cristaliza-se, dessa maneira, uma concorrência intelectual e política entre centros de pesquisa ligados à “Criminologia Crítica” e às Ciências Sociais, marcada por diferentes posicionamentos na disputa por hegemonia⁶.

Em **São Paulo**, analisamos a rearticulação entre agendas políticas para a institucionalização da democracia e a estruturação das ciências sociais como campo científico e profissionalizante com base na formação de centros de pesquisa independentes, posteriormente reincorporados ao campo gravitacional da Universidade de São Paulo. Sugerimos as ligações destes centros com o movimento de aposta na organização de movimentos de direitos humanos em aliança com projetos do governo de André Franco Montoro (1983-1987). Contudo, o governo Montoro esbarrou em uma série de percalços, em um momento de polarização contra a política de respeito aos direitos humanos, responsabilizada pela ineficiência da justiça criminal e aumento da criminalidade violenta (MINGARDI, 1992).

Interpretamos estas resistências como base para a recuperação da discussão precedente na forma de um centro de pesquisas sobre a associação entre violência do Estado e a cultura política brasileira: o *Núcleo de Estudos da Violência* (NEV), criado no interior da USP, em

6 Seria preciso situar ainda o *Núcleo de Pesquisa das Violências* (NUPEVI/UERJ); o *Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana* (NECVU/UFRJ); o *Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade* (CEVIS/IESP) e o *Centro Latino-Americano de Estudos de Violência* (CLAVES/Fiocruz).

aliança com a *Comissão Teotônio Vilela* (CTV) de direitos humanos⁷. Analisamos a estruturação de sua agenda de pesquisa e sua atuação no apoio a criação de leis e normas que fiscalizem e controlem a ação dos aparelhos coercitivos do Estado, em especial em períodos de crise, como as ocasionadas pela rebelião da penitenciária do estado em 1987, e principalmente o “Massacre do Carandiru”, em 1992. A repercussão desses casos teria aberto maior espaço para os pesquisadores junto ao Estado na elaboração e promulgação do *Programa Nacional de Direitos Humanos* (1996), e dos seus relatórios de avaliação. Apon-tamos também o seu lugar nas redes que investem na inclusão do tema dos direitos humanos no ensino superior.

Em plano simultâneo, problematizamos o lugar do NEV frente à crise de segurança pública em 1997, com o caso de violência policial na Favela Naval (RIFIOTIS, 1999). Este momento foi marcado pela entrada de novas organizações de ativismo e pesquisa aplicada que procuraram pautar a agenda política na segurança pública - o *Instituto São Paulo Contra a Violência*, o *Fórum Metropolitano de Segurança Pública*, o *Instituto Sou da Paz*, o *ILANUD*, o *Instituto Fernand Braudel* e a *ONG Conectas Direitos Humanos*. Isto repercutirá também na segunda gestão do governo estadual de Mario Covas (1998-2001), onde haverá adoção de novos parâmetros de modernização do setor (MINGARDI, 1992).

Um ponto de inflexão foi a organização do *Seminário São Paulo Sem Medo*, em 1997, promovido pela Rede Globo/ Fundação Roberto Marinho e coordenado pelo NEV. Esse momento demarca um maior interesse do NEV pelo tema das políticas de segurança pública, através do ideário da “segurança cidadã”. Porém, mesmo nesse novo cenário, a influência direta dos cientistas sociais junto ao governo estadual de São Paulo na segurança pública será mínima quando comparada à influência da Polícia Militar ou dos procuradores do Ministério Público. Uma das principais razões parece estar na polarização histórica entre cientistas sociais ligados aos movimentos de direitos humanos

7 A CTV foi criada em 1983, como resposta a intervenções governamentais e revoltas em prisões (TSUNODA, 2013).

e quadros governamentais, que continua na crítica à política de repressão e encarceramento promovida durante as últimas décadas.

Em **Minas Gerais**, recuperamos as bases do projeto da *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG), voltado a aproximação com a administração pública, e a modernização do *Curso de Sociologia e Política* a partir de 1968, para então situar as pontes constituídas entre cientistas sociais e a Polícia Militar do Estado, em especial as ligações com a *Fundação João Pinheiro* (FJP), e o *Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública* (CRISP/UFMG). Desde 1985, a FJP promove cursos de especialização em segurança pública para oficiais superiores da PM, convertendo-se em canal de implementação das propostas de reforma.

O CRISP é criado em 1999, com projetos de diagnóstico da criminalidade no estado em sinergia com a PM e a Fundação João Pinheiro, entre 1997 e 2002. Desde então o CRISP procurou produzir conhecimento com base na criação de indicadores estatísticos e no trabalho próximo ao governo e à formulação de políticas públicas, no sentido de auxiliar na redução dos índices de violência, principalmente homicídio. Ao longo do tempo, o CRISP conquistou um lugar de destaque na interlocução entre universidade e gestores da área de segurança pública na elaboração, avaliação e monitoramento de políticas públicas. Alguns de seus projetos adquiriram status de “boas práticas”, como novos padrões para gestão de informações policiais e de metodologias de integração das agências de segurança pública. O CRISP se constituiu então como importante disseminador de políticas de modernização em “segurança cidadã” para a América Latina (UFMG, 2016).

Em sua aposta na reforma gradual da segurança pública, especialmente da polícia militar, o estudo de aspectos como identidade profissional, condições de carreira e redes de poder internas conduzem a um escalonamento de possibilidades de reforma policial segundo níveis de dificuldade política e de impacto de transformação.

Esta perspectiva apresenta-se, nesse sentido, como uma estratégia de mudança da segurança pública no Brasil a partir da parceria entre

polícia e universidade com base no conhecimento aplicado (BEATO FILHO, 2008). De acordo com os cientistas sociais associados ao projeto, esta parceria, associada ao movimento grevista de 1997, teria auxiliado à revisão dos regulamentos disciplinares, princípios doutrinários e premissas operacionais da PMMG, mesmo sem uma grande mudança de suas condições estruturais de organização (SAPORI, 2007; BATITUCCI, 2013).

A formação do “campo da segurança pública”

Da análise dos três contextos é possível destacar que a articulação de pesquisadores em uma área de estudos e ativismo em segurança pública e justiça criminal se realiza a partir das mudanças na sociedade civil, com a criação de organizações não governamentais e da abertura de espaços de participação no campo burocrático (ZALUAR, 1999). Os anos 1990, em particular, seriam um marco no sentido da abertura de “janelas de oportunidade” a partir de crises de segurança pública. A articulação entre mobilizações sociais e propostas políticas foi fundamental para que as políticas de segurança pública se tornassem um dos objetos centrais da área de estudos (KANT DE LIMA *et al.*, 2000). Dessa maneira, na formação de centros, núcleos e laboratórios, repercutem as agendas políticas de cada momento histórico. Agindo como intermediadores entre sociedade civil e sociedade política (LAVALLE & BULOW, 2014), tais centros concorrem para a definição conjugada de padrões de trabalho coletivo/profissional, temas de pesquisa e pautas políticas.

Para compreender com profundidade a montagem desse cenário de convergência entre área de estudos e arenas de políticas de segurança pública, remontamos inicialmente à montagem institucional das ciências sociais após 1968, destacando o incentivo de agências internacionais, em especial a Fundação Ford. Desde os anos 1960 a Ford lança as bases para a constituição de uma rede com pesquisadores afetados pela repressão, apoiando o desenvolvimento das condições que sustentassem a produção de conhecimento crítico voltado

à análise dos problemas sociais brasileiros (FORJAZ, 1997). Estes investimentos seguiram uma mesma “filosofia de vertebração profissional e institucional” de apoio a associações e sociedades científicas na América Latina e que resultou na criação da ANPOCS no Brasil. Para as Ciências Sociais, a Ford se converteria no alvo preferido para coalizões (MICELI, 1990, p. 27-29). Isto demonstraria o peso estratégico do financiamento da Ford no incentivo a uma definição de conhecimento voltado à análise e legitimação das bases institucionais do regime liberal-democrático (KEINERT & SILVA, 2010).

Em se tratando de sua atuação no período mais recente, em direitos humanos e segurança pública, podemos indicar dois momentos: o *primeiro*, entre o fim dos anos 80 e o início dos 90, de ênfase nas organizações de pesquisa e ativismo em direitos humanos, com verbas para o NEV e o ISER; o *segundo*, a partir de 1997, voltado à aproximação entre cientistas sociais e profissionais da segurança pública e justiça criminal, em que o investimento concentrou-se em quatro organizações: o CRISP, o CESeC, o Sou da Paz e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A agenda da Ford continuou a incentivar a pesquisa e o ativismo nesta área, como expressam as reuniões mais recentes junto a seus beneficiários, em 2008 e em 2012 (RAMOS, 2013). Pudemos então concluir que foi expressivo o crescimento de redes lideradas por beneficiários da Ford no âmbito dos direitos humanos e da segurança pública.

Quanto aos fóruns de pesquisa, concentramo-nos principalmente nas reuniões da ANPOCS. Consideramos as delimitações de fronteiras entre cientistas sociais e juristas no *GT Direito e Sociedade* (1979-1989)⁸ e a posterior divisão entre eixos agregadores nos anos 1990: “violência e gênero”; “violência e lutas sociais”; e “violência criminal, sistema de justiça e segurança pública”. A convergência principal se realiza no terceiro eixo. Porém, até a metade dos anos 90 os estudos políticoins-

8 O GT reunia juristas e cientistas sociais que constituiriam redes que até a atualidade mantêm certas distâncias, constituídas na definição de “critérios de grupo” de parte a parte.

titucionais sobre segurança pública terão repercussão limitada, reduzida sobretudo aos GTs de *Políticas Públicas*. Mas, mesmo que ainda subsumida a outras questões, a segurança pública começa a ampliar seu espaço, em grande parte favorecida pela politização da “violência urbana” no Rio de Janeiro, com o envio de tropas militares na “Operação Rio”⁹, e com a inserção, no interior da ANPOCS, da agenda político-intelectual relacionada ao Viva Rio e ao ISER, assim como da antropologia da justiça penal e do policiamento produzida pelo NUFEP/UFF.

Se os estudos sobre políticas públicas de segurança e organizações policiais ou mesmo sobre a prisão não tem grande destaque até o momento, a representatividade de estudos sobre aferição de taxas de criminalidade será ainda menor. Isto se expressará nos conflitos entre, de um lado, uma visão ampla dos atos de violência, como reação de sentido protopolítico à uma situação de “violência estrutural”, ou como “violência simbólica” e, de outro, uma visão mais restrita da violência como criminalidade comum (homicídios, latrocínios, roubos e furtos) ou redes estruturadas de crime-negócio. Este contraste será expresso nas discussões sobre a questão da sociabilidade juvenil na forma de gangues e galeras na ANPOCS durante os anos 1990. O tópico mais ressaltado consistiu na crítica a concepções amplas a respeito da violência, sintetizadas no conceito de *violência estrutural*. Ao propor que os verdadeiros problemas estariam no desemprego, na falta de serviços públicos, na ausência de políticas sociais, entendidos como fatores de violência do Estado, este discurso não ofereceria “meios para pensar aquelas ações caracterizadas pelo excesso ou descontrole no uso da força física (ou de seus instrumentos) nas interações sociais, passíveis de controle democrático» (ZALUAR, 1999, p. 233-240).

Assim, consolida-se um direcionamento pragmático e reformista em segurança pública, reverberando em tomadas de posição que têm restrições ou precauções quanto a perspectivas mais amplas ou

9 Operação marcada pela intervenção do Exército na segurança pública do Rio de Janeiro em 1992.

positivadas da violência, em prol de um conceito mais restrito de criminalidade como problema a ser combatido. Nesse processo, se os anos 1990 iniciaram pela discussão da política nacional de direitos humanos e do funcionamento da justiça criminal, há um progressivo diálogo e unificação entre as discussões, expressando uma autonomização do tema da criminalidade e da segurança pública, de tal modo que é possível destacar atualmente o reconhecimento intelectual e político dos temas da área (LIMA, 2011; MONTEIRO, 2014).

Este processo se concretiza através de três dimensões: a) da nacionalização da área de pesquisa através da permeabilidade das associações de pesquisadores (ABA, SBS, ABCP e ANPOCS) às agendas político-intelectuais da reforma da segurança pública; b) da consolidação de redes de pesquisa através do *Programa Nacional de Apoio a Núcleos de Excelência* (PRONEX): o que favorece o trânsito de pesquisadores de outras áreas temáticas, como a dos conflitos rurais, para o estudo da segurança pública; c) e da conjugação de interesses entre pesquisadores e a agenda da Fundação Ford, que se volta com mais ênfase à segurança pública, tendo como marco o Simpósio *Experiências inovadoras e políticas de segurança pública*, em parceria com a *Secretaria Nacional de Segurança Pública* (SENASP) e realizado na ANPOCS, em 1998.

Com isto, ocorre a expansão e diversificação de grupos de pesquisa e do volume da produção, com a organização constante de encontros e congressos, a criação de novas revistas¹⁰ e a formação de linhas temáticas e disciplinas inter-relacionadas. Mais recentemente o padrão de institucionalização estatal tem se orientado para a constituição de redes que vinculem consolidação acadêmica com a transferência de conhecimento para a sociedade e políticas públicas, caso dos *Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia* (INCTs)¹¹.

10 São criadas: a *Revista Brasileira de Segurança Pública*; a *Revista Sistema Penal e Violência*; a *Revista Segurança, Justiça e Cidadania*; e a *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*.

11 Criados em 2010 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesta área de estudos, dois INCTs foram aprovados: *Violência, Democracia e Segurança Cidadã* e *Administração Institucional de Conflitos*. Um terceiro fora projetado, mas não instituído: *Espaços Urbanos e Gestão de Políticas Públicas de Segurança*.

A dimensão acadêmica, contudo, não pode ser descolada de um processo de legitimação política do protagonismo federal na segurança pública a partir dos anos 2000, resultante de um histórico de mobilização em prol da reconstrução do Estado na área de direitos humanos e de segurança pública, visando suprir as lacunas da Constituinte, que deixara intocadas as funções e os padrões de organização e de atuação da segurança pública. Destacam-se o conjunto de planos e inovações institucionais a partir da criação da *Secretaria Especial de Direitos Humanos*, em 1997, e da SENASP, em 1998, e dos Planos Nacionais de Segurança Pública promulgados a partir de 2000, cujo objetivo declarado seria articular a eficácia e eficiência da segurança pública com a garantia dos direitos humanos e processos de controle democrático. Com base nestes princípios projetou-se uma estrutura de governança, o *Sistema Único de Segurança Pública* (SUSP). A montagem de sua *Arquitetura Institucional* (SENASP, 2006) foi produzida por uma rede de 60 atores, em especial cientistas sociais e advogados, de organizações de interface entre sociedade civil e centros de pesquisa universitários. A realização do 1º *Concurso de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública*, em 2004, parceria entre a ANPOCS e a SENASP, deu continuidade a esse processo.

Estas articulações se dirigiram à formulação de um “novo paradigma da segurança pública”, sintetizado para muitos na noção de *Segurança Cidadã*. A 1ª *Conferência Nacional de Segurança Pública* (CONSEG), em 2009, foi tida como uma janela de oportunidade para promover e mensurar a adesão a este novo paradigma (LIMA, 2011). Na Conferência teria havido uma concentração nacional do debate, acompanhada do surgimento de novos atores da sociedade civil, principalmente ONGs e institutos acadêmicos, que ampliaram seus recursos a partir de atividades de pesquisa, mobilização social e assessoramento à formulação de políticas públicas (PAVEZ *et al.*, 2011). Estas organizações procuraram desfazer a forte polarização entre os atores tradicionais da área, as Forças Armadas e as altas patentes das polícias e as organizações de militância em direitos humanos (SAPORI, 2007).

Com isto, o diagnóstico da insuficiência do aparelho estatal para dar conta de novos fenômenos criminais e do atraso das reformas em segurança pública frente a outros setores é, então, o argumento de entrada de uma fração hegemônica de cientistas sociais em disputa com grupos dirigentes já estabelecidos na segurança pública. Os cientistas sociais têm se dividido em múltiplas frentes: alianças setoriais junto a policiais na implementação de novos conteúdos no ensino policial e novas maneiras de implementar políticas públicas; adoção de pesquisas como instrumento de *agenda-setting*; e reforço à formação do cientista social como *policy maker* ou na criação de novas categorias profissionais (bacharel em segurança pública), capazes de cumprir este papel.

Uma das ênfases centrais foi a reivindicação mais frequente de uma nova geração de cientistas sociais pela *expertise* na gerência de cargos de execução em governos (LIMA *et al.*, 2009), o que iria de encontro à concepção mais consensual existente na definição dos limites entre o papel do intelectual e do gestor público. Estas tendências já se anunciariam, no mesmo período, entre outros membros da geração anterior¹², mas seria necessário ainda acrescentar pesquisadores de segunda e terceira geração, que iniciam uma relação de maior proximidade com o universo burocrático e político. Tal inflexão é pertinente a pesquisadores presentes em contextos regionais diversos, acompanhando, por exemplo, o desenvolvimento do conceito de “segurança cidadã”, apoiado em incentivos do governo federal e de agências privadas e multilaterais.

Ganhou terreno um ponto de vista específico sobre os fatores que dificultaram a implementação de uma agenda de reformas institucionais e de avanços na gestão operacional do setor de segurança pública após a transição democrática (SAPORI, 2007). A omissão ou incompetência de governos democráticos, a prioridade do combate ao poder das Forças Armadas após a transição política, ou ainda da ausência de um paradigma alternativo que instrumentalizasse os *decision makers*,

12 Sobre relação entre cientistas sociais e cargos de governo, cf. Vasconcelos (2015).

teriam favorecido uma “relativa disjunção” entre o conhecimento científico produzido nas faculdades de ciências sociais e a exigência de um *know-how* para executar os planos governamentais, ajudando a explicar a prevalência de policiais, juízes, advogados, promotores e militares das Forças Armadas no seio das elites decisórias nesse campo de atuação (*ibidem*, p.110). O cenário dos anos 2000, ao contrário, seria visto como oportunidade de uma reforma das organizações da segurança pública - como meio de superação das instabilidades dos tempos da política, favorecendo a formação de quadros de *decision makers* (*ibidem*) -, de modo semelhante à ocorrida na Saúde Pública, onde a passagem entre academia e gestão é rotineira, ou na Economia, quando se tem em vista a criação da *expertise* necessária à gestão política (RAMOS, 2007).

Diante do percurso analisado, seria o caso de apontarmos a emergência de um projeto de hegemonia “tecnocrática” nas ciências sociais vinculado a agendas de reforma política na segurança pública. Uma opção estratégica em termos da adesão cognitiva e prática de agentes policiais, que se consolidou em torno de coalizões de reforma a partir dos anos 2000 (SOUZA, 2015), em meio a disputas entre corporações, *lobbies*, redes de políticas públicas e *comunidades epistêmicas*. Condições que foram constituídas ao longo das últimas três décadas, junto à criação de centros de pesquisa [*think tanks*] como pontas de lança de um novo espaço de produção intelectual (MEDVETZ, 2009).

Assim, após a transição democrática, as insuficiências das estratégias de reforma orientadas pela “militância tradicional em direitos humanos”, centradas na denúncia e controle da ação violenta do Estado, e o conjunto de crises de segurança pública, entre as quais as greves policiais em território nacional, teriam fornecido o terreno para o incentivo à atuação conjunta entre pautas de pesquisa e políticas no sentido da construção de compromissos de viabilização da reforma e modernização do setor. Não se trata de afirmar uma completa indiferenciação institucional ou epistemológica entre ciência e política, mas de novas formas de articulação dos resultados acumulados no campo da ciência na competição política. Nesse sentido, a formação

de um “campo da segurança pública” dá início à organização de sistemas de intercâmbio entre pesquisa e construção de políticas públicas alternativas ao monopólio do saber jurídico e policial tradicionais.

Mesmo com diferentes ênfases, pode-se dizer que estes pesquisadores compartilham do diagnóstico de que a “ciência da segurança pública no Brasil ainda é bastante incipiente e desproporcional em relação aos desafios existentes” (BEATO FILHO, 2012, p. 251), cuja solução passaria seja pela autonomização da criminologia, seja de uma área de saber inter ou transdisciplinar, para a formação de um novo perfil de pesquisador e também de quadros administrativos. Este esforço se conjugou à construção de uma narrativa de fundação da área de estudos e pesquisas. Tal como se poderia falar no caso da ciência política brasileira desde os anos 1970, trata-se de um movimento duplo de afirmação de autonomia disciplinar aliada à criação de um novo discurso sobre a política, por meio do qual se constitui uma *comunidade epistêmica*, com “identidade, recursos próprios, hábitos institucionais e linguagens próprias e compartilhadas e formas de expressão e presenças públicas” (LESSA, 2011, p. 29).

Narrativas de fundação, formações disciplinares e novos perfis profissionais

A construção dessa narrativa hegemônica constitui um *tournant* de ideias e sensibilidades nos anos 1980, ligado ao esvaziamento dos sentidos políticos da violência e à valorização da democracia como princípio de mudança institucional e cultural. Ela se constitui na ideia da passagem entre dois momentos na história brasileira recente, a *transição democrática* e a *consolidação democrática*, cada um a exigir um posicionamento diferente. *Grosso modo*, no primeiro momento, preponderaria um discurso de *denúncia*: crítica à violência de classe praticada pelo Estado, o entendimento do crime como estratégia de sobrevivência e como forma de protesto “pré-consciente” ou “pré-político” das situações de “violência estrutural”. No segundo, um discurso *propositivo*: o diagnóstico de aumento da criminalidade

urbana violenta redireciona o foco para um viés menos politizado e mais técnico, voltado à reforma das organizações estatais, em termos de transparência, eficácia e eficiência. Não se trata de afirmar uma desconsideração dos fatores estruturais envolvidos na produção social da violência, mas de uma mudança de ênfase favorecida por uma maior interlocução com o Estado.

Mas a interpretação sobre esse processo não é unívoca. Ela traduz diferentes olhares sobre as relações entre o histórico de lutas sociais desde os anos 1970 e a gerência do Estado após a redemocratização: o primeiro sentido, ligado à narrativa hegemônica, enfatiza as ligações entre as lutas políticas e a abertura do campo do poder na segurança pública a ideias e quadros de esquerda (TAVARES DOS SANTOS, 2009; LIMA, 2011); o segundo, critica a participação do saber científico em processos de governamentalização e controle social (KARAM, 1996; BATISTA, 2009; LOPES, 2009). Visto de maneira positiva, emerge um contexto universitário plural que se recompõe voltado à discussão dos problemas públicos, comparável ao contexto da Escola de Chicago no início do século XX (MACHADO DA SILVA, 2011) ou ao contexto da criminologia como suporte de políticas públicas nos anos 1960, também nos Estados Unidos (BEATO FILHO, 2011). Por outro lado, o processo abre também margem a críticas, que giram em torno de acusações de cooptação, “policização da Academia” produzida por uma “sociologia colaboracionista” (BATISTA, 2009) ou por um “gerencialismo de esquerda” (CARVALHO, 2014).

Situamo-nos, então, entre duas narrativas em confronto implícito sobre a produção e recepção de ideias a respeito do crime, da violência e da punição por parte do campo intelectual brasileiro, que até então pouco dialogavam.

De um lado, temos a narrativa de cientistas sociais a partir dos estudos empíricos, de variados matizes teóricos, sobre prisão, polícia e criminalidade organizada, que se consolida na eleição definitiva de fundadores e de uma coerência a respeito das personagens, temas e trabalhos a conformarem um cânone. O livro “As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos huma-

nos no Brasil” (LIMA& RATTON, 2011) expressa de modo exemplar a marca desta narrativa. É concedido um destaque especial a Edmundo Campos Coelho e a Antônio Luiz Paixão, que “introduziram o campo da criminologia no Brasil”. A influência destes autores se faria perceber em novos referenciais de análise, na formação “[...] de uma nova geração de cientistas sociais que hoje constitui a comunidade de especialistas nesse campo” e na tarefa precursora de quebra das barreiras entre universidade e polícia, cujas implicações “[...] talvez constituam o mais importante impacto desse novo campo de estudo” (LEEDS, 2011, p. 08). Assim, no conjunto, o livro expressa o projeto de unificação de uma área de estudos e pesquisas em torno do “campo da segurança pública”, que guarda também um viés geracional ligado às disputas em torno da incorporação do legado dos fundadores e do direcionamento dos novos projetos na área¹³.

De outro, temos a narrativa proveniente da Criminologia Crítica (BATISTA, 2011), onde são eleitas personagens e teorias fundadoras de uma discussão envolvendo o pensamento jurídico-crítico latino-americano e europeu, em diálogo com teorias sociológicas do desvio norte-americanas. Nesta perspectiva, o positivismo, transfigurado em funcionalismos e estruturalismos sociológicos, seria uma grande permanência a ser combatida, posto que considerado forma de despolitização de conflitos e lutas, “traduções traidoras” de teorias dos centros hegemônicos. O propósito é questionar a naturalização do conceito de criminalidade, em prol de um ponto de vista que enfatize os jogos de poder inerentes aos processos de criminalização, como forma de deslegitimar a “função ideológica dos aparatos de controle social” (*ibidem*, p. 74). Com isso, pretende-se uma teoria do poder não associada à “demanda por ordem de nossa formação econômica e social” (*ibidem*, p. 74), para informar uma nova política criminal, vista como orientação articuladora das políticas de segurança pública, da política judiciária e da política penitenciária (BATISTA, 1990).

13 Para a consolidação dessa narrativa cf. Freitas & Ribeiro (2013, 2014).

Nesse sentido, a questão se recoloca como embate entre teorias legitimadoras ou deslegitimadoras da pena e seus promotores: de um lado, o direito penal mínimo e o abolicionismo penal, promovidos por uma “esquerda jurídico-penal” e ancorada no direito alternativo e no garantismo; de outro, uma política de lei e ordem, baseada no tripé das ideologias da defesa social, da segurança nacional e direito penal do inimigo. Neste bloco, são alinhadas teorias que reagiram às proposições da criminologia crítica nos Estados Unidos e na Inglaterra a partir dos anos 1960 e fundamentaram políticas duras de encarceramento e repressão, responsáveis pelo recrudescimento das leis penais e criminalização do “excedente de mão-de-obra” (*ibidem*, p.103). Estas correntes teriam se espreado pelo mundo como “criminologia de direita” ou como “realismo de esquerda”, “convocando criminólogos e as ciências sociais a colaborarem com a governamentalização do estado penal” (*ibidem*, p.104). Esta é a matriz da crítica à cooptação da sociologia brasileira ao “paradigma da segurança com suas consultorias neutras e técnicas” (BATISTA, 2009, p.10), que não incorporaria “a questão da conflitividade social, nem dos processos de criminalização (BATISTA, 2011, p.76). Em termos políticos ela seria representante de uma “esquerda punitiva” ou “esquerda real” que, apoiada na “lenda fundacional do iluminismo, o *estado democrático de direito*” (*ibidem*, p.105), teria incidido no erro de apostar em modelos ideais de segurança pública, sem refletir sobre as políticas criminais que os produzem e, por essa razão, legitimaria o “extermínio cotidiano”.

Para além da exatidão ou inexatidão destes argumentos, importa ressaltar que estas narrativas de fundação traduzem uma disputa pela participação legítima em um mesmo debate e a busca por espaços de influência na formação de atores na universidade e no sistema de justiça criminal. É possível discernir, da parte da Criminologia Crítica, uma busca de legitimidade nas Faculdades de Direito e junto aos espaços de crítica e de formulação de leis penais e políticas criminais¹⁴. Por parte dos cientistas sociais, uma busca de legitimidade na orientação de políticas que conjuguem direitos humanos e segurança pública. Um embate

14 A propósito da Criminologia Crítica nas Faculdades de Direito cf. Garcia (2014).

entre *comunidades epistêmicas* (HAAS, 1992), sobretudo diante de uma perda de espaço da Criminologia Crítica brasileira, ligada à conjugação da perspectiva marxista e foucaultiana na crítica da extensão do direito penal, frente ao avanço de um “realismo de esquerda” ou de uma “corrente liberal” (PRADAL, 2013) composta por cientistas sociais.

As clivagens entre “criminologias” críticas e aplicadas se demonstram na adoção de diferentes referenciais teóricos e em diferentes concepções sobre o papel a desempenhar na concorrência pelo monopólio do saber sobre segurança pública. No plano acadêmico, estas disputas têm alimentado a formação de uma série de disciplinas científicas, assim como propostas de nomeação da área de saber (Criminologias, Sociologias e Antropologias do crime, da violência, da conflitualidade...). Em nossa interpretação, estas diferentes proposições apontam para uma área de estudos e pesquisas em tensão entre esforços de reconfiguração crítica do modelo de Ciências Criminais integradas ao Direito Penal e um modelo de Criminologia independente, como formação profissional na área de gestão da segurança pública e justiça criminal. Dois modelos não necessariamente contraditórios que encontraram uma solução de compromisso no “campo da segurança pública”, no seio do qual se disputam orientações políticas, abertura de espaços na administração pública e formação de redes de pesquisa e ensino. Nesse sentido, a formação de cânones e narrativas de fundação se estabelecem em momento de maior estabilização destas *comunidades epistêmicas* e de disputas pela ocupação de posições institucionais tendo em vista a reprodução destes modelos.

Nota-se, entretanto, que apesar dos esforços de articulação de pesquisadores, movimentos sociais e atores estatais há uma forte continuidade de agendas políticas de resistência às mudanças institucionais; sobretudo, quando o intento é atuar nos pontos de contato entre as dinâmicas dos subsetores da segurança pública e da política penitenciária, no sentido de uma modificação sistêmica da política criminal implementada no país. Isto impõe a necessidade de repensar os limites e as divisões de fronteiras entre comunidades epistêmicas frente ao desafio de mudança social.

Referências

- ADORNO, Sérgio. (1993), “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: um recorte temático”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 35, 1 semestre, p. 03 – 24.
- _____. (1996), *A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Tese de Livre-Docência, FFLCH-USP.
- _____. & BARREIRA, César. (2010), “A violência na sociedade brasileira”. In: *Horizontes das Ciências Sociais – Sociologia*. São Paulo: ANPOCS.
- _____. & CARDIA, Nancy. (2002), “Das análises sociais aos direitos humanos”. In: BROOKE, N.; WITOSHYNKY, M (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP / Fundação Ford.
- BATTUCCI, Eduardo. (2013), “O Militar e o cientista: trajetória profissional e cultura policial dos oficiais de uma polícia militar brasileira”. Paper, 37a ANPOCS.
- BATISTA, Nilo. (1990), *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- BATISTA, Vera M. (2009), “Prefácio”. In: LOPES, Edson. *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. (2010), “Entrevista”. In: LEAL, Ana Beatriz *et al.* (org). *Sonho de uma Polícia Cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira*. Rio de Janeiro: NIBRAHC, p. 38 – 48.
- _____. (2011), *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan.
- BEATO FILHO, Cláudio (org.). (2008), *Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____. (2011), “Entrevista”. In: LIMA, Renato & RATTON, José L. (Org.), *As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, p. 280 – 295.
- _____. (2012), *Crime e Cidades*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), “La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison”. *Sociologie et Sociétés*.
- CARNEIRO, Leandro P. (2010), “Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 4, p. 48-70.
- CARVALHO, Glauber Silva de. (1999), *Abordagens Teóricas da Violência Criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo, FFLCH-USP.

- CARVALHO, Salo de. (2014), “O ‘gerencialismo gauche’ e a crítica criminológica que não teme dizer seu nome”. *R. Dir. Gar. Fund.*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 125-155, jan./jun.
- COELHO, Edmundo C. (1978), “A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12(2), p. 139-161.
- FORJAZ, Maria C. S. (1997), “A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, n.35.
- FOUCAULT, Michel. (2000), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FREITAS, Renan S. & RIBEIRO, Ludmila M. (2013), “Balanço e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, p. 69-113.
- _____ & _____. (2014), “Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?” *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 3, p. 175-185.
- FUKS, Mário. (2000), “Definição da Agenda, debate político e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v.49, p.79-94.
- GARCIA, Mariana D. de O. (2014), *A criminologia no ensino jurídico no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Jurídicas – UFSC.
- GUSFIELD, Joseph R. (1981), *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago/London, The University of Chicago Press.
- HAAS, Peter M. (1992), “Epistemic Communities and International Policy Coordination”. *International Organization*, n.46, p.1-35.
- JOSSELIN, Daphné. (1995), *Économie politique internationale: de l’usage multiforme des réseaux de politique publique*. Le Galès and Thatcher (eds.).
- KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana P. M. de. (2000), “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.50, p.45-123.
- KARAM, Maria L. (1996), “A esquerda punitiva”. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, n. 1, p. 79-92.
- KEINERT, Fabio C.; SILVA, Dimitri P. (2010), “A gênese da ciência política brasileira”. *Revista de sociologia da USP*. vol. 22, n. 1, junho, p. 79-98.
- LAVALLE, Adrian. G.; BÜLOW, Marisa. V. (2014), “Sociedade civil e institucionalização da intermediação: *Brokers* diferentes, dilemas semelhantes”. *Política & Sociedade*, V.13, n.28.

- LEAL, Ana B. *et al.* (2010), *Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira*. Rio de Janeiro: NIBRAHC.
- LEEDS, Elizabeth (2011), “Prefácio”. In: LIMA, Renato & RATTON, José L. (Org.), *As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, p. 07 – 09.
- LENOIR, Remi. (1996), “Objeto sociológico e problema social”. In: MERLLIÉ, Dominique *et al.* *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- LESSA, Renato. (2011), “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, 17-60.
- LIMA, Renato S. de. *et al.* (2009), *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas últimas duas décadas (1990-2000)*. São Paulo: FAPESP.
- _____. (2011), *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- _____ & RATTON, José L. (Orgs.). (2011), *As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: ANPOCS.
- LOPES, Edson. (2009), *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. (org.). (2009), “Refundar a polícia ou a sociedade?” *Observatório da Cidadania* (Rio de Janeiro).
- _____. (2011), “Entrevista”. In: LIMA, Renato & RATTON, José L. (Org.), *As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, p. 146 – 175.
- MEDVETZ Thomas. (2009), “Les think tanks aux États-Unis. L'émergence d'un sous-espace de production des savoirs”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 176-177, p. 82-93.
- MICELI, Sérgio. (1990), *A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Sumaré/Idesp.
- MINGARDI, Guaracy. (1992), *Tiras, gansos e trutas*. São Paulo: Editora Scritta.
- MISSE, Michel & MOTTA, Dilson. (1979), *Crime: o social pela culatra*. Rio de Janeiro, Achiamé-Socii.
- _____. (2006), *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- MONTEIRO, Felipe *et al.* (2014), O estado da arte na produção de ciências sociais e segurança pública. IX ENCONTRO DA ABCP.

PAVEZ, Thais *et al.* (2011), “Redes sociais e segurança pública: características e reflexões à luz do processo preparatório para a 1ª Conseg”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 5, ed. 9, São Paulo.

PERALVA, Angelina. (2000), *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.

PRADAL, Fernanda F. (2013), *Política e Segurança Pública no Brasil: uma problematização da perspectiva especialista liberal*. Dissertação em Direito. PUC-RJ.

RAMOS, Silvia. (2007), *Respostas brasileiras à violência no campo da segurança pública - os movimentos sociais e as organizações não-governamentais*. Tese em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz.

_____. (2013), “O campo de estudos e ação sobre violência, segurança e justiça: constituição, relacionamento com outras áreas e perspectivas”. Disponível em: <<http://www.ucamcesec.com.br>>.

RIFIOTIS, Theophilos. (1999), “Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n.4, p. 28-41.

SAPORI, Luís F. (2007), *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP. (2006), Relatório de Gestão. Disponível em: www.justica.gov.br>relatorio-gestao-2006.

SINHORETTO, Jacqueline. (2011), *A justiça perto do povo. Reforma e gestão de conflitos*. 1. ed. São Paulo: Alameda, v. 1. 438p.

SOARES, Luiz E. & SENTO-SÉ, João T. (1999), “Dilemas de um aprendizado difícil: Estado e segurança pública no Rio de Janeiro”. Programa Mare-Capes-CNPq – Reforma do Estado, 2010.

_____. (2001), “Espaço Aberto – Entrevista”. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, p. 237-270.

_____. (2015), *Quem comanda a segurança pública no Brasil?* Editora Letramento.

SOUZA, Robson. (2015), *Quem comanda a segurança pública no Brasil?* Editora Letramento.

TAVARES DOS SANTOS, José V. (2009), *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

_____. (2010), “The Dialogue between Criminology and the South’s Sociology of Violence: The Policing Crisis and Alternatives”. In: BURAWOY, M. *et al.* (Org.). *Facing an unequal world: challenges for a global sociology*. Taiwan: ISA.

TSUNODA, Fabio. (2013), *Comissão Teotônio Vilela (CTV): direitos humanos e vocação militante*. Dissertação em Sociologia, USP.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. (2008), Projeto de curso superior de bacharelado em segurança pública e social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. (2016), Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Disponível em: www.crisp.ufmg.br. Último acesso: 19/12/2016.

VALLADARES, Lícia. (2005), *A Invenção da Favela*, 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. (2014), *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. Tese em Sociologia, FFLCH-USP.

_____. (2015), “O ‘campo da segurança pública’ no Brasil: cientistas sociais como grupo dirigente?”. *Anais do 39 Encontro Nacional da ANPOCS*. Caxambu.

ZALUAR, Alba. (1999), “Violência e Crime”. In: MICELI, Sérgio. (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*, vol. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré/ANPOCS.

Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense

Zulene Muniz Barbosa*

Uslan Junior de Sousa Mesquita**

RESUMO

Este artigo pretende contribuir com as reflexões referentes às questões indígenas na Amazônia maranhense a partir do panorama nacional, e tendo como cenário os rearranjos do Estado brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Empreende-se uma análise dos processos históricos, políticos e sociais que forjaram as condições para o surgimento dos movimentos sociais indígenas, politicamente articulados. A mudança de perspectiva do indígena como protagonista de suas próprias lutas ocorreu especificamente no bojo de projetos desenvolvimentistas como o Projeto Grande Carajás, cuja consequência foi a desestruturação dos seus territórios. A repressão e a ameaça de supressão de suas terras, no entanto, ao invés de instaurar o medo nas lideranças, significou o amadurecimento da percepção de uma “causa indígena” e o vislumbrar dos embates étnicos no cotidiano desses povos.

Palavras-chave: COIAB; COAPIMA; ditadura militar; desenvolvimento; povos indígenas.

* Doutora em Ciências Sociais - política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Professora adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão e Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento, Política e Trabalho - GEDEPT.

** Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão, membro do Grupo de pesquisa GEDEPT-UEMA. Professor de História na rede pública do Distrito Federal, com atuação na área de socioeducação.

ABSTRACT

INDIGENOUS SOCIAL MOVEMENTS IN TRANSFORMATION: THE POLITICAL STRUCTURING OF ETHNIC STRUGGLES AND THEIR ORGANIZATIONS IN THE MARANHÃO AMAZON

This article aims to contribute with reflections on indigenous issues in the Amazon, from the national panorama, and the backdrop of the rearrangements of the Brazilian State in 1970 and 1980. It undertakes an analysis of the historical processes, political and social factors which have shaped the conditions for the emergence of social indigenous movements, politically articulated. The change in perspective of the indigenous as the protagonist of their own struggles occurred specifically in the bulge of modernising projects like the *Projeto Grande Carajás*, whose consequence was the destruction of their territory. The repression and the threat of abolition of their lands meant the maturing of the perception of a “indigenous cause” and the glimpse of Brazil’s ethnic in everyday life of these people.

Keywords: COIAB; COAPIMA; military dictatorship; development indian peoples.

Introdução

A dinâmica dos conflitos contemporâneos envolvendo os povos indígenas impõe reflexões de ordem política, econômica e cultural a partir de um conjunto de elementos que transcendam a especificidade das questões étnicas. A perspectiva é examinar os movimentos sociais indígenas na Amazônia maranhense apreendendo-os, conforme assinala Almeida (2007), a partir da dialética entre os “novos e novíssimos” movimentos sociais. O conjunto das mudanças paradigmáticas ensejadas pelo processo de globalização define os novos embates com os Estados nacionais, seja no Brasil, no Equador, na Bolívia ou no México.

O paradigma da alteridade é contundente na construção dos movimentos indígenas latino-americanos em uma escala globalizada, articulando estes em redes de apoio mútuo, representadas por grupos internacionais, nacionais e regionais. A atuação etnopolítica constitui um esforço conjunto de organizações e corporações que

funcionam enquanto instrumentos de pressão pelo reconhecimento da composição multiétnica dos Estados (LÓPEZ, 2005, p. 164-5), num processo denominado “transnacionalização a partir de baixo”.¹

Foi no limiar do século XX, com a intensificação das trocas materiais e simbólicas, que o Estado capitalista ensejou sua interpenetração na cultura indígena como forma de açambarcar-lhe a identidade e seu patrimônio e em especial seus territórios. Desse modo, órgãos como o SPI e mais tarde a FUNAI, aceleravam o projeto de integração nacional, mas foi a partir de 1964, nos rastros da modernização conservadora que se agravaram os embates em torno da redefinição da estrutura fundiária, ocasionando o acirramento das lutas sociais no campo e na floresta.

Diante do avanço do capital sobre as culturas ditas “tradicionais”, dentre elas os povos indígenas, novas estratégias de luta precisaram ser definidas e reelaboradas. Neste cenário de plena vigência de governos ditatoriais, as lideranças indígenas amadureceram a percepção de uma “causa indígena” e um inimigo comum - o difuso e sedento Estado - dando início à estruturação e articulação política dos movimentos e organizações indígenas.²

A fúria desenvolvimentista sobre a Amazônia

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a colonização da floresta Amazônica tornou-se estratégica para os interesses nacionais. A chamada “marcha para o Oeste” foi acompanhada da abertura de estradas, que facilitariam o desenvolvimento da região. Esse vasto e

1 Este termo remete a “práticas e processos” voltados para a defesa de interesses de grupos minoritários em diferentes espaços nacionais, interconectando atores sociais em uma estratégia de “conformação de agenciamentos políticos que perpassam fronteiras através de redes internacionais [...], trazendo suas problemáticas para a agenda da ‘governabilidade global’ de organizações internacionais e corporações multinacionais.” (LÓPEZ, 2005, p. 164).

2 Por movimento indígena entende-se “o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”, por outro lado, organização indígena remete a um “modelo branco” de articulação política nos moldes do Estado burocrático e legalista (LUCIANO, 2006, p. 58-60).

desconhecido território entrava, com toda sua riqueza, na pauta das políticas governamentais.

Na conjuntura da guerra fria, o Brasil alinhou-se ao bloco capitalista após resolver tensões internas entre as diversas frações burguesas, as quais só foram estabilizadas com o golpe militar de 1964. Apoiado por capitais norte-americanos, os militares conduziram a política econômica do país por mais de duas décadas. De acordo com Barbosa (2006), tratava-se de um movimento contrarrevolucionário que lançava as bases de um Estado centralizado e repressivo.

O novo regime político legitimou o conjunto das suas ações amparado na defesa do “progresso” a todo custo, o que levou a um processo de concentração e centralização do capital no Brasil. Segundo Almeida (1997), o sucesso do regime foi sobretudo econômico - altos índices de crescimento do PIB, elevadas taxas de acumulação de capital e elevação do padrão de consumo de alguns setores da classe média. Essa fase prolongou-se e produziu o chamado “milagre econômico” que se definiu fundamentalmente por um período de crescimento sustentado do Produto Nacional Bruto.

Entretanto com o fim do milagre, o Estado passou a investir em regiões cujo potencial de riqueza era ainda inexplorado. Para o governo e seus articuladores tratava-se de territórios “descolonizados”. Esta posição mostrou a face autoritária do regime ao desconsiderar a existência dos povos que tradicionalmente viviam nestas terras. Foram empregadas estratégias que visavam reorientar o padrão de industrialização, principalmente através do II PND - Plano Nacional de desenvolvimento.³ Assim, a região amazônica passou a ser vista como redentora, o lugar capaz de salvar o país com extração de riquezas inesgotáveis.

Nesse contexto, projetos desenvolvimentistas foram estruturados num plano que visava interligar todo o território nacional. O II PND

3 O II PND (1975-1979) constitui uma política de integração nacional com o propósito de “modernizar e expandir a economia nacional articulando-a a internacional”. Posta em ação durante o governo Geisel, em um contexto de crise capitalista global, implicou num endividamento externo sem precedentes.

tinha como ambição redefinir a industrialização, agora orientada principalmente para a exportação, ao mesmo tempo, em que lançava as bases da autossuficiência energética. As denominadas políticas desenvolvimentistas, em consonância com os ideais de modernização e integração regional, implicaram na implantação de projetos exorbitantes que consumiram altos investimentos.

Para expandir as regiões, os governos militares executaram a política de construção de rodovias. Em 1970, projetada pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici, a Transamazônica (BR-230) deveria atravessar o Brasil. Com 4.223 km, cortando sete estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

Também foram projetadas as rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163), da Manaus-Porto Velho (BR-319), da Perimetral Norte (que deveria ligar Macapá com Manaus e que nunca foi terminada) e, mais tarde, a pavimentação da Belém-Brasília (BR-010) e da Pará-Maranhão (BR-316). O custo da construção da Transamazônica, que nunca foi acabada, atingiu US\$ 1,5 bilhão. As grandes rodovias provocaram grande fluxo migratório e serviram para transportar trabalhadores de um lado para o outro do país. Mas, sem qualquer projeto de expansão produtiva (sem reforma agrária), o que restou foram típicas conformações de desflorestamento causadas pela estrada e suas vicinais.

A Amazônia inseria-se, portanto, no contexto da ideologia de desenvolvimento regional, e sua ocupação fazia parte da estratégia geopolítica militar de defesa do território nacional. A redefinição das fronteiras econômicas da região amazônica estava atrelada aos grandes projetos de exploração de recursos naturais (principalmente minerais).

Na década de 1980, foram criados os grandes projetos para a região: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), sobre o rio Tocantins; o da Mineração Rio do Norte (MRN), de exploração de bauxita metalúrgica, a noroeste do Estado do Pará, no município de Oriximiná; o da Albrás e Alunorte de produção de alumínio e alumina, respectivamente, localizados nas proximidades de Belém, no município de Barcarena; o Projeto de Ferro Carajás (PCG), no sudeste do Estado, no município de Parauapebas.

O caráter antidemocrático destes tempos rudes aparece tanto no planejamento quanto na execução das plantas industriais especializadas em explorar ferro, aço, celulose, alumínio, etc. Ao mesmo tempo, o discurso patriótico tornou-se recorrente para justificar a “construção do Brasil Potência”, ideologia que atravessou toda a política de integração territorial das regiões Norte e Nordeste. Desse modo:

A ocupação da Amazônia tornou-se prioritária [...] as políticas para a integração do território visaram a remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna (BECKER; EGLER *apud* BARBOSA 2006, p 54).

Financiada com moeda estrangeira, a estratégia militar de desenvolvimento tornou-se viável por meio de contratos de cooperação econômica. O governo brasileiro comprometia-se a realizar grandes investimentos públicos em malha viária, ferrovias, portos, etc., como pré-condições para a instalação dos grandes projetos próximos aos centros de riquezas naturais.

Esse processo começou a reacender em regiões da Amazônia, conflitos territoriais os quais remontam aos anos 1960 quando diversos programas eram executados com investimentos estatais direcionados para o norte do país e implicaram em massacres e perseguições de povos indígenas em função da abertura de estradas como a Transamazônica, Belém-Brasília, Perimetral Norte e outras.

Povos como os Waimiri-Atroari, Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, entre muitos outros, foram duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público. Ainda hoje existem povos indígenas “livres”, que continuam fugindo dos grandes projetos e das frentes colonizadoras, e que estão seriamente ameaçados de extinção, principalmente no estado de Rondônia e no sul do Amazonas (HECK, LOEBENS, CARVALHO 2005, p. 3).

Efetivamente inexistiam preocupações com impactos naturais e sociais, além da perseguição e extermínio de muitas lideranças indígenas. Apesar dessas atrocidades, este momento tensionado gestou as condições para a explosão da luta pela terra e pelo direito de permanecer nos locais tradicionalmente ocupados. Diversas formas de resistência foram postas em ação, desde o confronto direto à formação de alianças interétnicas e também com segmentos progressistas da Igreja Católica como o Conselho Indigenista Missionário - CIMI e entidades não governamentais.

Esse projeto “Brasil-Potência” do regime militar (1964-85) elevou o PIB a 12% e reduziu a inflação a 18% ao ano, mas se esgotou junto com as fontes internas de seu próprio financiamento e as crises internacionais (petróleo e elevação das taxas de juros). A euforia desenvolvimentista certamente não resolveu a questão da reforma agrária, e a intensificação da concentração de terras no Brasil tornou-se um dos maiores problemas econômicos e sociais.

Durante o chamado período de “transição para a democracia”, o governo de José Sarney (1985-90) apresentou a reforma monetária do “Plano Cruzado”, sucedido pelo Plano Collor que definia a privatização como prioridade da agenda pública, respaldada pela criação do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031/90). Os governos seguintes, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram decisivos para a completa implantação das chamadas políticas neoliberais. O “Plano Real”, mais do que uma reforma monetária, sintetizava as orientações internacionais de liberação dos mercados nacionais, com políticas de desnacionalização, desestatização, desregulamentação e privatização de empresas públicas, com os ajustes institucionais e os financiamentos necessários para a abertura dos velhos e de novos mercados. Tais medidas estão definidas no Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995).

A partir da década de 1990, as fronteiras nacionais estavam novamente abertas para a “livre-iniciativa” de exploração privada. Nesse contexto histórico, insere-se a expansão da fronteira econômica da região amazônica, marcada pela abertura da economia ao capital internacional e as reservas de mercado aos grandes “empreendimentos”

empresariais. Nesse período, cresceram as atividades do agronegócio (soja, arroz), as devastações promovidas pela agropecuária, pela exploração das madeireiras e expansão do mercado imobiliário, responsáveis pelos maiores conflitos atuais nas regiões Norte e Nordeste do país.

A politização dos movimentos étnicos na Amazônia

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o protagonismo indígena se impôs como necessidade para sobreviver à marcha do capital sobre seus territórios. Ao invés de aguardarem ou solicitarem a intervenção protetora de um “patrono” para terem seus direitos reconhecidos pelo Estado, estes novos sujeitos empreenderam uma mobilização política própria e articulada. Desse modo, os movimentos indígenas se fortaleceram, muitas vezes contrariando a política indigenista oficial. Oliveira & Freire (2006) analisam que, recorrentemente:

O aparato tutelar era empregado pela FUNAI para impedir qualquer mobilização dos índios em face do Estado. Dessa forma, as primeiras assembleias indígenas dependeram do apoio do CIMI para serem realizadas, com o fornecimento de infra-estrutura e apoio ao deslocamento dos índios. Desempenhou também um papel fundamental na formação dos primeiros líderes indígenas que se destacaram em meados dos anos 70, como Daniel Matenho Cabixi e Lourenço Rondon (MATOS, 1997 apud OLIVEIRA & FREIRE, 2006, p. 193).

Em 1974, teve início uma série de encontros que possibilitaram às lideranças construir redes de diálogos. Inicialmente as preocupações dos chefes estavam centradas em suas aldeias, mas paulatinamente avançaram para uma “causa comum”⁴, dando origem aos

4 Causa comum da luta indígena remete a pautas coletivas que extrapolam as problemáticas de cada etnia – que também são gerais e imprescindíveis, (demarcação de terras, expulsão de invasores e construção de escolas) – e adentram em questões estruturais como autogestão, autodeterminação, instrumentos de visibilidade e redes de comunicação e poder.

movimentos de âmbito nacional. A primeira assembleia de líderes indígenas ocorreu em Diamantina (MT), em função tanto da conjuntura histórica quanto da situação dos povos indígenas que, nesse momento, tinham como inimigo comum o próprio governo, quanto às questões territoriais e serviços, como saúde e educação. Assim, ao longo de duas décadas, foram 16 encontros que deram a tônica dos novos movimentos sociais indígenas.

A sensibilização de segmentos da sociedade civil para a causa indígena acentuou-se, principalmente quando o governo criou o decreto de “emancipação indígena” em 1978 ameaçando o que restava de seus territórios. Tal medida foi repudiada pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA e pelos grupos indigenistas que realizaram uma série de atos públicos de âmbito nacional “contra a falsa emancipação dos índios” (RICARDO, 1980 apud OLIVEIRA & FREIRE, 2006, p. 237).

Com essas iniciativas projetando a problemática indígena, agora aproximada das questões políticas da sociedade envolvente, surgiu a União das Nações Indígenas (UNIND) em 1980, transformada em UNI no ano seguinte (OLIVEIRA & FREIRE, 2006).

Outras organizações também foram se estruturando ao longo das décadas seguintes, representando comunidades em nível local, regional e nacional como: CGTT (Conselho Geral da Tribo Tikuna); UNI-Acre (União das Nações Indígenas do Acre); FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro); CIR (Conselho Indígena de Roraima); APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo); COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), dentre outras.

A COIAB surgiu dos esforços de diversas lideranças da região norte que se aproximaram de outras organizações em função dos debates constitucionais. Foi criada em 1989, com o propósito de interligar as recém-constituídas redes de organizações indígenas regionais. Atualmente esta organização articula 75 entidades em toda a Amazônia Legal. Representada por associações, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas, a COIAB representa

em torno de 430 mil pessoas, ou 60% da população indígena do país (MESQUITA, 2010 p. 60)

Reivindicando direitos fundamentais assegurados pelo texto constitucional, mas precariamente disponibilizados, a organização persegue a efetiva autonomia das nações indígenas no sentido de vivenciar suas culturas sem, no entanto, inviabilizar a interculturalidade. De todo modo, foram adotadas formas híbridas de organização, mesclando conceitos tradicionais com práticas dos não-índios. Essa coexistência de valores sustenta-se na necessidade do indígena assimilar os códigos da sociedade envolvente e, por conseguinte, constitui estratégia para resguardar direitos conquistados e combater as investidas do Estado capitalista. Portanto, essa “assimilação” não significa sujeição, mas antes, possibilidade de diálogo sem tutela e sem armadilhas.

Kleber dos Santos Karipuna, líder da etnia Karipuna (AP), coordenador-tesoureiro da COIAB⁵ relatou sua experiência como membro, descrevendo o histórico de lutas, conquistas e projetos da entidade nessas duas décadas de construção do movimento indígena brasileiro (MESQUITA, 2010, p. 63).

Surgida no contexto de intensos confrontos com o governo militar que avançava sobre as terras amazônicas ao longo dos anos 1970, dizimando lideranças e destruindo aldeias, a Organização dos Povos da Amazônia contou com o apoio dos povos de outras regiões como o centro-oeste, que vivenciavam conflitos semelhantes. Essa percepção de unidade de luta étnica foi imprescindível para encorajar as lideranças a pressionarem os constituintes e assegurar os direitos fixados na Constituição de 1988.

O Coordenador da COIAB conta que foram os chefes dos nove “estados da Amazônia Legal que, em 19 de abril de 1989 constituíram a COIAB, com o propósito de articular, mobilizar e representar todos

5 Em julho de 2009, foi realizada a IX Assembleia Geral da COIAB, na Aldeia São José, Terra Indígena Krikati, município de Montes Altos (MA), reunindo 800 lideranças indígenas do Brasil, na qual o entrevistado foi eleito para o cargo de tesoureiro da organização. Entrevista concedida ao pesquisador, durante a *IV Semana dos Povos Indígenas no Maranhão* (maio, 2010).

estes povos.” Sobre as conquistas da organização, Karipuna revela ainda que o “próprio artigo 231 do texto constitucional foi uma demanda do movimento indígena, antes mesmo da sua organização institucional.” (MESQUITA, 2010, p. 64).

A partir de então, a crescente solidariedade dos movimentos indígenas e diversos grupos de apoio tem fortalecido os povos indígenas nas suas conquistas regionais, nacionais e até mesmo internacionais como a Convenção 169 da OIT⁶.

Pode-se dizer que, do ponto de vista legal, as terras que pertencem à União tornaram-se um entrave à autonomia e autogoverno dos povos indígenas. O líder Karipuna denuncia o fato, ao destacar que as madeireiras, as empresas mineradoras e os grandes consórcios de hidrelétricas, ao explorarem estes espaços, geram consequências ambientais graves para a região e à floresta como um todo. No entanto, o fato que incomoda os nacionais é a definição dos territórios indígenas, a demarcação de reservas florestais, unidades de conservação e outras formas de assegurar o patrimônio natural.

A Amazônia Maranhense

Esta parte da Amazônia Legal foi definida a partir de critérios administrativos, os quais levaram o governo militar a instituir os seus limites. O Maranhão tem parte de seu território incluído por situar-se numa zona de transição entre a floresta tropical e o cerrado, além de possuir três bacias hidrográficas, a do Pindaré, Tocantins e Gurupi. Esta área compreende o centro-norte e o oeste do Estado.

A incorporação de parte do território maranhense - assim como os Estado de Goiás e Mato Grosso - foi estabelecida na década de 1950, no governo de Getúlio Vargas com a criação da Lei 1.806/53. Tratou-se, inicialmente de um conceito político, ampliado com a lei 5.173

6 A OIT por meio da “Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes” orienta os governos a criarem mecanismos inclusivos para estes segmentos desde 1989. O Brasil aderiu a este instrumento de direito internacional somente em 2002. Ver BRASIL (2004).

de 1966 que instituía a SUDAM, a qual por definição visava planejar e administrar o desenvolvimento da Amazônia Legal⁷.

Os investimentos internacionais para exploração de minérios implicaram na inserção deste território como área prioritária na dinâmica transnacional, em parte, devido ao potencial portuário de São Luís. A implantação do Projeto Grande Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, na década de 1980 concretizou a ligação entre “um espaço privilegiado da periferia” (MORAIS, 2007) e os centros tecnológicos e financeiros.

Segundo estudos de Castro (2005) a Amazônia maranhense sofreu um processo de desmatamento acumulado desde os anos 1970. Para essa pesquisadora houve um direcionamento de políticas desenvolvimentistas em forma de “programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados para a pecuária, mineração e exploração madeireira”. Isto refletiu no desflorestamento predatório e no aumento dos conflitos fundiários.

A fúria predatória sobre a Amazônia, impulsionada pelo Estado brasileiro gerou um desafio à racionalidade da ocupação. Surgiu um poder paralelo de práticas ilegais como redes de tráfico, contrabando de madeiras e demais riquezas, desarticulação de sistemas ecológicos e sociais, o qual afetou diretamente diversas comunidades quilombolas e povos indígenas.

Estudos sobre impactos ambientais já nos anos 1970, apontavam um quadro caótico: além de um inexpressivo significado econômico do ponto de vista regional, vislumbravam-se perdas do patrimônio natural e a elaboração de uma lógica perversa que valoriza o espaço degradado para a especulação, principalmente pecuarista. “A direção do desmatamento, pois, é ditada pela expansão das atividades econômicas” (CASTRO, 2005, p. 12-13).

7 Por tratar-se de um conceito jurídico-político, recomenda-se o texto: ARAÚJO, Thiago Cássio D’Ávila. Indigenous. (2013), “Qual Amazônia Legal?”. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3814, 10 dez. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26100>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

Devido à ausência de políticas públicas de controle das atividades econômicas desenvolvidas na região, as leis ambientais eram constantemente ignoradas de forma que 40% da floresta encontra-se, atualmente, destruída.

O lado repressivo do Estado, refletido nas omissões estratégicas, torna-se mais evidente, com a inexistência de políticas de desenvolvimento local para a população empobrecida ao mesmo tempo em que cria condições para aplicação de mecanismos de controle capitalista. Para isso, são desarticulados esquemas informais - muitas vezes criminosos - de exploração dessas áreas sem oferecer alternativas econômicas.

Instaura-se assim, um clima de frustração coletiva e hostilidades canalizadas para o Estado, para a população local e para os “vizinhos indígenas”. Estes passam a representar o principal empecilho ao “dificultar[em] ou não permitir[em] a plena exploração de suas terras e florestas próximas”, condição que segundo entendem, inviabiliza o dinamismo econômico das cidades (BOMBIERI, 2007). Nesse ponto ganha intensidade a imagem do indígena como signo do atraso.

Sob a constante ameaça de avanços das fronteiras econômicas, esta região torna-se um campo privilegiado de conflitos, desenrolando dinâmicas sobre a forma de percepção da noção de território verificada na transformação da terra em mercadoria. A mudança da concepção de valor de uso implica na efetivação do mercado especulativo de terras. Tais modificações refletem inclusive, no aparato jurídico que passa a estabelecer a posse com base na interpretação positiva do direito, desconsiderando, para esse fim, formas de apropriações “fundadas nos direitos consuetudinários ou costumeiros”, 2007. p. 02).

Esta questão se complexifica continuamente quando se considera o conjunto de mecanismos e sujeitos que são acionados para dar impulso às atividades econômicas. Desse modo, além de madeireiros, os grupos políticos que comandam seus negócios privados a partir dos grandes centros urbanos, determinam o ritmo e intensidade da exploração do patrimônio natural.

O Programa Grande Carajás

Analisar a transformação fundiária da Amazônia maranhense é imprescindível para se compreender o cenário em que se desenvolveu o PGC - Programa Grande Carajás-, seus atores e suas dinâmicas. Portanto, é num contexto de desapropriações supostamente para “fins sociais” e redução da terra à reserva de valor (FEITOSA, 1994 apud BARBOSA, 2006, p. 105) que o PGC é delineado na década de 1980, englobando projetos menores de cunho florestal, agropecuário e minero-metalúrgico. Inicialmente planejada para resolver o problema da dívida externa, a exploração da Amazônia Oriental foi proposta pela CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, a partir de um projeto realizado “pelo Centro Japonês de Desenvolvimento Internacional e pela Organização da Indústria Japonesa (KAIDAREN)” (BARBOSA, 2006 p. 91).

Objeto de cobiça dos centros de extração de minérios internacionais, a Serra dos Carajás compreende uma área de 32.242 Km², localizada no Estado do Pará. Aloja riquezas exorbitantes, correspondendo a um complexo de jazidas de minérios de ferro, descobertas pela Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da *U.S. Stoll Corporation* que, em 1967, realizava pesquisas nessa região. O trabalho de Santos (2002 p. 136) esclarece suas dimensões:

As jazidas de ferro de Carajás, com seus 18 bilhões de toneladas de minério, correspondem à maior concentração de alto teor já localizada no planeta. Estão distribuídas em quatro setores principais: serra Norte (N1, N4 e N5), serra Sul (S11), serra Leste e serra de São Félix, no extremo oeste da região. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), estatal federal recentemente privatizada, iniciou sua exploração em 1985, no braço leste da jazida N4. Recentemente, a lavra também foi estendida para o braço oeste da N4 e para a jazida N5, ampliando a capacidade de produção anual para cerca de 50 milhões de toneladas. A quase totalidade do minério é destinada ao mercado externo

(Japão, Alemanha, Itália e outros). Na área de influência da ferrovia de Carajás a São Luís – 890 quilômetros – há algumas usinas destinadas à produção de ferrogusa.

De acordo com estes dados é possível elaborar a seguinte tabela:

Tabela 1 - Minérios de Carajás

18 bilhões/ton	Minério de Ferro
1 bilhão/ ton	Minério de Cobre
6 mil /ton	Manganês
4,5 mil/ ton	Níquel
37 mil/ ton	Estanho
400 mil /ton	Cobre
4,7 bi / ton	

Fonte: BARBOSA (2006, p. 92-93).

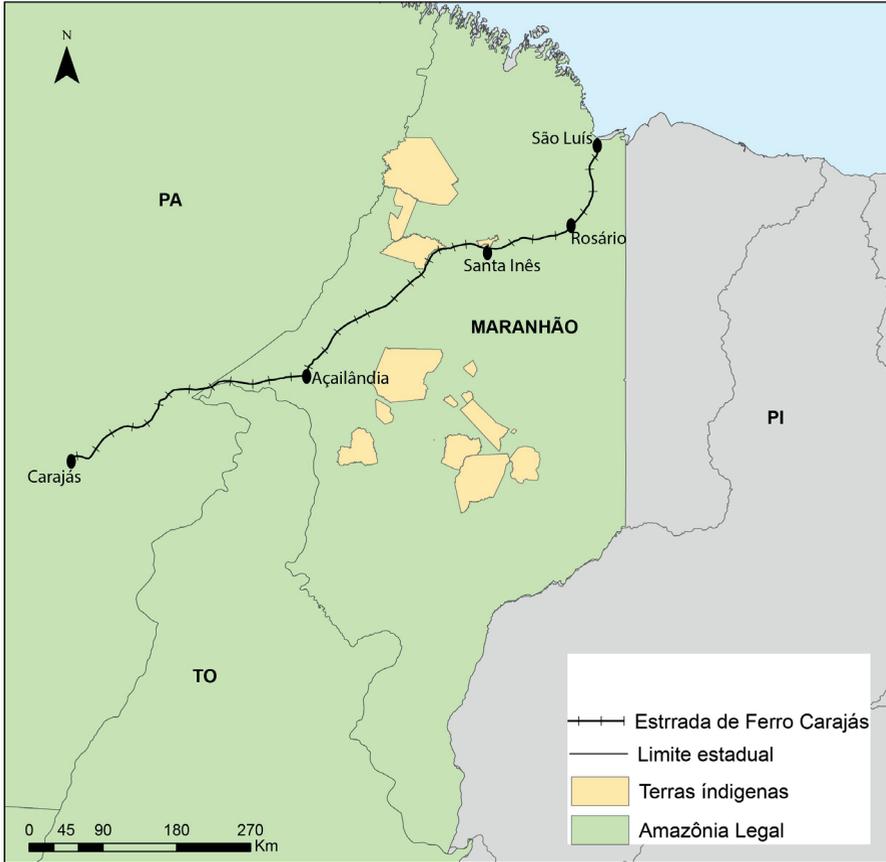
Acordos entre os governos norte-americano e brasileiro acabaram por permitir a participação da CVRD “como uma das sócias”. Posteriormente o Projeto Ferro Carajás veio atender à urgência de exportação de riquezas. Ao governo brasileiro coube a construção da estrutura e infraestrutura do empreendimento. Portanto, 890 Km de ferrovia passaram a ligar a Serra dos Carajás (PA) ao Porto do Itaqui (MA). Atravessando 10% deste território, a área de influência da estrada de ferro envolve 14 municípios.

Na execução da estrutura, parte do programa foi redefinido, tornando-se mais abrangente, passou a compreender zonas industriais que requeriam um sistema de infraestrutura colossal, com hidrelétricas, portos e estradas. Deu-se início à construção da Hidrelétrica do Tucuruí, os Portos da Ponta da Madeira e Itaqui e as gigantescas estradas Belém-Brasília e a Transamazônica (BARBOSA, 2006, p. 94).

Às margens da estrada de ferro Carajás foram criadas todas as condições para a instalação de usinas siderúrgicas como a Companhia Vale do Pindaré (MARGUSA e METALMAN) entre outras. Conhecida como “corredor de exportação”, essa região foi profundamente impactada, tanto no sentido ambiental como político e social. O modo

de vida da população passou por mudanças que não foram tornadas públicas, sendo ocultadas pelo discurso do progresso (BARBOSA, 2006, p. 95).

Mapa1 - Estrada de Ferro Carajás



Elaboração: Laboratório de Cartografia Programa de Pós-Graduação (PPDSR)

Estudos de impactos ambientais e humanos demonstram o tamanho dos prejuízos socioeconômicos e culturais. Os desmatamentos e a posterior transformação das matas e cerrados em pastagens decorrem como processos “naturais” nessa nova configuração racional do espaço, agora tido como produtivo.

Para entender esses arranjos, faz-se necessário atentar para as articulações políticas em função do potencial de riquezas naturais “dis-

poníveis”, mas essa disponibilidade diz respeito a uma cooperação para explorar racionalmente de forma a assegurar a concentração do poder (CASTRO, 2005 p. 9). De outro modo Carajás é um ícone do alargamento da fronteira que coloca em movimento, embora em outro ritmo, setores produtivos como agricultura e pecuária, assim como o mercado de terras e intensos ciclos migratórios.

Terras Indígenas do Vale do Pindaré

O território maranhense compreende uma área de 333.365,6 km² sendo o segundo maior do Nordeste, em extensão. Dados do IBGE (1996) revelam disparidades quanto à posse das terras, uma vez que 2.511.008, ou seja, 48,08% da população encontra-se no campo, sendo 200 mil o número de posseiros.

A composição étnica e cultural do campo maranhense é bastante diversificada. Formada por grupos indígenas, comunidades quilombolas, posseiros e migrantes de várias regiões do país, esta população rural tem vivenciado históricos de lutas pela terra ao longo de séculos, mas que assume um dinamismo radical na segunda metade do século XX, em razão dos arranjos políticos e das estratégias desenvolvimentistas. A Amazônia maranhense tornou-se um laboratório para projetos macroeconômicos que combinam interesses de grupos regionais com o capital internacional, dando conformação a uma nova divisão internacional do trabalho.

O processo de ocupação das terras maranhenses adquire impulso em meados dos anos 1950 e, devido às suas peculiaridades essa dinâmica é denominada “frente de expansão agrícola”. Luna (1984), ao analisar a história da apropriação das terras do interior do Estado, identifica um movimento de colonização que segue os cursos dos rios Itapecuru e Mearim, “até as ‘terras livres’ da região do Pindaré”, áreas onde se estabelecem pequenas lavouras, configurando um modo de produção baseado na agricultura familiar.

Inserindo-se na nova ordem mundial, o Maranhão apresentava na década de 1960 uma indústria que explorava a amêndoa do babaçu.

“Desde a primeira guerra mundial, esse ramo da indústria maranhense foi coadjuvado por incentivos fiscais e creditícios de órgãos regionais, particularmente a SUDENE e a SUDAM” (BARBOSA, 2006 p. 81). Na década seguinte uma reviravolta, sinalizada pela escassez de matéria-prima, resultou no fechamento de fábricas que num plano local redundou no rearranjo da política de ocupação “racional” do território, promovida, nesse caso, pelo governo estadual.

A Lei de Terras, lei nº 2979/69, conhecida como Lei Sarney, de acordo com Luna (1984), estabelecia a “destinação das terras públicas do Estado para fins de exploração agropecuária, florestal ou extrativa, através de sociedades anônimas”. Observa a autora que “estava em curso o projeto de transformação das regiões de fronteira agrícola em áreas de aplicação de grandes capitais”. A política de venda de terras públicas, ao priorizar empresas e sociedades anônimas, representava um processo de incorporação intensiva das áreas de fronteiras a partir da iniciativa do Estado, como parte de um movimento que se dava a nível nacional. Foram cercadas as terras consideradas devolutas, mas que antes eram tidas como pertencentes à União.

Paralelo a essas ações, um produto em especial - o arroz - tornava-se competitivo no mercado nacional, para em seguida perder espaço para as atividades especulativas que introduziriam o Estado na dinâmica do capital industrial. Por outro lado, tratou-se de uma inserção subordinada, visto que “as oligarquias locais não foram passivas”, criando as condições, inclusive através de instrumentalização legal, para que “o capital mercantil e o excedente gerado na comercialização do arroz fossem canalizados para a aquisição de terras e de gado bovino, ambos transformados em reserva de valor” (BARBOSA, 2006, p. 83).

A exploração da madeira é a outra face complementar do mesmo jogo. Estimuladas por incentivos fiscais da SUDAM e SUDENE nas décadas de 1970, empresas madeireiras se instalaram na Amazônia maranhense. Os anos de prosperidade levaram à criação de um distrito industrial em Imperatriz sustentado na exploração indiscriminada de madeireiras e trabalho barato (CASTRO, 2005, p. 23). Menos de

15 anos depois estas serrarias estavam falidas devido ao alto custo de transporte da madeira paraense para alimentar os empreendimentos.

Nos anos 1980, plantações de pinho realizadas pela CVRD compõem a paisagem ao longo da BR-010 (Belém-Brasília), principalmente no trecho que corta Açailândia. Ainda nesse município, indústrias guseiras continuam queimando o que resta da floresta para alimentar seus fornos. Segundo Edna Castro (2005) é um empreendimento que se alastra para atender o mercado nacional e externo, comprometendo o patrimônio florestal. Por fim, da Amazônia maranhense restam as reservas ecológicas do Gurupi e as terras indígenas. Cabe ressaltar que o simples fato de estarem demarcadas não assegura a preservação destes espaços. A conclusão da autora é que a Amazônia maranhense, em particular a floresta do Pindaré, reduziu-se a áreas de pastagens e de expansão da sojicultura (CASTRO, 2005, p. 24). Permanecem nos limites da floresta amazônica, práticas criminosas, uma vez que a fronteira constitui “um lugar de ilegalidade”, onde a violência é estimulada pela ausência/conivência do Estado.

A violência tem uma função muito particular do ponto de vista do mercado, pois a lógica perversa em curso é justamente a sustentação da ilegalidade, por processos ilegais, como o uso da máquina pública para a limpeza das transações comerciais. A apropriação indevida de terras públicas, de créditos públicos destinados ao desenvolvimento de recursos naturais e do patrimônio milenar de populações locais tem financiado os setores produtivos e o mercado (CASTRO, 2005, p.34).

Atualmente os projetos desenvolvimentistas em marcha são indissociáveis da exploração de minério e de outras atividades primárias indispensáveis à produção e exportação de commodities:

O resultado mais perceptível desse conjunto de iniciativas diz respeito ao aumento das extensões de terras passíveis de transações de compra e venda ou a disponibilização de terras públicas

aos grandes empreendimentos, removendo os obstáculos jurídico-formais que impediam sua livre comercialização.(...) a ação oficial objetiva ampliar o estoque de terras comercializáveis e reestruturar o mercado de terras através da incorporação das terras “liberadas” seja pelas alterações no Código Florestal, seja na redefinição da faixa de fronteira, seja pelos condicionantes dispostos no texto de novos decretos de titulação de quilombos, ou seja, pela rápida titulação de terras públicas distribuídas no ritmo célere do aquecimento do mercado de terras (ALMEIDA, 2008 p.69).

Estas “novas fronteiras”, constantemente atualizadas, propiciam as condições econômicas que substituem os direitos básicos das populações indígenas pelo direito da exploração privada dos recursos naturais. A respeito dos direitos territoriais nessa parte da Amazônia legal, Almeida (2008), chama atenção para o que denomina de novos critérios de classificação, os quais, ao se imporem, como regra

Aparentam empreender uma volta ao passado, refletem uma conhecida e dúbia combinação entre fatores ambientais e econômicos. Incorporados pelas ações governamentais mais recentes, tais critérios reeditam a prevalência do quadro natural, privilegiam biomas e ecossistemas como delimitadores de “regiões”, flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas (ALMEIDA, 2012, p 63-4).

Significa dizer que, essa política praticada pelos Estados nacionais tem um sentido regressivo, e se fortalece nesta quadra histórica neoliberal, pois contraria inclusive o que já havia sido preconizado antes, pelas organizações multilaterais como medida de proteção da natureza. Contudo, prevalece a retórica do discurso ambientalista,

agora, intitulado de desenvolvimento econômico sustentável, embora o que verdadeiramente está em operação na Amazônia legal é o uso intensivo de recursos naturais em prol de políticas econômicas de crescimento e em nome do desenvolvimento socioeconômico.

A estruturação das lutas étnicas na Amazônia maranhense

Quanto aos povos indígenas localizados na Amazônia maranhense, somente em 2003 foi criada uma organização que passou a interligar as pautas de diversas associações e lideranças étnicas. A COAPIMA – Coordenação das organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão) – constitui um instrumento de pressão e visibilidade das problemáticas que as várias etnias enfrentam no Estado. Ela se estruturou num contexto de amadurecimento político de jovens e lideranças em contato com organizações indígenas de diferentes regiões do país, tais como APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo e COIAB.

Todavia, o histórico que precede a formação deste coletivo em rede etnopolítica foi marcado por intensos conflitos territoriais que se agravaram a partir da década de 1970, enfraquecendo e desmobilizando as lideranças indígenas, assim:

A história da ocupação da região do Pindaré, área de transição entre a floresta amazônica e o cerrado, tem sido a história gradativa da penetração da propriedade privada da terra, realizada à custa do extermínio indígena e, posteriormente, da expulsão da população camponesa (LUNA, 1984, p.07).

A voracidade do “progresso” nesta região ameaçava não somente os indígenas, mas também os camponeses e comunidades quilombolas. Havia uma clara política de cercamentos, expulsões e venda de terras públicas no coração da Amazônia Legal, forçando situações de enfrentamentos. Nos anos 1980, o Projeto Carajás alavancou a modernização econômica da região, o que para muitos territórios indígenas do Mara-

nhão, significou a desarticulação e perda de territórios tradicionalmente ocupados. Muitos foram arbitrariamente atravessados pela estrada de ferro Carajás, pela BR-316, por linhas de transmissão como da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF e, finalmente, encurralados pelo crescimento de fazendas e das cidades circunvizinhas.

Diante desse cenário e das poucas alternativas, as nações Guajajara, Krikati, Pukobiê (Gavião), Ramkokamekrá e Apaniekra (Canela), Timbira, Awá-Guajá e káapor reuniram-se em 2003 na cidade de Santa Inês, articulando mais de 60 lideranças, na primeira Assembleia dos Povos Indígenas do Maranhão.

Essa entidade tem como objetivo defender o que sobrou dos territórios indígenas e, de forma articulada com ampla rede de apoio institucional e não governamental, reivindicar educação, saúde e programas de autossustentação para as aldeias, respeitando a autonomia e especificidade de cada povo⁸. Entretanto, isso não impediu a permanência de conflitos típicos de regiões de fronteira, onde a luta pela terra é marcada por massacres e perseguições.

Trabalhos de membros do CIMI-MA revelaram um histórico de extermínios de aldeias e lideranças Guajajara desde 1979, em função das demarcações das terras indígenas. Navarro (2005) relata a violência empregada por fazendeiros e políticos no município de Grajaú (sul do Maranhão) para inviabilizar conquistas e garantias de direitos indígenas. Vale ressaltar que, neste mesmo período, “aldeias inteiras foram incendiadas a mando de fazendeiros para forçar a expulsão dos Guajajara de suas terras”. O esquartejamento do cacique Antônio Leão Guajajara e a carbonização do corpo do cacique Valdomiro Guajajara cumpriu a função de atrapalhar a identificação dos corpos, justificando ainda mais as omissões da justiça (DIAS *et al.*, 2013, p 110).

As terras retiradas dos Guajajara foram ocupadas de forma predatória por madeireiras e carvoarias, alimentando novos ciclos de violências. Em meados dos anos 1980, ocorreu a homologação da terra

8 Carta aberta à sociedade brasileira e internacional. <https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=9508> Acesso em 09/10/16.

Bucurizinho, com extensão inicial de 145 mil hectares, dos quais somente 82.432 hectares foram demarcados.

No atual cenário vivem nove povos indígenas, pertencentes a dois troncos linguísticos –Tupi-Guarani e Macrojê - e somam 27 mil indígenas (FUNAI apud SEMA, 2011 p. 44). Os dados populacionais divergem quando se considera o critério de autodeclaração do IBGE (2010, p. 11), que somam 35. 272 indígenas.

Ainda de acordo com a SEMA (2011), o Estado possui 16 terras indígenas e a maioria encontra-se regularizada. Este quadro sugere uma situação de harmonia no campo, levando os mais apressados a concluir que no Brasil tem “terra demais para pouco índio”,⁹ expressão que compõe o leque de lugares comuns sobre as questões territoriais indígenas.

Entretanto, antes de corroborar com discursos otimistas e irreais é importante traçar um quadro dos conflitos dos povos indígenas, cujas terras são objeto de disputa de grandes fazendeiros e empresários. Estudos do CIMI-MA confirmam que das Terras Indígenas (T.I) reconhecidas, 04 estão em processo de revisão de seus limites. Vivem situações conflituosas: Vila Real (Guajajara) para a qual falta ação demarcatória; T.I Awá (Awá-Guajá), encontra-se em litígio aguardando desintração de invasores; T.I Krikati (Krikati), cuja desintração foi interrompida e os posseiros esperam indenizações.

Por outro lado, é possível constatar que a luta pela demarcação dos territórios indígenas nesta região tem sido marcada por assassinatos, intimidações e violações de direitos humanos. Apesar deste cenário destrutivo, os povos indígenas foram organizando politicamente suas pautas de modo que seus direitos fundamentais como saúde, educação, agora mediados pelas suas próprias organizações, revelam o protagonismo político desses povos transformando-os em sujeitos de sua própria história.

9 Esta expressão faz referência a declarações do Diretor da FUNAI Mércio P. Gomes, que declarou na Câmara dos Deputados, em 2005 “falta pouco para o governo atingir a meta de destinar 12,5% de todo o território nacional às reservas indígenas. A demarcação de terras já estaria concluída no Acre, Maranhão e Tocantins” (PORANTIM, 2005).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2012), “Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo”. *Cadernos CRH*, Salvador, vol. 25 pp 64-71.

_____. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém/PA: Supercores, 1995.

ALMEIDA, Lúcio Flavio de. (2007), “Lutas Sociais e Questões Nacionais na América Latina: algumas reflexões”. *Revista Lutas Sociais* 17/18, pp.64-77, 2º sem.

_____. (1997), “De JK a FHC: apontamentos para análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo”. In: RAMPINELLI, Waldir; OURIQUES, Nildo (Org.). *No fio da navalha: crítica das reformas de FHC*. São Paulo, Xamã.

BARBOSA, Zulene Muniz. (2006), *Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís: UEMA.

BOMBIERI, Cláudio. *Violência sem Fronteiras na Pré-Amazônia Maranhense*. (2007), Disponível em: http://combonianosbne.org/PgAnteriores/Conjuntura/violencia_preamazonia.html. Acesso em 15/09/09.

BRASIL. (2004), Decreto presidencial nº 5.051 que promulga a convenção 169. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em 15/09/09.

BRASIL. (1995), *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/Mare/Plano-diretor/Planodiretor.Pdf>>. Acesso em: 02/11/2016.

CASTRO, Edna. (2005), “Dinâmica Socioeconômica e Desmatamento na Amazônia”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez.

CRUZ, Valter do Carmo. “Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia”. *XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. UFPA, 2007. Disponível em <<http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT5-62-765-20070107200614.pdf>> Acesso em 09/04/2017.

DIAS, Rafael Mendonça; CARVALHO, Sandra; MANSUR, Isabel (Orgs.). (2013), *Na Linha de Frente: criminalização dos defensores dos direitos humanos no Brasil (2006-2012)*. Justiça Global: Rio de Janeiro.

DINIZ, Edson Soares. (1983), “Convívio e Dependência: os Tenetehara-Guajajara”. *Journal de La Société des Americanistes*, Anée 1983, Volume 69, n 1. Disponível em: <www.persee.fr>. Acesso em 17/11/2009.

HECK, Hego; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. (2005), “Amazônia Indígena: Conquista e desafios”. *Dossiê Amazônia Brasileira I*. Jan. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100015>. Acesso em: 02/11/2016.

HENRIQUES, Ricardo *et al.* (Org.). (2007), *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Brasília: Secad/MEC.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da População, 1996 (Online) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/>>. Acesso em: 09/04/2017.

_____. *Censo online*. (2010), disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 09/04/2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. (2006), “O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”. Brasília: MEC/SECAD, LACED/Museu Nacional. (Coleção Educação para Todos, v. 12).

LÓPEZ, Laura C. (2005), “O Local e o Transnacional nas Negociações pela Inclusão da Categoria Afrodescendente no Censo Argentino”. *Revista Mediações Londrina*, v. 10, n. 2, p.163-182, Jul./Dez.

LUNA, Regina Celi Miranda dos Reis. (1984), *A Terra era Liberta: um estudo da luta dos posseiros no vale do Pindaré – Maranhão*. São Luis: UFMA.

MESQUITA, Uslan J. Sousa. (2010), *Movimentos sociais indígenas em transformação: embates étnicos na pré-amazônia maranhense*. Monografia. São Luís: UEMA.

MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA. UFMA: São Luís, 2007. Tese (Doutorado em políticas públicas).

NAVARRO, Cristiano. (2005), “Povo Guajajara é vítima de terror e morte anunciada”. Disponível em <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1281&eid=330>>. Acesso em: 09/10/10.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (2006), “A Presença Indígena na Formação do Brasil”. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.

REVISTA PORANTIM. (2005), *Crime de Pistolagem: Povo do Bacurizinho*. Ano XXVI, Nº 276 Brasília-DF, Jun/Jul.

SANTOS FILHO, Milton. (1995), “Grandes projetos e o sistema financeiro internacional”. In: CASTRO, Edna e MAIA, Maria Lúcia (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do Espaço*. Belém, UFPA.

SANTOS, Breno Augusto dos. (2002), “Recursos Minerais da Amazônia”. *Estudos Avançados*. vol.16, no.45. São Paulo: May/Aug. Dis-

ponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200009> <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso em: 11/10/2016.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. (2011), *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Estado do Maranhão*. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Plano_Estadual_do_Maranhxo.pdf>. Acesso em: 30/10/2016.

ANEXO

Tabela elaborada pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI-MA
Situação das TI do Maranhão

N.º	TERRA INDÍGENA (POVO)	POPULAÇÃO*	EXTENSÃO (ha)	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO CONFLITO/PROBLEMA	INCIDÊNCIA DE GRANDES PROJETOS
01	Kanela (Kanela)	1265	125.212	Barra do Corda	Registrada** – (CRU/DPU)	Eco-Turismo	PPTAL-I
02	Krikati (Krikati e Guajajara)	538	144.775	Montes Altos, Sítio Novo e Amarante	Homologada***, Decreto s/n de 27.10.04 (DOU – 28.10.04)	Invasão de fazendeiros e posseiros e arrendamento de terra	---
03	Lagoa Comprida (Guajajara)	470	13.198	Barra do Corda	Registrada – (CRU/DPU)	---	---
04	Morro Branco (Guajajara)	136	49	Grajaú	Registrada – (CRU/DPU)	Trafico de maconha e alcoolismo	---
05	Porquinhos (Kanela)	411	79.520	Barra do Corda	Registrada** – (CRU/DPU)	Arrendamento de terras e agronegócio (soja)	PPTAL
06	Rio Pindaré (Guajajara)	556	15.003	Bom Jardim	Registrada – (CRU/DPU)	Invasão de posseiros, caçadores e pescadores. Arrendamento de terras, extração de areia e de madeira.	Projeto Grande Carajás PPA
07	Rodeador (Guajajara)	76	2.319	Barra do Corda	Homologada***, Dec. 88.813, de 04.10.83 (SPU)	---	PPA
08	Vila Real (Guajajara)	?	16.000	Barra do Corda	A identificar	---	PPA
09	Urucu Juruá (Guajajara)	416	12.697	Itaipava do Grajaú	Registrada – (CRU/DPU)	---	PPA
10	Alto Turiaçu (Ká apor)	534	530.525	Zé Doca, N. Olima, Sta. Luzia do Paroá, C. Novo, Nilton Belo...	Registrada – (CRU/DPU)	Agro Indústria Alto Turiaçu, Posseiros, caçadores	---
11	Aariboia (Guajajara e Awa)	4.174	413.288	Amarante do Maranhão e Arama	Registrada – (CRU/DPU)	Arrendamento de terras e madeiros	---
12	Awa (Awa Guajaj)	198	116.582	Zé Doca, Bom Jardim, Carutapera	Homologada, **** Dec. S/n de 19.04.05 (DOU – 20.04.2005)	Invasão de madeiros, fazendeiros, posseiros, caçadores. Projeto Grande Carajás	CVRD
13	Bacurizinho (Guajajara)	1.976	82.432	Grajaú	Registrada** – (CRU/DPU)	Presença constante de caçadores e carvoeiros. Agronegócio (encalço). Índios pedem ampliação da área.	PPTAL
14	Cana Brava/Guajajara (Guajajara)	3.924	137.329	Barra do Corda e Grajaú	Registrada – (CRU/DPU)	Presença de traficantes e caçadores	PPA
15	Caru (Awa Guajaj e Guajajara)	136	172.667	Bom Jardim	Registrada – (CRU/DPU)	Invasão de posseiros, fazendeiros e extração de madeira	PPA
16	Gerardo/Toco Preto (Timbira)	104	18.506	Grajaú	Registrada – (CRU/DPU)	---	---

A construção social do tempo no cotidiano de bebês na família e na creche

Lucélia de Almeida Silva*

Fernanda Müller**

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o uso do tempo de dois bebês no contexto familiar e em uma creche pública. Para a geração de dados foi utilizado o Diário de Uso do Tempo e entrevistas com as mães dos bebês. Dentre as atividades cotidianas dos bebês, elegemos o sono para análise e recorremos ao quadro conceitual de Erving Goffman. Ao compararmos o uso do tempo de ambos os bebês nos diferentes contextos observamos que o sono, mais que uma necessidade biológica, também é socialmente regulado por rotinas e rituais que configuram o *ethos* da situação social. Em casa a organização do tempo seguiu tanto as necessidades do bebê quanto a organização social da família. Na creche houve uma estruturação mais rígida do tempo.

Palavras-chave: primeira infância; educação infantil; tempo.

* Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Técnica de Gestão Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

ABSTRACT

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF TIME IN CHILDREN'S DAILY ROUTINE IN THE FAMILY AND IN THE DAYCARE CENTER

This article analyzes the use of time of two babies in the family context and in a government-run day care center. Time Use Diary and interviews with the babies' mothers were used for data generation. From among the babies' daily activities, we chose sleep for analysis using the conceptual framework of Erving Goffman. When we compared the use of time of both babies in their different contexts we observed that sleep, more than a biological need, is also socially regulated by routines and rituals that configure the ethos of social situation. At home the organization of time followed both the babies's needs and the families social organization. In the daycare center there was a more rigid structure of time.

Key words: early childhood; early childhood education; time.

Introdução

O presente trabalho realiza uma ampla revisão de literatura sobre o uso do tempo de crianças para demonstrar a necessidade de estudos específicos sobre bebês, ainda pouco expandidos em comparação com a quantidade de pesquisas desenvolvidas sobre/com crianças maiores. Assim, o trabalho pretende superar uma lacuna de pesquisa ao analisar o uso do tempo de dois bebês, de 11 e 18 meses respectivamente, em atividades relacionadas ao sono. Pretendemos comparar e contrastar o uso do tempo de bebês tanto no contexto familiar como no da creche, de modo a analisar o cotidiano tanto em um dia de semana como no final de semana. Propomos uma interconexão dos estudos sobre o uso do tempo e sobre o cotidiano de bebês para tratar uma temática que ainda merece atenção no campo sociológico.

Um conjunto de pesquisas internacionais tem destacado a importância de estudos sobre o uso do tempo. Minkoff e Riley (2011) afirmam que esse tipo de estudo permite compreender o cotidiano, o que os indivíduos fazem com o seu tempo e as suas razões, bem como investigar a experiência subjetiva dos acontecimentos. Segundo Craig

(2014, p. 471), trata-se de “uma janela para a vida diária que mostra todas as coisas que as pessoas realmente fazem”. A autora ainda afirma que é essencial analisar a forma como as pessoas gastam o tempo para compreender como as suas vidas são vividas.

Muitos estudos sobre o uso do tempo se baseiam em grandes amostragens nacionais e internacionais que permitem análises comparativas entre países sobre as configurações atuais no dia a dia dos indivíduos. Todavia, tais estudos são preponderantemente conduzidos com a população adulta e se voltam para temas tais como o trabalho, os cuidados com crianças e idosos, assim como para diferenças de gênero. O Brasil ainda não tem tradição em pesquisas de grande porte sobre o uso do tempo, o que é explicado por Aguiar (2010, p. 64): “a experiência brasileira com diários tem um caráter localizado e as perguntas sobre uso do tempo, apresentadas em um contexto nacional, referem-se a um número restrito de atividades”.

A revisão de literatura (LARSON; VERMA, 1999; BEN-ARIEH; OFIR, 2002; VOGLER; MORROW; WOODHEAD, 2009; CRAIG, 2014) indica a necessidade de ampliação de investigações sobre o uso do tempo de crianças pequenas, principalmente de bebês. De acordo com Craig (2014, p. 47), esse tipo de estudo aplicado à vida de crianças “pode oferecer uma medida objetiva do que as crianças fazem, onde fazem e com quem”, o que se alinha a nossa proposta de investigação, já que defendemos a necessidade de uma compreensão mais detalhada do mundo social de bebês.

Destacamos algumas pesquisas realizadas com crianças maiores, a partir de seus próprios pontos de vista. Carvalho e Machado (2006) analisaram o uso discricionário do tempo em relação à classe social e gênero de crianças brasileiras entre nove e 12 anos de idade. Segundo as autoras, classe social e gênero influenciam decisivamente o uso do tempo das crianças. Teixeira e Cruz (2006) conduziram um estudo comparativo a partir de duas bases de dados sobre as atividades de crianças portuguesas de oito a 10 anos, entre os anos de 1999 a 2006, tentando captar as mudanças no uso do tempo. Nesse estudo, a escola apareceu como organizadora social das rotinas das crianças, fazendo

com que os tempos das atividades em que as crianças se envolvessem fossem homogêneos. Já os estudos de Christensen e James (2008) foram realizados com crianças de 10 anos de idade de zonas urbanas e rurais da Inglaterra. A pesquisa considerou diversos aspectos do uso do tempo na casa e na escola, e as crianças se mostraram competentes para representar as suas próprias experiências diárias individuais e sociais. Por fim, Minkoff e Riley (2011) investigaram se crianças de seis e sete anos, do norte de Israel, eram capazes de compreender o tempo em termos de ritmo e temporalidade. Os resultados mostram que, apesar da dificuldade em compreender o tempo de forma convencional, i.e. no relógio e no calendário, as crianças descreveram de forma apropriada suas rotinas diárias por meio de desenhos.

Além dos estudos já mencionados, destacamos também a coletânea “O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos”, organizada por Bondioli (2004), que buscou evidenciar as “qualidades das sequências temporais dos eventos do dia-a-dia das crianças” (FAEDI, 2004, p. 12), e analisar o tempo preponderantemente no contexto da creche. Os capítulos da coletânea descrevem o cotidiano de crianças na Educação Infantil por meio de um diário e analisam os dados a partir de diferentes aspectos, como gestão do tempo e fluxo de atividades.

Este artigo explora a relação entre os níveis macro e micro para responder às suas questões de pesquisa, ou seja, busca “escolher o instrumento de análise mais adequado ao problema de pesquisa que o desafia e às possibilidades empíricas do campo de investigação em que se coloca” (BRANDÃO, 2001, p. 164). Ao mesmo tempo em que não se desvincula da estrutura social ao tratar de uma das suas principais categorias, o tempo¹, igualmente analisa o sono como uma si-

1 Evans-Pritchard apresentou uma análise estrutural da sociedade Nuer ao tratar das categorias tempo e espaço. O autor afirma que todo o tempo é estrutural, já que a partir de um ponto “cessam de ser determinados por fatores ecológicos e tornam-se mais determinados pelas inter-relações estruturais, não sendo mais um reflexo da dependência do homem da natureza, mas um reflexo da interação de grupos sociais” (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 118).

tuação social (GOFFMAN, 2010). O artigo apresenta uma combinação de métodos para a geração de dados, quais sejam: Diário do Uso do Tempo, observações complementares na creche, e entrevistas conduzidas com mães, com o objetivo de promover uma análise qualitativa dos dados.

O artigo é organizado em três seções, seguidas de uma quarta, que o conclui. A primeira seção explora as interconexões do tempo e das principais instituições sociais contemporâneas da vida de bebês, ou seja, a família e a creche. A segunda seção apresenta o desenho metodológico que elaboramos para tratar do objeto de estudo, assim como os instrumentos aos quais recorreremos para gerar os dados, considerando as mães como coprodutoras destes. Já a terceira seção apresenta a discussão dos resultados da pesquisa com o apoio de conceitos de Goffman; nesta seção o sono dos bebês será amplamente abordado, tanto na família como na creche. Por fim, são expostas algumas considerações finais, com o objetivo de destacar os principais pontos desenvolvidos no artigo.

Tempos, família e creche

De acordo com Kohan (2004), os gregos utilizavam três palavras diferentes ao referirem-se ao tempo, quais sejam: *Chrónos*, *Kairós* e *Aión*. Explica o autor:

chrónos designa a continuidade do tempo sucessivo [...]. *Kairós*, que significa ‘medida’, ‘proporção’, e, em relação com o tempo, ‘momento crítico’, ‘temporada’, oportunidade [...]. E *Aión* que designa, já em seus usos mais antigos, a intensidade do tempo da vida humana, um destino, uma duração, uma temporalidade não numerável nem sucessiva, intensiva (KOHAN, 2004, p. 54).

Assim, o tempo não se concretiza de maneira uniforme em todas as esferas da vida. *Chrónos* significa a rigorosidade de um movimento sucessivo e lógico do mundo real; já *Kairós* expressa a medida; en-

quanto *Aión* encontra-se no campo das ideias e das experiências sem corresponder a uma determinada sequência. Nesse sentido, retomando Heráclito, Kennedy e Kohan (2008) associam o tempo da criança à *Aión*, enquanto o tempo do adulto estaria mais relacionado a *Chrónos*.

Kennedy e Kohan (2008) argumentam que o tempo de vida não é apenas uma questão de movimento numerado, mas também uma forma de experimentar a própria vida. Por se tratar de experiência, as crianças são os seres que mais experimentam, ousam, inventam, criam hipóteses, detendo assim o poder de utilizar o tempo para além da rigidez marcada no relógio. A partir desse olhar a infância poderia não ser contabilizada como um período de tempo, como uma série linear de uma idade a outra, mas como a vivência do tempo não cronológico – *Aión* –, que valoriza a intensidade de duração e apresenta “uma possibilidade, uma força, uma intensidade [...] e não, como geralmente se pensa, uma ausência de poder, mas um modo singular de praticar o poder” (KENNEDY; KOHAN, 2008, p. 7).

Podemos afirmar que crianças vivem o tempo de maneira diferente dos adultos, logo, elas também atribuem ao tempo um sentido diferente. Como exemplo, retomamos a pesquisa de Christensen (2002), com crianças de 10 e 11 anos na Inglaterra, que explorou o que significava a qualidade de tempo familiar para as crianças. A autora afirma que a qualidade de tempo descrita pelas crianças tem relação com a importância do conteúdo e do contexto em que este transcorre, isto é, “as noções de tempo para as crianças estão situadas nos processos por meio dos quais a família, a escola e a vida profissional ocorrem em uma base diária” (CHRISTENSEN, 2002, p. 87). Nesse sentido, as crianças não compartimentam o tempo e o espaço como fazem os adultos, mas indicam que a qualidade de seu tempo é uma experiência contínua de *Aión* no dia a dia.

Analisamos o tempo tanto na casa dos bebês quanto na creche, já que ambas são contemporaneamente legitimadas enquanto instituições sociais de cuidado e de educação de crianças pequenas. Berger e Luckmann (2003) mostram uma maneira de ver a sociedade e analisam o conhecimento que dirige a conduta da vida cotidiana. A vida

cotidiana conta com as instituições, que por sua vez, dependem de legitimação para se manterem ao longo do tempo. Neste caso, a legitimação explica a ordem institucional, dando validade cognoscitiva a seus significados objetivados e, ao mesmo tempo, a justifica. Portanto, instituições, nos termos dos autores, são padrões cristalizados na estrutura social. Mais do que isto, esta legitimação encontra lugar no universo simbólico, que é a “matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 132).

Corsaro (2011, p. 38) explica que as instituições “existem como estruturas estáveis, mas em mudança, nas quais as crianças tecerão suas teias”. O autor se refere aqui ao modelo de teia orbital, por ele construído, que posiciona a família no centro, já que mediará a relação da criança com as outras instituições sociais, dentre elas, a creche. A família, então, é o ponto de partida das relações dos bebês com o resto do mundo. Igualmente, Nunes (2003) afirma que a integração da criança na sociedade inicialmente é feita em nível micro, sendo em geral, no grupo familiar mais próximo.

Já a creche, dadas as configurações sociais contemporâneas, é a instituição social que partilha com as famílias os cuidados e a educação de crianças de quatro ou seis meses² a três anos de idade. No cenário brasileiro, as creches têm conquistado grande importância ao compararmos o atendimento ao longo de uma década. Se em 2001 o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches era de 13,8%, passou a ser 27,9% em 2013 (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2015).

A opção de conduzir a pesquisa no contexto da creche e da família explica-se pela necessidade de conhecer o uso do tempo dos bebês de uma forma integral, não apenas associando o bebê ao papel de filho que integra a dinâmica familiar, nem ao ofício de “aluno” (PER-

2 O ingresso da criança à creche está diretamente relacionado ao tempo de licença-maternidade. De acordo com o Art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, 1943), mulheres trabalhadoras têm direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002). Já a licença-maternidade de servidoras públicas compreende 180 dias.

RENOUD, 1995; SARMENTO, 2000; SACRISTÁN, 2005). Buscamos entender o bebê como participante da dinâmica da sociedade e de diversos espaços, integrando assim o “hibridismo do mundo social” (PROUT, 2010).

Logo, destacamos inicialmente dois conceitos relacionados ao tempo e à infância, quais sejam: o cotidiano e a rotina. A palavra cotidiano tem origem latina, *quot dies*, e significa, simultaneamente, um dia e todos os dias. Guarinello (2004) afirma que o cotidiano tem dois significados temporais complementares: o que acontece num tempo brevíssimo, em um dia, e o que acontece num tempo potencialmente longo, todos os dias. Já a palavra rotina tem origem francesa, derivada da palavra *rupta* (rota), que significa caminho utilizado normalmente; itinerário habitual.

A literatura no campo da Educação Infantil (BATISTA 1998, 2001; COUTINHO, 2002; BARBOSA, 2006) tem discutido como a ordem institucional da creche é impositiva às ações das crianças. Barbosa (2006, p. 37) primeiramente explica que o cotidiano se diferencia da rotina, pois “é nele que acontecem tanto as atividades repetitivas, rotineiras, triviais, como também é o *locus* onde há a possibilidade de encontrar o inesperado”. Já a rotina, para a autora (2006), seria a parte fixa do cotidiano, um produto cultural criado, produzido e reproduzido no dia a dia. Já para Batista (2001, p. 2), rotina é a:

estrutura entendida como sendo gerenciadora do tempo-espaço da creche e, que, muitas vezes, obedece a uma lógica institucionalizada nos padrões da pedagogia escolar que se impõe sobre as crianças e sobre os adultos que vivem grande parte do tempo de suas vidas nesta instituição.

Coutinho (2002) chama atenção para os diversos mecanismos que a creche cria para conduzir as ações das crianças que, apesar de resistirem, acabam por ceder à interferência constante dos adultos. Todavia, a autora (2002, p. 78) expõe que a busca pela homogeneidade é rompida pelo imaginário das crianças que, “perante as ações constan-

tes, elas buscam ora a ruptura, ora a acomodação”; os desencontros entre os desejos, vontades e necessidades tornaria a educação uma intensa prova de resistência.

Argumentamos que estudar o cotidiano de bebês apresenta o potencial de superação de explicações do senso comum, que não raramente naturalizam as suas ações dentro de um quadro meramente biológico. De qualquer forma, recorrendo à Geertz (2003), também reconhecemos que as afirmações do senso comum são construções culturais estruturadas para parecer transparentes e óbvias. Pretendemos tratar o cotidiano para compreender as configurações contemporâneas da infância, mais especificamente da vida social dos bebês.

Desenho metodológico do estudo

A pesquisa foi desenvolvida com dois bebês, um menino e uma menina, da turma inicial de uma instituição pública de Educação Infantil - o Berçário I -, localizada em uma cidade de grande porte da região Centro-Oeste, e com seus respectivos responsáveis. O Berçário I atendeu 21 crianças no ano de 2013, sendo oito meninas e 13 meninos, com idade entre nove e 18 meses na data da primeira geração de dados, que ocorreu em setembro do mesmo ano. A seleção dos bebês da pesquisa seguiu o critério da menor idade, pois nos interessava contribuir para o preenchimento da lacuna de investigação com crianças pequenas. O estudo também incorporou como participante o responsável autodeclarado pela criança, que neste caso, foram as mães dos bebês Augusto e Clarice³.

Augusto, com 11 meses em setembro de 2013, frequentava a creche desde abril do mesmo ano. Morava com o pai, a mãe e a irmã em um bairro central da cidade. Isadora, mãe de Augusto, tinha 32 anos, possuía Ensino Superior completo, estava realizando curso de pós-

3 A pesquisa sofreu avaliação e obteve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília (CEP/IH/UnB). Para preservar a identidade dos participantes na pesquisa, exigência do mesmo Comitê, todos os nomes são fictícios.

-graduação e era bancária. Já Clarice, com 18 meses em setembro de 2013, frequentava a creche desde fevereiro do mesmo ano. Morava com o pai, a mãe e o irmão em uma região periférica da cidade. Carolina, mãe de Clarice, tinha 26 anos, possuía Ensino Fundamental incompleto e era empregada doméstica.

Para a geração de dados utilizamos uma abordagem mista: diários do uso do tempo, observações e entrevistas. De acordo com Harkness et al. (2006), o método de abordagem mista, especialmente a combinação de métodos derivados da psicologia e antropologia, tem permitido aos pesquisadores avançarem na compreensão dos múltiplos fatores envolvidos na infância e no desenvolvimento da criança em ambientes culturalmente diversos⁴. Esta abordagem pode ajudar os estudos sociológicos, isto porque:

os métodos derivados da tradição psicológica são essencialmente dedicados à medição das diferenças individuais (por exemplo, aspectos de temperamento), enquanto que os métodos antropológicos fornecem informações detalhadas, descrição sobre significados subjetivos e experiências atribuída àquelas variáveis. Juntas, estas abordagens fornecem uma imagem multifacetada das influências e processos envolvidos na regulação cultural do desenvolvimento da criança e, ao mesmo tempo, capta a coerência das crenças e práticas culturais de uma forma holística (HARKNESS et al., 2006, p.67).

Portanto, para a geração de dados foi utilizado o Diário do Uso do Tempo, que oportuniza uma interessante forma de geração de dados sobre o cotidiano dos indivíduos. O presente estudo construiu um

4 Os autores apresentam a potencialidade dessa abordagem no Estudo Internacional de Pais, Filhos, e Escolas, um projeto de pesquisa comparativo realizado em sete países: Austrália, Itália, Holanda, Polónia, Espanha Suécia e Estados Unidos. O objetivo era explorar várias estratégias culturais em relação à transição das crianças de casa para a escola. Os pais participaram de uma entrevista semiestruturada e preencheram diários no decorrer de uma semana com atividades diárias de seus filhos, informando também os locais e com quem estavam (HARKNESS et al., 2006).

diário inspirado no modelo proposto pelo *Harmonised European Time Use Surveys* – HETUS (EUROSTAT, 2004)⁵. No HETUS as atividades são registradas em um quadro com intervalos de tempo pré-definidos de 10, 15, 20 ou 30 minutos, de acordo com a pertinência para o estudo. Além deste instrumento, utilizamos como referência os diários utilizados nos estudos de Teixeira e Cruz (2006), que registram em um quadro a hora que começa e a hora que termina cada atividade. Dessa forma, elaboramos um diário de forma a captar as seguintes informações: atividade desenvolvida; hora de início e de fim de cada atividade; local; com quem a criança estava durante a atividade. Além disso, prevemos a escrita de observações complementares, que nos ajudaram a contextualizar as mais diferentes situações em relação ao bebê.

Os dados gerados relativos ao cotidiano dos dois bebês foram registrados em dois momentos diferentes. Um diário foi preenchido em um período de 24 horas de um dia da semana em que a criança esteve presente na creche; o outro foi preenchido em um período de 24 horas em um dia do final de semana. Ao escolhermos estes dois períodos tínhamos a intenção de obter uma descrição pormenorizada das atividades realizadas pelos bebês, durante 24 horas, tanto na família como na creche.

O registro de 24 horas durante o dia da semana foi realizado tanto pela mãe, enquanto a criança estava em casa, como pela equipe de pesquisa⁶, que acompanhou o bebê em suas atividades na creche. Assim, o registro das atividades realizadas no contexto familiar, tanto no dia da semana quanto no final de semana, foi realizado pelas mães. Dessa forma, as mães atuaram como coprodutoras dos dados.

5 Trata-se de um consórcio dos Institutos Nacionais de Estatística dos países da União Europeia que busca coordenar as pesquisas sobre o uso do tempo, para as tornar comparáveis. Fonte: <https://www.h2.scb.se/tus/tus/Default.htm>.

6 O presente artigo decorre de um estudo que estava conectado a um projeto maior, que acompanhou a turma do Berçário I durante todo o ano de 2013. Logo, estavam presentes na creche duas pesquisadoras, que produziram notas de campo e preencheram o diário do uso do tempo.

O registro na creche foi realizado de forma individualizada, com uma ida a campo em datas diferentes para cada uma das crianças. As crianças passavam cerca de 10 horas na instituição de Educação Infantil, das 07h20min às 17h20min. A rotina da turma estava estruturada da seguinte forma: 7h20min – início da entrada, 8h30min – café da manhã, 9h30min – banho e/ou troca de fraldas, 10h30min – almoço, 11h30min – momento para descanso, 13h – lanche, 15h30min – jantar, 17h30min – saída.

Consideramos que ao ser preenchido o campo “Atividade” do Diário do Uso do Tempo tanto as pesquisadoras como as mães realizaram um recorte da realidade e destacaram a informação principal da cena. De acordo com Goffman (2012a), em uma cena, os indivíduos reconhecem o objetivo principal para onde a atenção é focada, o que pode ser definido como atividade primária. Nesse sentido, considerando a coparticipação das mães na pesquisa, tentamos responder a uma das principais perguntas de Goffman (2012a, p. 31), qual seja: “O que está acontecendo aqui?”.

Assim, consideramos que cada uma das mães e pesquisadoras escolheram o recorte da cena, a partir da orientação de descrever detalhadamente as ações dos bebês. Cada uma se valeu de uma lente para olhar a cena e, logo, gerar o dado. Como afirma Nunes (1993, p. 40), “toda a produção da informação é uma forma de processar experiências, susceptíveis de serem reenquadradas”.

De forma complementar, foram realizadas entrevistas com as mães. As informações dos diários serviram como base para o roteiro de cada entrevista, que buscou superar uma limitação do próprio Diário do Uso do Tempo, qual seja: os sujeitos tendem a subestimar o tempo dedicado às atividades curtas relacionadas aos cuidados pessoais e aos contatos que são estabelecidos no decorrer das atividades, e omitem essas informações nos seus registros (LARSON; VERMA, 1999; CARVALHO; MACHADO, 2006). As entrevistas também ajudaram a conhecer as motivações das mães na organização do tempo dos bebês, e principalmente, entender quais critérios foram utilizados para produzir o recorte das atividades.

Ao contarmos com dois atores na produção de dados – pesquisadoras e mães – foi necessário considerar diversos elementos na análise. Destacamos alguns aspectos positivos dessa diversidade. O primeiro refere-se às mães, que são as melhores conhecedoras das rotinas de seus bebês. Garantimos assim que os dados gerados fossem gerados por quem os conhecia profundamente. Em segundo lugar, as famílias sentiram-se mais confortáveis em participar da pesquisa, pois não houve a presença de um *outsider* acompanhando sua rotina, o que poderia gerar algum tipo de inibição em suas ações. Em terceiro lugar, ao considerar as mães como coprodutoras dos dados, acessamos a forma como elas compreendem as atividades dos bebês na organização familiar. Ao escreverem os registros, elas produziram um recorte da realidade, ou seja, disponibilizaram não só informações sobre o uso do tempo, assim como inúmeras concepções a ele atreladas, tais como: qual atividade descrever ou omitir, o que é considerado uma atividade ou não do bebê.

Também encontramos certas fragilidades nessa abordagem, como o enviesamento dos dados pela alta carga de subjetividade, visto que se trata da relação entre mães e filhos. Contudo, já prevendo este aspecto atrelado à natureza da própria pesquisa, buscamos mitigá-lo ao conduzir as entrevistas, que sempre buscaram dar mais objetividade à leitura dos dados.

Uso do tempo em casa e na creche e regulações sociais do sono

Ao analisar os dados gerados por meio dos Diários do Uso do Tempo e das entrevistas, fica evidente que o sono é a atividade que mais toma o tempo dos bebês, tanto no contexto familiar como no da creche. Owens (2004) explica que os determinantes biológicos e a cultura são fundamentais no estabelecimento de padrões de sono. Logo, observamos que até estudos do campo pediátrico têm prestado atenção a questões socioculturais envolvidas nesta atividade.

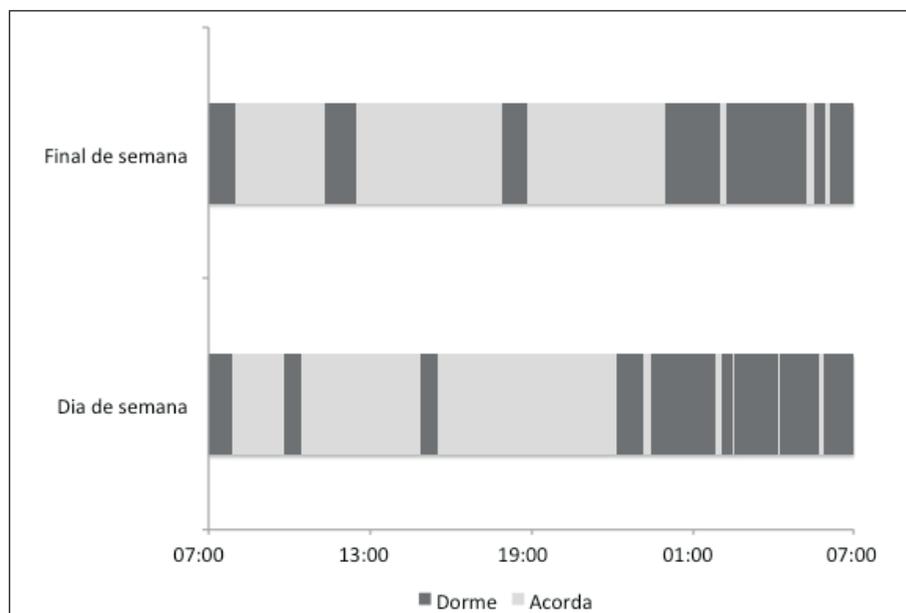
O presente artigo passa a considerar o sono como uma situação social. Nos termos de Goffman (2010), uma situação social ocorre quan-

do há copresença e monitoramento mútuo dos indivíduos. Interessamos aqui entender as razões socioculturais construídas em torno da ação do sono, dado o tempo significativo gasto com ela. Os dados das experiências dos bebês foram analisados por meio de quadros, termo que Goffman toma emprestado de George Bateson. Goffman (2012a) define quadro como o conjunto de princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjetivo neles. Nas palavras do autor:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-se ao exame, nesses termos, da organização da experiência (GOFFMAN, 2012a, p. 34, grifo do autor).

Os dados apresentados nos Diários do Uso do Tempo mostram que das 14h32min que Augusto esteve em casa, dormiu 8h53min; enquanto esteve na creche, dormiu 1h17min das 8h19min. Ou seja, dentro das 22h51min registradas no Diário do dia da semana, 10h10min referem-se ao sono do bebê. Ainda neste dia da semana, enquanto estava em casa, ele acordou seis vezes, e, por esse motivo, a mãe o acolheu para dormir no quarto dos pais. Nesse momento de sono do bebê, os pais aproveitaram para cortar as suas unhas. No período em que permaneceu na creche, ele dormiu em dois momentos diferentes do restante da turma. O momento de dormir, segundo a rotina da creche, é após o horário do almoço. Contudo, nesse dia, Augusto dormiu no meio da manhã e à tarde, períodos em que seus pares já estavam acordados. Em relação ao final de semana, das 23h44min registradas no Diário do Uso do Tempo, 09h36min foram utilizadas para o sono, sendo 7h29min para o sono da noite e 2h07min para o sono do dia. O sono de Augusto, durante a noite, foi interrompido três vezes devido a ruídos e à amamentação.

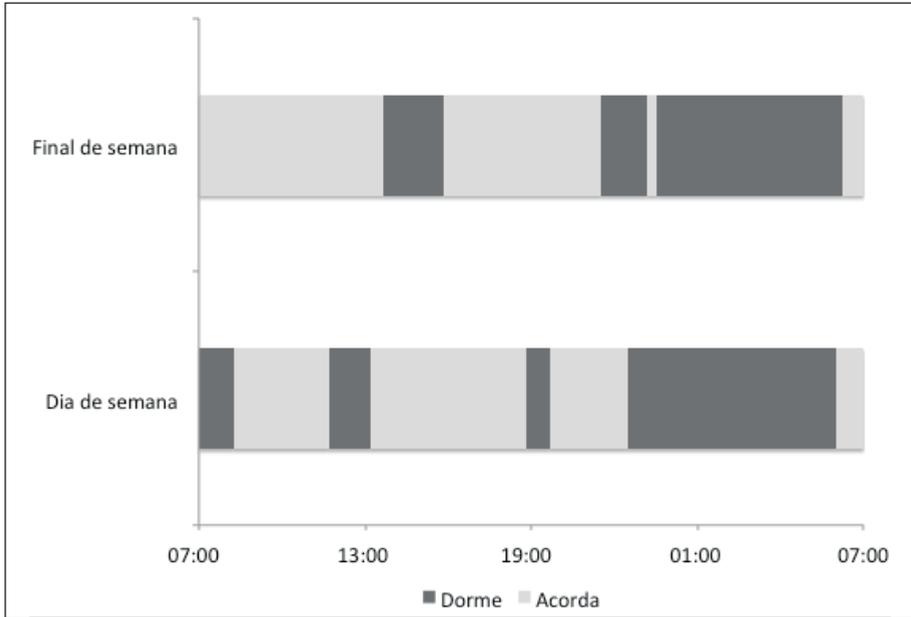
Gráfico 1 - Padrão de sono de Augusto



Fonte: Material empírico da pesquisa

Das 14h30min que passou com a família, Clarice dormiu 8h20min. Já na creche, Clarice dormiu 1h31min das 9h09min que lá permaneceu. Ela dormiu no momento estipulado pela rotina da instituição com alguma dificuldade, pois estava sem a sua chupeta. A mãe não levou a chupeta para a creche, pois Clarice estava com um machucado na boca e o pediatra recomendou que esta não fosse utilizada. Ela passou cerca de 30min interagindo com a professora até conseguir uma chupeta. A professora acabou encontrando uma chupeta que parecia com a dela, o que a fez dormir. No Diário de Clarice do dia da semana, a mãe informou que a menina dormiu no ônibus na volta da creche para casa, cerca de 40 minutos. Portanto, dentro das 23h39min registradas no Diário do Uso do Tempo do dia da semana, 9h51min foram destinadas ao sono. Em relação ao final de semana, Clarice dormiu um período de 10h22min das 21h02min registradas, caracterizado por um descanso no começo da tarde, após o almoço, que durou 2h10min; à noite ela adormeceu às 21h30min e dormiu por 8h30min, acordando em um momento da noite para mamar.

Gráfico 2 - Padrão de sono de Clarice



Fonte: Material empírico da pesquisa

Para a situação social caracterizada pelo sono, observamos que os dois bebês usaram aproximadamente a mesma quantidade de tempo quando estavam na creche, com a diferença de que Augusto dormiu em dois momentos, enquanto Clarice dormiu apenas em um. Já com relação ao sono em casa, a similaridade se mantém no dia da semana, mas há uma diferença de aproximadamente 50 minutos entre os bebês no final de semana. Ambos os bebês costumam dormir durante os deslocamentos feitos em veículos automotivos.

Ao categorizar os dados, buscamos definir o ponto central de cada situação descrita no Diário do Uso do Tempo. Utilizamos alguns esquemas fundamentais de compreensão para explorar a atividade em que cada bebê estava envolvido. De acordo com Goffman (2012a), quando envolvidos em uma situação, os indivíduos tendem a usar os esquemas de interpretação, permitindo assim que reconheçam o acontecimento e escolham o comportamento a ser adotado. Como afirmam Mendonça e Simões (2012, p. 189, grifo dos autores): “São esses princípios conformadores dos quadros que permitem a *definição*

da situação pelos sujeitos”. Assim, devemos buscar compreender na situação em que os bebês se inserem qual o quadro que os envolve e “qual o posicionamento que se deve adotar perante ele” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 189).

Nas situações há uma série de rituais adotados, permitindo que os bebês reconheçam qual o comportamento deles esperado. Quando estão na creche, eles percebem que o momento para o descanso é após o almoço. Isto porque a situação é definida a partir de um cenário: as luzes são apagadas; os adultos falam mais baixo ou entoam canções de ninar, balançam os bebês, e ligam os ventiladores. Para Coutinho (2002), o sono é o momento da rotina da creche em que a ritualização aparece de forma mais intensa.

Já em casa, os pais relatam que gastam tempo para fazer os bebês dormirem. O sono de Augusto, geralmente, é precedido da amamentação. Esse recurso também é utilizado nos momentos em que ele acorda no decorrer da noite, quando a mãe oferece leite para que volte a dormir. Além disso, em casa, ele conta com um paninho e uma chupeta para o sono. No caso de Clarice a amamentação também compõe o ritual de dormir e a mãe permanece em torno de 10 a 30 minutos na companhia da menina para que ela durma.

A importância da rotina do sono já aparece nos manuais clássicos de cuidados com bebês. “The Pocket Book of Baby and Child Care”, de Benjamin M. Spock, que teve sua primeira publicação em 1946, e “A Vida do Bebê”, de Rinaldo De Lamare, publicado originalmente em 1941, são manuais de puericultura amplamente conhecidos e comercializados no Brasil até os dias atuais. Apresentam uma concepção tão geral do desenvolvimento de bebês que acabou por transformar a diversidade em padronização.

Dr. Spock (1946) explica que o total gasto com o sono do bebê até dois anos deve ser decidido por ele próprio. Se até os 18 meses duas sonecas são previstas ao dia, além do sono da noite, dos 18 aos 24 meses a tendência seria a eliminação de uma delas. O autor sugere métodos e técnicas para a facilitação do sono, dentre eles: a presença de bonecos e bichos de pelúcia no berço; o condicionamento do sono

após as refeições; o controle da luminosidade. Dentro da mesma perspectiva, De Lamare (2009) aconselha os pais, no caso dos bebês que dormem pouco, a reorganizar o ambiente do recém-nascido, favorecendo assim o silêncio e a penumbra. Ainda adverte:

os bebês que dormem pouco, convém toda cautela, pois trata-se de bebês nervosos, excitados, necessitando de disciplina por parte dos pais, que não devem tomá-los ao colo por qualquer motivo. Os pais que não possuem força de vontade correm o risco de ficar acordados a noite toda (DE LAMARE, 2009, p. 153).

A legitimação dos manuais de puericultura encontra lugar no universo simbólico, que é a “matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 132). O universo simbólico ordena e legitima os papéis cotidianos, logo, parece que as técnicas que envolvem o sono de bebês vêm ao encontro de uma tipificação construída na realidade social, no senso comum, sobre as dificuldades de pais, mães e demais educadores/as nestes momentos do cotidiano do bebê. Por sua vez, o cotidiano do bebê, que compreende o sono como uma das suas principais atividades, justifica estas práticas nas instituições sociais família e creche.

O cenário organizado pelos adultos permite que os bebês saibam qual o comportamento deles esperado em cada situação, ou seja, o *ethos*, nos termos de Goffman (2010). Segundo o autor (2010, p. 29), cada ocasião possui um “*ethos* distintivo, um espírito, uma estrutura emocional que precisa ser criada, mantida e desfeita apropriadamente”. Goffman (2012b) ainda afirma que a delimitação temporal dos episódios está estreitamente associada às modalidades da ancoragem da atividade que a caracteriza, isto é, as condições que permitem fixar ou situar a atividade fornecem os recursos materiais, humanos e simbólicos que tornam a situação viável e identificável para os participantes.

Observando os quadros que caracterizam a situação social do sono de Augusto na creche, nota-se que há uma ruptura com a rotina da instituição. Ele dormiu antes do almoço e enquanto a maioria das

crianças já estava acordada. Ele adormeceu na sala de atividades e não na sala de berços, então seu sono foi interrompido em um primeiro momento por outro bebê e depois por um adulto. Também na creche, Clarice dormia todos os dias com sua chupeta, contudo, devido a uma recomendação médica, a mãe não levou o artefato para a instituição, o que levou a professora a negociar cerca de 30min com a menina para que ela dormisse.

Igualmente, em casa, identificamos rupturas introduzidas pelos bebês na rotina organizada pelos adultos. No diário de ambas as crianças as mães relatam que elas dormem em momentos não previstos para tal, por exemplo, durante os deslocamentos de carro ou de ônibus. Esses momentos de sono não são planejados pelos adultos, no entanto, devido à recursividade dessa ação, os pais passam a esperar por esse comportamento, tornando-se uma rotina estabelecida pelos próprios bebês.

Sob a perspectiva de Goffman, podemos analisar esse quadro como uma fuga ao papel esperado, mas que, ao final, possibilita novas construções e relações entre os indivíduos, dando dinamicidade, renovação e redefinindo comportamentos esperados. Nesse sentido, Coutinho (2010, p. 100) afirma que a recursividade dada pela rotina “revela um domínio da ação e a possibilidade de sua alteração e da alteração da estrutura à medida que esse tempo é vivido”. Guimarães (2011) corrobora esta ideia e afirma que a dimensão rotineira, o que é realizado todos os dias, permite a emergência do novo, do diferente. O reconhecimento da alteridade das crianças e a identificação de momentos que superam o ritmo homogêneo imposto a elas fornecem os elementos necessários para a alteração da rotina.

Nesse sentido, a análise dos dados nos permite questionar se o sono segue somente o ritmo biológico. Gottlieb (2012, p. 324) demonstra como comportamentos de bebês entendidos como biológicos podem “revelar dados culturalmente ricos”. Para o padrão euroamericano, promover o sono do bebê em espaços independentes é baseado na ideia de que o indivíduo deve construir sua própria trajetória. Todavia, como mostra a autora mencionada, as mães da sociedade Beng da Costa do

Marfim costumam dormir abraçadas aos seus bebês, pois acreditam que os recém-nascidos vivem a maior parte do tempo no mundo dos espíritos – no *Wrugbe*. Por meio do contato corporal, as mães Beng tentam demonstrar aos bebês que o mundo real é convidativo e hospitaleiro.

O presente artigo mostra que as regulações sociais determinaram, em grande parte, o tempo das situações as quais os bebês participaram. Reiteramos a importância de se incorporar à análise do sono um conjunto de negociações, contextos, sujeitos envolvidos e interações que definem o uso do tempo de bebês nas situações sociais. Nos Diários de Uso do Tempo de ambos os bebês, o que definiu o tempo foram as interações estabelecidas dos bebês com seus pares e com adultos no decorrer das 24 horas.

Ao compararmos as situações de sono entre o dia da semana e as do final de semana, podemos afirmar que, nesse caso, elas já fazem parte das experiências socioculturais e não apenas biológicas das crianças. A creche recomendava que os pais tentassem manter a mesma rotina de horários da instituição. Ainda que os pais tentassem manter os mesmos horários em que a situação do sono ocorria na creche, nem sempre conseguiam devido à imprevisibilidade das situações familiares que podiam ocorrer durante um dia.

Coutinho (2010) afirma que o bebê, desde muito cedo, apresenta manifestações que são elaboradas a partir das suas experiências socioculturais, o que supera reações corpóreas meramente instintivas. Nessa mesma linha, Goffman (2012b) define a natureza humana como um conjunto de regras morais impressas no indivíduo por meio dos encontros sociais, isto é:

A natureza humana universal não é uma coisa muito humana. Ao adquiri-la a pessoa torna-se uma espécie de construto, criada não a partir de propensões psíquicas internas, mas de regras morais que são carimbadas nela externamente. Essas regras, quando seguidas, determinam a avaliação que ela fará sobre si mesma e sobre seus colegas participantes no encontro, a distribuição de seus sentimentos, e os tipos de práticas que ela

empregará para manter um tipo especificado e obrigatório de equilíbrio ritual. A capacidade geral de ser limitado por regras morais pode muito bem pertencer ao indivíduo, mas o conjunto particular de regras que o transforma num ser humano é derivado de requerimentos estabelecidos na organização ritual de encontros sociais (GOFFMAN, 2012b, p. 49).

Observamos que a organização do tempo responde muito mais a uma demanda dos adultos do que das crianças. Todavia, as situações sociais destacadas nesse artigo demonstram que uma série de fatores contribuem para a configuração, bem como influenciam o uso e a quantidade, de tempo. A principal delas é a própria interação dos bebês com pares e com adultos.

Considerações finais

Percebemos que bebês participam de uma série de situações sociais a partir de interações estabelecidas. A dinâmica interacional, as necessidades dos bebês, a estruturação do tempo e a ordem social estabelecida definem o maior ou menor enquadramento deles nas situações vivenciadas. Bebês são capazes de identificar os comportamentos esperados deles nas diferentes situações sociais. Dentro das atividades vivenciadas por eles na creche e na família, destacamos o sono como atividade comum e recursiva nesses dois contextos sociais.

Ao compararmos o tempo dedicado ao sono por ambos os bebês, observamos que as atividades definidas como necessidades biológicas são também reguladas socialmente. Como Cuche (1999) afirma, nada é natural nos seres humanos, já que as necessidades fisiológicas são continuamente informadas pela cultura. Assim, atividades como o sono e a alimentação são realizadas de acordo com o comportamento estabelecido em cada sociedade. Nesse sentido, para o autor, quando se solicita de alguém um comportamento natural está se solicitando que o indivíduo “Aja de acordo com o modelo da cultura que lhe foi transmitido” (CUCHE, 1999, p. 11).

Destacamos que cada uma das situações vivenciadas pelos bebês foi marcada por um *ethos* que permitiu que eles se localizassem no tempo e no espaço, compreendendo assim qual era o comportamento deles esperado. Percebemos que nas situações os bebês se apropriaram das informações e demandaram ações diferentes dos envolvidos. Em casa, a organização do tempo seguiu tanto as necessidades do bebê quanto a organização social da família. As situações que ocorreram na família possuíam um enredo pré-definido, o que, contudo, não significa que essa organização fosse rígida e totalmente seguida. As famílias tentaram estruturar os tempos para os bebês, mas a rotina foi construída por todos os membros. As atividades dos bebês mostraram-se parte importante da organização do tempo familiar. Já na creche houve uma estruturação mais rígida do tempo e do espaço. O modelo adotado para a organização de um considerável número de crianças por turma – organizadas de forma seriada, já que as crianças de cada turma possuem a mesma faixa etária – impôs uma estruturação padronizada do cotidiano. A rotina da instituição previa as mesmas atividades para todos os bebês ao mesmo tempo.

Assim, nota-se que apesar de mudanças nas concepções de infância e de criança apresentadas por meio de um novo paradigma (PROUT; JAMES, 1997), reconhecemos que diferentes perspectivas coexistem e permeiam pedagogias voltadas aos bebês. A concepção de que bebês respondem aos instintos biológicos ainda é tomada como justificativa para a organização de rotinas nas instituições de Educação Infantil, especialmente na creche, e fazem parte do imaginário dos pais quanto aos comportamentos “adequados” para cada ação das crianças a depender de sua idade.

Referências

AGUIAR, Neuma F. de. (2010), Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 64-82.

- BARBOSA, Maria Carmem S. (2006), *Por Amor e por força: rotinas na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed.
- BATISTA, Rosa. (2001), “A rotina da creche: entre o proposto e o vivido”. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24, Caxambu. *Anais...* Caxambu. p. 1-16.
- _____. (1998), *A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BEN-ARIEH, Asher; OFIR, Anat. (2002), “Opinion, dialogue, review. Time for (more) Time-Use studies: studying the daily activities of children”. *Childhood*, London, v. 9, n. 2, p. 225–248.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. (2003), *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BONDIOLI, Anna (Org.). (2004), *O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos*. São Paulo: Cortez.
- BRANDÃO, Zaia. (2001), “A dialética micro/macro na Sociologia da Educação”. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n. 113, p. 153-165.
- CARVALHO, Marie Jane S.; MACHADO, Juliana B. (2006), “Análise dos usos do tempo entre crianças acerca das relações de gênero e de classe social”. *Currículo sem Fronteiras*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 70-81.
- CHRISTENSEN, Pia. (2002), “Why More ‘Quality Time’ is not on the Top of Children’s Lists: the ‘Qualities of Time’ for Children”. *Children & Society*, London, v.16, p. 77-88.
- CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. (2008), “Childhood Diversity and Commonality: some methodological insights”. In: _____. (Eds.). *Research with children: perspectives and practices*. London: Routledge. p. 156-172.
- CORSARO, Willian A. (2011). *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed.
- COUTINHO, Angela Maria S. (2002), *As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis.
- _____. (2010). *A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche*. Tese (Doutorado em Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância) – Universidade do Minho, Braga.
- CRAIG, Lyan. (2014), “Time-Use Studies”. In: MELTON, G. B.; BEN-ARIEH, A.; CASHMORE, J.; GOODMAN, G. S.; WORLEY, N. K.(Eds.). *The Sage Handbook of Child Research*. e-book. London: Sage.
- CUCHE, Denys. (1999), *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC.

- DE LAMARE, Rinaldo. (2009), *A vida do bebê*. 42. ed. Rio de Janeiro: Agir.
- EUROSTAT. (2004), *Guidelines on Harmonised European Time Use surveys*. Luxemburgo: Luxemburgo.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1978), *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- FAEDI, Giovanni. "Introdução". In: BONDIOLI, Anna. (Org.). (2004). *O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos*. São Paulo: Cortez. p. 11-13.
- GEERTZ, Clifford. (2003), *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes.
- GOFFMAN, Erving. (2010), *Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2012a), *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2012b), *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- GOTTLIEB, Alma. (2012), *Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África*. São Paulo: FAP-Unifesp.
- GUARINELLO, Noberto Luiz. (2004), "História científica, história contemporânea e história cotidiana". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 13-38.
- GUIMARÃES, Daniela. (2011), *Relações entre adultos e bebês na creche: o cuidado como ética*. São Paulo: Cortez.
- HARKNESS, Sara *et al.* (2006), "Mixed methods in international collaborative research: The experiences of the international study of parents, children, and schools". *Cross-Cultural Research*, v. 40, n.1, p. 65-82.
- KENNEDY, David; KOHAN, Walter Omar. (2008), "Aión, Kairós and Chrónos: Fragments of an Endless Conversation on Childhood, Philosophy and Education". *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 5-22.
- KOHAN, Walter Omar. (2004), "A infância da educação: o conceito devir-criança". In: _____ *Lugares da infância: filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 51-67.
- LARSON, Reed W.; VERMA, Suman. (1999), "How children and adolescents spend time across the world: work, play, and developmental opportunities". *Psychological bulletin*, Champaign, v. 125, n. 6, p. 701-36.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. (2012), "Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 27, p. 187-201.

MINKOFF, Yael; RILEY, Jillian. (2011), “Perspectives of Time-Use: exploring the use of drawings, interviews and rating-scales with children aged 6-7 years”. *Journal of Occupational Science*, London, v. 18, n. 4, p. 306–321.

NUNES, Brasilmar F. (2003), *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

NUNES, João Arriscado. (1993), “Erving Goffman, a análise de quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 37, p. 33-49.

OBSERVATÓRIO do PNE. (2015), *Indicadores da Educação Infantil*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/1-educacao-infantil/indicadores>>. Acesso em 29 de julho de 2015.

OWENS, Judith A. (2004), “Sleep in children: cross-cultural perspectives”. *Sleep and Biological Rhythms*, v. 2, p. 165-173.

PERRENOUD, Philippe. (1995), *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. (1997), “A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems”. In: JAMES, A.; PROUT, A. *Constructing and reconstructing childhood*. London: Falmer Press. p. 7-33.

PROUT, Alan. (2010), “Reconsiderando a nova sociologia da infância”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 40, n. 141.

SACRISTÁN, José Gimeno. (2005), *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed.

SARMENTO, Manuel Jacinto. (2000), “O Ofício de Criança”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 2, 2000, Braga. *Anais do II do Congresso Internacional: os mundos sociais e culturais da infância*. Braga; Universidade do Minho. p. 125-145.

SPOCK, Benjamin McLane. (1946), *The Pocket Book of Baby and Child Care*. New York: Pocket Books/Rockefeller Center.

TEIXEIRA, Vitor; CRUZ, Orlanda. (2006), “O uso do tempo das crianças: um estudo comparativo entre 1999 e 2006”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM ESTUDOS DA CRIANÇA, 1, Braga. *Anais ...* Braga. p. 1-20.

VOGLER, Pia; MORROW, Virginia; WOODHEAD, Martin. (2009), *Conceptualising and measuring children’s time use: a technical review for young Lives*. Oxford: Young Lives.

Processo decisório e conflitos: questões e reflexões a partir dos megaprojetos*

Alexandra Martins Silva**

RESUMO

O objetivo central do artigo é analisar alguns aspectos da tomada de decisão em megaprojetos. Esta temática possui relevância, na medida em que poucos trabalhos têm se dedicado aos processos decisórios que envolvem estas grandes obras. O estudo de como as decisões são tomadas, quais os grupos sociais envolvidos ou excluídos, constituem questões determinantes para que se possa compreender o incremento dos megaprojetos na atualidade. Nesta perspectiva, tornou-se necessário descrever o que são estas obras, ressaltando o caráter crítico presente na reflexão de grande parte dos autores pesquisados, para em seguida abordar de que forma ocorre o processo decisório, a partir dos fenômenos da subestimação dos custos, da superestimação dos benefícios, da subestimação dos impactos, e dos interesses divergentes que se encontram presentes.

Palavras-chave: megaprojetos; conflitos; processo decisório.

* Este artigo é baseado na parte teórica da tese de doutorado defendida em 2016 e com o título, “Megaprojetos, conflitos e processo decisório: a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte” (SILVA, 2016).

** Doutora em Sociologia, pela Faculdade de Economia (FEUC) e pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, com apoio da FCT. Pesquisadora do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

ABSTRACT

DECISION-MAKING AND CONFLICTS: QUESTIONS AND REFLECTIONS FROM MEGAPROJECTS

The main objective of this article is to analyse some aspects of decision-making in megaprojects. This theme has relevance, since few studies have been dedicated to the decision-making processes that involve these major infrastructures. The study of how decisions are taken, which social groups are involved or excluded, constitute determinant factors for understanding mega projects in the present time. With this perspective, it is necessary to describe what these infrastructures are, emphasizing the critical stance present in most of the researched authors, to then discuss how the decision-making process occurs, from the phenomena of underestimation of costs, of overestimation of benefits, the underestimation of impacts, to the divergent interests that are present.

Keywords: Megaprojects; conflicts; decision-making.

Introdução

Este artigo constitui parte da tese de doutorado em Sociologia, concluída em 2016, cuja temática tratou de pesquisar e compreender aspectos da tomada de decisão em megaprojetos (SILVA, 2016). Como parte desta pesquisa, pretendeu-se realizar a reconstrução histórica do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (Rio Xingu). O seu objetivo consistiu na análise do processo decisório que conduziu à sua edificação, e das motivações que levaram a esta deliberação. Destacou as principais mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais que ocorreram no Brasil, ao longo das últimas três décadas, e que proporcionaram alterações substanciais no projeto desta barragem.

As reflexões presentes neste artigo representam uma tentativa e um esforço de apresentar algumas questões e debates realizados na tese de doutorado. Nesse sentido, centra-se na discussão que envolve a construção de megaprojetos. Mais concretamente, trata-se do desafio de descrever e tentar esclarecer o que se entende por megaprojetos e como se configura o processo decisório destas grandes obras.

A reflexão não se cingirá aos grandes projetos brasileiros ou latino americanos, pois interessa analisá-los enquanto expressão máxima de um discurso e de uma ideologia que ultrapassa países e continentes.

Nesta perspectiva, não se pretende homogeneizar experiências, nem se apresentarão os megaprojetos enquanto sinônimo de desastres. Optou-se por focar a análise nos processos decisórios, compreendendo como as decisões são tomadas, quem participa no processo, quem é silenciado, quais os grupos beneficiados, e as razões por que estas obras são tão contestadas. Estas perguntas correspondem às questões centrais que pretendem entender as razões e os incentivos que subjazem à construção destas grandes obras.

No Brasil, existe uma ampla literatura sobre a edificação dos grandes projetos, especialmente a partir da década de 80. Esses estudos foram realizados por pesquisadores, na sua maioria sociólogos e antropólogos, e marcaram o início da configuração desse campo de estudo no país. Pode-se citar trabalhos emblemáticos realizados por autores como: Lygia Sigaud, Gustavo Lins Ribeiro, Carlos Vainer, Guiomar Germani, Eduardo Viveiro de Castro, Sonia Barbosa Magalhães, Edna Castro, entre muitos outros¹. As pesquisas realizadas centraram-se na sua grande maioria nos impactos e transformações sociais acarretadas por grandes projetos, em especial hidrelétricas, construídas em todo território nacional e também na América Latina.

Nos últimos anos pôde se perceber o incremento de trabalhos e pesquisas sobre este tema em diversos países. No Brasil, este ocorreu devido principalmente à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir do ano de 2007. O Programa pretendia retomar o planejamento e estabeleceu um plano de investimentos dividido em três eixos de infraestrutura: 1) logística; 2) energética; 3) social e urbana (GOVERNO FEDERAL, 2007, p. 7). No ano de 2011, o PAC iniciou uma segunda fase, e neste período, contou com uma carteira de cerca de 37 mil megaprojetos e investimentos expressivos.

1 Sigaud (1986); Ribeiro (1987); Castro (1989); Magalhães (1988); Vainer (1992); Germani (2003), entre outros.

Desta forma, justifica-se que o interesse pelo tema decorre do fato desta problemática ter reaparecido com grande intensidade nesta primeira década do século XXI, configurando-se num campo de estudo ao qual sociólogos, economistas, engenheiros, planejadores urbanos, entre muitos outros pesquisadores, se têm dedicado, para compreender as questões técnicas, econômicas, sociais, políticas e ambientais que envolvem estas grandes obras.

Além dos pesquisadores e estudiosos interessados, os megaprojetos também sempre atraíram a atenção e causaram o deslumbramento de grande parte das populações nos mais variados países. A represa de Assuã, o Canal do Panamá, a Barragem de Itaipu, a Sydney Opera House e o Túnel do Canal da Mancha são alguns exemplos de megaprojetos que foram construídos entre o início e o final do século XX, e que são por diversas vezes considerados “maravilhas da modernidade”. No que corresponde ao passado, poder-se-ia citar centenas de obras e edifícios monumentais que representam até hoje símbolos inequívocos de ousadia e poder.

Na concepção de Flyvbjerg, Bruzelius e Rothengatter (2002a; 2003), os megaprojetos não constituem apenas grandes obras de engenharia, mas também fenômenos que podem ser encontrados em qualquer parte do mundo. Para os autores, independentemente do lugar a que nós formos, somos confrontados com este “novo animal político e físico”, e todos os países parecem estar comprometidos com a promoção desse “animal” no cenário da decisão política.

A primeira seção do artigo pretende iniciar uma discussão sobre os megaprojetos, destacando como podemos defini-los. Posteriormente, aborda-se de que forma ocorre o processo decisório destas grandes obras, a partir da reflexão sobre o fenômeno da subestimação dos custos, da superestimação dos benefícios, da subestimação dos impactos e dos interesses divergentes.

A dificuldade em defini-los

Quando se pensa nos megaprojetos contemporâneos, não parece difícil imaginar o que estes representam, e também pensar na multiplicidade de exemplos que se poderiam associar a essas grandes obras. No entanto, ao mesmo tempo que tal conceito parece simples de assimilar, afigura-se complexo defini-lo, principalmente devido à variedade de elementos que se resguardam sob a denominação “megaprojeto”. No que corresponde ao seu significado, Lynch e Gellert (2003) frisam que as definições divergem, e que a maioria delas são inexatas e associadas a projetos específicos.

Na literatura acadêmica o termo megaprojeto é encontrado principalmente em autores de língua inglesa, espanhola ou autores nórdicos. Nos países de língua portuguesa, a utilização é relativamente recente, e poucos autores utilizam o termo. Na produção acadêmica brasileira pode-se encontrar uma multiplicidade de siglas e expressões que definem de forma genérica o que neste artigo é chamado de megaprojeto. Os termos utilizados são: Grandes Projetos, Grandes Projetos de Desenvolvimento, Grande Projeto de Investimento (GPI) (VAINER; ARAÚJO, 1992), Projeto de Grande Escala (PGE) (RIBEIRO, 1987), entre outras nomenclaturas.

No que diz respeito à sua significação enquanto conceito, não existe uma aceção geral. Alguns autores, na ausência de uma definição conceitual, estabeleceram os seus próprios critérios de análise. Lynch e Gellert (2003) definem os megaprojetos como projetos que transformam paisagens, intencional e profundamente, de modo claramente visível, e que requerem a aplicação coordenada de capital e poder estatal. Assim, os megaprojetos podem ser definidos analiticamente a partir de quatro diferentes tipos: 1) Infraestrutura; 2) Extração; 3) Produção; e 4) Consumo. Mencionam que estes projetos ocorrem também em combinação, ou seja, uma atividade pode estar associada a vários megaprojetos diferentes. Citam como exemplo o complexo bauxita-alumínio, na medida em que inclui minas, estradas, ferrovias, indústrias e usinas hidrelétricas (LYNCH; GELLERT, 2003).

Para Vainer e Araújo (1992), o Grande Projeto de Investimento (GPI) consiste numa expressão não muito precisa, que procura caracterizar projetos que mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, energia e território. Para os autores, estes referem-se a grandes unidades produtivas,

a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio, outras para extração de petróleo, gás e carvão, dedicadas a sua exploração em bruto e/ou transformação e refinarias ou centrais termelétricas ... grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores ... complexos industriais portuários, e em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc (LAURELLI, 1987, p. 133 *apud* VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 29).

Da mesma forma, Altshuler, Luberoff, entre outros autores, inscrevem os megaprojetos numa ampla variedade de projetos em áreas como planejamento urbano, transporte e gestão dos recursos hídricos. Utilizam este termo para evidenciar as obras de grande escala e onerosas, nas quais enfatizam o caráter infra-estrutural (ALTSHULER; LUBEROFF, 2003). Pode-se considerar Flyvbjerg (2005) como um dos autores que mais se tem dedicado ao estudo dos megaprojetos contemporâneos. Para o autor, os megaprojetos são aqueles que recebem grandes investimentos financeiros e atraem um nível de atenção por parte do público ou são alvo de interesse político devido aos substanciais impactos diretos e indiretos sobre a comunidade, meio ambiente e orçamentos.

No que corresponde às suas características principais, Frick (2005) resume-as a partir de “Seis C” - “*colossal, costly, captivating, controversial, complex and control*”.² O caráter colossal traduz-se na sua dimensão e também na visibilidade alcançada. A questão financeira –

2 “Colossais, dispendiosas, cativantes, controversas, complexas e controle”.

mais especificamente, os elevados custos frequentemente subestimados – constitui a segunda característica. A terceira relaciona-se com a primeira, visto que o caráter cativante pode ser explicitado por meio da valorização tecnológica, da sua concepção estética e do seu design, estabelecendo uma analogia com a dimensão dessas grandes obras.

A autora considera ainda o caráter controverso destes projetos, marcado pelos interesses divergentes dos diversos grupos sociais envolvidos, pelos impactos socioambientais, pelas promessas muitas vezes não cumpridas por parte dos interessados na sua edificação, pelos deslocamentos compulsórios e por inúmeras transformações sociais, ambientais e culturais que ocorrem antes, durante e depois de sua construção. E por fim, a complexidade e o controle, ambos intrinsecamente associados aos processos decisórios. A complexidade prende-se com os riscos e incertezas inerentes ao planejamento destes projetos, e o controle diz respeito aos decisores (FRICK, 2005).

Nesta perspectiva, uma das principais questões a ser abordada relaciona-se com a atualidade desta discussão. Ao analisar os megaprojetos contemporâneos, pode-se considerar que este é um “novo” fenômeno que reproduz características do passado, ou um “velho” fenômeno atualizado. A partir da revisão bibliográfica realizada, a partir de um conjunto de autores com diferentes nacionalidades e experiências empíricas internacionais, constatou-se que estas grandes obras se configuram enquanto fenômeno mundial, e que não correspondem a uma temática nova. O que parece “novo” é a escala dos conflitos na atualidade e a convicção de que o passado não serviu de experiência para que não se cometessem velhos e novos erros.

Com efeito, alguns dos autores pesquisados defendem que o “fenômeno” denominado megaprojeto não é de todo inédito, e representa a mesma lógica econômica e política dos projetos construídos no passado. Porém, para outros estudiosos, estas grandes obras contemporâneas têm desempenhado um importante papel no jogo político e econômico, e têm sido utilizadas como um ótimo pretexto para realizar bons negócios. Independentemente da discordância de opiniões, o que parece evidente é que se vive numa “nova” era de megaprojetos,

marcada por complexidades e incertezas, em que, em muitos casos, a característica mais proeminente consiste na incoerência da sua própria existência.

Um fato considerado importante, já aqui mencionado, corresponde à comprovação de que essas obras não são monumentais apenas no seu tamanho, mas também nos seus impactos financeiros, sociais e ambientais. Aludindo-se ao título do texto de Ribeiro “*Cuanto más grande mejor*” (1987), ou à expressão utilizada por Naredo “*Cuanto más caro mejor*” (2009), ao se analisar a literatura sobre os megaprojetos percebe-se que, em muitos casos, “quanto maior e mais caro o projeto” (FLYVBJERG *et al.* 2003), pior será o seu desempenho, marcado por derrapagens financeiras, transformações irreversíveis no meio ambiente, impactos negativos nas populações locais, e processos decisórios antidemocráticos. A atenção será agora direcionada ao processo decisório destas grandes obras, em especial, de que forma este ocorre e como se configura.

O processo decisório

A temática da tomada de decisão corresponde a um campo de estudos vasto que compreende diversas áreas do saber e possui abordagens diferenciadas. Ao pesquisar sobre o tema, pôde-se perceber que, apesar da literatura apresentar um conjunto de concepções variadas, este conceito nunca foi claramente definido. A sua significação encontra-se, na maioria dos casos, associada aos estudos na área da administração e da teoria das organizações. Nesta, o processo decisório surge associado ao processo de escolha de um indivíduo ou de grupos, especialmente ao aspecto racional da decisão.

A origem do termo advém do latim *decisio*; o sentido corresponde a uma mudança de estado, pois destina-se a uma determinação ou resolução que se toma em relação a uma determinada coisa. Além das análises que enfatizam a decisão como fruto da racionalidade humana, também se podem encontrar abordagens que citam aspectos políticos e sociais. Na verdade, não existe uma teoria sobre o estudo

da tomada de decisão, pois esta corresponde a uma interdisciplinaridade que engloba diversas áreas do conhecimento, tais como a matemática, a sociologia, a psicologia, a economia e a ciência política.

No que corresponde aos aspectos sociológicos, Urfalino (2005) destaca que para se encetar uma reflexão sobre a decisão, urge colocar-se uma questão inicial. O autor se interroga se um conceito como este, que agrupa tantos fenômenos dispares, não poderia ser abarcado numa só teoria. Considera legítimo questionar-se o valor de uma palavra que abrange fenômenos tão diversos como o comportamento eleitoral, a escolha do consumidor, as decisões políticas, as escolhas estratégicas nas empresas ou ainda as decisões diplomáticas. Neste artigo não se tem a pretensão de refletir sobre a complexidade que envolve estes diferentes fenômenos. A análise incidirá sobre as características que constituem um processo decisório específico, a deliberação de se edificar um megaprojeto.

O “fenômeno” da subestimação dos custos

No que se refere aos desequilíbrios financeiros, Brockmann e Girmscheid (2007) evidenciam que a lista dos empreendimentos com custos excessivos possibilita visualizar um “quem é quem” (FLYVB-JERG *et al.*, 2003) neste campo. Enunciam alguns projetos e o seu percentual de custo subestimado. Citam o Canal de Suez (1,900%), a Sydney Opera House (1,600%), o Great Belt Túnel (110%), o Túnel do Canal da Mancha (80%) e o Boston Arterey Túnel (196%) (BROCKMAN; GIRMSCHEID, 2007). Para os autores, a razão para que tenha ocorrido um elevado aumento dos custos, em relação ao valor inicial do projeto, pode explicar-se por um planejamento otimista, erros e mentiras políticas.

Destes exemplos, o “fenômeno” de subestimação revelou-se mais emblemático no que concerne à derrapagem financeira dos custos do Canal de Suez. O Canal foi concluído em 1869, os custos de construção reais foram vinte vezes maiores do que a primeira estimativa, e três vezes mais avultados do que as estimativas de custos para o ano

anterior ao início da sua construção. Esse megaprojeto é considerado emblemático pela sua grandeza e, como se verá adiante, a razão de os seus custos terem sido subestimados não se deveu ao fato de se tratar de um projeto inaugurado no século XIX. A subestimação dos custos pode ser considerada uma característica inerente aos megaprojetos, independentemente do seu período histórico.

Nesse processo, a desinformação e alguns erros cometidos durante o planejamento e edificação destas obras, em muitos casos, são intencionais e podem ser considerados prática recorrente. Aguilera (2009) evidencia que, com mais frequência do que a desejável, os megaprojetos assentam em “megamentiras” e que, como consequência, jamais resolvem os problemas por eles visados. A mentira, ou os argumentos falsos e injustificados convertem-se em prática habitual. A mentira como um “argumento” frequente contra os megaprojetos é apresentada com toda a clareza, pelo menos na literatura. No que respeita às razões para a ocorrência de tal subestimação de custos, Aguilera (2009) menciona que o motivo principal consiste na persuasão dos cidadãos de que os projetos não são tão dispendiosos como parecem, o que ajuda a legitimar, assim, a tomada de decisão sobre a sua construção. Após a decisão ser aprovada, os responsáveis pelo empreendimento teriam tempo para posteriormente “justificar” os aumentos de custos devido a qualquer tipo de contingência.

Como forma de analisar a eficácia e outras questões relacionadas com os megaprojetos, Flyvbjerg e sua equipe focaram-se nos projetos de infraestruturas de transportes, mas afirmam que a pesquisa comparativa indicou que os problemas, as causas e as soluções identificadas podem ser aplicadas aos projetos de caráter infraestrutural tais como barragens, e aos de caráter cultural e desportivo, tais como megaeventos, entre outros. Os pesquisadores analisaram amostras de 258 projetos no valor de 90 milhões de dólares, representando diferentes tipos de empreendimentos, regiões geográficas e períodos históricos. Este banco de dados é considerado único, e também o maior e mais rico do seu tipo, ao incluir mais de vinte nações em cinco diferentes continentes.

Na pesquisa realizada, o objetivo principal do autor foi tentar responder às seguintes questões de um modo estatisticamente válido: Quão comum e quais são as diferenças entre as estimativas dos custos reais e estimados em projetos de infraestrutura de transporte? As diferenças são significativas? São simplesmente erros aleatórios? Ou existe um padrão para estas diferenças, o que sugere outras explicações? Quais são as implicações para a política e para o processo de tomada de decisão? (FLYVBJERG *et al.*, 2002b). Os autores ressaltam que, após o resultado da pesquisa, conclui-se com grande significância estatística que as estimativas de custo utilizadas para decidir se tais projetos devem ou não ser construídos são enganosas.

A partir destas análises empíricas, os autores têm afirmado que, considerando apenas os custos excessivos, nove em cada dez projetos pesquisados geraram problemas, ou seja, noventa por cento. A mentira é entendida como um engano intencional, e os autores concluem que o erro de subestimar os custos é muito significativo, mais comum e maior do que o erro de superestimar os custos. Consideram que a subestimação dos custos no momento da decisão de se construir um megaprojeto de transporte é a regra e não a exceção. Aumentos de custos frequentes e substanciais configuram-se no resultado (FLYVBJERG *et al.*, 2002b).

Nesta perspectiva, não se pode deixar de enfatizar que a implementação destes megaprojetos na atualidade constitui um tema complexo, e este fenômeno não pode ser analisado apenas com base nos aspectos que envolvem a subestimação dos custos. Além desta, a superestimação dos benefícios também assume grande importância no processo decisório. Considera-se que, embora estas sejam as características principais e talvez as mais visíveis dos megaprojetos, não explicam os motivos que levam à sua construção. Existem diversos outros fatores que ajudam a compreender as razões para que estas grandes obras sejam tão controversas e criticadas na atualidade. A irônica “Equação dos Megaprojetos” elaborada por Flyvbjerg apresenta um contributo para essa reflexão.

Figura 1 – “Equação do Megaprojeto”

$$\begin{array}{c}
 \text{underestimated costs} \\
 + \\
 \text{overestimated revenues} \\
 + \\
 \text{undervalued environmental impacts} \\
 + \\
 \text{overvalued economic development effects} \\
 = \\
 \text{project approval}^3
 \end{array}$$

Fonte: (FLYVBJERG, 2007, p. 10).

O resultado final desta fórmula parece importante, ao considerar que a aprovação de muitos megaprojetos em todo mundo dependeu de decisões econômicas e políticas que não levaram em consideração aspectos tão importantes quanto as transformações no meio ambiente e na vida das populações futuramente afetadas. Ao analisar-se a forma de implementação dos megaprojetos, percebe-se que a equação, independentemente das suas variáveis, reverte sempre para o mesmo resultado, ou seja, a aprovação do projeto. Nesta perspectiva, não são os melhores projetos que são aprovados, mas os que atendem aos interesses dos políticos, empresários e demais interessados na sua construção.

A subestimação dos impactos

Vainer (2011) aponta que, do ponto de vista qualitativo, o megaprojeto é uma intervenção que rompe com as práticas e relações vigentes, regulares e habituais que ocorrem no decurso normal do cotidiano de um determinado espaço social. Menciona algumas idéias fundamen-

3 “Subestimação dos custos + receitas superestimadas + impactos ambientais subestimados + efeitos no desenvolvimento econômico superestimados = aprovação do projeto” (FLYVBJERG, 2007, p. 10).

tais para que se possa refletir sobre estes empreendimentos. A primeira delas consiste na idéia de ruptura e de que estas grandes obras, na maioria dos casos, resultam de uma ação externa sobre o espaço social e econômico no qual serão implantadas (Ibid.).

A noção apresentada por Scott (2009) chamada de “descaso planejado”, corrobora a ideia apresentada acima. Esta designação exprime a relação desigual entre as populações afetadas e os megaprojetos, e foi designada a partir da experiência empírica vivenciada pelo autor. Segundo Scott esta,

é a descrição mais sucinta que encontro para descrever a observação da condição de agricultores que se tornaram atingidos e depois reassentados antes, durante e depois da construção da barragem Luiz Gonzaga nos anos oitenta. O rio virou lago, cumprindo simbolicamente a profecia, repetida na boca do povo, do Sertão virar mar. Dezenas de milhares de habitantes da beira do Rio São Francisco tiveram a sua vida profundamente alterada em nome da melhora alheia (SCOTT, 2009, p.9).

A percepção de que estes projetos representam interesses políticos e econômicos externos à realidade na qual são planejados e implementados é muito clara na reflexão da grande maioria dos autores pesquisados. Outro aspecto enfatizado refere-se aos impactos e à metamorfose que estas obras acarretam para o meio ambiente e as populações afetadas. Sobre esta temática a literatura é extensa, repleta de estudos de caso e pesquisas empíricas. Os estudos possuem diferentes perspectivas teóricas, embora, na sua quase totalidade, atribuam uma conotação negativa ao desempenho destas grandes obras, principalmente no que corresponde ao desfasamento entre os benefícios anunciados e os resultados obtidos após a sua conclusão.

Além da subestimação dos custos e da superestimação dos benefícios, como mencionado, também ocorre uma subestimação dos impactos. Estes também podem ser considerados enquanto custos ma-

teriais/ou imateriais.⁴ Muitos impactos não são considerados durante a fase de desenvolvimento do projeto, e em muitos casos, têm sido severamente mal calculados. Desta forma, ao mesmo tempo em que os impactos socioambientais são subestimados, os efeitos do chamado “desenvolvimento regional” são superestimados e muitas vezes, estes não são sequer gerados. O que se tem presenciado de forma recorrente consiste numa sobrevalorização no que corresponde à importância e aos benefícios do empreendimento para a região/país, e numa atitude de desprezimento e desvalorização das consequências que estas obras possam acarretar para as populações locais e para o meio ambiente.

Esta prática expropriante e opressora poderia causar surpresa a priori, visto que, para que um megaprojeto seja construído, independentemente do país, uma série de estudos são necessários e, em muitos casos, legalmente imprescindíveis. O desequilíbrio entre os fatores super/subvalorizados ocorre, mesmo após a realização destes estudos. Estes consistem em análises de custo-benefício, análises financeiras, estudos/relatórios de impacto ambiental, entre outros necessários para a viabilidade e preparação do megaprojeto. A sua simples realização, contudo, não significa que estes representem análises completas e consistentes.

Flyvbjerg *et al.* (2003) citam alguns exemplos, como a oposição na Escandinávia à edificação da Ponte Øresund, considerada a maior ponte rodoferroviária da Europa, e a resistência à construção do Great Belt. No início, os promotores dos empreendimentos ignoraram ou minimizaram as questões ambientais, mas acabaram sendo forçados por grupos ambientalistas e por protestos públicos a inscreverem estas questões “*on the decision-making agenda*”.

Especialmente nos países do Sul, a edificação destas grandes obras consolidou o processo de apropriação dos recursos naturais e pro-

4 Segundo Soares (2009, p. 273) “sob a ótica do mercado, o território e as relações sociais que ali se desenvolvem são entendidos, pelos empreendedores e também pelo Estado, como mercadoria passível de uma valoração monetária”.

duziu uma espécie de epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2010), ou seja, a destruição de formas de saber, e a inferiorização de outras, entre outros processos de aniquilação cultural das populações indígenas e demais povos tradicionais. No presente, observa-se que o padrão vigente de edificação de megaprojetos tem proporcionado, de modo recorrente, as mais variadas violações de direitos humanos (CDDPH, 2010)⁵.

Na América Latina, poderia citar diversos casos em que os megaprojetos têm sido severamente questionados. A implementação do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte pode ser considerada um exemplo emblemático das controvérsias que estes megaprojetos geram na atualidade. A história desta barragem, desde o seu princípio, foi assinalada por um conjunto de dúvidas, conflitos, incertezas e disputas. No Brasil não se tem conhecimento de um outro megaprojeto que, em termos temporais, tenha tido uma trajetória tão longa, e uma resolução tão controversa. Além dos aspectos relativos à sua longevidade, o Ahe Belo Monte é considerado o segundo maior aproveitamento hídrico construído no país e o terceiro maior do mundo.

Outras barragens também construídas no país ou em fase inicial de implementação, na Região Amazônica, tais como Jirau (Rio Madeira), Santo Antônio (Rio Madeira), Complexo Teles Pires (Rio Teles Pires), Complexo Tapajós (Rio Tapajós), entre outras, são consideradas projetos estratégicos e importantes do ponto de vista do Setor Elétrico. Estes empreendimentos, contudo, têm sido pautados por inúmeros conflitos, e são alvo de denúncias por parte dos movimentos sociais, povos indígenas e populações afetadas, tanto pelos impactos e transformações inerentes à sua construção, como também pela crítica à falta de participação pública nos processos decisórios.

5 O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) após receber denúncias de violações de direitos humanos feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), decidiu instituir uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implementação e operação de barragens. Após quatro anos de estudos e análises, o Relatório Especial da Comissão foi aprovado em outubro de 2010.

Estes casos revelam – embora sob diferentes realidades sociais, políticas e econômicas – características comuns, e principalmente uma lógica similar no que se refere à construção destas grandes obras. Nos exemplos mencionados, o conflito encontra-se sempre presente. A interrogação centrou-se precisamente em torno desta constatação: por que os megaprojetos são sempre tão controversos? Qual a razão para ocorrerem tantos protestos e mobilizações contra a sua edificação em todo o mundo? A hipótese corresponde à percepção de que estes projetos são planejados para avançarem “custe o que custar”, e os enganos e a falta de informação que os envolvem fazem parte desta estratégia de existência a qualquer custo.

As relações de poder que envolvem a temática dos megaprojetos parecem ser um dos principais elementos a ter em conta na análise destas grandes obras. Estas não correspondem apenas à dominação da natureza pelo homem, mas também à edificação destes projetos enquanto símbolos de força e soberania. Roitman (2009) descreve os megaprojetos como obras “faraônicas”, independentemente de seu valor histórico-artístico e tecnológico, em forma de palácios, templos, mausoléus, tais como as pirâmides ou o Taj Mahal. Segundo o autor, “nem tumbas, nem provas de amor justificam a sua existência” (Ibid., p. 209). Com efeito, na maioria das vezes os admiradores destes monumentos não se apercebem que a magnitude daqueles é quase sempre proporcional às transformações que eles implicam.

Como observado, os megaprojetos são uma constante na história. Na antiguidade havia uma lógica de ostentação e de poder, mas sob o capitalismo, os interesses econômicos imperam (NAREDO, 2009, p. 211). Segundo o autor, precisa-se de poder para realizá-los, e a sua edificação depende da relação entre poder político e econômico. Pressupõe-se um acordo, um pacto, entre a sociedade política e uma parte da sociedade civil. Desta forma, já não se trata do poder político materializado na imagem de um Faraó, de um imperador ou de um déspota. Para Naredo, “esta circunstância, sob o capitalismo, pode reproduzir-se quando o governo se subsume a uma nova tirania, que

usurpa ao soberano a função de alocação de recursos no desenvolvimento e no projeto do país”⁶ (*Ibid., loc. cit.*).

Um dos elementos comumente presentes para justificar a construção dos megaprojetos no capitalismo atual consiste no discurso de que estas grandes obras representam o interesse nacional e se assumem enquanto fundamentais para o crescimento e desenvolvimento. Este discurso assinala uma cultura otimista e autoritária de tomada de decisão, ao reforçar o argumento de que os benefícios gerados por estes empreendimentos representam benefícios para todo o país. Neste processo, as populações potencialmente afetadas são imediatamente excluídas do processo decisório e frequentemente encaradas como entraves ao processo de apropriação territorial.

Estes empreendimentos têm se configurado enquanto possibilidades de acumulação e de transformação da paisagem física, e têm favorecido amplamente os diversos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais em detrimento das populações locais. Assim sendo, esta opção não se afirma por questões de progresso e de modernidade, mas pelas próprias necessidades do capitalismo. Neste processo desigual, os interesses divergentes configuram-se enquanto uma das principais questões.

Os interesses divergentes

No que corresponde aos megaprojetos, as transformações do território e a apropriação deste têm gerado controvérsias e representam uma arena de conflitos, onde diferentes interesses estão presentes e os recursos de poder são extremamente desiguais. O embate constitui o elemento central neste processo, em que, amiúde, as decisões centralizadoras contribuem para que os processos sejam altamente conflituosos. Para Naredo,

6 Tradução livre do autor. No original “Aunque dicha circunstancia, bajo el capitalismo, puede reproducirse cuando el gobierno se subsume en una nueva tiranía, que usurpa al soberano la función de asignación de recursos en el desarrollo y en el diseño de país” (NAREDO, 2009, p. 211).

a atual mitologia da produção e do crescimento serve sobretudo para ocultar a nova distribuição em curso, em que os megaprojetos em carteira por parte dos grupos empresariais representam uma espécie de “espada de Dâmocles”, muitas vezes extravagante e alheia às condições de vida da população, que paira sobre as nossas sociedades, chamadas finalmente a pagar pelos erros do festim de comissões, mais valias e margens diversas realizadas pelos seus promotores e/ou construtores (NAREDO, 2009, p.14)⁷.

No que diz respeito a este conflito de interesses, pode-se ressaltar os grupos políticos, os grupos empresariais e as grandes construtoras. O papel destas empresas é central para se entender o alcance de todo este processo. Ribeiro (1987) mencionou, já na década de 80, que é nelas que se encontra uma grande parte do conhecimento acumulado sobre o desenvolvimento de megaprojetos. As construtoras executam as obras e necessitam de novos projetos para garantirem um retorno cada vez maior de capital (RIBEIRO, 1987, p. 23). Estas empresas continuam a desempenhar uma função central no jogo de interesses que envolvem os megaprojetos contemporâneos, e portanto, a análise de Ribeiro, em muitos aspectos, parece refletir o contexto atual.

Sobre esta simbiose, diversos autores intentaram analisar a relação entre os megaprojetos e as construtoras responsáveis por sua edificação. No caso espanhol, Naredo descreveu casos da construção de rodovias e de usinas nucleares nos anos setenta (NAREDO, 2009, p. 29).⁸ No Brasil, as construtoras já assumiam um papel central no

7 Tradução livre do autor. No original “La actual mitología de la producción y el crecimiento sirve sobre todo para ocultar la nueva distribución en curso, en la que los megaprojects en cartera de los grupos empresariales juegan como especie de “espada de Damocles”, muchas veces extravagante y ajena a las condiciones de la vida de la población, que pende sobre nuestras sociedades, llamadas finalmente a pagar los platos rotos del festín de comisiones, plusvalías y márgenes diversos realizados por sus promotores y/o constructores” (NAREDO, 2009, p.14).

8 No original “ (...) en el año de 1997, el periodista Carlos de Prada publicó un breve artículo titulado ‘la dictadura de las constructoras’, en el que muestra algunos aspectos de la relación entre el discurso y la práctica de los grupos empresariales y políticos en España, que ampliaría en un trabajo posterior, de Prada (2003), al caso del Plan Hidrológico Nacional” (NAREDO, 2009, p.58).

passado, mas atualmente, com enormes empreendimentos sob construção, o protagonismo assumido por estas empresas acentua-se consideravelmente.

Nesse processo, uma das principais questões prende-se com os doativos financeiros que estas empresas fazem aos partidos políticos. Tal prática perpetua o jogo dos interesses dominantes, no qual as empresas “doadoras” têm nos contratos com o setor público a principal fonte de suas receitas. A decisão de se construir um empreendimento é regida por lógicas econômicas e políticas, e estas ignoram frequentemente as necessidades dos cidadãos.—

Um exemplo paradigmático desta relação entre empreiteiras e partidos políticos ocorreu na construção do Ahe Belo Monte. As principais construtoras responsáveis pelas obras da usina estão sendo acusadas de pagamento de propina e de vultuosas doações para as campanhas eleitorais. Nas eleições de 2014, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, as quatro maiores das 11 empreiteiras participantes do Consórcio Construtor de Belo Monte, doaram juntas, mais de R\$ 50 milhões para as campanhas de pelo menos dois candidatos à Presidência da República.

Como destacou no ano de 2015 a jornalista Eliane Brum “a marca da corrupção no Brasil atual, assim como da relação explosiva entre o Estado e as empreiteiras, tem como símbolo a Operação Lava Jato e a Petrobras, para onde todos os olhos estão voltados”.⁹ As empreiteiras investigadas na Lava Jato por desvios de recursos na Petrobras são as mesmas que construíram/constroem Belo Monte. Com efeito, a relação entre os interesses econômicos, políticos e a construção de megaprojetos nunca esteve tão presente.

9 Disponível em: http://brasil.eipais.com/brasil/2015/07/06opinion/1436195768_857181.html. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

Características principais do processo decisório

Diversas pesquisas recentes têm enfatizado que, independentemente do contexto econômico, social, político e jurídico em que ocorrem os megaprojetos, estes são marcados por processos decisórios complexos, longos e controversos. Na literatura, algumas características podem ser consideradas emblemáticas e recorrentes nos países do Sul, como também nos países do Norte. Os autores apontam: a falta de transparência, a falta de informação/ou desinformação, a complexidade técnica e social, a ausência de uma avaliação ex-ante, relações top down, longa duração dos projetos e falta de participação pública (LEIJTEN; BRUIJIN, 2008; PRIEMUS, 2010; FLYVBJERG et al., 2003). Estas características foram evidenciadas a partir das experiências empíricas dos autores em seus países de origem, mas também através de pesquisas com dimensão internacional.

Para Priemus (2010) a tomada de decisão em megaprojetos é associada por uma série de problemas. O autor ressalta que algumas dessas “armadilhas” (pitfalls) surgem nos estágios iniciais do processo decisório, como por exemplo: a falta de alternativas, a existência de ambiguidades no escopo do projeto, a descontinuidade política, a não divulgação das informações contestadas, entre muitas outras questões. Afirma ainda que todo tipo de incerteza surge durante os longos períodos entre o planejamento e o início da operação dos projetos.

Quadro 2 – Características do processo decisório.

• Complexidade técnica;	• Interesses divergentes;
• Desinformação;	• Falta de transparência;
• Desequilíbrio de poder;	• Populações afetadas excluídas;
• Relações top-down;	• Falta de alternativas;

A desinformação seria, para os autores, um dos principais problemas que constituem o processo decisório de um megaprojeto. Leijten e Brujin (2008) destacam que a informação prestada se configura como

essencial, não importando se tais tomadas de decisão não evidenciam os aspectos técnicos da implementação, os riscos, os impactos econômicos ou ecológicos, pois elas afirmam-se como imprescindíveis ao longo de todo o processo. Os autores europeus, em sua maioria, aludem à desinformação como uma consequência que irá prejudicar a tomada de decisão, ou seja, os decisores, ao serem mal informados, ou por não terem informações fiáveis, acabam por cometer erros durante o processo.

O caso brasileiro apresenta uma realidade diferente. De fato, a informação é um elemento estruturante nesse processo, mas na maioria dos casos é prestada (ou deveria ser) pelos próprios interessados na implementação dos megaprojetos. Estas são imprescindíveis para a realização de um megaprojeto hídrico, mas têm sido continuamente questionadas pelos grupos sociais afetados. As principais críticas referem-se ao atraso na divulgação dos estudos, na dificuldade de compreensão da linguagem técnica, da difusão incompleta das informações e da falta de alternativas apresentadas nos Estudos.

No que se refere ao Ahe Belo Monte, os Estudos (EIA/RIMA)¹⁰ foram aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), órgão governamental responsável pela fiscalização da obra. Contudo, identificou-se um enorme atraso na divulgação destas informações para as populações futuramente atingidas pela barragem. Pôde-se verificar que existiu um descontentamento por parte destas populações principalmente sobre o deficiente acesso aos Estudos, e sobre a dificuldade que grande parte destes povos tiveram em ler e compreender estas informações. Para Zhouri *et al.*,

a participação efetiva e democrática da população local também é dificultada por razões bem práticas, no que diz respeito ao acesso a documentos e informações sobre o processo. Isso porque as

10 As informações sobre as características técnicas, socioeconômicas e ambientais de uma obra de infraestrutura fundamentam-se nos Estudos e Relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) (ZHOURI *et al.*, 2005).

comunidades se encontram, não raro, distantes geograficamente das instâncias técnica e deliberativa dos órgãos ambientais, os centros decisórios, (...). (ZHOURI *et al.*, 2005, p. 25).

Nesse processo, a ausência de uma “verdade simples” pode levar ao extremo relativismo e a um “vale tudo” (“*anything goes*”) no processo decisório (LEIJTEN; BRUIJIN, 2008). A informação é incapaz de desempenhar o seu papel disciplinador, assim, a tomada de decisão se transforma em uma “luta livre” entre proponentes e oponentes de um projeto. E em uma “luta livre”, pode ignorar-se premeditadamente a informação, ou pode-se utilizar a informação errada para condicionar o processo decisório (LEIJTEN; BRUIJIN, 2008).

A expressão “luta livre” utilizada pelos autores caracteriza bem este processo, no qual o espaço do debate e da discussão passa a ser o espaço da força, ou seja, de quem tem o poder de decidir. Desta forma, estas “lutas” são engendradas por diferentes grupos sociais, e configuram-se pela existência de relações desiguais de poder. Além de desigual, este processo também pode ser caracterizado como injusto e antidemocrático. O mais interessante é perceber que esta análise não corresponde apenas aos países em que os direitos individuais e coletivos são sistematicamente violados. Os casos analisados no norte da Europa e nos Estados Unidos mostram que, quando se trata de megaprojetos, a falta de transparência e de participação pública constitui-se também numa regra e não em uma exceção.

Na generalidade dos casos, os cidadãos são estrategicamente colocados “de fora” do processo decisório e, no caso de populações mais desfavorecidas e pobres, estas situações são ainda mais dramáticas. Sobre esta questão, pode-se assinalar as obras das autoras indianas, Roy (2001) e Shiva (1993) que analisaram os impactos da construção de barragens no vale do Rio Narmada. As autoras evidenciaram que as populações invisibilizadas e historicamente excluídas foram as que mais sofreram com a construção destas grandes obras.

A incompatibilidade de um processo decisório democrático e transparente com a construção de megaprojetos é recorrente na literatura,

a qual aponta que, quando as populações são chamadas a participar e a intervir, as decisões quase sempre já se tornaram irreversíveis. Os empreendedores, o governo e demais interessados assumem o papel de planejar, avaliar, decidir e implementar, ou seja, assumem todos os papéis. Frequentemente apresentam estas decisões como fruto de um trabalho objetivo e técnico e, portanto, acima das opiniões e percepções de populações cujos discursos são vistos como destituídos do saber técnico necessário (*expertise*).

De modo geral, somente depois de se ter tomado a decisão de realizar as obras é que se informam as populações afetadas e demais grupos sociais, e se lhes fornecem alguns espaços de discussão, tais como reuniões, fóruns e audiências públicas¹¹. Nesse momento, tais grupos podem interferir muito pouco neste processo dito “democrático”, e os conflitos tornam-se iminentes. De forma recorrente, as decisões são tomadas anteriormente a qualquer processo participativo, independentemente de serem obras questionadas ou não pela sociedade que vai acolhê-las. Desta forma, antes de mais, decide-se pelo empreendimento e depois, independentemente dos desdobramentos desta decisão, esta torna-se impossível de ser revogada.

Considerações finais

A Temática dos megaprojetos constitui um desafio que ultrapassa o entendimento destes empreendimentos apenas enquanto “obras técnicas - obras de engenharia”, provocando indagações provenientes de diversas áreas do conhecimento. Em grande parte dos países, estas infraestruturas foram edificadas mediante uma “ideologia da redenção”,¹² a partir de discursos que enaltecem o “interesse nacional”

11 As audiências públicas representam o único momento de escrutínio social previsto por lei para a construção de projetos com grandes impactos socioambientais (LEROY; ACSELRAD, 2009, p. 206).

12 Para Ribeiro, “a Ideologia da redenção, cuja matriz principal é a ideologia do progresso, que muitas vezes toma a forma do desenvolvimentismo, isto é, a suposição de que os PGE (*Projetos de Grande Escala*) são positivos porque desenvolverão uma região, levando bem-estar a todos” (2014, p. 55-56).

e apresentam possibilidades concretas de desenvolvimento regional. Para a sua construção, contudo, necessitam de grandes quantidades de capital e trabalho. A grandeza dos recursos que exigem é muitas vezes proporcional às controvérsias e aos conflitos que suscitam.

Ao longo das últimas décadas, diversos autores em todo o mundo têm tentado compreender o que são estas grandes obras e as razões para o seu fomento na atualidade. Como visto, não existe uma definição consensual do que são megaprojetos. No entanto, entre as diversas concepções existentes, pode-se encontrar um posicionamento crítico que considera que os impactos socioambientais decorrentes destas grandes obras provocam consequências irreversíveis na vida de diferentes grupos sociais e impõem novas modalidades de uso do território.

Os megaprojetos são uma constante na história, e, ainda hoje, representam processos exógenos, de centralização do capital e de centralização do poder de decisão (VAINER, 2011). Diversos autores consideram que, no que corresponde ao processo decisório, este pode decorrer alheio aos interesses das populações futuramente afetadas, marcado por falta de transparência, complexidade técnica e social, ausência de informação, relações *top down* e principalmente, limitada participação pública.

No caso estudado, destaca-se que o Ahe Belo Monte custará em torno de 30 bilhões de reais e contará com a mão de obra de mais de 18 mil trabalhadores. Na obra serão gastos mais de 2 milhões de metros cúbicos de concreto, 120 mil toneladas de cimento e 22 mil toneladas de aço. A cidade de Altamira (estado do Pará), receptora da barragem, assistiu a um crescimento populacional de cerca de 50% nos últimos anos. Os números expressam a magnitude das transformações que um projeto como esse implica em termos de tempo e espaço.

Relativamente ao valor do empréstimo solicitado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o seu custo sofreu diversas alterações ao longo de todos esses anos. Segundo Lúcio Pinto, “em dez anos, o orçamento de Belo Monte saltou de 20,4 bilhões para 31,2 bilhões, na última atualização” (PINTO,

2012, P. 51). O Consórcio de Belo Monte justificou que as razões para o aumento do valor da hidrelétrica entre 2001 e 2011 poderiam ser explicadas pela própria complexidade do projeto de engenharia. Atualmente, este valor tem sido colocado em causa principalmente após as investigações da Operação Lava-jato e das denúncias de propina envolvendo as empreiteiras responsáveis pela obra. Como visto, o “fenômeno” da subestimação dos custos também pode ser observado em Belo Monte.

Da mesma forma, no que se refere a subestimação dos impactos, diversos pesquisadores concluíram que o Ahe Belo Monte causará grandes transformações na região, na vida de seus moradores e no ecossistema da floresta amazônica. Estes estudiosos realizaram uma análise crítica e independente do Estudo do Ahe Belo Monte. Esta iniciativa, designada por “Painel de Especialistas”, emergiu a pedido dos próprios movimentos sociais de Altamira e contou com o apoio de várias organizações.

As análises realizadas pelo Painel de Especialistas foram entregues ao Ibama, com o intuito de alimentar o debate sobre a viabilidade ambiental do projeto. A Eletrobras, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht, apresentaram um documento com críticas tecidas às análises do Painel, uma espécie de contra-resposta às considerações elaboradas pelos pesquisadores. Desta forma, entre réplicas e tréplicas, uma iniciativa como a do Painel de Especialistas falhou e, depois de um enorme esforço coletivo, as contribuições do Painel não foram aceitas pelo Ibama.

Na grande maioria dos casos, estes Estudos (EIA/RIMA) são elaborados por empresas contratadas pelo próprio empreendedor da obra, ou seja, o principal interessado na sua construção. Nas palavras de Zhouri *et al.*, “os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluem pela viabilidade ambiental dos projetos, evitando, assim, riscos a possíveis futuras contratações (2005, p. 24). Esta pode ser considerada apenas mais uma das muitas situações em que os conflitos de interesse encontram-se presentes nos megaprojetos.

A hierarquização dos processos que configuram o processo decisório, em especial os que se destinam aos megaprojetos, nos leva a repensar sobre práticas que apenas legitimam decisões anteriormente tomadas. No caso do Ahe Belo Monte, a combinação entre desinformação, falta de alternativas, interesses divergentes, falta de transparência, desequilíbrios de poder, populações afetadas excluídas, complexidade técnica, resultou num processo decisório que se arrastou por mais de quinze anos e infelizmente, conduziu a processos *top down* com pouquíssima ou quase nenhuma participação das populações futuramente afetadas.

Referências

- AGUILERA, Fererico Klink. (2009), “Discurso y práctica de los grupos empresariales y políticos - Megaproyectos y megamentiras”. In: *Economía, poder y megaproyectos*. Lanzarote: Fundación César Manrique.
- ALTSHULER, Allan; LUBEROFF, David. (2003), *Mega-projects: the changing politics of urban public investment*. Washington, D.C. / Cambridge: Brookings Institution Press/Lincoln Institute of Land Policy.
- BROCKMANN, Christian; GIRMSCHEID Gerhard. (2007), “Complexity of Megaprojects”. *Construction for development*. CIB – 031, pp. 219-230.
- BRUM, Eliane, (2015), “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos”. *Jornal el País*.
- CASTRO, Edna. (1989), “Resistência dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidades”. In: Castro, Edna e Hébette, Jean (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.
- CDDPH – Brasil. (2010), Comissão Especial “Atingidos por Barragens” - Resoluções n.ºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. *Sumário Executivo*. Brasília-DF.
- FLYVBJERG, Bent; BRUZELIUS, Nils; ROTHENGATTER, Werner. (2002a), “Big decisions, big risks. Improving accountability in mega projects”. *Transport Policy*, n. 9 (2), pp. 143-154.
- _____; SKAMRIS, Mette; BUHL, Søren (2002b), “Underestimating Costs in Public Works Projects: Error or Lie?” *Journal of the American Planning Association*, n. 68 (3), pp. 279-295.
- _____; BRUZELIUS, Nils; ROTHENGATTER, Werner. (2003), *Megaprojects and risk: an anatomy of ambition*. Cambridge University Press.

_____. (2005), "Design by deception: the politics of megaproject approval". *Harvard Design Magazine*, n. 22, pp. 50-59.

_____. (2007), *Truth and lies about megaprojects*. Inaugural speech for professorship and chair at Faculty of Technology, Policy, and Management. Delft University of Technology. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2278262>

FRICK, Karen. (2005), *The making and un-making of the San Francisco-Oakland Bay Bridge: A case in megaproject planning and decision-making*. Tese de Doutorado. University of California - Berkeley.

GERMANI, Guiomar Inez. (2003), *Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA.

GOVERNO FEDERAL. (2007), *Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010*. Brasília.

LEIJTEN, Martijn; BRUIJN Hans. (2008), "Mega-projects and contested information". In: PRIEMUS, Hugo; FLYVBJERG, Bent; BERT VAN WEE (Eds.). (2003), *Decision-making on mega-projects cost-benefit analysis, planning and innovation*. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA.

LEROY, Jean-Pierre; ACSELRAD, Henri. (2009), "Por avaliações sócioambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações". In: Magalhães, Sônia; Hernandez, Francisco (Orgs.) *Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém.

LYNCH, Barbara; GELLERT, Paul. (2003), "Mega-projects as displacements". *International Social Science Journal*, n. 55 (175), pp. 15-25.

MAGALHÃES, Sonia B. (1988), "Exemplo Tucuruí – uma política de relocação em contexto". In: SANTOS, Leinad Ayer O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de (Orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

NAREDO, José M. (2009), "Economía y poder – Megaproyectos: recalificaciones y contratas". In: *Economía, poder y megaproyectos*. Lanzarote: Fundación César Manrique.

PINTO, Lúcio Flávio. (2012), *A Amazônia em Questão: Belo Monte, Vale e Outros Temas*. São Paulo: B4 Editores.

PRIEMUS, Hugo. (2010), "Decision-making on Mega-projects: Drifting on Political Discontinuity and Market Dynamics". *EJTIR*, n. 10 (1), pp. 19-29.

RIBEIRO, Gustavo L. (1987), "¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos". *Desarrollo Económico*, n. 27(105), pp. 3-27.

RIBEIRO, Gustavo L. (2014), "Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômi-

- cos”. In: OLIVEIRA, João P; COHN, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA.
- ROITMAN, Marcos. (2009), “Oligarquización del poder, democracia y megaproyectos Neocaciquismo mercantil y democrático”. In: *Economía, poder y megaproyectos*. Lanzarote: Fundación César Manrique.
- ROY, Arundhati. (2001), *Pelo Bem Comum*. Porto: Edições Asa.
- SANTOS, Boaventura de S.; MENESES Maria P. (Orgs.). (2010), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES.
- SCOTT, Parry. (2009,) *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- SHIVA, Vandana; MIES Maria. (1993), *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SIGAUD, Lygia. (1986), “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”. *Comunicação nº 9*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS.
- SILVA, Alexandra Martins. (2016), *Megaprojetos, conflitos e processo decisório – a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra.
- SOARES, Daniella F. (2009), *Medir e valorar: limites e possibilidades das análises de custo-benefício na avaliação de perdas intangíveis*. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- URFALINO, Philippe. (2005), “La décision fut-elle jamais un objet sociologique”. *Document de travail du CESTA*, pp. 1-15.
- VAINER, Carlos B.; Araújo, FREDERICO. (1992), *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI.
- _____. (2011), “O que é o ‘Grande Projeto’? Características econômicas, territoriais, políticas e sociais”. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). *Seminário grandes obras e migrações*. São Paulo: SPM, pp. 33-45.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. (2005), “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental. O caso das hidrelétricas em Minas Gerais”. In: *A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho da região metropolitana de Natal

Marcelo Henrique Neves Pereira*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos do PAC 1 e 2 sobre a economia e o mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal-RN. Para isso realizou-se inicialmente uma contextualização sobre a região em análise, e posteriormente uma descrição dos investimentos do PAC sobre o estado do Rio Grande do Norte apontando toda as especificidades da fase 1, a qual objetivou estruturar o país para dar condições de crescimento, e da fase 2, que priorizou projetos, obras e ações nas regiões metropolitanas a fim de amenizar problemas históricos, gerar emprego e renda. No que diz respeito à metodologia esse estudo inspirou-se na taxionomia de Vergara (2000). Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa e descritiva. Quanto aos meios a pesquisa é documental e bibliográfica. Ressalta-se que foram utilizados dados secundários como subsídio da investigação, sendo as ações e investimentos do PAC as variáveis independentes, e o PIB dos municípios objeto do estudo, as unidades locais, o volume do pessoal ocupado, e os salários médios mensais, as variáveis dependentes. Ademais, esse estudo teve como alicerce dois recortes de tempo, entre 2007 e 2010 (PAC 1), e entre 2011 e 2013, período referente ao PAC 2. Destaca-se que em função da ausência de dados importantes do ano base 2014, a análise limitou-se ao referido período. Os resultados apontaram que, de uma maneira geral, os investimentos do PAC 1 e 2 apresentam evidências de conexão com os bons resultados

* Doutorando em Ciências Sociais. Mestre em Administração UFRN; Membro da Base de Pesquisa Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

da economia e do mercado de trabalho dos municípios mais integrados da RMN, principalmente em função dos investimentos estruturais focados na logística, na fase 1, e dos investimentos específicos na região metropolitana na fase 2, os quais amenizaram consideravelmente os efeitos da crise mundial iniciada em 2008. Por fim, as análises ratificaram a significativa correlação e importância das políticas públicas locais de desenvolvimento, apoiadas pelo governo federal, em destaque o PROADI e o PRODETUR, sobre os resultados positivos da economia e do mercado de trabalho da região analisada.

Palavras-chave: economia; mercado de trabalho; PAC.

ABSTRACT

EFFECTS OF THE PAC ON THE ECONOMY AND THE JOB MARKET OF THE METROPOLITAN NATAL REGION

The present study aims to analyze the effects of PAC 1 and 2 on the economy and labor market of the most integrated municipalities in the metropolitan region of Natal-RN. To do this, a contextualisation was first made about the region under analysis, and later a description of the investments of the PAC on the state of Rio Grande do Norte, pointing out all the specificities of phase 1, which aimed to structure the country to provide conditions for growth, and phase 2, which prioritized projects, works and actions in the metropolitan regions in order to alleviate historical problems, generate employment and income. As far as the methodology is concerned, this study was inspired by the taxonomy of Vergara (2000). As for the ends, the research is explanatory and descriptive. As for the means the research is documentary and bibliographical. It should be noted that secondary data were used as research subsidy, with PAC actions and investments being the independent variables, and the PIB of the municipalities studied, the local units, the volume of personnel employed, and the average monthly salaries, the dependent variables. In addition, this study was based on two time cuts, between 2007 and 2010 (PAC 1), and between 2011 and 2013, period referring to PAC 2. It should be noted that due to the absence of important data for the base year 2014, analysis was limited to that period. The results showed that PAC 1 and 2 investments in general present evidence of a connection with the good results of the economy and the labor market of the more integrated municipalities of RMN, mainly due to the structural investments focused on logistics, in phase 1, and of specific investments in the metropolitan region in phase 2, which considerably softened the effects of the global crisis that began in 2008. Finally, the analyzes confirmed the significant correlation and importance of the local public development policies supported by the federal government, highlighting PROADI and PRODETUR, on the positive results of the economy and the labor market in the region analyzed.

Key Words: economics; job work; PAC.

Introdução

No campo dos estudos do desenvolvimento econômico, a relação das políticas públicas com as atividades produtivas e o mercado de trabalho sempre foi foco de análise. O cerne deste estudo não é diferente, pois busca analisar os efeitos do PAC sobre a economia e o mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal. A princípio realçamos que a concepção adotada é que a RMN continua em formação, e que o conceito tido como referência é definido por Clementino (2015b, p. 7):

...um aglomerado urbano não propriamente metropolitano com visíveis sinais de um processo de metropolização definido por dois movimentos: um físico, de expansão da malha urbana configurando um espaço urbanizado interligado nucleado por Natal, mesmo com muitos vazios; outro, socioeconômico e político-administrativo (mesmo que formal), em que se articula um conjunto de atividades que se alavancam mutuamente (produção, consumo, habitação, serviços de turismo, comunicações) atando a cidade de Natal aos municípios do entorno e conferindo a essa área uma certa sinergia.

Segundo Clementino e Ferreira (2015b, p.124), “no interior da Região Metropolitana apenas quatro, de um total de dez municípios, encontram-se fortemente integrados, quais sejam: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz.” Nesse sentido, visando uma maior objetividade, esse estudo se concentrará nessas cidades.

É importante destacar que o aporte teórico e as abordagens iniciais unidos se tornam um ferramental analítico sólido, sobretudo por possibilitar uma análise mais consistente e heterodoxa da região objeto.

Para subsidiar as análises, frisamos inicialmente que a dinamização das atividades produtivas dos municípios mais integrados da RMN foi resultado de políticas de desenvolvimento nacionais, as quais o Estado colocou em prática.

A Região Metropolitana de Natal apresentou significativa evolução a partir dos anos 70, momento em que iniciou o processo de consolidação da área mais dinâmica do estado, a partir da concentração de atividades produtivas que geraram emprego e renda. As décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se por esforços desenvolvimentistas do governo federal no Rio Grande do Norte, principalmente através da criação e implementação do PROADI – Programa de Apoio à Industrialização do Rio Grande do Norte, em 1985. Segundo Araújo *et alli* (2015) o programa foi preponderantemente concentrado na RMN. Após uma década, Natal passou a ter uma importância ainda mais fundamental no PIB da região, em função, não só da sua vocação turística fomentada por esforços desenvolvimentistas nacionais como o PRODETUR¹ (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo - criado pelo Estado em 1995), como também pela manutenção da concentração dos investimentos do PROADI em seu entorno, contexto este que revela a dependência em relação ao Estado no que tange a construção de um cenário econômico favorável ao desenvolvimento.

Contudo, na mesma década, o estado passou a sofrer com as políticas de reorientações neoliberais. Segundo Araújo *et alli* (2015, p.119), “a tese do Estado Mínimo, concretamente praticada pela União e pelos governos subnacionais através das privatizações levou os governos estaduais à adoção de guerra fiscal como principal mecanismo de política atrativa de capitais produtivos”. Como consequência da soma das práticas neoliberais, da ineficácia do PROADI, e da ausência de estratégias do governo local, após três décadas os municípios mais integrados da RMN ainda sofrem com a não disseminação da riqueza, com o baixo índice de geração de emprego, e insignificantes médias salariais. Cumpre frisar, a título de contextualização, que na visão de Araújo *et alli* (2015) a performance produtiva da Região Metropolitana de Natal em face ao Rio Grande do Norte é favorecida pela existên-

1 Objetivo do PRODETUR: permitir a expansão da atividade turística de forma planejada e sistêmica, a partir da definição de macroestratégias de atuação previamente definidas, com o claro sentido de integrar a mão-de-obra.

cia de vantagens locacionais, sobretudo as decorrentes de economias de aglomeração. Ademais, a ausência de uma política de desenvolvimento realmente voltada para o estado do Rio Grande do Norte em sua totalidade implica na excessiva concentração de riqueza, emprego e salários na RMN. Os referidos autores, afirmam ainda que os esforços desenvolvimentistas da União para a região Nordeste e para o Rio Grande do Norte foram se tornando débeis, embora representassem um esforço de contraposição à orientação econômica neoliberal.

E é nesse contexto que a presente pesquisa assume como pressuposto a dependência das iniciativas estatais nos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal para um cenário econômico favorável. Assume-se ainda como pressuposto que as aplicações do PAC no estado do Rio Grande do Norte traz por consequência efeitos positivos na economia e no mercado de trabalho da referida região, cabendo a este estudo desvelar o grau e as implicações dos investimentos.

Com vistas a atingir a proposta de trabalho, ou seja, analisar os efeitos do PAC 1 e 2 sobre a economia e o mercado de trabalho nos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal, o estudo inicia-se com a apresentação dos investimentos do PAC 1 e PAC 2 no Rio Grande do Norte (Seção 2). A seção 3 busca analisar as transformações da economia dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal, tendo como referência o PIB dos municípios e as unidades locais. Na 4ª seção, as transformações no mercado de trabalho da RMN são apresentadas levando em consideração o contexto macroeconômico e as mudanças sociais, e tem como métrica o volume de pessoal ocupado, bem como a variação dos salários médios do pessoal ocupado. Finalmente, tem-se as considerações finais, a partir de uma análise com base na integração dos dados pesquisados e das informações geradas. (Seção 5).

Para caracterizar a pesquisa este estudo inspirou-se na taxionomia apresentada por Vergara (2000), que propõe a caracterização da pesquisa a partir de dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa e descritiva. Explicativa porque visa elucidar os efeitos do PAC 1 e 2 sobre a economia e o mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal-RN. Descritiva porque expõe as diretrizes, e os investimentos do PAC 1 e 2, informações estas que dão base às explicações das relações entre as variáveis.

Quanto aos meios a pesquisa é documental e bibliográfica. Documental porque utiliza-se de documentos oficiais, como por exemplo os balanços do Programa de Aceleração do Crescimento. Bibliográfica porque para a fundamentação teórica do estudo foi realizada uma investigação sobre os seguintes assuntos: Transformações recentes na dinâmica urbana da região metropolitana de Natal; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2); Economia e mercado de trabalho dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal. Ressalta-se que foram utilizados dados secundários, sendo as ações e investimentos do PAC as variáveis independentes, e o PIB dos municípios objeto do estudo, as unidades locais, o volume do pessoal ocupado, e os salários médios mensais as variáveis dependentes.

Investimentos do PAC 1 e 2 no Rio Grande do Norte

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 28 de janeiro de 2007, pelo governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Trata-se de um programa do governo federal brasileiro que é constituído por um conjunto de políticas econômicas, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil. O PAC é um planejamento estratégico inicialmente com foco no setor estruturante, visando o crescimento do emprego e renda, mas acima de tudo criar base para o crescimento do Brasil. Prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, O PAC 1 teve como prioridades o investimento em infraestrutura, e em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 619 Bilhões haviam sido investidos, superando as expectativas iniciais. (PAC 1, 2010).

Após a realização da primeira fase, observou-se que houve significativo avanço estrutural em todo o território brasileiro, tendo como destaques: 6.377 quilômetros de obras em rodovias; 909 quilômetros de obras em ferrovias, 12 novos campos e 12 plataformas em operação no setor de Petróleo e gás, além de 3.776 quilômetros de gasodutos construídos. Ademais 1.323 obras foram concluídas no setor de habitações e saneamentos.

No que tange as obras concluídas entre 2007 e 2010, foram investidos R\$ 444 bilhões, o que representa 82% dos investimentos previstos. Especificamente no estado do Rio Grande do Norte, os eixos contemplados com obras concluídas nesse período foram a Logística; a Geração de Energia; Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e o eixo social urbano. Das obras previstas foram concluídas a duplicação da rodovia Natal-Arês; Duplicação da BR entre as divisas do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Unidade de Transmissão de Energia Potiguar III; Refino e petroquímica Clara Camarão (formulação da gasolina); Luz para todos (52.525 ligações de energia); e a estrutura de Recursos Hídricos da Serra de Santana.

O PAC 2, por sua vez, foi lançado em 29 de março de 2010 e previa recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. Foram 6 os eixos de investimentos do PAC 2: Cidade Melhor², Comunidade Cidadã³, Minha Casa, Minha Vida⁴, Água e Luz para todos (expansão do Luz para Todos), Transportes e Energia.⁵ O PAC 2 objetivou dar continuidade aos investimentos em infraestrutura geral, porém priorizou as regiões metropolitanas com investimentos que visaram solucionar problemas históricos, tais

2 Objetivo do Programa Cidade Melhor: Enfrentar os principais desafios das grandes aglomerações urbanas, propiciando melhor qualidade de vida.

3 Objetivo do Programa Comunidade Cidadã: aumentar a cobertura de serviços pelo Estado.

4 Objetivo do Programa Minha Casa, Minha Vida: Redução do déficit habitacional, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda.

5 Objetivo do Programa Luz para Todos: Universalização do acesso à água e à energia elétrica; energia: garantir a segurança do suprimento, a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas.

como: urbanização de favelas, saneamento ambiental, mobilidade urbana, pavimentação, drenagem, contenção de encostas. Por outro lado, o PAC 2 focou também na abertura das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), pré-escolas, creches, postos comunitários, de segurança e espaços de esporte e lazer (PAC 2, 2014).

Cumprir frisar que no período de execução do PAC 2, o Brasil sentia os efeitos da crise econômica que ecoava pelo mundo desde 2008; contudo, suas diretrizes trouxeram resultados significativos. Nessa fase mais de 40.000 empreendimentos foram criados em todas as regiões brasileiras, totalizando 1 trilhão em investimento. O programa Minha Casa Minha vida, um dos destaques da segunda fase do PAC 2, gerou 154,3 mil postos de trabalho, e 2 milhões de empregos diretos. 1,87 milhões de moradias foram construídas, beneficiando mais de 7 milhões de pessoas. No que diz respeito ao eixo energia, o PAC 2 promoveu a entrada de 15.908 megawatts (MW) no parque gerador brasileiro. Destaca-se ainda, a conclusão de 28 empreendimentos em exploração e petróleo, a operacionalização de mais 8 plataformas, 372 poços exploratórios, e o início da operação da Refinaria de Abreu e Lima (PE), com capacidade de 230 mil barris de petróleo por dia. No eixo da logística, foram concluídos mais de 5.100 quilômetros de obras em rodovia; mais de 1000 quilômetros de ferrovia; mais de 30 empreendimentos em portos brasileiros; ampliação da capacidade dos aeroportos brasileiros para mais de 70 milhões de passageiros por ano, através de 37 empreendimentos. Através do programa Luz para todos, foram finalizados mais de 538 mil ligações de energia elétrica para milhões de pessoas que vivem no campo. 238 cidades tiveram sistemas de abastecimento de água implantados, e no eixo de saneamento, através de 1.601 empreendimentos, foram investidos 11,5 bilhões. Por fim, destaca-se a conclusão de 31 empreendimentos do eixo mobilidade urbana.

No estado do Rio Grande do Norte especificamente, a concentração dos investimentos focou nos eixos da logística, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para to-

dos, saneamento, Mobilidade Urbana e Cidades Históricas. Nesse sentido, das obras concluídas destacam-se a duplicação da BR; a ampliação do terminal de Areia Branca; Dragagem do porto, e ampliação do terminal de passageiros; Concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante; Construção da pista e do Pátio; Sistema Seridó (águas urbanas); Acesso do novo aeroporto em São Gonçalo do Amarante; Construção e pavimentação entre Patu e a divisa do Ceará, e entre Mossoró e Campo Grande; 27 usinas eólicas foram construídas; 332,4 milhões foram investidos em saneamento; e 10 cidades históricas potiguares receberam 43,5 milhões em investimentos.

Economia dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal (2007 – 2010 / 2011-2013)

Como já destacado, na Região Metropolitana de Natal apenas quatro municípios, de um total de dez, encontram-se fortemente integrados, isto é, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz, razão esta que justifica a concentração da análise desses municípios. Nesse sentido, a análise do número de unidades locais, bem como do Produto Interno Bruto dessas cidades, nos períodos correspondentes do PAC 1 (2007-2010), e do PAC 2 (2011-2014), se faz necessária para embasar as conclusões da proposta do artigo.

O Governo Lula (2003-2006) caracterizou-se pela inflação baixa, crescimento do PIB (2,6%)⁶, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial. No dia 28 de janeiro de 2007, em seu segundo mandato (2007-2010), foi lançado o PAC 1, com expectativa de estimular um crescimento do PIB de 4,5% em 2007 e de 5% ao ano até 2010. O PAC 1, pode ser definido como um plano estratégico com foco no setor estruturante do Brasil visando o crescimento do emprego e renda, mas acima de tudo visando criar base para o crescimento nacional, inicialmente sem o objetivo de priorizar as regiões metropolitanas.

6 Crescimento do PIB referente ao período citado (2003-2006).

A tabela 1 apresenta a variação dos dados do PIB dos municípios mais integrados da RMN, entre a média da série histórica Pré-PAC (2003-2006 – período similar ao tempo de execução do PAC 1 – 4 anos) e o último ano do PAC 1 (2010). Os dados evidenciam o crescimento do PIB após 4 anos de realização das ações do PAC 1. A soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos na região objeto do estudo teve um aumento de R\$ 7.238.328,25, o que equivale a 88,13% de crescimento. Clementino (2015b), destacou que a boa performance produtiva da RMN no período recente, certamente, é favorecida pela existência de vantagens locacionais, sobretudo decorrentes de economias de aglomeração.

É mister destacar que os eixos contemplados com obras concluídas nesse período no estado do Rio Grande do Norte foram a Logística; a Geração de Energia; Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e o eixo social urbano. Das obras previstas foram concluídas a duplicação da rodovia Natal-Arês; Duplicação da BR entre as divisas do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Unidade de Transmissão de Energia Potiguar III; Refino e petroquímica Clara Camarão (formulação da gasolina); Luz para todos (52.525 ligações de energia); e a estrutura de Recursos Hídricos da Serra de Santana. Nesse sentido, pode-se inferir que os efeitos do PAC 1 sobre o crescimento do PIB da região devem-se ao fato do bom momento econômico vivido pelo país marcado pela baixa inflação, pela confiança dos investidores na região e pelas obras concluídas.

Tabela 1 – PIB dos municípios mais integrados da RMN (R\$)

Município	SÉRIE HISTÓRICA PRÉ-PAC (2003-2006)	2007 (PAC)	2008 (PAC)	2009 (PAC)	2010 (PAC)	GAP PERÍODO PRÉ-PAC C/PAC	GAP (%)
Parnamirim	1.110.081,75	1.401.851	1.737.818	1.964.089	2.350.562	+1.240.480,25	+111,74%
Extremoz	121.162,50	331.397	122.024	134.299	149.619	-28.456,50	-23,48%
Natal	6.303.571,25	8.020.993	8.858.669	10.362.496	11.997.401	+5.693.829,75	+90,32%
São G. do Amarante	678.293,25	612.693	739.234	817.521	953.855	+275.561,75	+40,62%
RMN	8.213.108,75	10.366.934	11.457.745	13.278.405	15.451.437	+7.238.328,25	+88,13%

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 14 de março de 2017.

No período entre a série histórica pré-PAC ⁷(2003-2006) e o último ano do PAC 1 (2010), Parnamirim foi o município cujo PIB evoluiu mais (111,74%). Esses dados podem ser explicados pelo intenso crescimento econômico do setor imobiliário do município no período em análise. Natal, apesar dos múltiplos problemas enfrentados como a mobilidade, elevados preços do solo e imóveis e da exiguidade espacial, apresentou um aumento de 90,32% em 4 anos. Considerando que o Turismo é uma das atividades-chave da economia da capital, é pertinente afirmar que o bom resultado decorre, não só da influência do PAC 1, como também das ações do Programa de desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado pelos governadores dos estados do Nordeste, apoiados pelo governo Federal.

Vidal (2010, p.1) destaca a vocação natural do município de Natal, e a importância do PRODETUR para o incremento e desenvolvimento da atividade turística:

A partir dos anos 1990, tendo como pressuposto básico a aceitação do turismo como vocação natural da Região Nordeste, foram implantadas ações do Estado e do mercado, dinamizando o turismo de “Sol e Mar”; em Natal a exploração incluiu os sistemas de dunas, lagoas e praias. Nela, o incremento da atividade turística resultou da implantação do Parque Hoteleiro da Via Costeira, do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I e PRODETUR II.

Ademais, outro fator que pode ser considerado como potencializador do PIB da capital, e conseqüentemente dos municípios mais integrados da RMN, é o setor imobiliário, fomentado, sobretudo, pelo Marketing Turístico. Para Dantas, Ferreira e Clementino (2010, p. 203):

7 O critério para a escolha do tempo da série histórica pré-PAC (2003-2006/4 anos) está relacionado com a dimensão a qual foi comparada, ou seja, o PAC 1 (2007-2010), também composto por quatro anos.

O Marketing turístico foi fundamental para incentivar o turista a se interessar e a se tornar proprietário de imóveis: além da mídia, as principais imobiliárias montam stands nos principais shoppings da cidade em eventos internacionais, possuem sites na internet e parte de seus funcionários são bilíngues.

Clementino (2015a) destaca ainda que a capital é aglutinadora de atividades econômicas, fato este que lhe dá uma condição superlativa.

A tabela 2 destaca a participação em percentual dos municípios mais integrados da RMN. Os números evidenciam que, embora Parnamirim tenha apresentado um maior crescimento do PIB em valores brutos, percentualmente mantém a segunda participação do PIB da região (14,67%). Natal, ao longo do período de análise, mantém-se capitaneando a participação do PIB da região, com uma média de 77,59%.

Tabela 2 – Percentual do PIB dos municípios mais integrados da RMN (%)

Município	2007	2008	2009	2010	MÉDIA
Parnamirim	13,52%	15,16%	14,79%	15,21%	14,67%
Extremoz	3,19%	1,06%	1,01%	0,96%	1,55%
Natal	77,37%	77,31%	78,04%	77,64%	77,59%
São G. do Amarante	5,91%	6,45%	6,15%	6,17%	6,17%
Total RMN	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

O destaque negativo, em evidencia na Tabela 2, é a sequencial queda da participação do PIB do município de Extremoz. Cumpre frisar que a economia do município divide-se em três setores, o primário, o secundário e o terciário. Destes, o setor que rende mais no produto interno bruto municipal, segundo o IBGE (2016) é o setor secundário, seguido pelo terciário.

A tabela 3, apresenta os dados do número de unidades locais entre o período pré-PAC 1 (ano de referência 2006), e o último ano de realização do PAC 1. Os números evidenciam que houve um aumento de 20,03% de unidades locais no período em análise. Cumpre frisar

que não foi possível estabelecer a média entre os quatro anos do período pré-PAC (2003-2006) em função da ausência de dados publicados pelo IBGE. Neste sentido, utilizamos apenas os dados de 2006, ano de início dos registros de unidades locais.

Tabela 3 – Número de Unidades Locais PAC 1

Município	2006 (S/PAC)	2007 (PAC)	2008 (PAC)	2009 (PAC)	2010 (PAC)
Parnamirim	2.535	2.464	2.958	3.121	3.431
Extremoz	154	165	173	197	208
Natal	19.994	20.427	21.982	22.166	23.494
São G. do Amarante	497	520	545	596	691
Total RMN	23.180	23.576	25.658	26.080	27.824

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Natal, apesar de continuar com um número significativamente superior de unidades locais, foi o município que apresentou o menor crescimento, isto é, 17,50%. O município de São Gonçalo do Amarante foi o que mais se destacou neste período, aumentando em 39% a variável em análise. Esses dados são ratificados na tabela 4.

Tabela 4 – GAP Número de Unidades Locais PAC 1 – Período Pré-Pac

Município	2006 (S/PAC)	2010 (PAC)	GAP	GAP (%)
Parnamirim	2.535	3.431	+ 896	+ 35,34 %
Extremoz	154	208	+ 54	+ 35,06 %
Natal	19.994	23.494	+ 3.500	+17,50 %
São G. do Amarante	497	691	+ 194	+ 39 %
Total RMN	23.180	27.824	+ 4.644	+ 20,03

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

O PAC 2, (2011-2014) por sua vez, objetivou dar continuidade aos investimentos em infraestrutura geral, porém buscou priorizar as regiões metropolitanas com investimentos que visaram solucionar problemas históricos, tais como a urbanização de favelas, saneamento ambiental, mobilidade urbana, pavimentação, drenagem, contenção de encostas. Buscou ainda criar unidade de pronto atendimento

(UPA), unidades básicas de saúde (UBS), pré-escolas, creches, postos comunitários, postos de segurança e espaços de esporte, lazer e cultura.

Os dados da tabela 5, destacam a variação do PIB dos municípios mais integrados da RMN no período de execução do PAC 2 (2011-2013). É importante frisar que o ano de 2014 não foi incluído na análise, já que ainda não há dados oficiais do IBGE publicados.

Os municípios mais integrados da RMN, apresentaram significativo crescimento do PIB entre o fim do PAC 1 e o terceiro ano do PAC 2, isto é, 59,98%. Comparando com o período do crescimento referente ao pré-PAC (2006) e o fim do PAC 1 (2010), que foi de 62,95%, houve uma ligeira queda (2,97%), contudo, ainda assim o resultado pode ser considerado positivo, já que o mundo enfrentara uma significativa crise econômica mundial iniciada em 2008.

Tabela 5 – PIB a preços correntes (PAC 2)

Município	2010 (PAC 1)	2011 (PAC)	2012 (PAC)	2013 (PAC)	GAP PERÍODO PAC 1-PAC 2	GAP (%)
Parnamirim	2.350.562	2.597.433	2.948.677	3.329.756	+ 979.194	+ 41,65%
Extremoz	149.619	231.317	266.034	294.340	+ 144.721	+ 96,72%
Natal	11.997.401	12.273.091	17.666.580	19.992.607	+ 7.995.206	+ 66,64%
São G. do Amarante	953.855	990.084	968.729	1.103.654	+ 149.799	+ 15,70%
RMN	15.451.437	16.091925	21.850.020	24.720357	+ 9.268.920	+ 59,98%

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

No período em análise, o município que mais evoluiu no que diz respeito ao PIB foi Extremoz (96,72%), contudo sua participação no contexto geral ainda é significativamente pequena. São Gonçalo do Amarante, no período analisado do PAC 2, não manteve o mesmo ritmo de crescimento, já que saiu do patamar de aumento de 53,59% do PIB ocorrido no período entre o ano pré-PAC (2006) e o ano de encerramento do PAC 1 (2010), para um crescimento de apenas 15,70% na segunda fase. Parnamirim também não manteve o ritmo de crescimento comparado ao PAC 1, pois obteve um crescimento de 90,32% na referida fase, e no segundo período analisado aumentou o PIB em

41,65%. A capital Natal, por sua vez, apresentou um bom resultado no PAC 2, já que a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no município apresentou aumento de R\$ 7.995.206,00. (+66,64%)

No que concerne à variação do número de unidades locais existentes nos municípios mais integrados da Região Metropolitana de Natal (PAC 2), os dados apontam para um aumento de 10,56% (+2.940 und), comparado com os números do PAC 1 conforme tabela 6.

Tabela 6 – GAP Número de Unidades Locais PAC 1 – PAC 2

Município	2010 (PAC 1)	2013 (PAC 2)	GAP	GAP (%)
Parnamirim	3.431	4.368	+ 937	+27,30%
Extremoz	208	273	+ 65	+31,25%
Natal	23.494	25.222	+ 1.728	+7,35%
São G. do Amarante	691	901	+ 210	+30,39%
Total RMN	27.824	30.764	+ 2.940	+10,56%

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Como destaque no que tange a variável em análise, tem-se o município de Extremoz que evoluiu 31,25%. Esses números refletiram no aumento do PIB, como visto na tabela 5 (96,72%). Contudo, os bons sinais de evolução do município de Extremoz não impactaram os números dos municípios mais integrados da RMN, já que sua participação percentual é significativamente baixa. A capital Natal, por sua vez, que possuía 23.494 unidades locais no final do PAC 1, apresentou um tímido crescimento de 7,35%, comparado ao crescimento de Parnamirim (27,30%) e de São Gonçalo do Amarante (30,39%).

Transformações no mercado de trabalho da região metropolitana de Natal

Os municípios mais fortemente integrados da RMN passaram por significativa transformação no seu mercado de trabalho nos últimos anos. Segundo Clementino (2015b, p.131), “essa transformação foi

resultante das modificações socioeconômicas ocorridas no Brasil e, em particular, na RMN.” A referida autora ainda ressalta que é característica dessa região uma concentração das atividades e ocupações econômicas na capital do estado e sede da RMN.

O pessoal ocupado assalariado nos municípios mais integrados da RMN, apresentou um crescimento de 123,62%, entre o ano pré-PAC (2006) e o último ano do PAC 1 (2010), conforme dados da tabela 7. Destaca-se que não foi possível estabelecer a média entre os quatro anos do período pré-PAC (2003-2006), no que tange ao pessoal ocupado assalariado, em função da ausência de dados publicados pelo IBGE. Neste sentido, utilizamos apenas os dados de 2006, ano de início dos registros de unidades locais.

Tabela 7 – Pessoal ocupado assalariado PAC 1

Município	2006 (S/PAC)	2007 (PAC)	2008 (PAC)	2009 (PAC)	2010 (PAC)
Parnamirim	21.664	22.340	26.316	27.377	32.191
Extremoz	1.201	1.134	1.139	1.352	1.685
Natal	247.818	262.547	275.335	282.921	299.913
São G. do Amarante	8.785	9.210	8.813	9.784	11.715
Total RMN	279.468	295.231	311.603	321.434	345.504

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Todos os municípios apresentaram significativas taxas de crescimento do número de pessoal ocupado assalariado no período em análise, contudo Parnamirim se destacou já que apresentou um aumento de 48,59%, isto é, mais 10.527 ocupações assalariadas. Extremoz, por sua vez, apresentou um aumento de 40,29% do pessoal ocupado assalariado dos municípios mais integrados da RMN, porém, foi o que em números de ocupações contribuiu menos para a melhoria do cenário da região, isto é, 484 vagas. Já o município de São Gonçalo do Amarante, criou 2.930 ocupações assalariadas, o que representa um aumento de 33,35%. Por fim, apesar do menor crescimento percentual (+ 21,02%), comparado aos demais municípios, Natal, foi a cidade que criou mais ocupações assalariadas (52.095), conforme tabela 8.

Segundo Clementino (2010) o PROADI, programa de apoio ao desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte, que iniciou-se em 1986, entre os anos 2003 e 2007 continuava concentrado na RMN, já que absorvia 75,2% dos investimentos. Nesse sentido, é lícito supor que o bom desempenho do pessoal ocupado não só é reflexo das ações e das obras do PAC 1 como também do referido programa.

Tabela 8 – GAP Pessoal ocupado assalariado PAC 1 – Período PRÉ-PAC

Município	2006 (S/PAC)	2010 (PAC)	GAP
Parnamirim	21.664	32.191	+ 10.527 (+ 48,59%)
Extremoz	1.201	1.685	+ 484 (+ 40,29%)
Natal	247.818	299.913	+ 52.095 (+ 21,02%)
São G. do Amarante	8.785	11.715	+ 2.930 (+ 33,35%)
Total RMN	279.468	345.504	+ 66.036 (123,62%)

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Nesse sentido, o crescimento do número de pessoal ocupado assalariado neste período, não somente pode decorrer-se das ações e obras do PAC 1, como também pode ter como fundamento as estratégias do PROADI e do PRODETUR I e II. Araújo (2010) destaca que os investimentos do programa concentram-se em projetos de empresas que operam com intensidade tecnológica baixa e médio-baixa (96,4%) onde também estão concentrados 96,2% dos empregos.

A Tabela 9 evidencia as variações do salário médio mensal, entre o ano pré-PAC (2006) e o último ano do exercício do PAC 1. Observa-se que a média do salário médio mensal do municípios mais integrados da RMN ao final do exercício do PAC 1 foi de 2,3, e que no ano pré-PAC (2006) foi de 2,25, havendo portanto um gap positivo de 0,05%. Considerando que a inflação acumulada neste período (2007-2010) foi de 20,56%, segundo a ADVFN (2016), e que o aumento da média salarial dos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal foi de apenas 2,22%, pode-se inferir que apesar da melhoria da média salarial, as políticas públicas adotadas, somadas às ações e obras do PAC 1, não representou um efeito significativo no que diz respeito à variável analisada.

Tabela 9 – Salário Médio Mensal

Município	2006 (S/PAC)	2007 (PAC 1)	2008 (PAC 1)	2009 (PAC 1)	2010 (PAC 1)	MÉDIA SALARIAL	GAP (MÉDIA PAC 1 – PRÉ-PAC)
Parnamirim	2,4	1,9	2,4	2,4	2,3	2,25	-0,15
Extremoz	1,4	1,6	1,7	1,7	1,7	1,67	+0,27
Natal	3,2	3,1	3,2	3,1	3,1	3,12	-0,08
São G. do Amarante	2,0	2,0	2,2	2,0	2,1	2,07	+0,07
SMM RMN	2,25	2,15	2,37	2,3	2,3	2,27	+ 0,02

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

Apesar do inexpressivo aumento da média salarial dos municípios mais integrados da RMN, Natal manteve-se como a cidade com melhor média salarial no período (3,12 smm), seguida de Parnamirim (2,25 smm), São Gonçalo do Amarante (2,07 smm) e Extremoz (1,67 smm). Ademais, cumpre frisar que apesar do município de Extremoz ser a menor média de salário do grupo, foi justamente o que obteve o maior crescimento salarial (0,27 smm), considerando o gap entre a média do período do PAC 1, e o ano de 2006 (pré-PAC).

No que diz respeito a variação do pessoal ocupado assalariado entre o PAC 1 e o PAC 2, observa-se na tabela 10 um crescimento de 6,8%. Em números brutos de ocupações criadas, a cidade de Natal foi a que mais gerou oportunidades de empregos assalariados (+ 11.620), porém a cidade de Parnamirim destacou-se também com a geração de mais 10.402 vagas assalariadas.

Tabela 10 – Pessoal ocupado assalariado PAC 2

Município	2010(PAC1)	2011	2012	2013	GAP (PAC 1- PAC 2)
Parnamirim	32.191	34.929	38.814	42.593	+10.402 (+ 32,31%)
Extremoz	1.685	1.778	2.448	2.620	+ 935 (+ 55,48%)
Natal	299.913	305.604	316.207	311.533	+11.620 (+ 3,87%)
São G. do Amarante	11.715	11.216	11.628	12.586	+ 871 (+ 7,43%)
Total RMN	345.504	353.527	369.097	369.332	+ 23.828 (+ 6,8%)

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

A tabela 11 expõe os dados referentes à variação do salário médio mensal dos municípios mais integrados da RMN, no período do exercício das ações do PAC 1 e 2.

Tabela 11 – Salário Médio Mensal PAC 2 – PAC 1

Município	2010 (PAC)	2011 (PAC 2)	2012 (PAC 2)	2013 (PAC 2)	MÉDIA SALARIAL (PAC 2)	GAP (PAC1 – PAC 2)
Parnamirim	2,3	2,2	1,9	2,0	2,03	- 0,27
Extremoz	1,7	1,6	1,7	1,9	1,73	+ 0,03
Natal	3,1	3,2	3,0	3,1	3,1	0
São G. do Amarante	2,1	2,0	2,0	2,1	2,03	-0,07
SMM RMN	2,3	2,25	2,15	2,27	2,22	- 0,08

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

O município de Parnamirim foi o que mais contribuiu para a redução do salário médio mensal do grupo analisado, já que houve uma queda de 0,27 smm. Por outro lado, Natal, apesar de manter a maior média salarial, não apresentou variações entre o período. Cumpre frisar que Clementino e Ferreira (2015a) destacam que, Natal, embora mais rica, pois concentra a produção, o dinheiro e os serviços, é o município mais desigual internamente, com visíveis bolsões de pobreza, poluição ambiental e falta de infraestrutura urbana em grande parte de seu território. São Gonçalo do Amarante, por sua vez, registrou uma pequena perda salarial entre o período do PAC 1 e o PAC 2 (-0,07). Por fim, Extremoz, apesar da menor média salarial ao final do período analisado do PAC 2, foi o único que registrou aumento da média salarial entre os períodos analisados. Considerando a inflação acumulada do período (2011-2013), isto é, 18,24%, é pertinente inferir que houve uma perda do poder de compra do consumidor, retraindo de forma substancial a economia.

Em suma, esses dados de uma maneira geral revelam uma região com baixo nível salarial, que traz como consequência um elevado grau de pobreza para as pessoas que vivem nos municípios mais integrados da região metropolitana de Natal, segundo o IBGE (2016) (Média = 42,51% em 2013). Infere-se, portanto, que os baixos ní-

veis salariais podem decorrer das políticas públicas que favorecem a criação de empresas de baixa e média-baixa tecnologia, cenário esse confirmado pelos estudos de Araújo (2010). Por fim, é válido destacar a visão de Clementino (1990) que afirma que a pobreza é a expressão visível dos contrastes medrados pela ação do Estado. Para a referida autora, a pobreza se faz teimosa e recorrente na sua aparição moderna na RMN, revelando a perene distribuição desigual do crescimento.

Considerações finais

Após duas décadas (70 e 80) de esforços desenvolvimentistas da união junto à região Nordeste, onde o estado do Rio Grande do Norte foi diretamente contemplado, a região sofreu com as políticas de reorientação neoliberais adotadas pelo Brasil desde o início de 1990, período em que passou a ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Em 1985, especificamente, visando desenvolver-se, o estado criou e implementou o PROADI – Programa de Apoio à Industrialização do Rio Grande do Norte, e após 3 décadas, significativos resultados foram gerados. Contudo, o programa não foi competente para disseminar riqueza, emprego e salário em todo o âmbito do estado, havendo como consequência de suas ações uma concentração do produto interno bruto, na RMN, nucleada por Natal. Não obstante, cumpre frisar que Natal passou a ter importância fundamental no PIB da região, em função, não só da sua vocação turística fomentada pelo PRODETUR, principalmente a partir da década de 1990, como também pela concentração dos investimentos do PROADI em seu entorno.

Como vimos, com uma nova filosofia de Gestão, o governo federal, a partir de 2007, voltou a buscar somar as iniciativas locais com as políticas de desenvolvimento nacionais, e lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 28 de janeiro de 2007. Trata-se de um programa de governo que é constituído por um conjunto de políticas econômicas, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil. O PAC 1 foi um planejamento estratégico inicialmente com foco no setor estruturante, visando o crescimento do

emprego e renda, mas acima de tudo buscou criar base para o crescimento do Brasil.

Especificamente no estado do Rio Grande do Norte, os eixos contemplados com obras concluídas nesse período foram a Logística; a Geração de Energia; Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e o eixo social urbano. Das obras previstas, foram concluídas a duplicação da rodovia Natal-Arês; Duplicação da BR entre as divisas do Rio Grande do Norte e da Paraíba; Unidade de Transmissão de Energia Potiguar III; Refino e petroquímica Clara Camarão (formulação da gasolina); Luz para todos (52.525 ligações de energia); e a estrutura de Recursos Hídricos da Serra de Santana.

Após as ações do PAC 1, pode-se afirmar que houve um crescimento considerável do PIB nos municípios mais integrados da RMN (62,95%), no número de unidades locais (20,03%), bem como no número de pessoal ocupado assalariado (123,62%). Considerando os dados analisados, e as características da economia local, em última análise, pode-se inferir que os bons resultados foram influenciados apenas de forma tímida pelo PAC 1, já que apenas obras estruturantes e logísticas contemplaram diretamente a região. É prudente inferir, portanto, que os bons números podem também decorrer do então bom momento econômico vivido pelo país, marcado pela baixa inflação, e pela confiança dos investidores na região. Como destaque, ressalta-se o crescimento econômico proporcionado pelo município de Parnamirim, oriundo do setor imobiliário, e por outro lado as ações estratégicas do PRODETUR, focadas no turismo da capital Natal. Contudo, apesar do período revelar uma aumento de 0,05% na média salarial da região analisada, a inflação média acumulada foi significativamente superior (20,56%), evidenciando uma considerável diminuição do poder de compra do trabalhador.

Os efeitos na economia e no mercado de trabalho dos municípios mais integrados da RMN referentes ao período analisado do PAC 2 (2011-2013), o qual buscou priorizar as regiões metropolitanas, foram ofuscados pela crise mundial originada em 2008. É pertinente afirmar que no estado do Rio Grande do Norte, o PAC 2 concentrou

seus investimentos em projetos logísticos, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para todos, saneamento, Mobilidade Urbana e Cidades Históricas. Nesse sentido, é lícito supor que tais direcionamentos amenizaram consideravelmente os efeitos da crise mundial iniciada em 2008 sobre a região, principalmente em função da busca do crescimento do PIB e do mercado de trabalho com investimentos diretos. Como resultado, observou-se significativo crescimento do PIB (59,98%), das unidades locais (+10,56%), e do número de pessoal ocupado assalariado (6,8%) comparado com os números dos resultados do PAC 1. É lícito supor que os resultados seriam ainda mais impactantes caso não houvesse uma recessão mundial. No que tange a variação do salário médio mensal dos municípios mais integrados da RMN, houve uma queda de 1,30% na média salarial ao final de 2013, comparado ao resultado do PAC 1, revelando uma nova perda do poder de compra do consumidor.

Por fim, conclui-se que os investimentos do PAC 1 e 2 somados às políticas públicas locais, principalmente o PROADI e o PRODETUR, geraram efeitos consideráveis na economia e no mercado de trabalho dos municípios mais integrados da RMN, e amenizaram os efeitos da crise econômica mundial, iniciada em 2008, sobre a região objeto de estudo.

Referências

ADVFN Brasil. (2016), *Portal de investimentos em ações da bolsa de valores do Brasil, com cotações da Bovespa e BM&F*. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/ipca>. Acesso em 14 jun. 2016.

ARAÚJO, Denílson da Silva. (2010), *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte*. Ed. Massangana / Fundação Joaquim Nabuco.

_____; SILVA, Marconi Gomes da; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. (2015), “Natal: transformações na ordem urbana”. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; FERREIRA, Angela Lúcia. *A Região Metropolitana de Natal na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. Natal: Letra Capital.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (1990), *Complexidade de uma urbanização periférica*. Tese (Doutorado) – Instituto de economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____; PESSOA, Zoraide Souza (Orgs.). (2009), Natal, uma metrópole em formação. Educ, PUC-SP, Natal, s.n.

_____; FERREIRA, Angela Lúcia. (2015a), “Transformações recentes na dinâmica urbana da Região metropolitana de Natal”. Belo Horizonte, XVI ENANPUR, Anais.

_____; FERREIRA, Angela Lúcia. (2015b), *Natal: Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

_____; FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia Dantas. (2010), *Turismo e Imobiliário nas metrópoles*, Letra Capital.

_____; PESSOA, Zoraide S. Segmentação numa metrópole em formação. (texto para discussão, S/d). Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo17.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

DANTAS, Eustógio W. Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (2010), *Turismo e Imobiliário nas Metrópoles*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

PAC 1 – Programa de Aceleração do Crescimento. (2010), *Balanço 4 anos (2007-2010)*.

PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento. (2014), *11º Balanço (2011-2014)*.

VERGARA, Sylvia Constant. (2000), “Projetos e relatórios de pesquisa em administração”. São Paulo: Atlas. In: VIDAL, Soraia Maria do S. C. *Dunas, lagoas e praias - turismo e sustentabilidade (?) em Natal – RN*. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/13962/10285>. Acesso em: 11 jun. 2016.

Pop com gentílico

Luá Ferreira Leal*

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar a conversão do mercado da música em fração do mercado de entretenimento e a criação de novos rótulos, sobretudo os elaborados na Coreia do Sul e no Japão desde a década de 1990. A “música pop” não será abordada neste trabalho como “gênero musical”, mas como categoria mercadológica ou índice de classificação da produção cultural. Os casos de empresas de entretenimento – *Avex* e *AKS* do Japão e *YG*, *S.M.* e *Chrome* da Coreia do Sul – serão apresentados para análise da interpenetração entre as atividades de produção de musical e as demais esferas do mercado de entretenimento. Devido ao conjunto de procedimentos classificatórios das indústrias culturais para a produção de entretenimento integrada globalmente, os gentílicos demarcam origem e são transformados em elementos que diferenciam produtos no mercado de bens simbólicos.

Palavras-chave: indústria cultural; globalização; música pop.

* Graduado em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais do CPDOC/FGV em 2012, mestre (2015) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp. Integrante do Grupo de Estudos em Bourdieu (GEBU) da Unicamp desde 2014. Bolsista da Fapesp.

ABSTRACT

POP WITH DEMONYMS

The purpose of this paper is to analyze the conversion of music market into a fraction of the entertainment market and the creation of new labels, above all those created in South Korea and Japan since the 1990s. “Pop music” will not be taken as a musical genre in this work, but as a market category or an index of classification of cultural production. The cases of entertainment companies – *Avex* and *AKS* in Japan and *YG*, *S.M.* and *Chrome* in South Korea – will be introduced for an analysis of the interplay between activities of musical production and the other spheres of the entertainment market. Due to the set of classificatory procedures of the cultural industries for the globally integrated production of entertainment, demonyms demarcate origins and are transformed into elements that differentiate products in the market of symbolic goods. Keywords: cultural industry; globalization; pop music.

Introdução

Para abordar as formas de classificação da produção musical, sem incorrer na adoção das interpretações sobre padronização, americanização ou homogeneização cultural, buscarei compreender como rótulos são atribuídos aos produtos no mercado de entretenimento. As *majors* do mercado fonográfico – grupo de grandes gravadoras formadas atualmente pela tríade Universal, Warner e Sony – ainda permanecem relevantes na organização e na produção de *hits* “globais”, mas precisam estar articuladas a outras empresas do mercado de entretenimento para atuação em nichos “regionais”¹. A desterritorialização envolve fluxos financeiros e outros vetores da globalização relacionados à produção cultural e aos deslocamentos de pessoas (APPADURAI, 1990, p. 302), mas também redefine procedimentos classificatórios adotados pelas indústrias culturais globais.

1 “Global” e “regional”, além de categorias analíticas, também servem como noções que informam o jargão profissional de agentes do mercado fonográfico e o que poderia ser denominado senso comum.

Os gêneros musicais podem ser entendidos como rótulos que circulam no mercado de música e condicionam as práticas artísticas, por exemplo, na definição dos modos tidos como corretos e pertinentes de executar um determinado tipo de canção. Embora também seja relevante lidar com os discursos sobre identidade e trânsitos culturais na mundialização, a principal questão tratada neste texto é o conjunto de jogos de classificação em escala global. Os usos do gentílico embaralham e redefinem fronteiras que demarcariam aquilo que é conhecido como música pop na Ásia. Com os exemplos que apresentarei no decorrer do texto, pretendo analisar os discursos gerenciados que apontam K-Pop como elemento da produção cultural coreana nas frestas da globalização, sem reivindicar um retorno à tradição ou à identidade nacional circunscrita. A criação de circuitos globais das produções das indústrias culturais (insisto em falar no plural) reconfigurou a problemática da identidade e da representação de si e do outro.

Duas faces de um processo integrado e totalizante, mundialização e globalização podem ser distinguidas para designar, respectivamente, a criação de vetores transnacionais no universo simbólico e a integração econômica de mercados, da produção industrial e de desenvolvimento tecnológico (ORTIZ, 2007, p. 29-30)². A heterogeneidade e as assimetrias da mundialização da cultura podem ser exemplificadas quando observamos que a produção musical dos Estados Unidos se ajusta confortavelmente ao enquadramento de música pop, mas agentes envolvidos nas redes de promoção de K-Pop e de J-Pop demarcam sua produção mediante o uso do gentílico. Com os exemplos escolhidos de bandas de produtoras japonesas, como *AKB48* e *BACK-ON*, e sul-coreanas, como *Girls' Generation* e *Crayon Pop*, este texto trata de

2 A globalização e a mundialização propiciam o surgimento de uma nova geografia (SASSEN, 2007, p. 98), cujos novos espaços centrais, como as cidades globais, definem outros “territórios”. São processos que compreendem tanto o surgimento de instituições e de processos transnacionais como a redefinição do papel de órgãos que, embora situados e financiados por um Estado-nação, criam redes de circulação – ou fluxos – que transpassam fronteiras nacionais.

algumas “margens” do mercado da música. A partir da análise desses polos de produção, tornam-se explícitas as estratégias de empresas de entretenimento, com apoio de conglomerados midiáticos e instâncias estatais, para expansão do público-alvo.

A hipótese central trata da integração da produção musical ao mercado de entretenimento como fator predominante para que agentes e organizações de indústrias culturais, outrora tidas como regionais agora com pretensão de serem globais, consigam expandir o universo de ouvintes em novas fronteiras de consumo. Embora Sony, Universal e Warner corroborem o uso dos rótulos, o ponto nodal da construção do “pop com gentílico” pode ser encontrado nos discursos gerenciados pelas próprias empresas de entretenimento fundadas na Ásia. Os nomes de empresas sul-coreanas como YG Entertainment e S.M. Entertainment já remetem à atividade principal: não circunscritas apenas à produção musical, são também produtoras de conteúdos de entretenimento.

Na análise da integração de mercados, parece impreciso considerar a indústria cultural como ente homogêneo e indiviso, pois bens culturais tidos como padronizados podem ser modelados por processos não padronizados para a circulação em segmentos específicos. Mais pertinente do que tratar como padronização é imaginar a construção de modelagens que tornam os produtos mais ou menos ajustados às expectativas de determinados nichos do mercado. Empresários de K-Pop e J-Pop ainda não estão interessados na conquista do topo das paradas de sucesso do mercado brasileiro, por exemplo, até mesmo porque não haveria espaço na programação das rádios, tampouco inserção em trilhas sonoras de novelas televisivas para “escuta compulsória” (DIAS, 2000, p.171). Por esse motivo, as estratégias de empresas como AKS. Co., Avex e S.M. visam angariar fãs em parcelas, fatias ou segmentos do público consumidor em diferentes países como Brasil, Indonésia ou França. Não restritas à comercialização de fonogramas e à promoção de shows, essas empresas visam estender suas áreas de atuação para diferentes setores midiáticos. O processo abordado já foi definido como descentralização da produção cultural, a qual teria sido convertida a uma modalidade pós-Fordista (LASH;

URRY, 1994), ou como dispersão de fluxos que alteram as paisagens imaginadas sobre o mundo social (APPADURAI, 1990). Embora seja difícil definir apenas um centro irradiador dos fluxos, os processos vinculados ao que chamamos de globalização e seus efeitos nas indústrias culturais não se dissociam do espaço. Resultam, portanto, na ampliação da predominância de polos de produção, de distribuição e de consumo dos fluxos de pessoas, informações e capital, como as cidades globais, onde estão sediados os escritórios de *major*s das indústrias culturais (SASSEN, 2007).

Rótulos dos produtos culturais

As *performances* de K-Pop e J-Pop com fortes elementos coreográficos remetem ao período de ampla disseminação de *boy bands* e *girl bands* no mercado de música anglófono – sobretudo com produção nos Estados Unidos e no Reino Unido – na primeira metade da década de 1990, quando surgiram *Backstreet boys*, *Spice Girls* e *NSYNC* (formados respectivamente em 1993, 1994 e 1995). Apontada como invenção musical da indústria fonográfica dos países anglófonos, a categoria “pop music” foi ressignificada pelas gravadoras da Coreia do Sul e do Japão. Desde a década de 1990, surgiram K-Pop e J-Pop como rótulos comerciais usados para designar *boy bands* e *girl groups* em ambos os países. Os adjetivos gentílicos contribuem para demarcar a origem dos bens que circulam globalmente, ultrapassando assim as fronteiras nacionais. Além dos esforços de empresas envolvidas com produção musical para a validação das categorias J-Pop e K-Pop, os padrões de escuta de ouvintes também são vetores de formação de rótulos. Seja pela *vevo*³, seja pelos canais mantidos por cada empresa

3 A plataforma *vevo*, em operação desde 2009, foi formada a partir de joint venture entre grandes empresas do mercado de entretenimento: Universal Music Group (UMG), Google, Sony Music Entertainment (SME) e Abu Dhabi Media. Para seus usuários, foram disponibilizados aplicativos para iOS, Android e Windows 8.1 para compra de serviços de exibição de shows ao vivo on demand. Aos artistas de seu “catálogo”, *vevo* estabeleceu a marca de 100 milhões de visualizações para conferir o certificado de alto nível de alcance de divulgação do hit, uma espécie de premiação por quantidade.

de entretenimento, os videoclipes, repletos de coreografias e efeitos visuais sofisticados, funcionam como trampolins para o lançamento de sucessos pela internet e diferenciação do estilo de cada banda. A constituição de padrões e de modelos de produção cultural não resulta em padronização, pois prevalece a lógica da especificidade para valorização dos rótulos musicais.

Hallyu (한류 ou K-Wave) ao lado do “Han Style” formam o binômio da conjugação tradição e modernidade para vender imagens da Coreia do Sul na ordem global contemporânea. O “Han Style” (CHENG, 2008) abrange a divulgação nacional e internacional do idioma *Hangul*, da comida tradicional *Hansik*, de indumentárias *Hanbok*, de moradias típicas *Hanok*, da produção artesanal de papel *Hanji* e da música *Hanguk Eumak*. Esse projeto de valorização da “cultura tradicional” da Coreia do Sul resultou em grande investimento financeiro, promoção e preservação dessas práticas culturais. O “Han Style” alia forças com o K-Pop e Doramas (novelas e seriados produzidos por emissoras de televisão) veiculados internacionalmente. Segundo publicação oficial do Korean Culture and Information Service, órgão do Ministério de Cultura, Esportes e Turismo, o país passou da década de 1990 ao início do século XXI do estatuto de país “importador” a exportador de bens culturais – música, literatura, audiovisual, a ponto de ser usado o epíteto “Asia’s Hollywood” (THE KOREAN WAVE, 2011). A expressão K-Wave foi criada após os contínuos sucessos de produtos audiovisuais sul-coreanos (sobretudo doramas ou K-dramas) em Taiwan, Japão e China desde o final da década de 1990. A partir do início da década de 2010, a internet tem sido o principal fator de propulsão das exportações de produtos culturais das empresas midiáticas sul-coreanas.

Lançado no início do segundo semestre de 2012, o videoclipe com mais visualizações no portal de vídeos YouTube é um *hit* produzido na Coreia do Sul: “Gangnam Style” do rapper Psy⁴, artista contrata-

4 Após a grande repercussão do hit, o artista foi condecorado com a mais importante medalha do mérito cultural da Coreia do Sul, e assim Psy entrou no rol de

do pela empresa YG Entertainment. Fundada em 1996 pelo músico Yang Hyun-suk, a YG gerencia as carreiras de Psy e de grupos como *BIGBANG* e *2NE1*. A empresa apresenta em seu site um fluxograma⁵ que explica a estratégia de desenvolvimento e produção de conteúdos, as formas de inserção e de expansão para o “Global Market”. A diversificação de conteúdos produzidos e a variedade de plataformas de divulgação são os elementos centrais do modelo de negócios conhecido como OSMU (One Source Multi Use), também empregado em empresas de entretenimento.

A seleção em um universo aparentemente ilimitado de alternativas para consumo musical confere aos rótulos uma função de “atalhos” de informação. Os atalhos podem ser simbolizados nas prateleiras das remanescentes lojas de CDs e DVDs, mas no início do século XXI é muito mais interessante atentar para a formação de comunidades de fãs na *web* – sobretudo nas páginas de fancafe, mantidas pela companhia Daum⁶ –, nos canais de vídeos no Youtube e nas páginas dedicadas a K-Idols em redes virtuais como Facebook ou Instagram.

A partir de franjas do mercado, considero os usos dos rótulos K-Pop e J-Pop casos heurísticos para observar o modo como setores do mercado de entretenimento ganham força quando articulados à produção musical. A categoria “música pop” serve como exemplo de indexação diferenciada de “jazz”, “new age” e outros rótulos, pois faz referência a determinados padrões de escuta e de experiência musical, além de estar direcionada a nichos específicos do público consumidor. Para não disputar os mesmos espaços na prateleira de música pop, as novas estantes – ou atalhos para ouvintes nas lojas virtuais

divulgadores do país que receberam a honraria tal como o jogador de beisebol Kim Dong-joo, medalhista de ouro nos Jogos Olímpicos de 2008. Em fevereiro de 2013, na cerimônia de posse de Park Geun-hye na presidência da República da Coreia do Sul, Psy foi o artista convidado para cantar o hit “Gangnam Style” enquanto a comitiva oficial se deslocava pelas ruas de Seoul.

5 Disponível no site da empresa: <http://www.ygfamily.com/company/introduction.asp?LANGDIV=E&ATYPE=&PTYPE=&ARTIDX=&PROIDX=&IDX=>. Acesso em: 19/12/2015.

6 Daum sofreu fusão em 2014 com Kakao, empresa que também atua como operadora do serviço de mensagens Kakao Talk.

–, dedicadas à música duplamente adjetivada como pop/coreana ou pop/japonesa, remetem a uma produção espacialmente situada, mas que não reivindica o título de música típica nem tradicional. Tendo em vista a articulação globalizada do mercado de entretenimento nesses jogos de classificação e de escalas com os gentílicos, Hallyu (a “onda coreana” de cultura pop) e J-Wave são categorias insuficientes para pensar o processo e a posição estratégica de empresas na produção e no consumo.

Indicada normalmente como representação máxima da homogeneização da produção musical, a música pop até meados da década de 1980 era tida por críticos e especialistas como restrita às fronteiras da anglofonia. Estados Unidos e Reino Unido eram apontados como centros de difusão de ícones daquilo que se convencionou denominar como “pop”⁷. Limitar essas ressignificações da música pop ao plano da identidade (seja na produção das imagens da Coreia do Sul ou do Japão, seja na formação e na representação de grupos de fãs e de “tribos urbanas” em contextos específicos de recepção) ou à análise dos fluxos culturais na globalização, eclipsaria as relações de força entre agentes e instâncias que possibilitaram a constituição de marcas vendáveis no mercado global de música: agências governamentais, gravadoras e emissoras de televisão, empresas envolvidas com o mercado de entretenimento como desenvolvedoras de *games*, produtoras e distribuidoras de *animes*, editoras de *mangas*⁸ e *manhwa*.

7 Em 1971, a revista francesa “Musique en jeu” dedicou seu segundo número ao tema. A publicação com textos de Jean-François Hirsch, Jean-François Bizot e Denys Lemery, entre outros. O primeiro autor afirma que a emergência na Europa da música pop após os festivais Wight e Woodstock, ambos em 1968, e Amougies, em 1969 (considerado o festival que promoveu o aumento do consumo de música anglo-saxônica na França), não revelaria um conflito de gerações, mas a luta pelo poder que mira o domínio burguês da cultura e seu papel de cimento social, ou seja, indicaria o vigor do espírito de contestação para discutir os valores básicos da cultura dominante. Para Bizot e Lemery, a música pop nasce no final da década de 1960 da convergência entre Bob Dylan e Beatles e se diferencia dos demais gêneros porque seus jovens criadores têm a idade do público. Na discografia básica, ao final do dossiê, são designados os “profetas” da música pop: Bob Dylan, The Beatles, Rolling Stones, Jimi Hendrix, Cream e Frank Zappa.

8 Mangas, com suas diferentes vertentes temáticas e de público-alvo (sobre temas cotidianos, humorísticos, de heróis e heroínas) constituem parte significativa

A análise dos níveis de integração das indústrias culturais globais permite um distanciamento em relação às considerações a respeito da hegemonia de centros de produção (ou de indução) da globalização ou da mundialização da cultura. O “apelo” do K-Pop para públicos “não coreanos” pode ser interpretado como extensão de um modelo de exportação de produtos, servindo como exemplo para outras bem-sucedidas marcas sul-coreanas (LIE, 2012). A integração do mercado da música como fração do mercado de entretenimento, portanto, condiciona a produção musical a novos parâmetros de recepção e de circulação, os quais estão baseados nos jogos de classificação dos produtos culturais. A interpenetração do mercado da música e dos outros setores do mercado de entretenimento é uma tendência acentuada pelas dinâmicas de especialização e de flexibilização das indústrias culturais. A criação de nichos no mercado consumidor foi um resultado do modo de produção cultural flexível, em que é promovida uma descentralização da produção ao mesmo tempo em que ocorre uma centralização da distribuição (LASH; URRY, 1994, p. 124).

Para comercialização de fonogramas digitais voltados exclusivamente ao mercado de K-Pop, Genie (desenvolvido pela KT Corporation) concorre com “online music store” MelOn (desenvolvido por Loen Entertainment) por essa fração de mercado⁹. Kakao é a empresa de sistemas operacionais de T&I controladora do aplicativo de mensagens instantâneas KakaoTalk, além dos serviços KakaoMusic, com emoticons customizados em referência a integrantes dos grupos de K-Pop, e KakaoTalk Plus Friend, rede de comunicação entre fãs e artis-

do mercado editorial japonês, representando mais de 35% do total de revistas e livros, sendo alguns adaptados para animes (as séries de animação). Para conferir dados específicos sobre o mercado de mangas e a produção editorial japonesa, “Publication Index: Annual Report on Publications, 2009”, “Readership Survey, 2009 (The Mainichi Newspapers)” e o número especial da revista quadrimestral *nippon*, publicada em árabe, chinês, inglês, francês, japonês, russo e espanhol (*nippon*, 2010).

9 Em 2014, os serviços de comercialização de fonogramas digitais disponíveis na Coreia do Sul eram Bugs, Cyworld BGM, Daum Music, Deezer, Genie, Groovers.kr, Helume, Hyundai Card Music, MelOn, Mnet, Monkey3, MPION, MUV, Naver Music, Ollehmusic e Soribada (IFPI, 2014).

tas. No início de 2016, Kakao Corp. anunciou a aquisição da Loen Entertainment, passando a controlar o serviço de música online MelOn, os braços de produção musical e gerenciamento de carreiras artísticas – Loen Tree e Starship – e o canal de vídeos no Youtube 1theK, cujo slogan é “Worldwide K-POP Channel”.

A atual organização da produção musical, como a fórmula “on demand” adotada pela *vevo* alterou a estrutura de produção das indústrias culturais globais. As produtoras em escala regional passaram a funcionar como pontos de convergência dos variados agentes envolvidos com a atividade musical (arranjadores, produtores musicais, coreógrafos, compositores e dançarinos, entre outros profissionais). Devido à proximidade geográfica, os alvos das empresas produtoras das bandas coreanas e japonesas poderiam se restringir às *playlists* da Indonésia, de Hong Kong e do Vietnã. As estratégias de divulgação de *hits* de produtoras-gravadoras, no entanto, visam atingir também nichos fora do mercado “regional” asiático, contando principalmente com as formas de veiculação pela internet. De acordo com dados fornecidos pela International Federation of the Phonographic Industry (IFPI), em 2013 todos os dez álbuns mais vendidos na Coreia do Sul e no Japão foram lançados por artistas “locais”, ou seja, de gravadoras dos respectivos países (IFPI, 2014).

Cada lançamento de *single* envolve atividades durante as semanas de divulgação dos *hits* nos programas televisivos das emissoras KBS (Korean Broadcasting System), MBC (Munhwa Broadcasting Corporation), SBS (Seoul Broadcasting System) e MNET (Music Network), as principais vitrines para promoção de K-Pop. Lançado em 1998, o Music Bank da emissora KBS é um programa televisivo para lançamento de *singles* e uma grande competição de bandas e artistas solo pelo primeiro lugar no K-Chart, o ranqueamento que abarca índices da venda de álbuns e de fonogramas digitais, votos do público e quantidade de apresentações na própria emissora. Como algumas emissoras coreanas e japonesas são retransmitidas para Indonésia, Taiwan e Cingapura, entre outros países do Sudeste Asiático, a conversão de gravadoras e produtoras em “tigresas asiáticas” interessa-

das na expansão do público ouvinte de K-Pop estimula a realização de eventos com apoio estatal. Um exemplo é o Music Bank World Tour que desde 2011 promove shows em grandes arenas fora da Coreia do Sul para estimular a circulação dos grupos de K-Pop. Essa turnê promovida pela KBS, sempre com parcerias de grupos empresariais da Coreia do Sul¹⁰, teve nove edições até 2015: Tóquio, Paris, Hong Kong, Viña del Mar, Jakarta, Istambul, Rio de Janeiro, Cidade do México e Hanoi.

A KBS, emissora estatal da Coreia do Sul, desdobra-se em diferentes teias de redes de comunicação, com emissoras de televisão, sinais radiofônicos em AM e FM, além da retransmissão para diferentes países pela KBS World. Com divulgação integrada em redes sociais, Twitter, Instagram, Facebook e canal no Youtube, KBS World opera com escritórios no Japão e nos Estados Unidos para promover o lançamento de novelas, seriados e programas de variedades. O release dessa emissora a define como “janela” para a Coreia do Sul. Desde o final de 2014, KBS World Latino gerencia a partir de uma unidade em Los Angeles a transmissão de séries e programas de TV (novelas conhecidas como doramas e shows de variedades) legendados em espanhol por *streaming* no canal do Youtube e pela KorTv da Apple TV. As emissoras concorrentes exibem programas congêneres ao “Music Bank”, frequentemente apresentados por integrantes de grupos de K-Pop: “Inkigayo” da SBS, retransmitido como “K-Pop Countdown” pela One Asia TV¹¹, “The Show” da SBS MTV, “Show! Music Core” da MBC, “M! Countdown” da Mnet. Essas são as principais plataformas na televisão – também conectadas a canais de vídeos no Youtube como Mnet Kpop, KBSKpop e MBCkpop – para lançamento de *singles* do mercado sul-coreano.

10 Hyundai Motor patrocinou a edição no Rio de Janeiro e também a Copa do Mundo de Futebol Masculino realizada no Brasil em 2014, ao passo que a edição de 2015, no Vietnã, foi patrocinada pelo banco sul-coreano Shinhan.

11 Os programas da SBS são exibidos para vários outros países devido aos acordos de cooperação dessa emissora sul-coreana com a One Asia TV, emissora da Sony com cobertura na Malásia, em Cingapura, em Brunei e na Indonésia.

Desde sua formação no final da década de 1990, a emissora estatal Arirang – título em referência à canção “folclórica” coreana¹² –, é uma das principais responsáveis pela cobertura internacional de notícias sobre a Coreia do Sul. Baseada em Seoul e sob responsabilidade da Korea International Broadcasting Foundation (KIBS) desde 1996, essa rede de rádio e televisão funciona com verba do Ministério de Cultura, Esportes e Turismo. O antigo slogan “Korea’s Global TV” foi substituído por “Asia’s Heartbeat” e por “The World On Arirang”. Com todos os programas falados em inglês, as transmissões da Arirang priorizam a divulgação de notícias diárias sobre “Korean culture, tourism, tips on living as well as the latest domestic and international news”¹³, mas também dedica espaço ao K-Pop na programação: “Pops in Seoul” e “Simply K-Pop”, para promoção de bandas, e “Showbiz Korea”, para análises do mercado de entretenimento. Na emissora de rádio Arirang FM, há pelo menos quatro programas dedicados à música pop: Sound K, Hot Beat, Super K-Pop e K-poppin’. Os conteúdos produzidos pela emissora são retransmitidos por satélite ou emissoras de TV a cabo para Hong Kong, Filipinas, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Indonésia, Vietnã, Argentina, Estados Unidos, entre outros países. Em 2004, foi lançado o serviço de tradução para o árabe e quatro anos depois o serviço multilíngue passou a abranger sete idiomas.

O programa “M! Countdown”, exibido pela Mnet desde 2004, tem um formato semelhante ao Music Bank. A emissora Mnet (Music Network) pertence ao CJ E&M, empresa dedicada ao entretenimento subsidiária da corporação CJ Group. Até 1995 vinculado ao grupo Samsung, o conglomerado CJ Group conta com empresas de mídia, logística e alimentação, sendo CJ E&M a subsidiária responsável por criação de desenhos animados, produção fonográfica e de conteúdo

12 Em 2012, a pedido da representação da República da Coreia do Sul, a canção folclórica “Arirang” foi inserida pela UNESCO na lista de patrimônio imaterial da humanidade.

13 Disponível em: http://www.arirang.co.kr/prroom/h_tolisten.asp?sys_lang=Eng. Acesso em: 19/12/2015.

televisivo, gerenciamento de carreiras artísticas e promoção de eventos. Além de “M! Countdown”, o canal Music Network exhibe apenas programação dedicada à música, como os “reality shows”, conhecidos como “reality Idols”, e programas de variedades com grupos de K-Pop como “Girls’ Generation goes to School” e “Girls’ Generation Factory Girl”.

Majoritariamente controlada por The Foundation of Broadcast Culture, o grupo multimídia MBC mantém emissoras de rádio e de televisão (sinal aberto analógico e digital, a cabo e satélite). Além das eventuais turnês internacionais e das apresentações na Coreia do Sul promovidas pelas empresas de entretenimento, emissoras realizam eventos musicais. MBC promoveu entre 2009 e 2013 o Festival Incheon Korean Music Wave – no estádio que sediou jogos na cidade de Incheon durante a Copa do Mundo de 2002 – com participação de *Girls’ Generation* em todas as edições. Em 2011, ano da amizade diplomática entre Coreia do Sul e Austrália, foi realizado em Sidney o evento “K-Pop Music Fest” – com apoio da MBC e patrocínio da Hyundai – que teve participação de *Girls’ Generation*, *miss A*, *KARA*, *SHINee* e *CNBLUE*, entre outros grupos.

Mercado da música, fração do mercado de entretenimento

Fundado no Japão, o conglomerado de entretenimento Avex Group Holdings Inc. tem várias subsidiárias que incluem selos de música como Avex Trax (fundado em 1990, o maior e mais antigo grupo) e Cutting Edge, casas de espetáculos, mercado editorial, produção de filmes e de animações como Avex Pictures e Avex Mode (dedicada exclusivamente à produção de trilhas sonoras para filmes e animes), direitos autorais (Avex Music Publishing), gerenciamento de carreiras de artistas (Avex Management Inc.) e desportistas (Avex Sports Inc.), além de empresas mantidas em Taiwan (Avex Taiwan), Cingapura e Shanghai. Em sistema de parceria, Avex e YG formaram YGEX Entertainment em 2011 para promoção de contratados da empresa sul-coreana em shows no Japão.

A academia de *trainees* da Avex inaugurada em 2001, segundo o discurso do CEO Masato Matsuura, é um espaço para atender à constante demanda por renovação no mercado de entretenimento. A criação de escolas de formação de novos talentos é recorrente entre as produtoras para encontrar “recursos humanos” para seus projetos artísticos, principalmente para a formação de *trainees*. Essa academia de cursos é organizada nos eixos “Vocal” e “Dança” para preparação artística em Tóquio, com unidades em Osaka, Nagoya e Fukuoka. Além de treinamento de novos talentos e suporte para distribuição de fonogramas, Avex também é promotora de eventos. Desde 2002, com edições realizadas em diversas cidades japonesas, o principal evento organizado pelo conglomerado para divulgação de artistas de J-Pop e de K-Pop é o A-Nation, cujo slogan remete à integração do mercado asiático de entretenimento: “artists and audiences all across Asia”. Em 2015, o evento foi realizado em Shibuya, Tóquio e Osaka.

Os processos atrelados à globalização permitem a criação de novas “comunidades imaginadas” e envolvem fluxos de diferentes tipos: de pessoas (turistas, migrantes), de produtos tecnológicos, de finanças e imagens midiáticas (APPADURAI, 1990). A circulação internacional de bandas como *BACK-ON*, da gravadora japonesa Cutting Edge, somente pode ser compreendida a partir da interface entre produção musical e outros nichos do mercado de entretenimento com entradas em trilhas de animes e jogos eletrônicos, em feiras e convenções de “cultura nerd” ou “geek”. O quarteto é formado por um MC, dois guitarristas e um baixista, todos nascidos em 1984 no Japão: Teeda, Shu, Kenji⁰³ e Gori.

A banda *BACK-ON* situa-se em um lugar privilegiado do mercado de entretenimento japonês. A principal forma de divulgação de *singles* dessa banda é o lançamento em trilhas sonoras de *animes*. Entre 2002 e 2015, *BACK-ON* lançou quatro álbuns completos, 13 *singles* e cerca de duas dezenas de músicas em trilhas sonoras de animes e temas de abertura de games. Podem ser citados dois exemplos: a) o *single* “With you”, lançado em fevereiro de 2011 e

gravado com a participação de Me (pseudônimo da cantora Koda Misono), foi inserido como tema de abertura do game “Tales of the World Radiant Mythology”, desenvolvido pela Alfa System; b) em 2014 foi lançado o *single* “wimp”, com participação de Lil’ Fang, membro do quinteto feminino FAKY de J-Pop, grupo também gerenciado pela Avex. Esse *single* serviu como tema de abertura de 10 capítulos da série de animes “Gundam Build Fighters”, lançada em 2013.

Assim são tecidas algumas redes que ligam a produção musical de bandas japonesas às trilhas sonoras de jogos eletrônicos e *animes*. Mas tal circulação não se restringe às animações japonesas: foi inserida na trilha sonora do longa-metragem de animação “Detona Ralph” (“Wreck-It Ralph”), produção dos estúdios Walt Disney de 2012, a música “Sugar Rush” de AKB48. Esse grupo japonês foi criado por Yasushi Akimoto após audições em 2005; o nome faz referência à quantidade de integrantes da primeira geração – 48 cantoras – e à região de Akihabara em Tóquio, onde fica localizado o teatro com apresentações quase diárias de AKB48. Todas as 138 integrantes que em 2015 compuseram os cinco times desse grupo feminino¹⁴ nasceram entre 1988 e 2002. A AKS Co., empresa de Akimoto, insere-se no mercado de gerenciamento de operações em estúdios, planejamento e seleção de elenco para programas televisivos e musicais, produção de filmes, promoção de eventos, e, segundo os dados fornecidos no site oficial, também atua com importação e exportação de “music video software”, direitos de uso de marcas (*trademark rights*) e de propriedade intelectual. AKB48 é provavelmente o maior sucesso comercial entre congêneres japoneses assim como *Girls’ Generation* é o principal *girl group* sul-coreano em termos de vendas e divulgação de *hits*. De 2006 a 2015, foram lançados mais de 40 *singles* por AKB48; “*Bokutachi wa Tatakawanai*”, o 40º *single*,

14 Atualmente, a banda possui cinco times com integrantes, cada qual com sua agenda de espetáculos: time A, representado na cor rosa com 24 integrantes; K, na cor verde com 21 integrantes; B, na cor azul com 23 integrantes; time 4, na cor amarela com 23 integrantes; e, por fim, time 8, na cor cinza também com 47 integrantes.

foi inserido no álbum de aniversário de 10 anos e, de acordo com o ranking da Oricon Inc., vendeu mais de 1 milhão e 400 mil cópias no primeiro dia de divulgação.

Embora dedique maior espaço neste texto às estratégias de empresas sul-coreanas, reafirmo que a tendência de aglutinação do mercado de música ao mercado de entretenimento é uma tendência global que envolve diferentes mercados como o japonês, exemplificado pelas bandas *AKB48* e *BACK-ON*. *AKB48* permanece como marca do mercado da música apesar das sucessivas trocas de gerações de integrantes. Os processos de seleção de novos membros são realizados por audições (algumas retransmitidas em canais no Youtube) ou por *reality shows* musicais. Esse formato de banda foi franqueado para outros mercados da música e não mais se restringe ao grupo que se apresenta no teatro em Tóquio. Em Nagoya, Yasushi Akimoto formou a *SKE48* em 2008, uma banda congênere de *AKB48* que ocupa um teatro no shopping Sunshine Sakae. Desde o lançamento de *SKE48*, cuja gravadora é do grupo Avex, surgiram *NMB48* de Namba (Osaka) em 2010, *HKT48* de Fukuoka em 2011, *NGT48* de Nigata em 2015. Fora do Japão, há formatos semelhantes produzidos em Jacarta (*JKT48*) e em Shanghai (*SNH48*).

As audições para seleção de *trainees* foram dotadas de caráter “global” por produtoras sul-coreanas como S.M. Entertainment, empresa fundada em Seul pelo cantor e produtor musical Lee Soo-man em 1995. S.M. é responsável por algumas das principais bandas de K-Pop como *Super Junior*, *SHINee*, *EXO*, *Girls’ Generation*, *f(x)* e *Red Velvet*, além de subunidades como *TTS*, *EXO-K*, com músicas cantadas em coreano, e *EXO-M*, em mandarim. As etapas da S.M. Entertainment Global Audition servem para “descobrir” novos talentos e em 2015 ocorreram em nove países: Coreia do Sul, China, Tailândia, Indonésia, Cingapura, Rússia, Cazaquistão, Mongólia e Canadá. Nascida em Los Angeles e com origem familiar taiwanesa, a integrante Amber do grupo multinacional *f(x)*¹⁵, por exemplo, foi selecionada

15 Nos *releases* de grupos como *f(x)*, banda formada pela S.M. em 2009 cujas empresas parceiras para divulgação de fonogramas fora da Coreia são a Avex Trax

para integrar a equipe de *trainees* da S.M. após as audições de 2008 nos Estados Unidos.

Funcionando tal qual uma holding de entretenimento, com o slogan “The future of culture technology”, a empresa atua em diferentes frentes com suas subsidiárias: desde 1999 o selo S.M. Town é responsável pelo lançamento de álbuns e por organizar turnês de K-Pop, a S.M. Academy (2003 a 2013) foi o centro de preparação de *trainees*, Galaxia S.M. é braço empresarial responsável pelo marketing esportivo, S.M. Culture & Contents gerencia carreiras e produz programação televisiva, entre outras empresas ligadas ao grupo com atuação em vários setores. No que concerne às estratégias de expansão para além das fronteiras sul-coreanas, S.M. possui escritórios no Japão e as carreiras de alguns de seus contratados japoneses assim como as turnês das bandas de K-Pop são gerenciadas pela “J-Pop Zone”. Os elencos de artistas de variadas nacionalidades ingressam em bandas de K-Pop, apresentam programas de televisão e participam de eventos musicais ao redor do mundo como o Music Bank World Tour e S.M. World Tour.

Girls' Generation e outras bandas vinculadas à companhia circularam em diferentes países de 2010 a 2011 durante a S.M. World Tour. Nessa turnê foram realizadas 11 apresentações que se iniciaram em Seoul, passando por Los Angeles, Shanghai, Tóquio e Paris, até um evento no Madison Square Garden em outubro de 2011. Esse show levou aos Estados Unidos “solo stars” como BoA e Kangta, “girl groups” como *f(x)*, “male groups” como *SHINee* e *Super Junior*, e foi promovido antes do lançamento do primeiro *single* de *Girls' Generation* cantado em inglês nos Estados Unidos: “The Boys”¹⁶, faixa do álbum

e a Avex Taiwan, fica evidente a busca pela criação de bandas multinacionais. Com duas integrantes americanas, uma sul-coreana e uma chinesa, o release indica a pretensão de assumir a liderança de *f(x)* entre grupos asiáticos de *dance pop*. A banda masculina *Cross Gene*, da empresa Amuse Korea – subsidiária da japonesa Amuse Inc. –, é definida como “Asian Global Group”. Formada em 2012, *Cross Gene* tem os sul-coreanos Shin, Sangmin, Yongseok e Seyoung, além do chinês Casper e do japonês Takuya como integrantes.

16 K-Pop Hits Madison Square Garden at SMTown Live. *Billboard*, 24 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.billboard.com/articles/news/465545/k-pop-hits-madison-square-garden-at-smtown-live>. Acesso em: 19/12/2015.

homônimo. O *girl group* *Girls' Generation* (GG ou SNSD)¹⁷ debutou pela S.M. Entertainment em 2007, com nove integrantes na formação original. A banda lançou álbuns em coreano e em japonês e participou de turnês em ambos os países desde o seu lançamento. Em 2011, a versão coreana do *single* “The Boys” foi sucedida da cantada em inglês (gravada em 2012 e apresentada em programas televisivos nos Estados Unidos como “David Letterman Show”) e em japonês (versão fora da discografia). O grupo acumula desde 2007 premiações e discos de ouro em vários países da Ásia e já realizou apresentações em turnês japonesas e “Music Bank World Tour in Paris” (2012), edições do “S.M Town World Tour”, “Girls' Generation Tour” (que percorreu, entre 2011 e 2012, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong e Tailândia), “Girls' Generation World Tour Girls & Peace” (entre 2013 e 2014, em todos os lugares onde houve show de “Girls' Generation Tour” e Macau). Em agosto de 2015, conforme noticiado pela Billboard, *Girls' Generation* foi uma das bandas convidadas para a primeira edição do KCON fora da Califórnia, realizada no estado de Nova Jersey¹⁸.

Para facilitar a renovação dos sucessos e das bandas na lista de mais tocadas, o formato minialbum (EP) substitui, por muitas vezes, o lançamento de CDs completos e DVDs para veiculação de *singles*.

17 Quando *Girls' Generation* lançou seu primeiro minialbum em 2009, com o *hit* “Gee”, suas integrantes estavam com idades entre 18 e 20 anos (todas nasceram no período entre 1989 e 1991). Da formação original, Yuri, Sooyoung, Yoona, Hyoyeon, Taeyeon e Seohyun nasceram na Coreia do Sul, Tiffany, Sunny e Jessica (ex-integrante que deixou o grupo em 2014) nasceram na Califórnia, nos Estados Unidos. Por meio de seu ranqueamento, MelOn definiu “Gee” como canção da década de 2000. Essa música deixou *Girls' Generation* nove semanas na liderança do “Music Bank”, até então o recorde do principal programa de K-Pop da Coreia do Sul. Em 2010, a S.M. promoveu a gravação do *single* “Gee” em japonês, com um clipe específico para a nova versão. No mesmo ano, *Girls' Generation* já havia estreado no Japão com o *single* “Genie”, com versão original em japonês e incluído no EP homônimo lançado pela Universal Music Japan.

18 “Girls' Generation is First Act Confirmed for KCON New York: Exclusive”. *Billboard*, 21 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.billboard.com/articles/columns/k-town/6575611/girls-generation-kcon-new-york-2015-exclusive>. Acesso em: 19/12/2015. O festival de música KCON, organizado desde 2012 em parceria entre Mnet Media e CJ E&M, originalmente era dedicado a divulgar K-Pop nos Estados Unidos. Entre 2015 e 2016, edições foram realizadas nos Emirados Árabes Unidos, na França, no Japão e na Coreia do Sul.

Em 2007 foi lançado o primeiro álbum de *Girls' Generation*, a seguir vieram os EPs “Gee” (2009) e “Genie (2010)” e os álbuns “The Boys” (2011) e “I Got a Boy” (2013). A promoção de todos os *singles* do grupo foi marcada pela peregrinação da banda aos programas de música “Music Bank”, “M! Countdown” e congêneres.

Como principal atividade da banda em 2013, o álbum de estúdio “I Got a Boy” foi lançado com 10 faixas e com 10 opções diferentes de encarte (um para cada integrante, além de uma versão com fotos de todas). Na crítica assinada por Jeff Benjamin na *Billboard*, é ressaltada a inusitada profusão de misturas de estilos, de “cinco sons completamente diferentes”, que compõem a faixa-título do álbum. Esse colunista especializado em K-Pop define a mistura como ponto alto de “I Got a Boy”, pois, com refinamento ou polimento do K-Pop, a faixa combina elementos da visionária *Electronic dance music* (EDM), do clássico e moderno *Rhythm & Blues* (R&B) e da *new wave* da década de 1980¹⁹. Nas tabelas da *Billboard*, o álbum ficou em primeiro lugar como World Album (em 2012 “The Boys” havia figurado em segundo lugar na mesma seção), estreou em segundo no ranking *Heatseekers Album* e conquistou o primeiro no ranking *K-Pop Hot 100*. Lançado nos primeiros dias do ano, em 25 de janeiro de 2013 *Girls' Generation* apresentou pela primeira vez “I Got a Boy” no *Music Bank* da emissora KBS²⁰.

Entre as muitas atividades musicais e publicitárias, foi formado pela S.M. o subgrupo *TTS*, com três integrantes (Taeyeon, Tiffany e Seohyun) de *Girls' Generation*. Assim as empresas de entretenimento ampliam a área de atuação com diferentes “produtos” vendidos para um mercado que demanda constantemente novidades musicais. Não

19 “Girls' Generation, ‘I Got A Boy’: Track-By-Track Review”. *Billboard*, 4 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.billboard.com/articles/review/1481602/girls-generation-i-got-a-boy-track-by-track-review>. Acesso em: 31/03/2015.

20 Também em 2013, após votação do público, “I Got a Boy” foi escolhido como vídeo do ano no prêmio YTMA do YouTube (cerimônia realizada em Nova Iorque com patrocínio da montadora sul-coreana KIA), além de liderar por algumas semanas o ranking do *Music Bank*. No mesmo ano foi disponibilizada uma versão iTunes LP de “I Got a Boy”.

apenas as grandes companhias do segmento, como S.M. e YG, utilizam o expediente de promover subunidades de seus principais grupos, pois experiência semelhante ocorreu na Chrome Entertainment. Essa produtora foi fundada em 2012 e seu primeiro projeto resultou na formação do quinteto *Crayon Pop*²¹. Em quatro anos de atividade (2012 a 2015), Chrome lançou alguns álbuns da banda: “Crayon Pop 1st Mini Album” (2012), “The Street Go Disco” (2013), álbum japonês “Pop! Pop! Pop!” (2014) e “2nd Mini Album FM” (2015), além de um EP da subunidade Strawberry Milk formado pelas gêmeas ChoA e Way, intitulado “The 1st Mini Album” (2014). Soyul, no início de 2015, foi lançada como cantora solo com o *single* “Y-Shirt”.

A sucessão de *singles* teve início com a divulgação simultânea da estreia (conhecido no mercado sul-coreano como “debut”) da banda na Coreia do Sul e no Japão com “Bing Bing”. Ainda em 2012, foi lançado o videoclipe do *single* “Saturday Night”, com promoção do EP de estreia (“Crayon Pop 1st Mini Album”) e participação em programas de TV. No primeiro semestre de 2013, o grupo alcançou um sucesso viral na internet com “Bar Bar Bar”, o quarto *single* de *Crayon Pop*. No mesmo ano a banda apresentou seu primeiro show completo para fãs na Coreia do Sul, promovido com apoio da MBC: “1st Popcon in Seoul”. Até então quatro *singles* já haviam sido lançados: “Bing Bing”, “Dancing Queen”, “Saturday Night” e “Bar Bar Bar”. A segunda edição seguinte desse formato de show ocorreu em Tóquio.

As principais formas de divulgação mobilizadas pela Chrome, assim como pelas demais produtoras sem muito espaço assegurado na programação televisiva sul-coreana, estão relacionadas à produção de conteúdo na Internet. Dessa forma, a Chrome cobriu as turnês na Austrália, em Hong Kong, na China e nos Estados Unidos, a rotina de apresentações e a preparação (física, musical

21 *Crayon Pop* contava na formação original em 2012 com ChoA, Way, Ellin, Geummi e Soyul, todas nascidas na Coreia do Sul entre 1988 e 1991. A gravadora e produtora Chrome formada em 2012 teve como projeto inaugural a banda *Crayon Pop*, posteriormente foram agenciadas *Bob Girls*, a *boy band K-MUCH*, o cantor Her Ming Young e a dupla Zan Zan.

e coreográfica das artistas) na série “Crayon Pop TV”, exibida pelo canal oficial da produtora no YouTube²². Devido ao repentino e inesperado sucesso de “Bar Bar Bar”, dois “reality shows” foram produzidos pela MBC com integrantes da banda (“Fun Tour” e “Colorful Growth Diary”) assim como houve participação do quinteto em programas de variedades.

Desde 2013, após o sucesso do videoclipe de “Bar Bar Bar”, a Chrome Entertainment estabeleceu parcerias com a Sony Music (com escritório em Hong Kong) para divulgação e distribuição de fonogramas. Nas etapas da turnê “ArtRave: The Artpop Ball” de Lady Gaga nos Estados Unidos e no Canadá, *Crayon Pop* e a banda japonesa *Babymetal* foram os grupos convidados para os shows de abertura²³. No mesmo ano de lançamento da versão original do videoclipe “Bar Bar Bar”, a Chrome produziu uma “versão global”, vinculada à plataforma *vevo* e as integrantes de Crayon Pop foram entrevistadas para o primeiro vídeo da série “The Three Colors of Korea”²⁴, um programa que resumia imagens vendidas sobre a Coreia do Sul.

22 A imagem pública da banda sempre está associada a causas sociais (embaixadoras do mês de prevenção do consumo do álcool, do Exército da Salvação e da Associação de Escoteiros da Coreia), esportivas (embaixadoras da Liga de Futebol, participação na abertura de jogos do time de beisebol Nexen Heroes) e ao Exército da Coreia do Sul (*Crayon Pop* foi considerada “1st Republic of Korea Army Ambassador”).

23 A turnê “ArtRave: The Artpop Ball”, do terceiro álbum de Lady Gaga intitulado “ArtPop”, percorreu cinco continentes entre maio e novembro de 2014. O álbum teve o lançamento mundial marcado para 6 de novembro de 2013 no Japão. Somente cinco dias depois o álbum foi lançado oficialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido. Nos três países, alcançou o topo das paradas, sendo condecorado com discos de ouro nos Estados Unidos e no Reino Unido e de platina no Japão com todas as faixas cantadas em inglês.

24 O episódio de estreia da série de vídeos “The Three Colors of Korea”, transmitida pelo canal do Youtube da KBS World, foi apresentado em inglês por Tia, integrante da *girl band Chocolat*. Antes de anunciar a entrevista com as integrantes da banda *Crayon Pop*, Tia ciceroneia os espectadores pela “Star Avenue” com imagens dos “Idols” de K-Pop. Na narrativa do programa, não há distância nem contradição entre Pansori, K-Pop e “traditional food”, todos enquadrados como elementos que formam o painel cultural da tradição e da modernidade da Coreia do Sul no século XXI.

Formas de circulação de produtos culturais

A música pop, entendida como produção cultural que envolve artistas jovens para jovens consumidores de música, sofre ressignificação, tradução e transliteração quando situada fora das fronteiras da anglofonia. Na Indonésia, dois portais divulgam notícias a respeito de artistas de K-Pop: KPOPONESIA (com notícias em inglês e slogan “kpop event portal in Indonesia & other southeast asian countries”) e KoreanIndo (em Bahasa Indonesia com o slogan “Korean Waves in Indonesia”)²⁵. Assim como na Indonésia, há sites específicos produzidos nos Estados Unidos para fãs de música pop coreana como os portais All K-Pop e KPop Starz, fundados respectivamente em 2007 e 2011. Como globalização não é sinônimo de homogeneização, nem todos precisam falar inglês para circular como “pop”. A revista impressa “Asia World” publica em espanhol as notícias das celebridades de K-Pop para fãs peruanos. Há, no entanto, circuitos específicos nos quais é preciso, apesar da variação de gradação no domínio do idioma e de formas de falar, adotar registros linguísticos para lançamento de álbuns destinados a determinadas comunidades idiomáticas. Os *singles* de várias bandas sul-coreanas são versionados para o japonês quando as agências de entretenimento sul-coreanas pretendem alcançar êxito no terceiro maior mercado fonográfico do mundo.

A crescente presença de bandas e artistas de música pop coreana em feiras internacionais da indústria fonográfica²⁶ é resultado de estratégias de não limitar a “Korean Wave” ao Sudeste Asiático e à Austrália. Desde 2013, a feira SXSW em Austin (Texas) insere em sua programação K-Pop Night Out at SXSW (KPNO), com promoção do órgão Korea Creative Content Agency (KOCCA) subordinado ao Ministério de Cultura, Esportes e Turismo da Coreia do Sul e apoiado pelo Korea

25 Disponível em “kpopnesia.com” e “koreanindo.net”. Acesso em: 19/12/2015.

26 O circuito das feiras de música como MIDEM e SXSW envolve negociações entre *majors* e *indies* para “vender” músicas-produtos, promover acordos sobre direitos autorais, definir contratos de shows e divulgar novos lançamentos (NICOLAU NETTO, 2009).

Eximbank, agência oficial de crédito para o comércio internacional. De acordo com dados da KOCCA, referentes a 2012, entre todos os setores das indústrias criativas – abarcando cinema, animação, publicações, entre setores relacionados ao design e ao marketing –, música era o terceiro setor a empregar mais mão-de-obra (atrás de games e setor de imprensa) e com o maior número de empresas envolvidas com o processo de produção musical²⁷.

No segundo semestre de 2013, Google Plus e YouTube promoveram a série de programas exibidos em canais de vídeo com o título “Beyond K-Pop Live Concert Series”. No MIDEM em janeiro de 2013, o executivo Jasper Donat da Music Matters, em mesa redonda formada com Clayton Jin, diretor da Billboard South Korea, Johnny Noh, fundador do portal de notícias AllKPop.com, e Anthony Zameczkowski, diretor da seção de música do YouTube Asia Pacific, avaliou estratégias de inserção global após o sucesso do videoclipe “Gangnam Style” de Psy. Além de definir K-Pop como o mais “explosivo setor dos negócios de música na atualidade”, para Donat a “chave para o sucesso” é “destrancar as portas” para o avanço das companhias coreanas²⁸. A mesma edição do MIDEM foi marcada pela primeira edição do K-Pop Night Out, organizado pela KOCCA no Pavilhão Coreano da feira²⁹.

27 As estatísticas oficiais indicam o número de 78.402 pessoas empregadas nas empresas ligadas à produção musical em 2012, ano de crescimento de 11,3% das vendas em relação a 2008. Na comparação entre esses dois períodos, as exportações passaram de pouco mais de 16 milhões de dólares para mais de 235 milhões. Disponível em: <http://eng.kocca.kr/en/contents.do?menuNo=201450>. Acesso em: 31/03/2015.

28 KPop goes global at Midem with Music Matters. Disponível em: <http://www.midem.com/en/the-event/overview/news/midem-news-k-pop-goes-global-music-matters/>. Acesso: 31/03/2015.

29 Music Matters organiza, desde 2012, o evento K-Pop Night Out em Cingapura. A empresa All Matters dedica-se à “mídia e o futuro do entretenimento na Ásia”, conforme informado pelo *release*, com atuação nas áreas de organização de eventos como o YouTube FanFest em Cingapura, gerenciamento de marcas e promoção de conferências sobre meios digitais, música e esportes. Drunken Tiger and “T” featuring Bizzy to dazzle the stage of midem festival in Cannes! Disponível: 03/01/2013. Acesso em: 31/03/2015. Link: <http://www.midem.com/en/the-event/overview/news/midem-news-k-pop-korean-pavillon-at-midem/>.

Em três edições consecutivas, SXSW recebeu, entre outros nomes da música da Coreia do Sul, *f(x)* em 2013, Hyuna em 2014 e *Crayon Pop* em 2015. A banda gerenciada pela Chrome aproveitou o show marcado fora da Coreia da Sul para apresentar a coreografia do *single* “FM” nas ruas de Austin. Na edição do Midem de 2015, além do K-Pop Night Out, foram realizadas sessões especiais de apresentação do Taiwan no “Taiwan Beats Showcase” e da China no evento “China Night by 1MORE”. Embora os quatro grupos participantes do evento K-Pop Night Out fossem definidos em seus respectivos *releases* com estilos distintos, todos foram abrigados sob o rótulo “guarda-chuva” K-Pop durante o MIDEM³⁰.

O embaralhamento provocado pelas indústrias culturais globais redefine as fronteiras das práticas musicais e cria novos padrões globais de diferenciação. Como Simon Frith (1998) advertiu, a música pop passou a ser um veículo de promoção e acesso para outros produtos, serviços e corporações. Acrescento um dado: música, mesmo quando marcada pelo gentílico, tornou-se veículo desterritorializado, sem ser necessariamente desnacionalizado, para promover consumo de bens culturais. Isso não significa dizer que anteriormente não havia aproximação entre o mercado da música e os mercados de “lazer”, basta conferir os inúmeros produtos licenciados por bandas de rock britânicas, australianas e estadunidenses como AC/DC e KISS. O apontamento que pretendo destacar é a imbricação de um mercado que não pode mais ser designado como fonográfico devido ao aumento de repertório de produtos e serviços vendidos, com *majors* e *indies* integradas em níveis globais de produção e circulação de bens do mercado de entretenimento. Afinal, vender fonogramas digitais é apenas uma das inúmeras atividades das empresas de entretenimento.

Um giro analítico foi proporcionado pela escolha do objeto: a integração não ocorre apenas nos países “centrais” da produção de bens

30 Loro's da cena de “indie music”, Coreyah, grupo de *world music* que conjuga pansori com outros gêneros, The Barbarettes, trio de cantoras que interpretam canções das décadas de 1950 e de 1960, e, por fim, Rock N Roll Radio, banda de dance rock pós-punk.

simbólicos, pois a imbricação entre mercado da música e mercado do entretenimento também pode ser analisado em polos de produção de determinados “mercados regionais” como os da Ásia. Gravadoras e produtoras situadas nesses mercados podem acionar empresas de alcance global de circulação de bens culturais como Sony quando pretendem uma ampliação das zonas de alcance de sua produção.

Os fluxos de apropriação e de circulação de bens culturais ultrapassam fronteiras, mesmo que circunscritos a circuitos específicos ou nas franjas de um mercado global. O vetor “pop” no mercado da música não pode ser resumido a um elemento de invasão ocidental, nem a padrões irradiados da cultura midiática anglofônica. No assimétrico mercado global de bens simbólicos, as disputas por ouvintes não se restringe aos padrões hegemônicos dos países “centrais”. Reduzir os *hits* do pop a meros “produtos” do mercado da música disputado pelas *majors* significa ignorar a vinculação das redes de produção simbólica no mercado de entretenimento das produtoras de alcance tido como regional (AKS, Avex, Chrome, YG e S.M. foram os exemplos deste texto) e mesmo por instâncias estatais (afinal, algumas das principais plataformas de divulgação de K-Pop fora da Coreia do Sul estão relacionadas às emissoras de televisão e a órgãos como KOCCA e Korean Culture and Information Service³¹). Para compreender a articulação da “desterritorializada” música pop (gênero apontado como vetor principal de expansão de uma produção cultural sem nacionalidade bem definida) a elementos simbólicos que permitem atribuição de gentílico, é necessário analisar quais instâncias empregam os rótulos. As empresas de entretenimento donas das marcas *AKB48* e *Girls’ Generation*, respectivamente AKS Co. e S.M. Entertainment, estão articuladas a diferentes serviços: gerenciamento de carreiras, agência de viagens, produção audiovisual para televisão e música (como as subsidiárias da S.M.) e outras atividades de entretenimento ligadas a *broadcasting* e direitos autorais (como a AKS).

31 Ultrapassaria os limites deste artigo a um mapeamento completo das redes de empresas de entretenimento do mercado sul-coreano e de instâncias do Estado, mas ressalto que esta questão, bem como a criação e o gerenciamento de *personas* artísticas conhecidas com K-Idols, serão temas debatidos em próximos trabalhos.

Conclusão

O discurso oficial de órgãos como Korean Culture and Information Service define “Korean Wave” como uma apropriação ou recriação coreana de produção estrangeira, sendo considerado, portanto, um produto de comunicação entre diferentes culturas (THE KOREAN WAVE, 2011). Não fiquemos atados a discursos governamentais nem mesmo à produção acadêmica fincada nas ideias de hibridização da cultura pop, de fluxos transnacionais ou de modos de representação de identidades nacionais. Pensar um gênero musical, sem adentrar nos debates promovidos na musicologia – procedimento pertinente, mas distante do objetivo aqui proposto –, pode ser uma forma de analisar a constituição de rótulos comerciais ou o emprego de determinadas categorias definidoras de práticas sociais (como a produção musical). Os usos de rótulos comerciais para a circulação em circuito global de bens culturais são redefinidos para segmentos específicos de produção e de recepção de bens culturais. Apesar de evitar uma crítica à bibliografia sobre K-Pop e J-Pop, fica subjacente minha recusa a analisar uma possível identidade da Coreia do Sul atrelada às bandas de K-Pop ou de padrões culturais japoneses ao J-Pop.

A categoria K-Pop foi disseminada em canais no Youtube, em aplicativos dedicados exclusivamente ao gênero e pelas produtoras e gravadoras sul-coreanas. No entanto, é interessante observar que a mais antiga revista dedicada ao mercado da música, a Billboard, editada em Nova Iorque e com escritórios em Los Angeles e Miami, também criou uma seção exclusiva com notícias de *boy bands* e *girl bands*: K-Town³². No que concerne à música japonesa, há uma tabela denominada “Japan Hot 100”, ao lado dos ranqueamentos do Reino Unido, do Canadá, da Alemanha e da França na seção “Internacional” da Billboard. Ao sintonizar o TuneIn, plataforma que integra rádios online, é possível conexão com emissoras coreanas

32 Disponível em <http://www.billboard.com/articles/columns/k-town>. Acesso em: 19/12/2015.

(Arirang, KBS FM, entre outras) ou com as dedicadas ao gênero K-Pop (KTown! K-Pop, de Saint Louis nos Estados Unidos, ou KPop Mexico, transmitida de Chihuahua).

Sem ser classificada como “tradicional” ou “folclórica”, a música pop com gentílico (K-Pop ou J-Pop) alcança ampla circulação de uma produção para além dos mercados “regionais” da Ásia. Com a pretensão de abrir janelas em um mundo globalizado, as grandes empresas de tecnologia e informação divulgam imagens da Coreia e do Japão baseadas na produção das indústrias culturais. Coexistem dois níveis integrados de circulação internacional de imagens sobre o país: a) o projeto estatal de inserção global para atração de turistas e investimentos com os megaeventos esportivos, calendário de atividades iniciado na Copa do Mundo de Futebol Masculino em 2002 e, por enquanto, postergado até os Jogos de Inverno de 2018 em PyeongChang; b) a capacidade de gravadoras e empresas de entretenimento (S.M. e YG, além de suas concorrentes de diferentes envergaduras como Starship e Chrome), emissoras de televisão (algumas com investimento e controle estatal como KBS, Arirang e MBC) e de empresas de Tecnologia e Informação (KT, CJ Group) e de bens de consumo (Hyundai, Daewoo, Samsung, SK, LG e outros conglomerados conhecidos como *Chaebol*: 재벌) estabelecerem redes com grande capilaridade internacional.

A circulação de bens simbólicos transpassa (e embaralha) fronteiras nacionais sem extinguir polos de produção, de difusão e de recepção. A apropriação e, por conseguinte, a ressignificação de certos elementos da música pop em outros contextos implicam a atribuição de novos sentidos ao material musical (letra, melodia, harmonia ou *samples*). A escolha pelo K-Pop e pelo J-Pop como objeto não decorreu de uma pretensão de lidar com o inóspito ou com um material inédito. O potencial explicativo reside na análise do processo de formação dessas categorias: enquanto no mercado fonográfico mundial houve retração da comercialização de fonogramas com suporte físico, a música se tornou um dos fortes vetores do mercado do entretenimento. A paradoxal desterritorialização do K-Pop, tendo em vista o próprio

sentido do uso do gentílico, não elimina da análise as assimetrias no mercado de bens simbólicos, pois demonstra como são construídas estratégias de “inserção” no cenário global por rádios, internet e emisoras de TV de diferentes alcances. Desterritorializado, portanto, não deve ser convertido em sinônimo de desnacionalizado. Existe uma convergência entre instâncias estatais e empresariais de reprodução de imagens e símbolos do Japão e da Coreia do Sul como espaços globalizados da inovação tecnológica, da cultura pop, da promoção de megaeventos esportivos e das empresas de inovação e pesquisa.

Referências

- APPADURAI, Arjun. (1990), “Disjuncture and Difference in the Global Culture Economy”. *Theory, Culture & Society*, Londres, Newbury Park e Nova Délhi, v.7, pp.295-310.
- CHENG, Li-Chih. (2008), *The Korea Brand: The Cultural Dimension of South Korea’s Branding Project in 2008*. SAIS U.S.-Korea Yearbook 2008. Baltimore: Johns Hopkins University.
- DIAS, Marcia Tosta. (2000), *Os Donos da Voz. Indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo: Boitempo Editorial/FAPESP.
- FRITH, Simon. (1998), *Performing Rites: On the Value of Popular Music*. Cambridge/Massachusetts: Havard University Press.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF THE PHONOGRAPHIC INDUSTRY. (2014), *IFPI Digital Musical Report 2014: Lighting Up New Markets*. Disponível em: <http://www.ifpi.org/downloads/Digital-Music-Report-2014.pdf>. Acesso em: 19/12/2015.
- LASH, Scott, URRY, John. (1994), *Economies of Signs and Space*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications.
- LIE, John. (2012), “What is the K in K-pop? South Korean Popular Music, the Culture Industry, and National Identity”. *Korea Observer*, v.43, n.3, pp. 339-363.
- MUSIQUE EN JEU. (1971), “Dossier: la pop music”, n°2, Éditions du Seuil, Paris.
- NICOLAU NETTO, Michel. (2009), *Música brasileira e identidade nacional na mundialização*. São Paulo: FAPESP: Annablume.
- NIPPON. (2010), “Japan, Global Headquarters of Manga”, n.4, março.

ORTIZ, Renato. (2007), *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

SASSEN, Saskia. (2007), *A Sociology of Globalization*. Nova Iorque e Londres: W. W. Norton & Company.

THE KOREAN WAVE: A NEW POP CULTURE PHENOMENON. (2011), Contemporary Korea nº1. Seoul: Korean Culture and Information Service, Ministry of Culture, Sports and Tourism.

A racionalização das práticas musicais: a regência de orquestra*

Neylson J. B. F. Crepalde**

RESUMO

Este artigo parte da análise de Max Weber da racionalização da música, que parece culminar no que é conhecido pelos músicos como temperamento, e avança abordando o desenvolvimento da moderna técnica de regência de orquestra, além de seus principais elementos como manifestações do processo de racionalização nessas práticas musicais específicas. Para tanto, foram analisados três vídeos de maestros distintos interpretando o primeiro movimento da Sinfonia no. 5 de Beethoven. A análise consistiu na comparação entre os gestos escolhidos e as respostas sonoras obtidas entre os três maestros. Procura-se mostrar que os três elementos passaram pelo processo de racionalização mas em níveis distintos. A mão direita possui o nível mais alto de racionalização enquanto a mão esquerda e a expressão facial-corporal possuem níveis respectivamente mais baixos de racionalização.

Palavras-chave: Max Weber; sociologia da música; racionalização.

* Agradeço ao Dr. Renan Springer de Freitas pela paciente e generosa orientação de minha dissertação de mestrado da qual originou-se este trabalho.

** Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduado em Regência pela Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA. Foi professor substituto da Universidade Federal de Minas Gerais e é coordenador de curso no Instituto Metodista Izabela Hendrix (MG). Membro do GIARS (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais).

ABSTRACT

THE RATIONALIZATION OF THE MUSICAL PRACTICES: THE ORCHESTRAL CONDUCTING

This paper departs from the analysis by Max Weber of the rationalization of music which seems to culminate in what is known by musicians as temperament. It advances approaching the development of modern orchestral conducting technique and its main elements as manifestations of the rationalization process in these specific musical practices. To do so, three videos of different conductors interpreting the first movement of Beethoven's symphony no. 5 were analyzed. The analysis consisted of comparison between the chosen gestures and the sound responses obtained by the conductors. I intend to show that all three elements went through the rationalization process but in different levels. The right hand has the highest level of rationalization while the left hand and the facial-corporal expression have respectively lower levels of rationalization.

Keywords: Max Weber; music sociology; rationalization.

“Reger é tomar decisões”

Oswaldo Ferreira

Introdução – A racionalização da música e o temperamento

Sabemos desde a publicação de “Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música” de Max Weber que o mundo ocidental testemunhou um processo peculiar de racionalização da música. Em linhas gerais, Weber descreveu esse processo já em sua “Observação Preliminar” de seus “Ensaio reunidos de Sociologia da Religião”¹. Ele o fez nos seguintes termos:

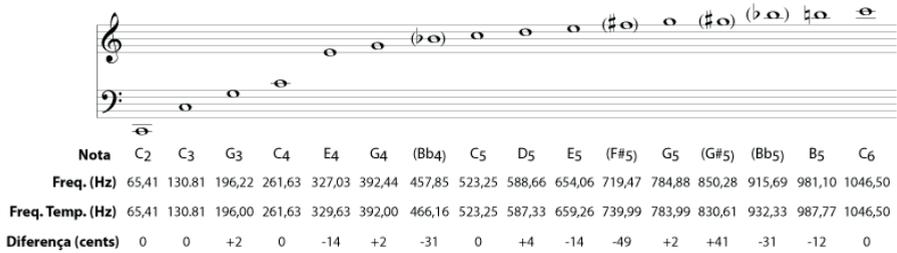
A música polifônica de diversos tipos era amplamente distribuída sobre o planeta. Diversos instrumentos tocando em con-

1 Publicado no Brasil como “Introdução do Autor” na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

junto, assim como o canto polifônico [polivocal], existiram em toda parte. Todos os nossos intervalos racionais de tons eram conhecidos e calculados [em outras partes]. Mas a música de harmonia racional – tanto o contraponto quanto a harmonia –, a formação do tom básico [tônica] sobre três tríades com o terceiro harmônico [terça]; nossa [escala] cromática e enarmônica, não interpretadas em termos de espaço [distância] mas, desde o Renascimento, em termos de harmonia; nossa orquestra, com seu núcleo de quarteto de cordas e a organização do conjunto de sopros; nosso acompanhamento de graves [baixo-contínuo]; nosso sistema de notação, que tornou possível a composição e o moderno trabalho musical [obra musical] e, pois, a sua própria sobrevivência; nossas sonatas, sinfonias, óperas e, finalmente, nossos instrumentos fundamentais que são expressão daquelas: o órgão, o piano, o violino, etc. – todas essas coisas são conhecidas apenas no Ocidente embora a música descritiva, a poesia tonal, as alterações de tonalidade e cromáticas tenham existido como meios de expressão de várias tradições musicais. (WEBER, 2012a, p. 24)

O ponto culminante desse processo foi o surgimento do que é conhecido entre os músicos como *temperamento*. Toda a escala, todas as notas com as quais se faz música no ocidente, são obtidas através da “série harmônica”, uma série de sons quase inaudíveis que compõem o espectro sonoro de qualquer nota que soe no espaço (WISNIK, 1989). A série harmônica, num espaço de várias oitavas, gera as notas que compõem qualquer escala. Entretanto, essas notas naturalmente geradas não possuem uma distribuição intervalar equidistante, ficando alguns comas atrás ou a frente do que o intervalo seria caso relativizado. O temperamento consiste em relativizar esses intervalos de modo que as distâncias entre as notas seja a mesma em toda a extensão melódica a ser trabalhada no processo composicional (CANDÉ, 2001), ou seja, a equalização das diferenças naturais entre semitons geradas pela série harmônica em doze sons de igual distância (cf. Figura 1).

Figura 1 – A Série Harmônica



Fonte: <<http://www.ime.usp.br/~kon/MAC5900/aulas/Aula2.html>>. Acesso em 13/10/2016.

Na Figura 1 podemos perceber como algumas notas assumem grande diferença entre sua versão natural e temperada. O si bemol (7^a nota da série) temperado, por exemplo, possui uma diferença de aprox. 9 Hz em relação à nota gerada naturalmente. O fá sustenido (11^a nota) possui uma diferença de aprox. 20 Hz. A equalização foi crucial para o desenvolvimento da música moderna ocidental uma vez que permitiu novas experiências harmônicas bem como a execução consecutiva de peças em tonalidades harmonicamente distantes. Antes do temperamento, tocar num instrumento não temperado quaisquer músicas em tons diferentes era absolutamente inviável. A partir dele a execução de obras como *Das wohltemperierte Klavier*, ou “O Cravo Bem-Temperado” de Johann Sebastian Bach, contendo vinte e quatro prelúdios e fugas, um em cada tom maior e menor, de uma só vez, tornou-se possível (TARUSKIN, 2009). Além disso, o temperamento permitiu a complexificação harmônica da escrita musical através da enarmonia, ou seja, considerar notas como Dó sustenido e Ré bemol equivalentes. Isso proporcionou o percurso de caminhos harmônicos que antes não eram possíveis.

Para Weber, o processo de racionalização da música vê seu ápice no temperamento. Paralelamente, o mesmo processo de racionalização ocorre nas práticas musicais, âmbito o qual Weber não estudou. Uma dessas práticas interessa-nos particularmente neste trabalho: a moderna técnica de regência. Nesse sentido, neste trabalho discute-se um aspecto da racionalização da música que Weber não tratou, qual seja, o desenvolvimento da técnica de regência.

Contudo, é preciso considerar que, como qualquer outro exemplo weberiano, a técnica de regência nunca é encontrada de fato totalmente racionalizada. Existem, como veremos, parcelas dessa prática que assumem níveis de racionalização diferentes. A parte menos racionalizada envolve um processo de escolha cuja ação resultante será contingente à interpretação do outro. Ao passo que um gesto de mão direita desenhando um padrão de compasso quaternário só pode ser interpretado dessa e de nenhuma outra forma, um gesto contínuo de mão esquerda para o lado pode ser interpretado tanto como um *crescendo* quanto como um *legato* ou ainda como uma resolução de frase. Este gesto, embora funcione sobre a mesma base racional daquele – cálculo de meios com relação a um fim específico –, assume um nível bem mais baixo de racionalização devido à sua abertura a interpretações e, por conseguinte, menor previsibilidade. Desse modo, os objetivos deste trabalho são: 1) descrever e analisar o desenvolvimento da moderna técnica de regência, explicando como essas práticas evidenciam o processo de racionalização; 2) descrever e analisar a parcela menos racionalizada da moderna técnica de regência. Começamos examinando o conceito weberiano de racionalização em maior profundidade.

Racionalização

Gabriel Cohn (2003², p. 229) ao colocar a inevitável questão “de que fala Weber, afinal, quando se refere ao processo de racionalização?” já nos responde argumentando que não se trata aqui de um autor preocupado em definir seu objeto de estudo mais do que caracterizá-lo, o que torna a questão mais difícil. Seria necessário, portanto, [re]construir o conceito a partir de suas caracterizações ao longo da obra weberiana³. Foge completamente ao escopo deste trabalho reali-

2 Esse texto foi publicado originalmente como prefácio do livro “Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música” de Weber em 1995.

3 Para uma boa história das ideias de Max Weber, ver Mata (2013). Para uma crítica específica à teoria weberiana, ver Freitas (2010).

zar tal tentativa. Interessa-me, aqui, apontar algumas bases que sustentem a definição adotada para fins de análise. Uma tentativa de definição, entretanto, é apresentada por Sell (2013, p. 10) que entende a racionalização na perspectiva weberiana “enquanto generalização e institucionalização de uma determinada forma de ação social, segundo objetivos ou pontos de vista específicos em diferentes momentos históricos, em diferentes esferas sociais e contextos culturais”.

Para Cohn (2003, p. 231) o ponto de partida reside em considerar que “a racionalização oferece as condições em que a ação racional tem como exercer-se e expandir-se”. Para Waizbort (1995, p. 28), a racionalização, tida como um processo longuíssimo, opera a separação e autonomização das esferas da vida “pois cada qual passa a se mover de acordo com sua legalidade própria”. Para esse autor, as esferas da vida autonomizadas operam separadamente prescindindo de coincidências ou concordâncias com outras esferas. São seis as esferas citadas por Weber, a saber, a *familiar*, a *econômica*, a *política*, a *estética*, a *erótica* e a *intelectual*. No caso da esfera econômica, por exemplo, a racionalização é manifestada no cálculo do capital em dinheiro “junto da organização racional da empresa, com a sua separação entre casa e empresa e a contabilidade racional que lhe é própria” (WAIZBORT, 1995, p. 33). No âmbito político, para citar outro exemplo, o Estado racional, “o único em que pode florescer o capitalismo moderno”, do mesmo modo “descansa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional” e previsível sem o qual o capitalismo não pode operar (WEBER, 2012b, p. 518). O Estado racional caracteriza-se, portanto, pela administração racional-burocrática sob a forma de um corpo de funcionários especializados, tem como base um sistema fiscal centralizado, dispõe de um poder militar de condução centralizada e monopoliza a legislação e a coação física legítima (HABERMAS, 2012).

No caso específico da música, é preciso considerar reflexões de Weber a respeito tanto da racionalização estética da arte quanto da técnica. A arte autônoma, como manifestação da racionalização cultural, desenvolve uma legitimidade própria que “se concentra muito

mais sobre os efeitos que uma apreensão consciente de valores estéticos próprios ocasiona sobre o domínio do material, ou seja, nas técnicas de produção artística” (HABERMAS, 2012, p. 293-4).

Weber define a técnica de uma ação como “a *suma* dos meios nela empregados, em *oposição* ao sentido ou fim pelo qual, em última instância, se orienta (*in concreto*)” (WEBER, 2012c, p. 38). A técnica racional, portanto, está orientada pela experiência e pela reflexão e é uma aplicação de meios consciente e planejada em que seu grau máximo de racionalização encontra-se na aplicação do pensamento científico (*ibid.*). Existe, portanto, uma técnica para cada ação em cada âmbito social, dentre elas, uma técnica musical, uma técnica instrumental ou, neste caso, uma técnica de regência. Sell (2011) aponta que técnica não é sinônimo de racionalidade embora seja a ela fortemente associada.

Passemos agora à análise da técnica de regência.

A técnica de regência

O desenvolvimento da técnica de regência parece, em seu desenvolvimento, caminhar em direção a um nível cada vez maior de calculabilidade da eficiência dos processos. Comumente, a técnica gestual do maestro é construída com diferentes funções para a mão direita e a mão esquerda. A isso chamamos de “regência não-paralela” (em oposição à “regência paralela” ou “espelhada” onde ambas as mãos executam os mesmos movimentos). Na regência não paralela, a mão direita geralmente fica responsável pela manutenção do *tempo* e pela marcação dos *padrões de compasso* da música enquanto a mão esquerda fica responsável pelos gestos *expressivos*, mostrar dinâmicas, diferentes articulações, dar entradas aos músicos ou moldar a sonoridade que deseja.

É consensual na área da regência de orquestra que a construção da comunicação gestual divide-se em duas etapas: a apreensão do código musical e sua transmissão por meio de gestos escolhidos de acordo com esse código. O “ideal da boa regência” seria a escolha daqueles

gestos únicos, corretos, que traduzam sem dúvida ou ambiguidade as intenções musicais pretendidas pelo maestro. Acredita-se, portanto, numa correspondência de um para um entre o gesto escolhido e o resultado sonoro obtido. Essa crença é adquirida na socialização do maestro que, ao longo de sua formação acadêmica, se verá ante um verdadeiro “adestramento” onde será construído um repertório de gestos “corretos” para cada elemento musical ou de condução.

De fato, tal correspondência não existe para toda técnica. O que podemos perceber são elementos com níveis diferentes de racionalização. Os padrões de compasso, comumente executados com a mão direita, são definidos com certo consenso pelos autores da área e reconhecidos universalmente assumindo quase nenhuma variação. Se adotamos a definição de Sell (2013, p. 10) de racionalização como “generalização e institucionalização de uma determinada forma de ação social”, a mão direita parece assumir um nível alto de racionalização. O primeiro gesto dessa mão, o *levare*, o impulso para que todos comecem juntos, é absolutamente essencial para que o início seja sincronizado. Não há possibilidade de todos os músicos respirarem juntos sem um estímulo externo. Em orquestras barrocas onde não há a figura do maestro a frente da orquestra, o *levare* é executado pelo cravista com um movimento de cabeça ou pelo *spalla* com um movimento de arco.

Os gestos expressivos, por sua vez, não assumem uma padronização tão dura como os gestos de mão direita, sendo construídos a partir da apreensão da partitura a ser tocada e de forma muito mais idiossincrática. Mesmo que a escolha do gesto de mão esquerda funcione sobre a base da racionalidade, isto é, de acordo com um cálculo racional de escolha de um gesto (meio) adequado objetivando um fim específico, esse âmbito da técnica não oferece condições para a ação racional expandir-se na medida em que não é previsível. Apenas conhecendo a fórmula de compasso⁴ expressa em uma partitura é

4 Indicação inicial da partitura com relação ao compasso sobre o qual ela está escrita. Os mais comuns são compassos quaternários (de quatro tempos), ternários (de três tempos) e binários (de dois tempos).

perfeitamente possível prever qual será o gesto utilizado pelo maestro em sua mão direita, ou seja, o padrão de compasso a ser realizado. O mesmo não acontece com os gestos de mão esquerda.

Obviamente, estaríamos desfigurando a realidade se apenas essa breve explanação básica fosse tida por suficiente. De fato, a comunicação gestual é muito mais complexa havendo trocas de funções entre ambas as mãos e detalhes expressivos que escapam a um olhar não treinado. Antes de examinarmos como a mão esquerda assume uma performance gestual característica, investigaremos o surgimento da principal ferramenta do maestro.

A batuta

O grande elemento distintivo do maestro talvez seja justamente a batuta. Historicamente, a batuta surgiu como técnica de condução apenas depois dos *batteurs de mesure*, batidas no chão com um grande bastão marcando o tempo cuja figura emblemática foi o compositor Jean-Baptiste Lully no séc. XVII. Apesar da aparente obviedade, ainda é obscuro para nós o motivo pelo qual os *batteurs de mesure* se tornaram inviáveis. O fato é que a prática foi substituída pela condução silenciosa praticada, no século XVII, pelo *Konzertmeister*, o primeiro violino que tocava as passagens solo e conduzia os demais músicos na execução. Para isso, por vezes deixava de tocar e fazia movimentos com seu arco para estabelecer o tempo e as dinâmicas. Seu coadjuvante era o *Kapellmeister* o qual conduzia os músicos do cravo ou do órgão. A condução compartilhada por duas pessoas, uma ao cravo e outra ao violino, era problemática dificultando a sincronia e dividindo a atenção dos instrumentistas (LAGO, 2008).

No século XVIII com o surgimento da orquestra de Mannheim e da música sinfônica, surge a função do músico ensaiador e diretor. Johann Stamitz foi o primeiro grande diretor desse grupo. Stamitz era *Konzertmeister* e, além de estabelecer o tempo e as dinâmicas, segundo Lago (2008), conseguia obter grande refinamento interpretativo. Diversos compositores ao longo do século XVIII dirigiam os músicos

à sua disposição do cravo ou órgão. Esse era o caso de Bach, Haendel, Haydn, Mozart dentre vários outros (LAGO, 2008).

No século XIX, ainda restavam práticas de direção ruidosas como bater os pés ou golpear algum objeto. Um dos primeiros diretores a, ao invés disso, fazer uso da batuta foi Ludwig Spohr para quem a batuta triunfa como meio eficaz e preciso de condução (LAGO, 2008). Para Green (1987) a batuta moderna é “o resultado final de centenas de anos de experimentação na liderança de performances musicais em massa” e que ela “emergiu (especialmente para grupos instrumentais) como a forma mais eficiente de transmitir uma mensagem precisa para os instrumentistas” (GREEN, 1987, p. 5, tradução do autor).

Alguns maestros, entretanto, prescindem do uso do instrumento com o argumento de que “quando o gesto é inteiramente preciso, não existe necessidade de prolongamento ótico” (LAGO, 2008, p. 202). Kurt Masur, Mariss Jansons e Valery Gergiev, para citar alguns exemplos, ocasionalmente não usam a batuta mesmo conduzindo obras tecnicamente difíceis, com rítmica marcada ou obras contemporâneas. Parece haver ampla concordância em que o uso da batuta ajuda na clareza da marcação dos tempos e na inteligibilidade dos padrões de compasso. Em virtude de o gesto ficar concentrado na ponta da batuta, pode parecer existir aí maior precisão rítmica do que o uso das mãos, mesmo que o gesto seja concentrado nas pontas dos dedos ou cerrando os dedos formando assim uma pequena ponta. Contudo, é possível argumentar que a razão de a batuta ter se tornado um instrumento prescindível nos argumentos supracitados é o ponto culminante, até então, num longo processo de racionalização da técnica. A técnica parece ter se desenvolvido a tal ponto visando a calculabilidade, previsibilidade e controle da execução dos instrumentistas, que pode funcionar com alto nível de eficiência mesmo sem um instrumento complementar.

A passagem do regente da frente do cravo ou do lugar do spalla para a frente da orquestra, e a substituição do bastão dos *batteurs de mesure* pela batuta, são tidos com considerável consenso como um avanço nos meios técnicos de produção musical orquestral. A

regência do cravo se tornou inviável na medida em que as obras tornavam-se mais complexas ritmicamente e com maior número de instrumentos. É difícil imaginar uma obra como a terceira sinfonia de Beethoven, a *Sinfonia Eroica* sendo regida do cravo ou do lugar do Spalla tamanha a complexidade da peça. As sinfonias no. 5 e no. 9 do mesmo autor, aquela com sua difícil entrada em compasso acéfalo e está com seu famoso *recitativo* de cellos e contrabaixos no último movimento exigem grande domínio técnico e capacidade de comunicação gestual do regente. Se a batuta moderna é o resultado final de anos de experiência na condução de grupos instrumentais, por causa de sua precisão rítmica e maior visibilidade, mais ainda parece ser a condução que prescindir dela em virtude do alto grau de desenvolvimento técnico-gestual. Até aqui, parece estar demonstrado, portanto, parte do processo de racionalização da prática da regência na história.

Para Weber (1995) o processo de racionalização que envolve o desenvolvimento de alguns dos instrumentos modernos como o violino, o órgão e o piano, tem efeito sobre a música. O mais antigo deles, o órgão, já era usado em experiências sonoras desde a Antiguidade e passou por todas as transformações do material musical ao longo da história da música até o início do séc. XX, inclusive a *Ars Nova* no séc. XIV, que é tida por vários historiadores da música como uma das maiores revoluções estéticas no campo⁵ (BENNET, 1986; CANDÉ, 2001). O violino teve seu ponto central de racionalização, para Weber (1995), na caixa de ressonância. O piano, este sim um instrumento tipicamente moderno, coroa o desenvolvimento racional instrumental à medida que substituiu vários outros instrumentos em diversos âmbitos (WEBER, 1995). Ao mesmo tempo em que a manufatura desses instrumentos condicionava o modo como a música era criada e

5 A segunda grande revolução na história da música seria o período do Renascimento, e a terceira o movimento de quebra do sistema tonal assumindo o atonalismo e, posteriormente, o novo sistema dodecafônico, liderado por Arnold Schoenberg e seus alunos Alban Berg e Anton Webern. Esse grupo ficou conhecido como a “segunda escola de Viena”, em comparação a Haydn, Mozart e Beethoven, a “primeira escola de Viena” (BENNET, 1986; CANDÉ, 2001).

executada, a execução virtuosística, a expressão harmônica da música popular e outras demandas específicas dos músicos e instituições artísticas, ou seja, a prática, condicionavam também a manufatura dos instrumentos. Como exemplo disso, podemos apontar a grande reforma do violino empreendida por Paganini, do arco por Tartini e a transformação do cravo com sua mecânica de notas pinçadas para o piano com a mecânica do martelo, o que permitia, entre outras coisas, a execução de dinâmica⁶ que antes não era possível.

Comparando o desenvolvimento da batuta com o desenvolvimento racionalizado dos instrumentos modernos tais como estudados por Weber, percebemos que, ao mesmo tempo em que a batuta surge em resposta a uma demanda gerada em virtude da crescente complexidade das obras orquestrais, a partir da batuta, a técnica de regência sofre também modificações que culminarão nos chamados “virtuosos da batuta” do séc. XX. A partir dela, a condução incorpora gestos cada vez mais precisos e mais controlados em seu tamanho, além da padronização dos desenhos de cada compasso. Alguns gestos de mão esquerda são também padronizados e facilmente inteligíveis. Entretanto, como a mão esquerda assume uma performance muito mais livre que a mão direita, poderíamos dizer que a mão direita funciona de forma altamente racionalizada e, a mão esquerda, de forma bem menos racionalizada. A presença da batuta na mão do maestro acentuou a diferença de função entre as mãos além de concentrar a atenção do regente na ponta do instrumento antes de se tornar prescindível.

Interessante notarmos ainda outro fator que contribuiu para o processo de racionalização na técnica da regência: o surgimento de obras que desafiaram a técnica vigente. É o caso do famoso balé “A Sagração da Primavera” de *I. Stravinsky* e de algumas obras de compositores experimentalistas do séc. XX como Pierre Boulez. No primeiro caso, a complexidade rítmica é tão alta, existem tantas mudanças de compasso e tanta irregularidade no discurso musical, que o maestro se vê diante da necessidade de construir uma linha de regência al-

6 Diferentes intensidades ou volumes para cada nota.

tamente precisa usando praticamente todas as possibilidades que a técnica vigente lhe permite: um caso de virtuosismo na regência. O segundo caso extrapola as possibilidades da técnica vigente: para citar um exemplo, por vezes os compositores escrevem blocos de padrões de notas que devem ser repetidos por um período de alguns segundos indicados na partitura. Para isso, não existe técnica específica devendo o maestro, a partir da técnica vigente, elaborar ferramentas inteiramente novas para sua comunicação gestual. É possível assistir a um maestro conduzindo a obra “Éclats” de Boulez⁷, por exemplo, indicando números de figuras com as mãos. Desse modo, a prática da regência vive um processo de racionalização que se intensificou no séc. XIX com o surgimento da batuta e o conseqüente avanço da técnica e, novamente na segunda metade do séc. XX, com o experimentalismo na música da época que obrigou a prática de regência a extrapolar seus fundamentos técnicos vigentes.

Finalmente, examinemos a ação da mão esquerda.

A mão esquerda

Como vimos, há uma grande parte da moderna técnica de regência (quase sempre associada ao uso da mão esquerda) que assume um nível menor de racionalização. Nesse caso, a padronização gestual é ínfima e o maestro se vê diante de um repertório de gestos à disposição, ao mesmo tempo em que se envolve num processo de escolhas que, ainda que sejam direcionadas à obtenção de um resultado sonoro particular, são contingentes à interpretação. Os gestos da mão esquerda são escolhidos de acordo com a intenção do maestro, uma concepção prévia da obra em questão elaborada de modo a originar gestos que imprimam nos músicos a mesma ideia sem o uso verbal. Ainda que exista uma série de convenções sociais relacionadas à escolha de gestos da mão esquerda (como

7 Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=mLv0XsjhHdY> > a partir de 4:04. Acesso em 18/09/2014.

gestos de “pare”, *crescendo* ou *decrescendo*), há aqui uma liberdade muito maior do condutor para adotar as convenções, adaptá-las de acordo com sua necessidade ou simplesmente romper com elas. Há aqui uma relação de eficiência causal entre o gesto e o resultado sonoro obtido, onde gesto é o meio escolhido dentro de uma ação racional objetivando um fim específico. O gesto escolhido, entretanto, será submetido à interpretação dos músicos visto que, diferentemente da mão direita, a mão esquerda não goza da mesma padronização e, portanto, da mesma previsibilidade ou calculabilidade de seus resultados. É comum, por exemplo, ouvirmos de um maestro que, diante de uma orquestra com quem nunca trabalhou antes, se viu obrigado a mudar seu gesto em busca da sonoridade planejada.

A comunicação gestual expressiva é subjetiva, visto que para seguir as indicações do maestro os músicos interpretam seus gestos. Os significados desses gestos passam obviamente pelas convenções sociais existentes no espaço social dos músicos da orquestra, mas sua definição emerge da interação do maestro com os instrumentistas no momento da performance. Ora, a sociologia contemporânea tem caminhado nessa direção: constata-se que tanto identidades quanto definições ontológicas da vida social sobre as quais pautamos nossas ações emergem da interação entre os agentes e de suas conexões e desconexões em diversas estruturas nas quais participam, ou domínios em rede (WHITE, 2008). Infelizmente não há espaço para desenvolver este ponto aqui, o que pretendo realizar em outro trabalho.

De fato, não há semântica, não há correspondência exata entre um gesto e um elemento musical determinado. Isso implica que: a) há certa liberdade para o maestro na construção de sua comunicação gestual obedecendo a alguns critérios, b) diversos maestros podem expressar a mesma instrução interpretativa usando gestos diferentes e vice-versa, e c) os músicos podem interpretar o gestual do maestro segundo o que ele idealizou ou não.

O maestro Kenneth Kiesler em seu curso de regência declarou como máxima a ser internalizada por seus alunos: “*Every sound has*

an unique visual coefficient”⁸. O trabalho do maestro seria, então, buscar aquele único gesto que expressaria exatamente a sonoridade idealizada, guardadas as diferenças anatômicas entre cada indivíduo. Entretanto, podemos perceber que esta asserção se trata mais de uma direção pedagógica para a construção do ferramental técnico gestual a ser utilizado do que uma descrição da realidade visto que, cabe repetir, não há uma grande padronização de gestos de mão esquerda. Aqui há larga margem para interpretações de tal forma que o resultado sonoro gerado por um gesto escolhido pelo maestro se dará mais na sua interação com os músicos e na interpretação destes do que por alguma característica específica inerente ao gesto. Por causa disso, parte importante das qualidades requeridas do maestro quando se vê diante de diferentes orquestras está na sua capacidade de adaptação gestual.

Como já apontado, todo gesto do maestro é interpretado dentro de um dado contexto. Este contexto é formado, em primeiro lugar, pela partitura. Qualquer estímulo gestual será entendido como instrução sobre o modo de execução da indicação escrita na partitura. Se, em um determinado trecho, está escrito *sf* (*sforzato*), qualquer indicação gestual do maestro referir-se-á à sonoridade, ou ao ataque, ou ao caráter desse *sf*.⁹ Depois da partitura, situam-se outros elementos contextuais: as convenções sociais, a cultura dos músicos daquela orquestra e a do próprio maestro, a anatomia do regente, maneirismos gestuais do maestro titular da orquestra, etc. Embora reconheçamos que a construção dos significados de cada gesto do maestro passem por esses outros elementos contextuais, devido à sua complexidade, não nos aprofundaremos neles para os fins deste trabalho.

No momento da concepção da obra o maestro se vê diante de uma série de decisões importantes a serem tomadas relacionadas ao o tempo e o caráter, aos tipos de ataque e as possibilidades de articulação, ao equilíbrio da orquestra, a instrumentistas que têm entradas im-

8 “Todo som tem um coeficiente visual único”. (Tradução nossa. Informação oral).

9 Neste trabalho será desconsiderada a hipótese de um erro gestual. Assuma-se, para efeito de análise, que todos os gestos do maestro são intencionais e conscientes. Do contrário cairíamos numa teia contingencial intransponível.

portantes ou partes difíceis, à dinâmica (volume), à sonoridade e ao contorno expressivo das frases, por exemplo. Cada uma implica uma escolha gestual correlacionada.

Usualmente as partituras trazem no topo da primeira linha uma indicação de tempo¹⁰, caráter¹¹ e, por vezes, uma indicação metro-nômica¹². Esta é a base sobre a qual o maestro decidirá qual tempo escolherá para a peça a ser executada. A escolha do tempo está entre as mais importantes que o maestro pode fazer. Variações no tempo podem acarretar mudanças na sonoridade, na articulação utilizada pelos músicos e, inclusive, na escuta. Da perspectiva do regente, a escolha gestual do tempo está relacionada à velocidade com a qual seus braços se movem e com o tamanho do gesto. Tempo mais rápidos podem ser comunicados com gestos menores e mais rápidos. Tempos mais lentos podem ser comunicados com gestos maiores e mais lentos. O caráter é comunicado de uma forma mais complexa: exige tanto um esforço corporal (no sentido teatral) quanto no modo como os braços se movem. Um *Allegro maestoso* pode ser comunicado corporalmente com uma postura ereta, ombros para trás, olhar “ativo” ou “nobre”. Os movimentos dos braços podem ser contínuos e “sem peso” como que “flutuando”, elegante. Já um *Adagio funebre* pode ser comunicado com postura arqueada, ombros para frente, olhar baixo e um “ar de tristeza”. Os braços podem se mover de forma “pesada e difícil”¹³.

De forma similar à escolha do tempo, os tipos de ataque e articulação¹⁴ deixam alguma margem de decisão para o maestro embora sejam comumente sinalizados na partitura. No momento do ensaio e

10 E.g.: *Allegro, Adagio, Moderato, Andante, Presto*, etc.

11 E.g.: *Con brio, con anima, appassionato, funebre*, etc.

12 Trata-se da velocidade na qual a música será executada medida em “bpm” (batidas por minuto).

13 Todo este trecho tem por principal base a experiência do autor como maestro por mais de dez anos. Para algum aprofundamento na literatura sobre regência, o leitor pode consultar Rocha (2014), Muniz Neto (2003), Scherchen (1989) e Farberman (1997; 2001). Para estudos específicos sobre a construção do gestual e da interpretação do maestro, ver Roussin (2011) e Viegas (2009).

14 Ataque designa o momento em que inicia-se o som. A articulação relaciona-se à “pronúncia” das notas, à forma como elas são tocadas, por exemplo, *legato, staccato, marcato*, etc.

também nos concertos é possível que o maestro dirija a sua atenção (e também sua regência) àqueles instrumentistas que tocam as linhas melódicas que devem estar em primeiro plano. Por isso a grande maioria dos maestros começa a *Sinfonia inacabada* de Schubert virado para os cellos e contrabaixos. Ainda, o maestro pode usar gestos com a mão esquerda pedindo a alguma seção que toque com menos volume ou com mais volume de acordo com sua decisão de equilíbrio.

Uma das principais funções do regente é auxiliar os músicos ou naipes que têm entradas ou partes difíceis de serem tocadas. Desse modo, o maestro pode utilizar gestos de mão esquerda ou, até mesmo, o olhar se dirigindo a um músico específico.

Gestos destinados à obtenção de uma sonoridade específica talvez sejam a parte mais subjetiva no que diz respeito às escolhas gestuais. Há alguma dificuldade entre os maestros mesmo em verbalizar o tipo de som que querem que seja produzido pela orquestra de forma objetiva. Fala-se muito em sons “quentes”, “gordos”, “magros”, “macios”, “cheios”, “forçados”, “rasgados”, etc. A sonoridade pode ser moldada pelo maestro tanto na forma como move seus braços quanto na forma como usa sua mão esquerda mostrando posições e formas diversas com ela. É importante salientar que o uso da mão esquerda tende a ser um grande problema para jovens regentes justamente pelo fato de não terem plena consciência dos movimentos que executam com essa mão. Por vezes, eles acabam comunicando algo que, na verdade, não gostariam. É bastante comum observarmos esses jovens regendo com a palma da mão esquerda ligeiramente virada para os músicos. Este gesto comumente é entendido como “pare” mesmo não sendo essa a intenção do maestro. Quando indagados porque estão executando esse gesto, eles respondem dizendo que nem mesmo se davam conta de que o estavam fazendo. Parece ainda não haver consciência corporal. É comum ainda entre jovens maestros o reger com o gesto “ricocheteando” no ar. Mesmo que não seja essa a intenção, os músicos tendem a tocar seus instrumentos de forma mais abrupta segundo a instrução que entendem. É possível perceber aqui, portanto, um mínimo de objetividade no uso da mão esquerda pelo fato de instruções como “pare” serem

facilmente reconhecidas, o que cerca o arbítrio do maestro na escolha gestual. Entretanto, essa restrição parece agir apenas diminuindo as possibilidades de escolha, o que não acontece na mão direita. A mão direita, como vimos, trabalha com padrões de compasso muito bem definidos que assumem pouquíssima variação, quase nenhuma.

“Nem tudo está escrito na partitura. Nem mesmo um compositor detalhista como Mahler consegue escrever tudo”¹⁵. Por isso, grande parte do trabalho do regente enquanto intérprete é conceber o que não está escrito como o contorno de cada frase, o caráter, se é uma frase conclusiva ou suspensiva, se é uma frase que cresce ou que decresce, onde é seu ponto culminante, etc., e mostrar isso usando seu aparato gestual. Para isso, o maestro pode usar sua mão esquerda e “desenhar” no ar o contorno melódico que deseja ouvir. Caso a frase em execução seja crescente, o maestro pode usar um gesto ascendente com a mão esquerda ou aumentar a intensidade de sua regência. Caso a frase seja conclusiva, o maestro poderia usar suas mãos se dirigindo ao centro do corpo como que “fechando” a frase. Em recente encontro com o maestro sueco Ragnar Bohlin por ocasião de sua rápida visita ao Brasil a trabalho com a OSESP¹⁶, este exemplificou ao autor como induz o grupo de músicos a executar um adensamento de energia e de volume sonoro usando o olhar(!).

Três interpretações de Beethoven

Para que possamos discutir melhor a racionalização da técnica de regência, comparei as linhas de regência escolhidas em três vídeos. Todos os vídeos são da Quinta Sinfonia de Beethoven, porém, regidos por três maestros: Herbert Von Karajan¹⁷, Daniel Harding¹⁸ e Daniel

15 Isaac Karabtchevsky. Informação oral.

16 Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

17 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kGQW_54xwII> . Acesso em 13/10/2014.

18 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qPHPrws9OZw>> . Acesso em 13/10/2014.

Baremboim¹⁹. Estes maestros foram escolhidos por adotarem posições interpretativas distintas e terem uma técnica de regência bastante divergente entre si, dando-nos a possibilidade de ver como os mesmos trechos ganham sonoridades e contornos diferentes de acordo com os gestos e formas de condução escolhidas. Para os fins da análise aqui empreendida, assumimos que o resultado sonoro obtido pelo maestro nos trechos em questão estão de acordo com o gesto escolhido por ele no que toca à sua intenção prévia. Esse pressuposto não é descabido considerando que trata-se aqui de maestros profissionais com reconhecido alto nível artístico de trabalho e orquestras profissionais de nível igualmente alto. A descrição detalhada de cada um dos vídeos encontra-se em outro trabalho (CREPALDE, 2015, p. 56-66). Para melhor qualidade de leitura, será indicada a minutagem dos vídeos entre parênteses nos trechos comentados.

Analisando os três vídeos, fica claro que a técnica de regência tem uma parcela com maior nível de racionalização a qual diz respeito à marcação dos compassos com a mão direita e à escolha de alguns gestos com características similares em trechos específicos – como no caso dos impulsos maiores e mais vigorosos nos trechos fortes ou nas entradas sincopadas, da regência executada com leveza e com gestos pequenos nos trechos em *piano*, e o uso do *levare*. Logo no início da obra, os três maestros fazem um *levare* seguido de um gesto vertical incisivo marcando a pausa, a saída para que todos os instrumentos toquem juntos. Não há outra forma de executar o trecho sem ônus na sincronia do grupo. O gesto de *levare* e os gestos incisivos em melodias sincopadas são um aspecto absolutamente padronizado da técnica de regência. No início do primeiro tema, os três maestros usam de um gestual padrão marcando os tempos num mesmo ponto – já que esse movimento, por causa de seu tempo rápido, é comumente regido com apenas um *battere* por compasso. Porém, é possível, em alguns momentos, perceber que dois dos maestros eventualmente

19 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jv2WJMVPQi8>>. Acesso em 13/10/2014.

usam um padrão de gesto que lembra o desenho de um compasso quaternário. Ora, o fato de identificar facilmente o desenho do padrão e o fato de que esse desenho é usado nos mesmos lugares por Karajan e Harding indica uma compreensão fraseológica similar da obra que se expressa através do padrão gestual. Esta é outra característica da técnica de regência que está padronizada. Em qualquer orquestra profissional do mundo, se um maestro executa esse mesmo desenho, ele será identificado como um compasso quaternário sem sombra de dúvida. A sustentação das notas também é executada da mesma forma pelos três regentes: deixando suas mãos paradas ou num movimento contínuo e ligeiramente lento. A direção do movimento, entretanto, cabe a cada maestro. O movimento de corte usado pelos maestros também é o mesmo: um movimento circular para fora, normalmente com a mão esquerda.

É possível perceber, entretanto, que os elementos não padronizados da regência extrapolam (e muito!) o uso da mão esquerda. Essa mão, como vimos, funciona com base numa ação racional à medida que os gestos por ela executados obedecem a uma lógica de escolha centrada na sonoridade intencionada. Se os maestros querem uma nota prolongada, por exemplo, um gesto de mão esquerda será usado de forma contínua, como vimos e não de outra forma. Contudo, há um vasto repertório de gestos à disposição. O próprio gesto de sustentação do som nos primeiros compassos, apesar de aparecer em apenas duas formas gerais, como vimos, assume alguma diferença: Karajan deixa suas mãos baixas e a mão esquerda numa forma retorcida; Harding usa a mão esquerda num gesto contínuo para fora e depois para cima; enquanto Barenboim eleva sua mão esquerda na frente do corpo embora fechada. Para citar um exemplo mais específico, antes do início do segundo tema da exposição há uma frase descendente que culmina em dois acordes *fortes*. Karajan rege o trecho (1:02-1:11) com um padrão de compasso quaternário privilegiando a estrutura da música. Sempre com os olhos baixos, ele os levanta nas entradas dos tímpanos e nos dois acordes *fortes* do fim da frase, lança os braços para baixo com um aspecto cansado. Harding, por outro lado, quando atinge

o acorde diminuto no mesmo trecho (0:39) eleva seu tronco e joga sua mão esquerda para cima. Nos dois acordes finais, o maestro faz gestos verticais com a mão esquerda mas joga seu tronco para cima mantendo a expressão facial marcante e tensa. Baremboim, no mesmo trecho, quando chega ao acorde diminuto (0:47) para de reger e, somente nos acordes finais, usa dois gestos para baixo apenas com a mão esquerda. Karajan parece reger a frase como uma grande massa sonora que “deságua” nos acordes finais aliviando a tensão acumulada. Harding, entretanto, estabelece três pontos chave na frase, as notas descendentes *fortes*, o acorde diminuto onde ele cria um novo impulso, e os acordes finais soam como uma continuação da tensão crescente, e não um alívio do som como com Karajan. Já Baremboim, parando de reger e retomando nos acordes finais cria uma ênfase nesses acordes maior que os outros dois maestros. É como se o ponto culminante da frase, para Baremboim, fosse o seu fim. Na entrada de trompas que segue, Baremboim é o único a usar um gesto de batuta para cima como que “furando o ar” enquanto os outros maestros usam um gesto de *levare* convencional. Ele ainda é o único a usar a mão esquerda espalmada após o segundo ataque obtendo um efeito de *fortepiano*, ataque *forte* e um recuo do som para *piano* súbito (0:54).

Por fim, chama a atenção um terceiro elemento – a expressão facial-corporal – que, ao que parece, assume ainda mais liberdade de escolha do que a mão esquerda: um trecho musical “tranquilo” pode ser conduzido com uma expressão facial “tranquila” e assim por diante. Karajan, por exemplo, rege quase o movimento inteiro de olhos fechados apenas levanta-os em alguns momentos em que há uma entrada expressiva ou musicalmente importante acontecendo. Antes mesmo do início da música podemos observar Harding fazendo movimentos com a cabeça e os lábios que demonstram uma certa inquietação. Parece que o maestro intenciona ambientar os instrumentistas, preparar a intenção com a qual deve-se tocar aqui, a saber, de agitação, de inquietação ou tensão. Baremboim, antes do início dá dois passos para frente. É difícil identificar o motivo pelo qual o maestro escolheu essa movimentação. Aparentemente, avan-

çar em direção aos músicos parece colocá-los em estado de “alerta” de modo que as notas iniciais sejam tocadas com bastante tensão. Alguma semelhança no uso da elevação do tronco e sua movimentação para frente e para trás também pode ser observada. Os três maestros usam o corpo de formas bastante distintas embora todos eles, de algum modo, obtenha som mais forte ao inclinar o corpo para frente e som mais contido ao incliná-lo para trás. Barenboim chega a dobrar os joelhos e abaixar todo o corpo quando faz um sinal de silêncio para obter um *piano* (4:18).

Considerações finais

Até aqui argumentei que, paralelamente ao material musical, as práticas musicais também passaram pelo processo de racionalização. No caso específico da orquestra, os meios técnicos estão ainda avançando junto com a escrita para o grupo e as técnicas de orquestração na medida em que novas propostas estéticas e novas ideias musicais surgem apesar do alto nível de racionalização da prática. A possibilidade do não uso da batuta pelo maestro, ou seu uso com uma técnica totalmente diferenciada, já são indícios do alto nível técnico atingido pelas orquestras profissionais no mundo.

No caso da regência, é possível identificar três elementos básicos que a compõe – a saber, a mão direita, a mão esquerda e a expressão facial-corporal –, cada um com um nível diferente de racionalização. A mão direita parece, de longe, o elemento com mais alto nível de racionalização à medida que compreende um âmbito de funcionalidade altamente padronizado e previsível, assumindo pouquíssima variação. O uso da batuta representa um grande avanço nos meios técnicos proveniente de praticamente três séculos de desenvolvimentos na prática da regência, e dá condições à mão direita de potencializar a ação racional objetivando fins sonoros específicos. Entretanto, a transformação técnica da mão direita em direção à previsibilidade e calculabilidade foi tal que chegamos a um estágio na história da regência em que o uso da batuta se tornou facultativo ao maestro.

É possível, como vimos, uma condução tecnicamente avançada e complexa sem a batuta empregando os mesmos critérios racionais de escolha gestual. Talvez a característica que melhor ponha em evidência a racionalização deste elemento da técnica de regência seja seu alto grau de previsibilidade segundo as informações contidas na partitura, ou seja, podemos prever com bastante segurança qual será o gesto utilizado pelo maestro com a mão direita visto que ela assume pouquíssima ou quase nenhuma variação em sua performance. A mão esquerda, por sua vez, não se racionalizou da mesma maneira. A lógica da ação racional se mantém neste elemento da técnica gestual (escolha do gesto voltado à construção de uma sonoridade específica) embora o repertório de gestos possíveis seja muito maior e assuma, intrinsecamente, grande variação. A mão esquerda apesar de assumir bases racionais em sua lógica de performance dá grande margem à personalização da técnica gestual. Essa personalização encontra, obviamente, coerções externas advindas de convenções sociais, da cultura da orquestra, da prática artística do local, etc. – gestos tacitamente reconhecidos como “pare” ou similares –, mas, mesmo assim, continua assumindo grande variabilidade, tornando-se impossível de prever. Podemos considerar, portanto, que esta parte da moderna técnica de regência se racionalizou em um nível bem menor em comparação com a mão direita.

Por fim, a expressão facial-corporal parece ser o elemento mais livre dentre os citados. As possibilidades são infinitas. O próprio uso da ferramenta pressupõe um nível de subjetividade e especificidade para cada maestro. É preciso salientar que, mesmo sendo um elemento tão suscetível à personalização, ela também opera sobre a lógica da ação racional. Se assumimos que cada movimento do maestro é intencional e planejado, também a expressão facial-corporal será usada intencionando uma sonoridade ou caráter específicos.

Como tipo ideal, o conceito de racionalização nos ajuda a entender grande parte das práticas musicais aqui discutidas embora nenhuma delas seja encontrada na sua forma pura, isto é, totalmente racionalizada, mas em níveis de racionalização distintos. Existe uma parcela cuja

racionalidade se dirige à lógica de escolha gestual mas que pressupõe a interpretação dos músicos de modo que os resultados sonoros dos gestos escolhidos emergirão na interação do maestro com a orquestra. Estes gestos têm um nível muito baixo de padronização e assumem grande variação, o que permite que uma mesma passagem musical seja conduzida usando gestos diferentes ou que um mesmo gesto seja usado para designar elementos musicais diferentes de acordo com o contexto musical específico, a saber, a partitura. A mão esquerda e a expressão facial-corporal, portanto, se desenvolveram enquanto elementos técnicos em um nível menor de racionalização, visto que pressupõem a interpretação. Já a mão direita se desenvolveu largamente nesse processo dispondo de grande previsibilidade e calculabilidade em sua performance. Quando ocorre o contrário, a condução é comumente tida por falha e não consegue cumprir com algumas de suas finalidades básicas, por exemplo, induzir os músicos a tocarem em sincronia.

Desse modo, acreditamos trazer uma contribuição genuína ao conceito de racionalização em virtude da aquisição de novo material empírico relacionado a ele, e ainda aos estudos em sociologia da música. Faz-se necessário o empreendimento de novas investigações que permitam compreender com maior profundidade os mecanismos cognitivos acionados pelos músicos na interpretação do gestual do regente, a influência da cultura nos resultados da interação entre maestro e orquestra, e a emergência de significados compartilhados em meio a essa interação.

Referências

BENNET, Roy. (1986), *Uma breve história da música*. Tradução Maria Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar (Cadernos de música da Universidade de Cambridge).

CANDÉ, Roland de. (2001), *História universal da música: volume 1*. Tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Marina Appenzeller. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

COHN, Gabriel. (2003), "Apêndice: Sobre o significado da racionalização". In: *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*. 2 ed. atual. São Paulo: Martins Fontes.

CREPALDE, Neylson J. B. F.; SPRINGER DE FREITAS, Renan. (2015). *O maestro, a orquestra e a racionalização das práticas musicais*. Dissertação (mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em https://www.academia.edu/11012264/O_maestro_a_orquestra_e_a_racionalizacao_das_praticas_musicais. Acesso em 06/04/2017.

FARBERMAN, Harold. (2001), “Beating Time: How Not to Make Music”. *Music Educators Journal*, vol. 88, n. 3, p. 39-45, nov.

_____. (1997), *The Art of Conducting Technique: a new perspective*. Miami: Warner Bros. Publications.

FREITAS, Renan Springer de. (2010), *Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação: um diálogo com Max Weber*. Belo Horizonte: Agvmentvm.

GREEN, Elizabeth A.H. (1987), *The modern conductor*. New Jersey: Prentice-Hall.

HABERMAS, Jürgen. (2012), *Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução Pulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

LAGO, Sylvio. (2008), *A arte da regência: história, técnica e maestros*. São Paulo: Algor Editora.

MATA, Sérgio da. (2013), *A Fascinação Weberiana: as origens da obra de Max Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço.

MUNIZ NETO, José Viegas. (2003), *A comunicação gestual na regência de orquestra*. 2 ed. São Paulo: Annablume.

ROCHA, Ricardo. (2004), *Regência uma arte complexa: técnicas e reflexões sobre a direção de orquestras e corais*. Rio de Janeiro: Ibis Libris.

ROUSSIN, Charles Bruno; LANNA, Oiliam José. (2011), *Oito novas obras para orquestra de cordas: aspectos analíticos e de performance de composições escritas para a Orquestra de Câmara de Ouro Branco*. Volume I. 151 f. Dissertação (mestrado em música) – Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1843/AAGS-8RCFWP>>. Acesso em 14/10/2016.

SCHERCHEN, Hermann. (1989), *Handbook of Conducting*. Trad. de M. D. Calvoceossi. Oxford: Oxford University Press.

SELL, Carlos Eduardo. (2011), “Máquinas petrificadas: Max Weber e a sociologia da técnica”. *Scientia Studia*, São Paulo, 3(9), p. 563-83.

_____. (2013), *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis, RJ: Vozes.

TARUSKIN, Richard. (2009), *Music in the seventeenth and eighteenth centuries: the oxford history of western music*. Oxford: Oxford University Press.

VIEGAS, Silvio César Lemos; LANNA, Oíliam José. (2009), *Questionamentos sobre a atuação do regente: o ensino da performance*. 2009. 127 f. Dissertação (mestrado em Estudo das Práticas Musicais) – Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/GMMA-](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/GMMA-7XNLM3/disserta__o_final_de_mestrado___revisada.pdf?sequence=1)

[7XNLM3/disserta__o_final_de_mestrado___revisada.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/GMMA-7XNLM3/disserta__o_final_de_mestrado___revisada.pdf?sequence=1)>. Acesso em 13/10/2016.

WAIZBORT, Leopoldo. (1995), “Introdução”. In: WEBER, Max. *Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

WEBER, Max. (1995), *Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música*. Tradução, introdução e notas de Leopoldo Waizbort e prefácio de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____. (2012a), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 11^a reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda.

_____. (2012b), *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. de Gabriel Cohn, 4 ed. 3 reimp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

_____. (2012c), *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. de Gabriel Cohn, 4 ed. 3 reimp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

WHITE, Harrison. C. (2008), *Identity and control: how social formations emerge*. Princeton: Princeton University Press.

WISNIK, José Miguel. (1989), *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras.

Diretrizes para submissão de artigos

Normas para submissão de artigos à Revista Brasileira de Sociologia

A Revista Brasileira de Sociologia – RBS publica artigos em Ciências Sociais, preferencialmente em Sociologia. Os textos devem refletir a produção acadêmica e científica acerca da realidade brasileira e mundial contemporâneas. As matérias veiculadas na Revista deverão incluir artigos de natureza acadêmica e didática, registrando eventuais reedição de textos clássicos, literatura comentada sobre assuntos variados, textos de metodologia e reflexão sobre conceitos ou autores, hoje imprescindíveis ao profissional do ensino médio e superior.

A Revista é semestral e aceita proposta de Dossiês, mediante Editais Públicos.

Artigos com temáticas diversificadas na área da RBS podem ser submetidos a qualquer data e em caráter de fluxo contínuo, através do e-mail rbsfluxo@gmail.com, obedecendo as regras de submissão em vigor.

Considerando a desejada manutenção do alto padrão de qualidade e especialidade do periódico, todos os artigos a serem publicados são avaliados pelo sistema de pares (avaliação às cegas).

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à RBS.

Condições para submissão

Os artigos submetidos devem ser inéditos e devem assim permanecer durante a avaliação.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Os artigos não devem ultrapassar 50 mil caracteres com espaço, incluindo a bibliografia. O artigo deve ter resumo de 900 caracteres com espaço e 3 (três) palavras-chaves. Deve acompanhar, em arquivo separado, Nome completo do(s) autores(s), titulação, vínculo institucional, endereço.

Propostas de Dossiês devem ser enviadas com a apresentação da temática, sua relevância e abrangência para o campo dos estudos sociológicos. A proposta deve vir acompanhada dos dados dos proponentes: nome completo do(s) autores(s), titulação, vínculo institucional, endereço.

Os artigos submetidos devem conter resumo, título do artigo, e palavras-chaves em português e inglês. Caso tenham figuras (imagens e/ou gráficos), estas devem ser enviadas separadamente, numeradas na sequência em que aparecem e com indicação clara ao longo do texto dos locais em que devem ser incluídas. As figuras devem preferencialmente ser em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 12 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1417x1890 *pixels*).

As remissões bibliográficas no corpo do texto ou referências após citações a autores, devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data,

página), como nos exemplos: (MILLS, 1960) ou (BENJAMIM, 1987,p. 205). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: SIMMEL, 1965a), (SIMMEL, 1965b) etc.

A RBS apoia os esforços relativos à visibilidade das mulheres na produção acadêmica. Assim, as referências bibliográficas ao final do artigo devem conter o prenome das autoras e dos autores, não apenas suas iniciais, como se segue:

Referências bibliográficas:

Livros:

LI, Peilin; SCALON, Celi; GORSHOKOV, Mikhail K.; SHARMA, Kumar (2013), *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective*. 1. ed. Cingapura/ Londres/New Jersey: World Scientific.

Artigos:

TOLBERT, Pamela S. (1986), “Organizations and inequality: Sources of earnings differences between male and female faculty”. *American Sociological Review* n. 59, pp. 227–235.

Coletâneas:

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne I.; DELEON, Peter. (2007), “Social construction and policy design”. In: SABATIER, Paul A. (org.). *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press.

Teses Acadêmicas:

FORTUNA, Carlos. (1988), *Threading Through: Cotton Production, Colonial Mozambique and Semiperipheral Portugal in the World-Economy*. Tese de Doutorado. State University of New York – Binghamton.